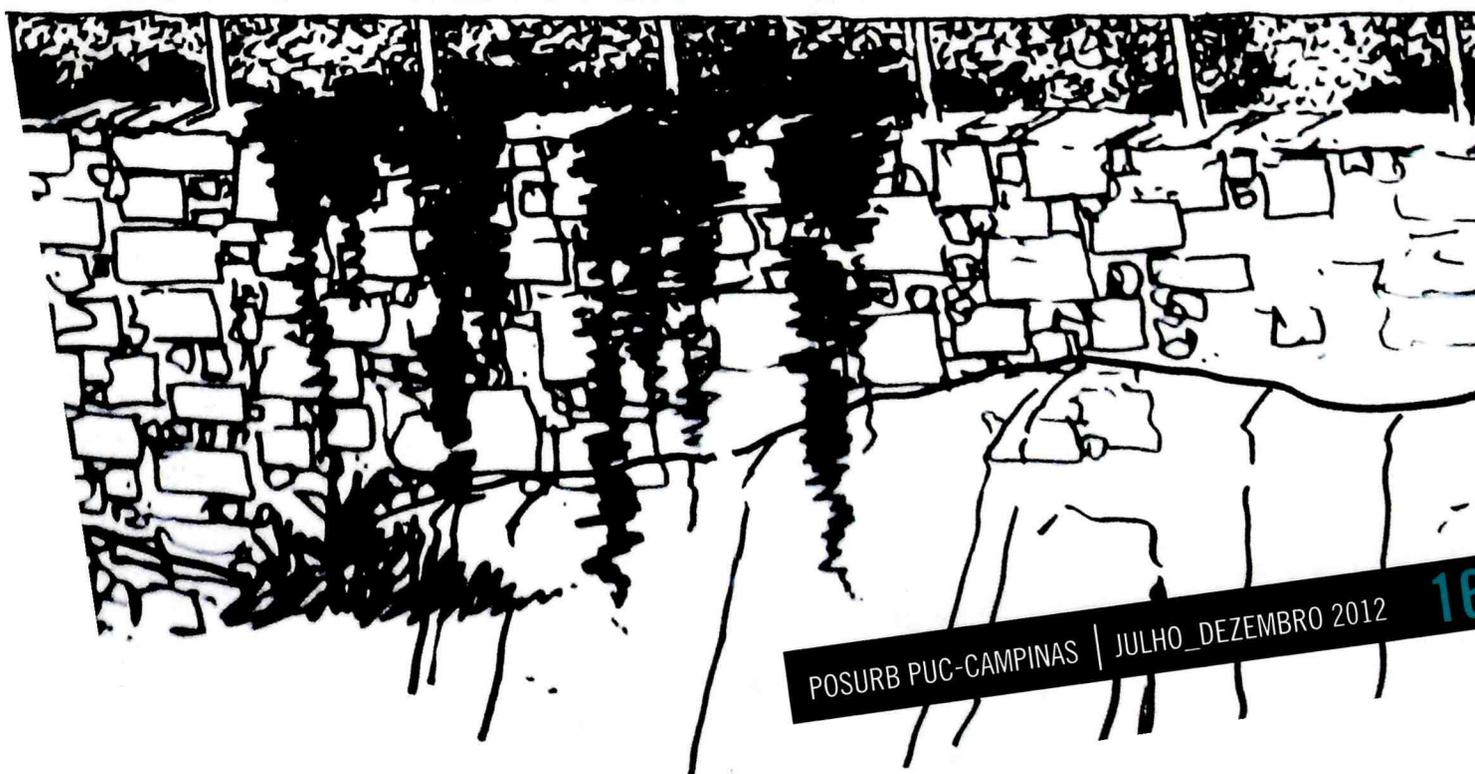
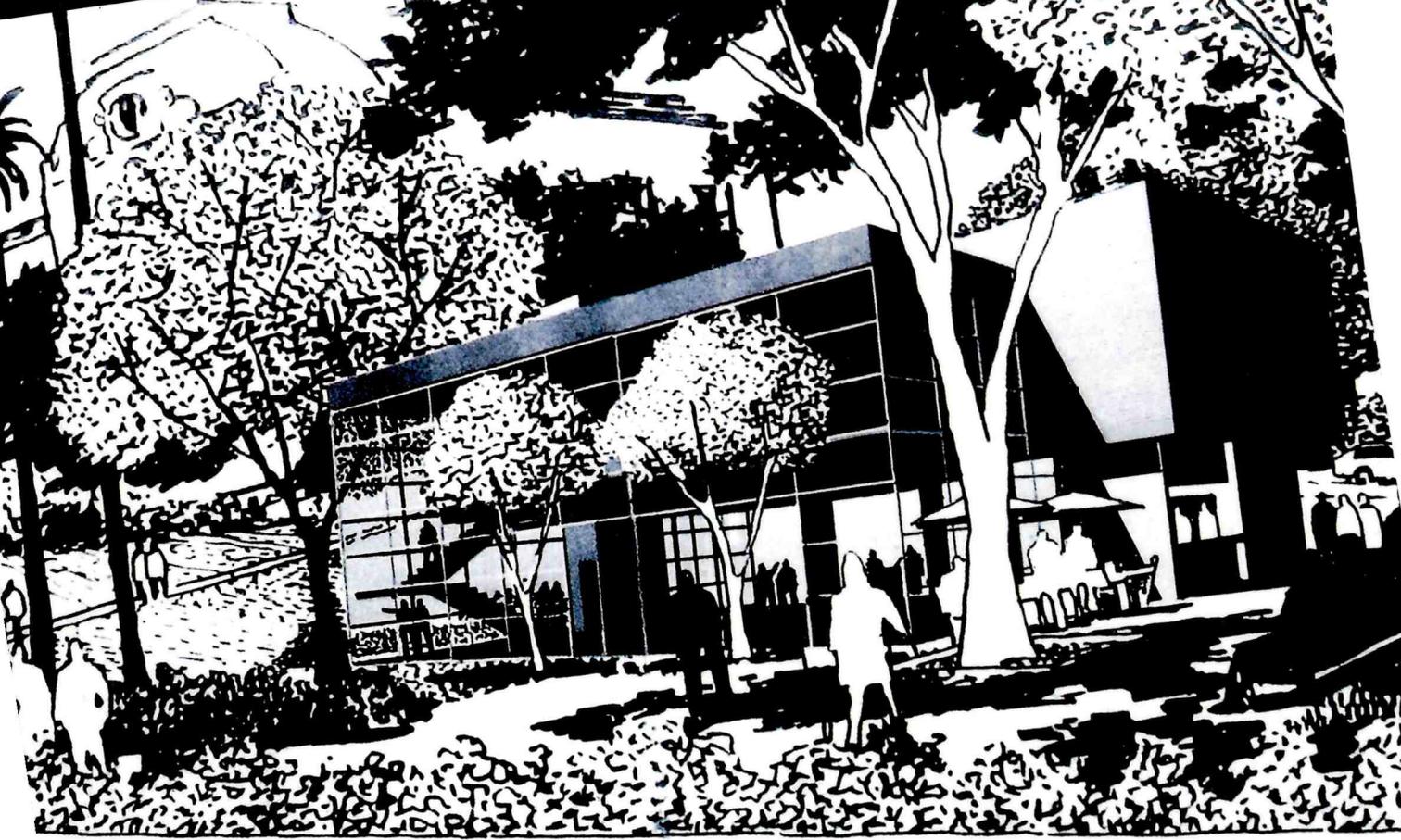


ISSN 1518-9068

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO



OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

OCULUM ENSAIOS

REVISTA DE ARQUITETURA E URBANISMO

Qualis B2

REITORA

Profa. Dra. Ângela de Mendonça Engelbrecht

VICE-REITOR

Prof. Dr. Eduard Prancic

PRÓ-REITORA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Profa. Dra. Vera Engler Cury

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO E ASSUNTOS COMUNITÁRIOS

Profa. Dra. Vera Engler Cury

DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS, AMBIENTAIS E DE TECNOLOGIAS

Prof. Dr. Ricardo Luís de Freitas

DIRETOR ADJUNTO

Prof. Dr. José Estevão Picarelli

COORDENADOR PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM URBANISMO

Prof. Dr. Wilson Ribeiro dos Santos Junior

EDITORA

Prof. Dra. Ivone Salgado

EDITORES ASSOCIADOS

Profa. Dra. Laura Machado de Mello Bueno

Prof. Dr. Manoel Lemes da Silva Neto

CONSELHO EDITORIAL NACIONAL

Profa. Dra. Ana Fernandes [UFBA]

Profa. Dra. Arlete Moises Rodrigues [UNICAMP]

Profa. Dra. Beatriz Murgayar Kühl [USP]

Profa. Dra. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno [USP]

Prof. Dr. Carlos Roberto Monteiro de Andrade [USP]

Prof. Dr. Cláudio Lister Marques Bahia [PUC-MG]

Profa. Dra. Cristina Meneguello [UNICAMP]

Prof. Dr. Denio Munia Benfatti [PUC-CAMPINAS]

Profa. Dra. Denise Pinheiro Machado [UFRJ]

Prof. Dr. Eugenio Fernandes Queiroga [USP]

Prof. Dr. Euler Sandeville Junior [USP]

Profa. Dra. Jane Victal Ferreira [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. Jonathas Magalhães Pereira da Silva [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. José Roberto Merlin [PUC-CAMPINAS]

Prof. Dr. Lucio Kowarick [USP]

Prof. Dr. Luiz Cláudio Bittencourt [UNESP -BAURU]

Profa. Dra. Maria Cristina Schicchi [PUC-CAMPINAS]

Profa. Dra. Maria Stella Bresciani [UNICAMP]

Prof. Dr. Mario Henrique Simão D'Agostino [USP]

Prof. Dr. Mario Mendonça de Oliveira [UFBA]

Profa. Dra. Maura Pardini Bicudo Veras [PUC-SP]

Prof. Dr. Nabil Geoges Bonduki [USP]

Profa. Dra. Nadia Someck [MACKENZIE]

Prof. Dr. Nestor Goulart Reis [USP]

Prof. Dr. Paulo César Garcez Marins [USP]

Profa. Dra. Raquel Rolnik [USP]

Prof. Dr. Renato Cymbalista [USP]

Prof. Dr. Ricardo Marques de Azevedo [USP]

Prof. Dr. Ricardo de Sousa Moretti [UF-ABC]

Prof. Dr. Ricardo Toledo Silva [USP]

Prof. Dr. Rogério Proença de Souza Leite [UFS]

Profa. Dra. Sarah Feldman [USP]

Profa. Dra. Silvana Barbosa Rubino [UNICAMP]

Prof. Dr. Wilson R. dos Santos Jr. [PUC-CAMPINAS]

CONSELHO EDITORIAL INTERNACIONAL

Prof. Dr. Boaventura de S. Santos [UNIVERSIDADE DE COIMBRA]

Profa. Dra. Donatella Calabi [UNIVERSITÀ IUAV – VENEZIA]

Prof. Dr. Edésio Fernandes [UNIVERSITY OF LONDON]

Prof. Dr. Esteban de M. Jerez [ETSA – UNIVERSIDAD DE SEVILLA]

Profa. Dra. Flora Morcate Labrada [UNIVERSIDAD DE ORIENTE – CUBA]

Prof. Dr. Francisco Sabatini [PUC – CHILE]

Profa. Dra. Maria M. Maldonado [UNIVERSIDAD DE LOS ANDES – COLOMBIA]

Prof. Dr. Martin Smolka [LINCOLN INSTITUT AND LAND POLICY]

Oculum Ensaios, fundada em 1992, é uma revista científica em Arquitetura e Urbanismo do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas, com periodicidade semestral, aberta a contribuições da comunidade científica nacional e internacional, assim como para os pesquisadores das diferentes áreas acadêmicas da arquitetura e do urbanismo, com o objetivo de registrar a memória do pensamento urbanístico e de manter o debate atualizado.

CORRESPONDÊNCIA

Toda a correspondência deve ser enviada à Oculum Ensaios no endereço abaixo:

Núcleo de Editoração SBI

Prédio da Antiga Reitoria Sala 8 – *Campus I*

Rod. Dom Pedro I, km 136 – Pq. das Universidades

13086-900, Campinas, SP

Fone/Fax: 55 (19) 3343-7401

E-mail: sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br

ASSINATURAS

Pedidos de assinatura ou permuta devem ser encaminhados a Secretaria.

E-mail: sbi.assinaturane@puc-campinas.edu.br

Anual: Pessoa física: R\$50,00

Institucional: R\$140,00

© Revista Oculum Ensaios

É permitida a reprodução parcial desde que citada a fonte.

A reprodução total depende da autorização da Revista.

O Conselho Editorial não se responsabiliza por conceitos emitidos em artigos assinados.

EQUIPE TÉCNICA | PUC-CAMPINAS

Bibliotecárias

Maria Cristina Matoso

Maurícia Daniela Pereira Sacchi

Apoio administrativo

André Gustavo Tomaz dos Santos

Felipe de Oliveira Vianna Pinto

PROJETO GRÁFICO

Carla Castilho

Fernanda Ficher

DIAGRAMAÇÃO

Carla Castilho | janela estúdio

IMAGEM DA CAPA

Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) do Observatório

Nacional do Rio de Janeiro, 2008

IMPRESSÃO

Hortográfica Editora Ltda

Distribuição / Distribution

Sistema de Bibliotecas e Informação da

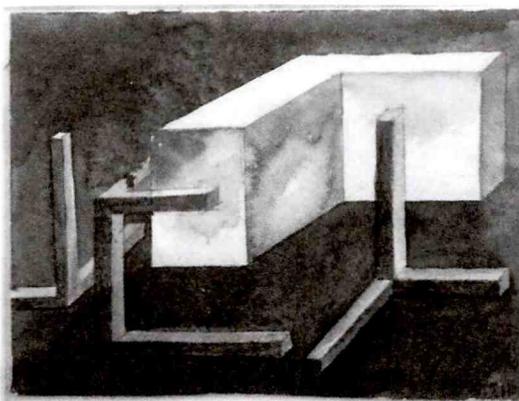
PUC-Campinas – Serviço de Publicação,

Divulgação e Intercâmbio

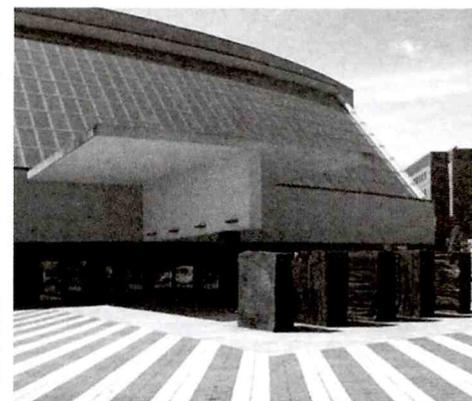
PUC
CAMPINAS
PONTIFÍCA UNIVERSIDADE CATÓLICA



Ministério da Saúde e Educação Pública, Rio de Janeiro (1936).



Bellevue Art Museum. Croqui conceitual, 1998. Steven Holl, arquiteto. Desenho à venda no site da galeria Max Protetch.



Teatro degli Arcimboldi — Milão 1997 — 2002.

- 4 Editorial | *Editorial*
- 6 Ensaio Visual | *Visual Essay* RICARDO GUERRA FLORES
| Jonathas Magalhães Pereira da Silva
- 18 PROJETO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL: MILÃO PIRELLI LA BICOCCA | *URBAN PROJECT AND SOCIAL INCLUSION: MILÃO PIRELLI LA BICOCCA* | Daniela Maria Eigenheer, Nadia Somekh
- 38 FAVELAS VIRAM BAIRROS DE VERDADE? REFLEXÕES SOBRE A PROPAGANDA DO PROGRAMA VILA VIVA DO AGLOMERADO DA SERRA | *HAVE FAVELAS BECOME TRUE SUBURBS? REFLECTIONS ON THE PUBLICITY OF THE PROGRAM VILA VIVA DO AGLOMERADO DA SERRA* | Reginaldo Magalhães de Almeida
- 48 CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL EM PARQUES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO SOROCABA-MÉDIO TIETÊ: CIDADES DE CABREÚVA, ITU, SALTO E PORTO FELIZ, SÃO PAULO | *CHARACTERIZATION OF THE ENVIRONMENTAL ASSETS COMPRISING PARKS IN THE MIDDLE-SOROCABA TIETÊ RIVER BASIN: CITIES OF CABREÚVA, ITU, SALTO AND PORTO FELIZ, SÃO PAULO, BRAZIL* | Fernando Vicente de Oliveira, André Munhoz de Argollo Ferrão
- 64 REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA CIDADES MAIS SUSTENTÁVEIS? | *REHABILITATION OF CENTRAL URBAN AREAS: A CONTRIBUTION TO MORE SUSTAINABLE CITIES?* | Valéria Nagy de Oliveira Campos
- 82 ESTUDO DO PERCENTUAL DE ÁREA DE JANELA EM EDIFICAÇÕES BRASILEIRAS DURANTE O SÉCULO XIX E XX | *ASSESSMENT OF PERCENTAGE OF WINDOWS AREA FROM TOTAL FACADE AREA IN BRAZILIAN BUILDINGS DURING THE XIX AND XX CENTURIES* | Verônica Stefanichen Monteiro, Cláudia Cotrim Pezzuto, Alexandre de Assis Mota, Lia Toledo Moreira Mota
- 96 HÁBITOS NO HABITAR: UM ESTUDO SOBRE OS HÁBITOS DE MORAR EM DIFERENTES PERFIS HABITACIONAIS | *LIVING HABITS: A STUDY ABOUT HABITS OF LIVING IN DIFFERENT HOUSING PROFILES* | Alice de Almeida Barros
- 102 A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E OS NOVOS PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS | *SOCIAL SUSTAINABILITY AND NEW HOUSING PROJECTS* | Andréia Saugo, Marcele Salles Martins
- 116 O DESENHO DE ARQUITETURA COMO OBRA AUTÔNOMA | *ARCHITECTURAL DRAWING AS AUTONOMOUS ARTWORK* | Airton Cattani
- 124 A REGULARIDADE DOS PADRÕES URBANOS: A SINTAXE ESPACIAL COMO ESTRATÉGIA PARA LEITURA DE OLINDA E BRASÍLIA | *THE REGULARITY OF URBAN PATTERNS: SPATIAL SYNTAX AS A STRATEGY FOR READING OF OLINDA AND BRASÍLIA, BRAZIL* | Manuela Souza Ribeiro, Valério Augusto Soares de Medeiros
- 138 A RUA E A SOCIEDADE CAPSULAR | *THE STREET AND THE CAPSULAR SOCIETY* | Gabriel Schvarsberg
- 152 ÍNDICES | *INDEX*
- 154 AGRADECIMENTOS | *ACKNOWLEDGEMENTS*
- 156 INSTRUÇÕES AOS AUTORES | *INSTRUCTIONS TO THE AUTHORS*

EDITORIAL

Aqueles que convivem com a árdua tarefa de publicar uma revista científica no Brasil sabem das dificuldades em manter a sua periodicidade. A *Oculum Ensaios — Revista de Arquitetura e Urbanismo* chega ao número 16, segundo número de 2012, atingindo uma das metas que nos colocamos desde o seu lançamento, a de garantir uma periodicidade constante e atualizada.

A *Oculum Ensaios — Revista de Arquitetura e Urbanismo* do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas) é um veículo de divulgação da produção científica brasileira e internacional no campo da arquitetura e do urbanismo e encontra-se disponível para a comunidade acadêmica da área desde o ano 2000. Surgiu como uma reformulação da anterior *Oculum — Revista de Arquitetura* da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU) da mesma instituição e na nova versão esteve vinculada à implantação do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (POSURB), nível Mestrado, inaugurado em 1996, e que começava a formar, no ano de seu lançamento, os primeiros mestres. Este veículo tornou-se um espaço aberto para a divulgação da produção na área no País e, nos últimos anos, este espaço se consolidou e tem recebido, cada vez mais, propostas de artigos de pesquisadores, alunos e professores de diversos programas de Pós-Graduação brasileiros, especialmente da área da arquitetura e urbanismo.

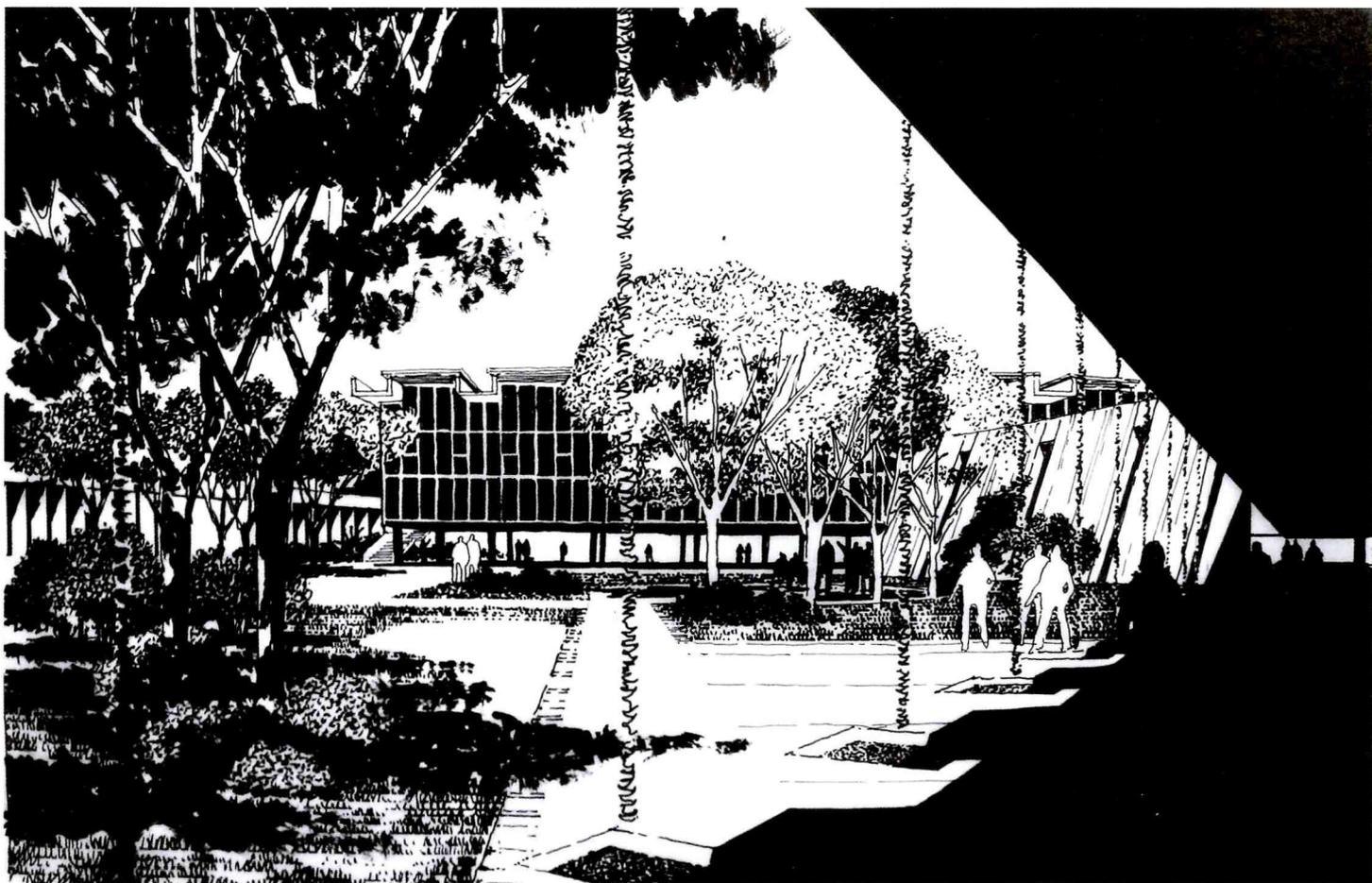
O presente número 16 revela esta abrangência temática e institucional e apresenta temas diversos e questões afetas ao campo da arquitetura e do urbanismo: *projeto urbano* (seria possível, através de políticas públicas e privadas articuladas, inserir um projeto urbano na cidade consolidada sem romper com o contexto histórico e social da região, sem descaracterizar a antiga área existente bem como o entorno e conservar elementos da história do lugar e da identidade cultural da população?); *reurbanização de favelas* (os projetos de intervenção em favelas não estariam abrindo uma cisão entre os espaços das favelas e os outros bairros tradicionais da cidade ao considerarem legítimos apenas o modo de morar nos bairros em detrimento da organização socioespacial das favelas?); *patrimônio ambiental* (é possível valorizar as marcas históricas de uma bacia hidrográfica nos espaços públicos e privados que se expressam nas cidades e permitir uma leitura do território como parque fluvial?); *reabilitação de áreas centrais* (é possível minimizar o impacto nas áreas centrais das grandes metrópoles, face às novas dinâmicas urbanas, como a urbanização dispersa e o esvaziamento de áreas centrais, adotando medidas para reabilitar tais áreas subtilizadas, a fim de aproveitar a infraestrutura, os sistemas de transporte e o parque construído?); *as janelas na arquitetura* (que modificações ocorreram historicamente no percentual de área de janela envidraçada nas edificações brasileiras?); *hábitos de morar* (quais dimensões da esfera pública e da esfera privada se manifestam na casa?); *sustentabilidade social e empreendimentos habitacionais* (quais atributos essenciais o projeto

habitacional e o do entorno devem possuir visando o conforto do usuário?); *o desenho de arquitetura* (como enfrentar o problema da originalidade dos registros gráficos diante dos novos meios digitais de produção de imagens?); *a regularidade na sintaxe espacial das cidades colonial e moderna* (como confrontar padrões espaciais de cidades construídas em períodos históricos distintos que veiculam diferentes concepções urbanas?); e *a rua* (que papel a rua ocupa em meio ao campo de forças que configuram a cidade contemporânea?).

A consolidação da Oculum Ensaios está diretamente relacionada e participa do fortalecimento do POSURB PUC-Campinas. As diversas turmas de mestres formadas nos últimos anos por este programa têm percorrido caminhos singulares no mundo acadêmico; são professores, pesquisadores, doutorandos e doutores que participam do processo de ampliação da produção acadêmica e científica da nossa área de pesquisa no País. Dentre eles, gostaríamos de fazer uma singela homenagem a um dos representantes destas turmas, Fernando Vicente de Oliveira. Arquiteto formado pela FAU PUC-Campinas em 1987, ingressou no nosso Programa de Pós-Graduação em Urbanismo em 1998, quando teve a oportunidade de participar do Programa de Intercâmbio ALFA da Comunidade Econômica Européia e realizou intercâmbio acadêmico junto à Universidade de *Liverpool*, obtendo conjuntamente os títulos de mestre em *Town and Regional Planning*, pela Universidade de *Liverpool*, em 1999, e o título de mestre em Urbanismo pela PUC-Campinas, em 2001. O trabalho acadêmico desenvolvido por ele nestes anos de elaboração das dissertações de mestrado resultou na publicação do livro *“Capacidade de carga em cidades históricas”* (Papyrus, 2003). Em 2006, Fernando ingressou no Doutorado da Faculdade de Engenharia Civil da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), sob a orientação do Prof. Dr. André Argollo Munhoz Ferrão, com quem assina o artigo desta edição da Oculum Ensaios denominado *“Caracterização do Patrimônio Ambiental em parques na Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tiête: cidades de Cabreúva, Itú, Salto e Porto Feliz, São Paulo”*. Infelizmente, ao fechar esta edição da Oculum Ensaios, soubemos que Fernando recentemente teve sua vida interrompida. A você Fernando, a Oculum Ensaios dedica este número.

Ivone Salgado

Profa. Dra. do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas



Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) do Centro de Pesquisas da Petrobras no Rio de Janeiro, projetado por Sérgio Bernardes na década de 1970, realizado no contexto do projeto de paisagismo de Jonathas Magalhães, Magno T. Inoue e Vera Tângari, 2009.

RICARDO FLORES: DESENHOS POR UMA ARQUITETURA

A revista Oculum Ensaios, número 16, traz como ensaio os desenhos do arquiteto Ricardo Guerra Flores. São *croquis* produzidos no contexto de diferentes trabalhos entre 1979 e 2012. O Desenho aqui é tomado como forma de expressar a visão projetual. Representações futurísticas feitas com caneta e papel. Ação descrita pelo autor com as seguintes palavras:

“Cada aventura começa na folha em branco, com uma ideia ou missão na cabeça e termina como um desenho.

Reproduza os macetes dos que ficaram bons para melhorar os outros, mesmo errando, mas sempre para o “lado certo”.

Sem inibição, você vai poder compartilhar tudo isso.

É só desenhar e comunicar”.

Como Sebastião Salgado, reconhecido fotógrafo, Ricardo Guerra Flores também prefere o preto e branco e evita a distração da cor. A intenção de ambos, declaradas de diferentes maneiras, é explicitar a questão tratada pela imagem, seja ela fotografia ou desenho.

Nas últimas décadas muitas técnicas foram exploradas para representar espaços projetados. A computação auxiliou nesse processo. Entretanto cabe ressaltar uma diferença entre o desenho computadorizado e o ato de rabiscar sobre uma folha. Ricardo nos chama a atenção:

“Quando criança, “desenhar” era tão natural, emocionante e vital quanto falar. Era só abrir a boca e “falar”.

Quando arquiteto, o “traço individual” de nossas concepções espaciais passa a competir comercialmente com a demanda por uma “estética de mercado” homogênea e impessoal e tecnologicamente com os softwares que produzem desenhos em três dimensões com facilidade e precisão.

Infelizmente, parece que não é mais só pegar a folha em branco e desenhar”.

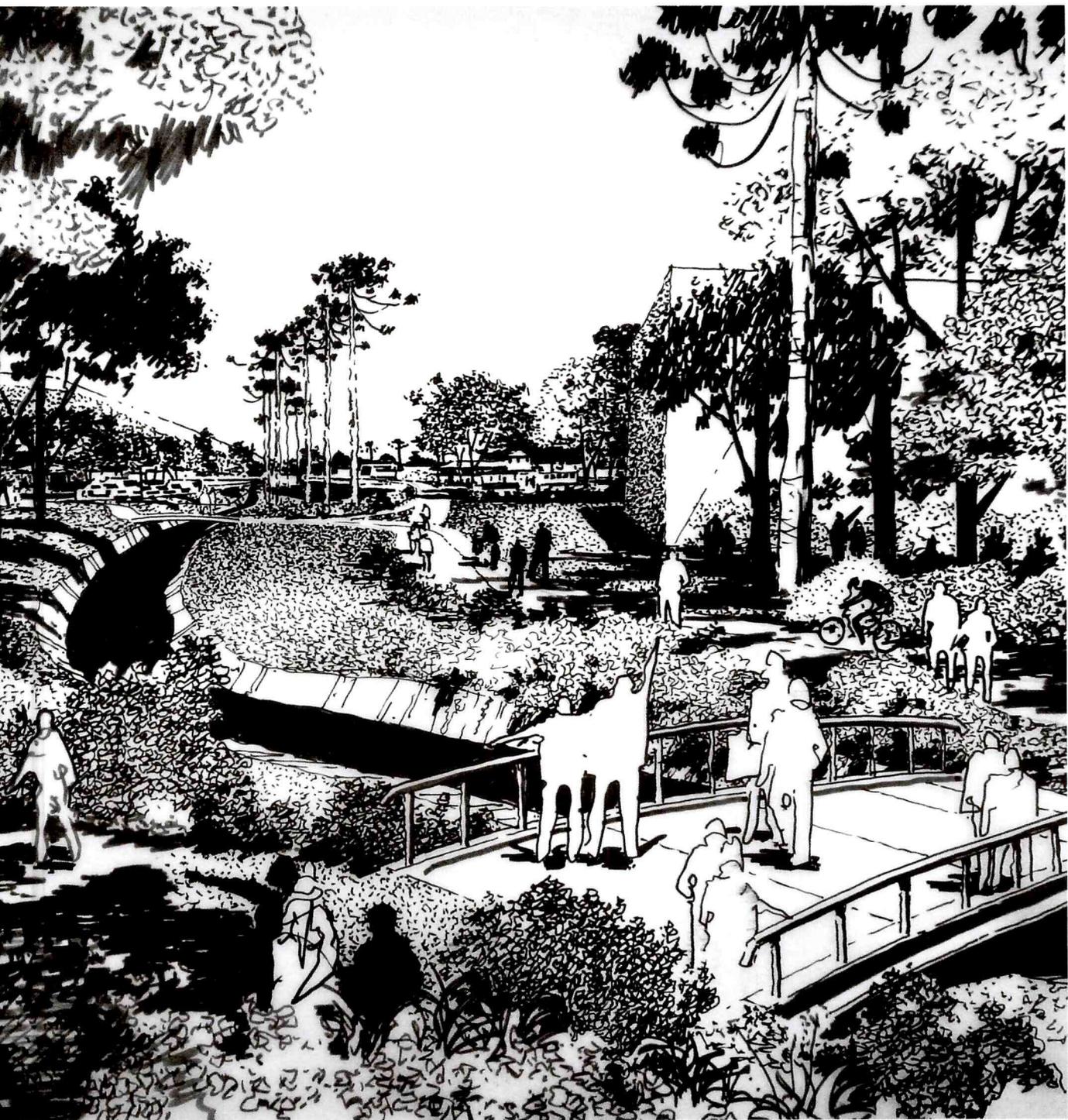
O *croqui* continua sendo a forma de expressão de ideias arquitetônicas e urbanas. É instrumento para pensar o projeto, para revelar o espaço. As novas ferramentas não negam as formas tradicionais de desenhos. Simplesmente ampliam a possibilidade: construir um espaço virtual com as ferramentas do computador; desenhar com lápis, lapiseira, caneta e pincel; misturar duas ou mais técnicas; usar a construção exata, resultante do computador, como base para um desenho livre feito a mão, lápis e papel. A criatividade une o tempo técnico ao livre comportamento do traço. Estamos todos livres para desenhar sem seguir limites que a técnica nos tenta impor. Basta a vontade da criança de querer falar.

Jonathas Magalhães Pereira da Silva

Prof. Dr. do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUC-Campinas

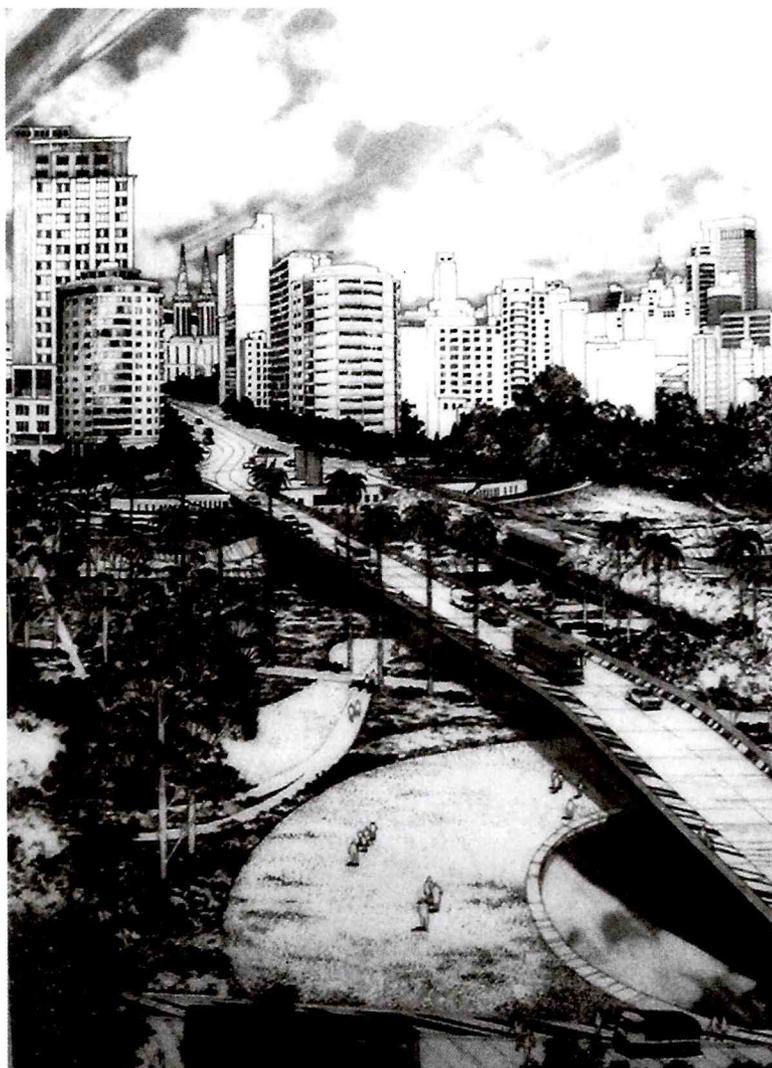


Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) para o projeto de Parque em Capivari de Jonathas Magalhães, Magno T. Inoue e Vera Tângari, 2012.

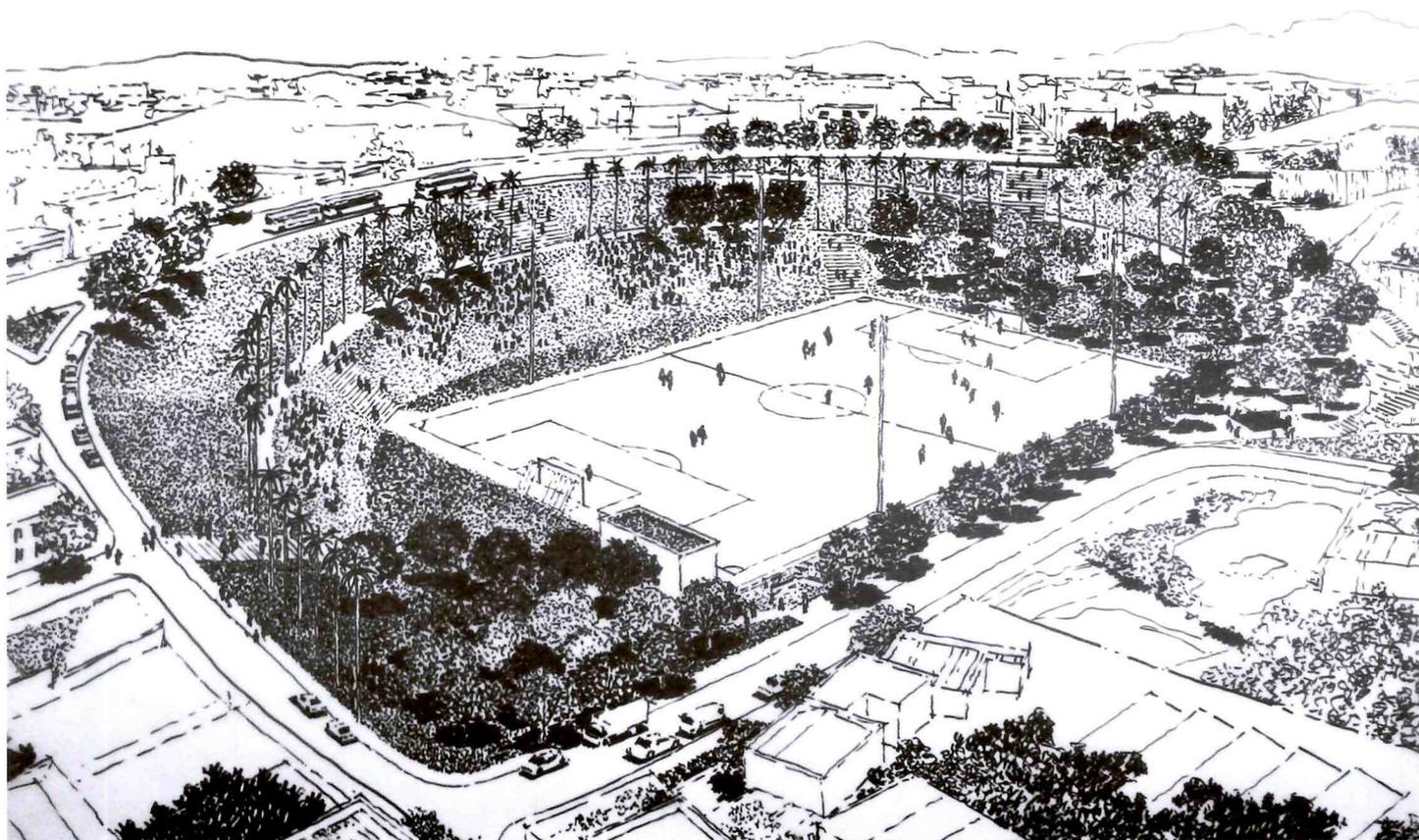




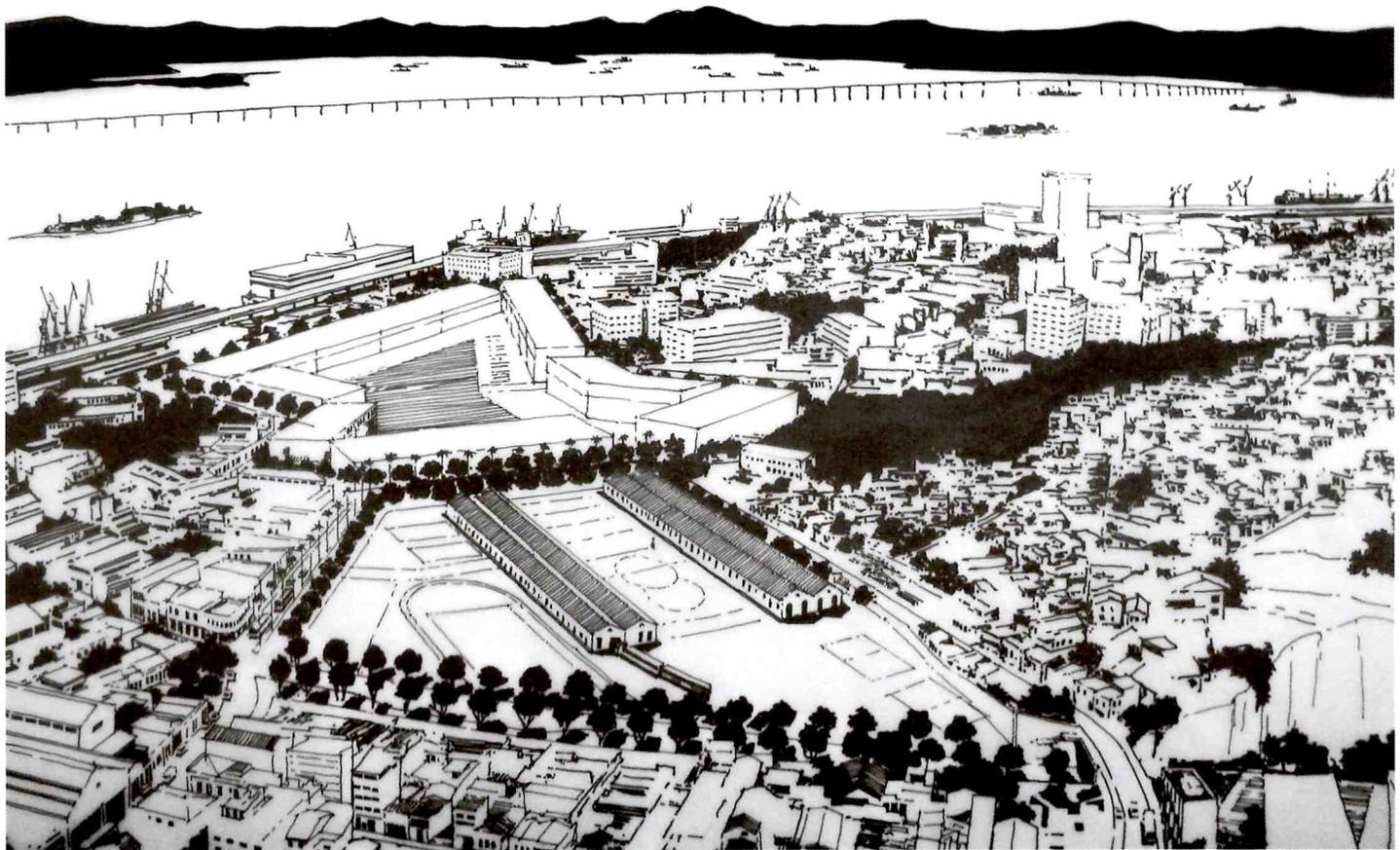
Desenho de Ricardo Guerra Flores (A2) para o Projeto EMURB da Avenida São João em São Paulo, 1988.



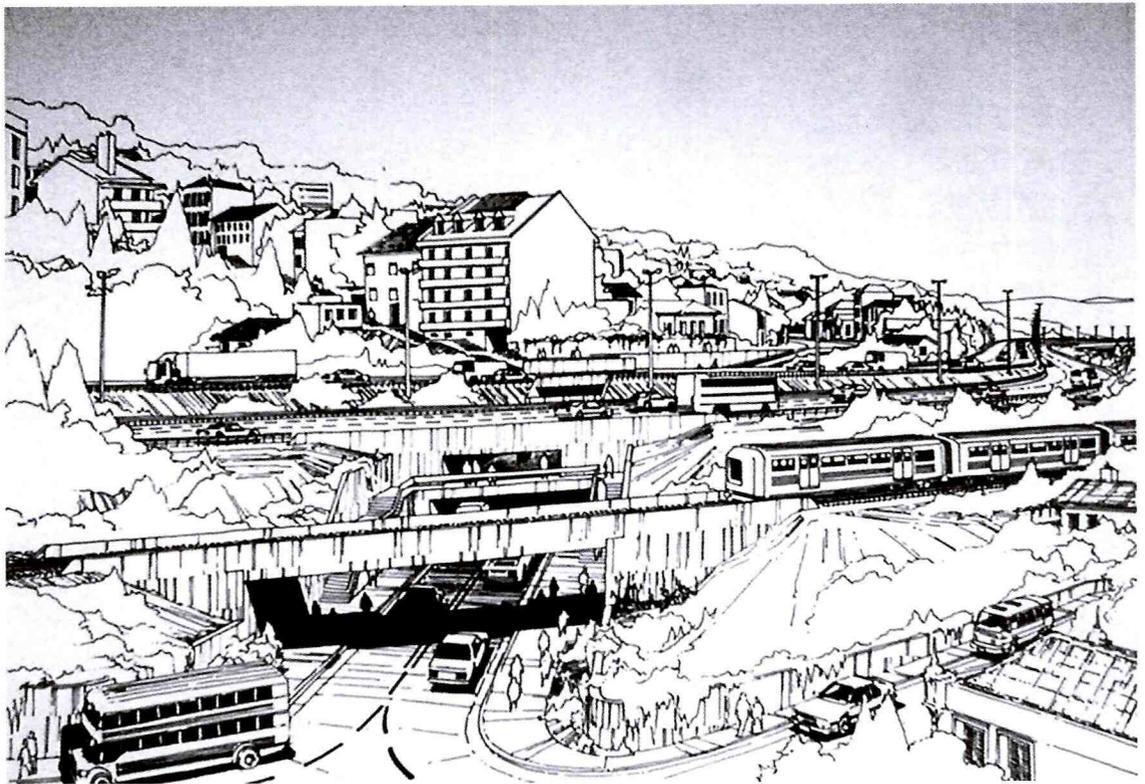
Desenho de Ricardo Guerra Flores (A1) para o Projeto EMURB do Parque do Estado em São Paulo, 1989.



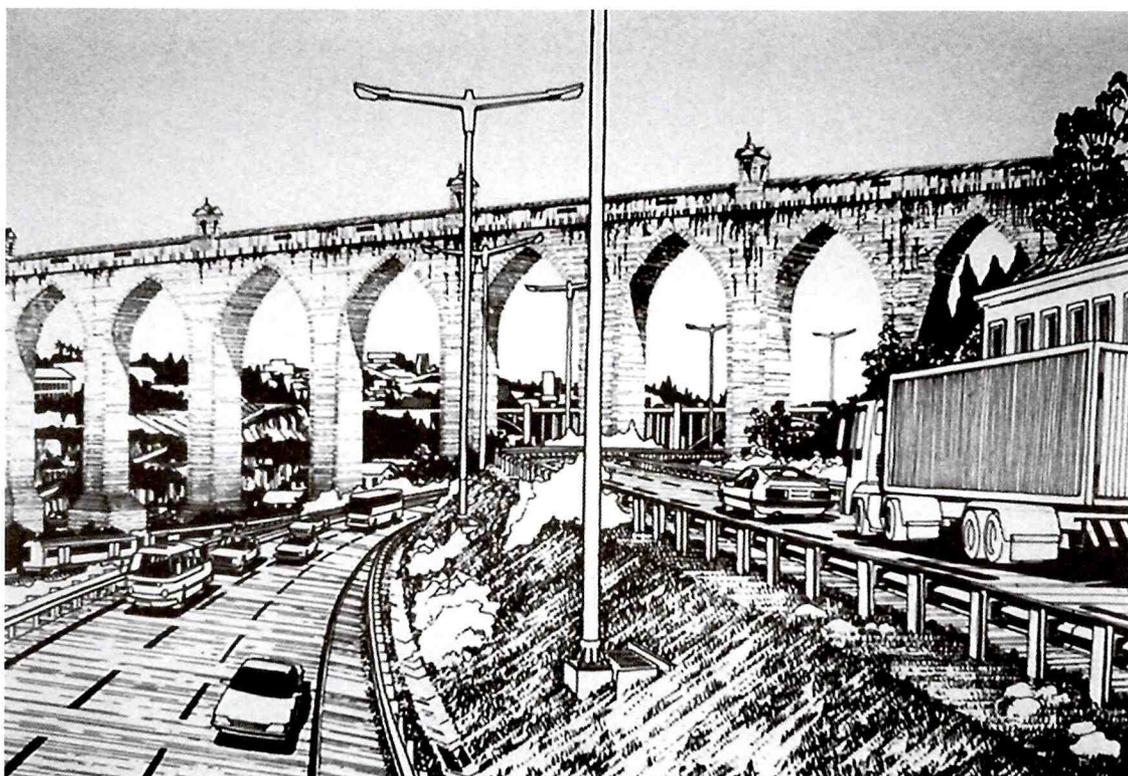
Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) para o projeto de Requalificação urbana em Betim de Jonathas Magalhães, Magno T. Inoue e Vera Tângari, 2010.



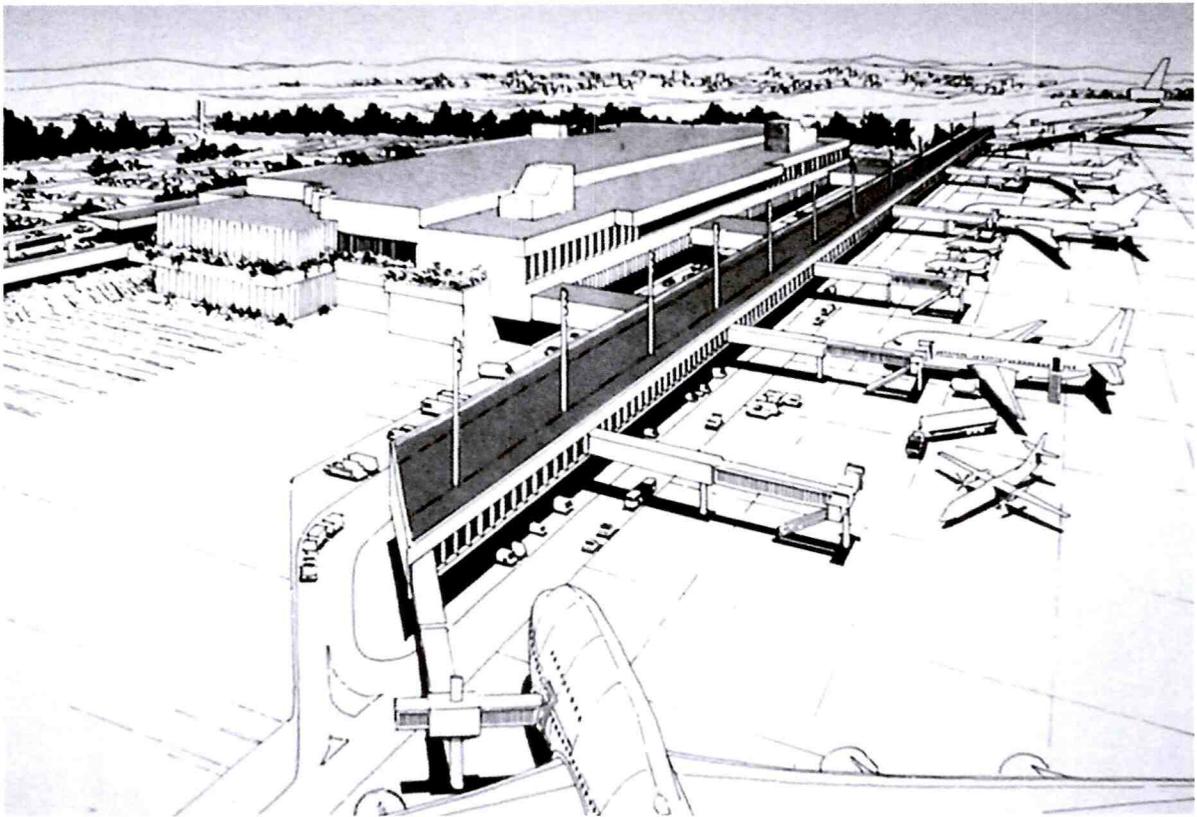
Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) para o projeto de Requalificação urbana para o Porto do Rio de Janeiro de Jonathas Magalhães, Magno T. Inoue e Vera Tângari, 2008.



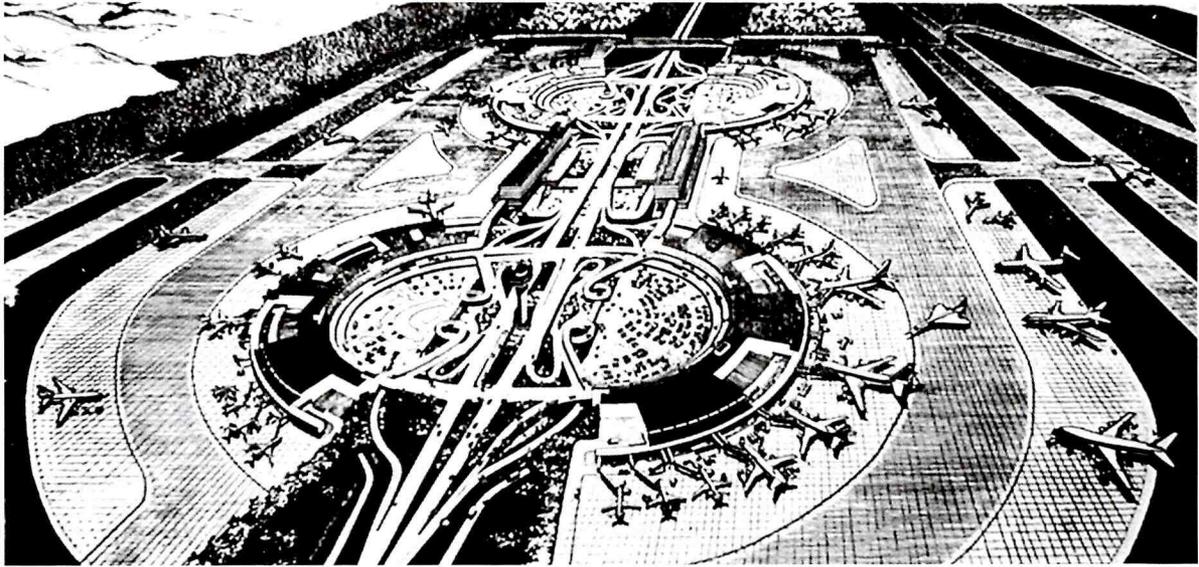
Desenho de Ricardo Guerra Flores (A2) para o Projeto PROMON de Via expressa em Lisboa, 1992.



Desenho de Ricardo Guerra Flores (A2) para o Projeto PROMON de Via expressa em Lisboa, 1992.



Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) para o Projeto Figueiredo Ferraz do Aeroporto de Curitiba, 1993.



Desenho de Ricardo Guerra Flores (2X A0) para o Projeto HIDROSERVICE do Aeroporto do Galeão no Rio de Janeiro, 1969.

Desenho de Ricardo Guerra Flores (A0) para o Projeto HIDROSERVICE do Aeroporto para Guarulhos, 1979.

PROJETO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL: MILÃO *PIRELLI LA BICOCCA*

| Daniela Maria Eigenheer, Nadia Somekh

Arquiteta | Prefeitura Municipal de Guarulhos | Servidora Pública | Guarulhos,
SP, Brasil

Professora Doutora | Universidade Presbiteriana Mackenzie | Faculdade de
Arquitetura e Urbanismo | R. Da Consolação, 930, *Campus Higiénópolis*,
01302-090, São Paulo, SP, Brasil | Correspondencia para/*Correspondence to:*
N. SOMEKH. *E-mail: nadiasom@terra.com.br*

| Recebido em 23/2/2012, rerepresentado em 25/5/2012 e aceito para publicação em 4/6/2012

PROJETO URBANO E INCLUSÃO SOCIAL: MILÃO *PIRELLI LA BICOCCA*

INTRODUÇÃO

Grandes projetos urbanos são características da metrópole contemporânea, que adquire uma nova configuração de escala planetária. O Projeto *Pirelli La Bicocca* foi escolhido por ser o precursor dessa tendência. Elaborado desde o final dos anos 1970, apresenta um desenho de alta qualidade, foi objeto de concurso internacional e envolve múltiplas escalas de funcionamento.

Harvey (2009) mostra como as grandes intervenções urbanas são estabilizadoras do capitalismo e afirma que o capital imobiliário — através de fundos de pensão que mobilizarão, até 2030, uma quantia de milhares de dólares —, poderá ser constituído de meros empreendimentos imobiliários ou efetivamente construir cidade. Entende-se que a priorização de espaços públicos, da produção cultural e de projetos urbanos frutos da democracia urbana constrói cidade em contraposição a meros empreendimentos imobiliários fechados.

O projeto aqui apresentado é um bom exemplo de grande investimento de capital em um projeto urbano, pois, além de ter sido objeto de concurso, vencido por Gregotti, em 1979, envolve dois municípios (*Sesto San Giovanni* e Milão) que se articulam em consórcio. A partir de financiamento europeu, a iniciativa criou um ambiente inovador não só pela universidade implantada, no centro do projeto, mas também pela agência de *Sviluppo Nord Milano*, que prevê o estímulo ao empreendedorismo a fim de ir ao encontro da reestruturação produtiva que vem ocorrendo na região.

Não apenas a fábrica da *Pirelli* teve 90% da sua produção transnacionalizada, mas também o município adjacente a Milão, *Sesto San Giovanni*, com um modelo exemplar de reocupação de antigos galpões industriais em micro e pequenos empreendimentos articulados com a prefeitura e a organização sindical.

Pirelli La Bicocca é um exemplo de projeto urbano inclusivo não só por promover a diversidade residencial como também por valorizar o espaço público de qualidade e a preservação do patrimônio histórico em ligação com o centro de Milão, o que possibilitou também a conexão com o centro de Milão, o estímulo ao transporte coletivo de massa, bem como a localização do Teatro *Scala II*, reforçando, assim uma nova centralidade.

Além disso, o projeto aqui apresentado é paradigmático pela participação social através das organizações sindicais que promoveram a manutenção do patrimônio histórico representado pelas casas operárias e também pela constituição de um novo centro produtivo, composto de um empreendedorismo defendido pelo capital social existente na região.

Para Ascher (2010), a sociedade está em uma transição do capitalismo industrial para o capitalismo cognitivo, e isso foi incorporado ao desenho do projeto urbano aqui apresentado.

O Novo Urbanismo é baseado na gestão estratégica urbana, o que acarreta mudanças na gestão das cidades onde projetos urbanos se transformam em um instrumento privilegiado de ação sobre o atual contexto de desigualdades e interesses diversos da cidade contemporânea, e buscam articular suas ações pontuais com o todo, privilegiando ações estratégicas e pontuais sobre o espaço urbano (Machado, 2004).

Contudo, o projeto urbano contemporâneo apresenta o risco de potencializar os efeitos excludentes da urbanização contemporânea: isso caracteriza os grandes projetos urbanos estratégicos das últimas duas décadas, colocando em questão a capacidade e as limitações do poder local na redução de desigualdades ampliadas no quadro da globalização. Soluções efetivas para os problemas urbanos dependem hoje do envolvimento dos atores locais, da sociedade civil e de diversas esferas governamentais, na busca de novas formas de gestão e da capacidade de governança (Somekh & Campos Neto, 2005).

A perda de espaço dos instrumentos tradicionais de regulação de uso do solo assim como sua limitação na capacidade de previsão e de integração com a dinâmica urbana real devidas às intervenções de mercado levaram à valorização extremada dessas últimas.

De acordo com as críticas de Arantes *et al.* (2009), a cidade se transformou em uma máquina de produzir riquezas (cidade-mercadoria), subordinada aos interesses do mercado, e posta à venda num mercado globalizado onde centenas de outras cidades-mercadoria também estão à venda.

Conforme descrito por Vargas e Castilho (2006), algumas cidades propõem um processo de intervenção baseado na gestão do ambiente construído, com programas de inclusão social, parcerias e programas de comunicação social, enquanto outras desen-

volvem projetos arquitetônicos como estratégias para criação e fortalecimento da sua imagem, enfatizando o projeto de impacto e a competição entre os lugares.

Portanto, projetos urbanos devem estar inseridos em planejamentos mais gerais. A conclusão equivocada é a defesa de projetos urbanos pontuais em detrimento dos planos e da regulação global da cidade. Um tipo de ação não exclui o outro: em realidades de extrema pobreza e desigualdade social, os planos globais servem para definir prioridades, além de estabelecer uma ordem de intervenção, relacionando os projetos de recuperação mais necessários e estratégicos para a cidade como um todo (Somekh, 2004).

Efetivamente, as intervenções fragmentadas apresentam, na experiência internacional, capacidade de modificação mais controlada das variáveis de transformação do ambiente construído (Somekh, 2004). Entretanto, a busca de um planejamento metropolitano pode potencializar e dar sentido maior a intervenções pontuais.

Tendo em vista as atuais intervenções do espaço urbano, que não mais o consideram em sua totalidade, e o requalificam dentro dos seus mais diversos fragmentos, este artigo analisa e discorre sobre uma bem-sucedida intervenção urbanística ocorrida na cidade de Milão, Itália. A intervenção foi bem-sucedida porque estava inserida no Plano de Desenvolvimento Econômico Europeu — que priorizou a criação de um ambiente de inovação —, foi objeto de um concurso internacional de arquitetura — o que conferiu qualidade ao espaço produzido —, envolveu mais de um município num processo inovador de governança e possibilitou ações de inclusão social.

Por meio de um planejamento estratégico que envolveu diferentes órgãos públicos e privados, um vazio urbano que sediou no passado uma área industrial pertencente a *Pirelli*, localizada na região norte do centro de Milão, transformou-se em uma oportunidade para a construção de uma nova centralidade urbana para a região de Milão.

Apesar das críticas de Arantes *et al.* (2009), às intervenções urbanas contemporâneas decorrentes de processos de capitalização dos espaços e das cidades, os quais criam uma modernização de fachada, cujo objetivo não é promover uma equidade social, mas sim a competição das cidades pelo capital global, *La Bicocca* se caracteriza como um exemplo de intervenção contemporânea que promoveu modernização com desenvolvimento social e econômico, possível dentro de um capitalismo democrático, como o europeu (Figura 1).

A ÁREA DE INTERVENÇÃO

A Bicocca era uma imensa área industrial e histórica pertencente a *Pirelli & C. Real Estate Project Management S.P.A.* desde 1872, quando Giovanni Battista Pirelli, engenheiro com 24 anos, fundou a empresa. A primeira grande aquisição de área pela *Pirelli* se deu em 1908, e, até meados dos anos 1970, a sede das Indústrias *Pirelli* ocupou essa grande área urbana de 658 mil m², localizada na periferia norte de Milão, a 5km do centro da cidade, na região da Lombardia. Uma parte dessa área localiza-se na província de Milão



FIGURA 1 – Transformação da área *La Bicocca* — Milão 1985.

Fonte: Gregotti Associati International. Disponibile: <<http://www.gregottiassociati.it>>. Acesso: 14 magg. 2012.

(capital da região) e outra na comuna de *Sesto San Giovanni*. Devido à excelente localização dessa região, próxima às principais rodovias de ligação com o restante da Europa, muitas indústrias ali se instalaram, permanecendo, até hoje, considerável número delas e uma numerosa população (Pirelli, 2010).

O termo *Bicocca* significa “casa abandonada” e se deve à existência de um antigo casarão do século XVI localizado na área, pertencente à família milanesa Arcimboldi. Esse patrimônio histórico tombado e restaurado era chamado de *Bicocca degli Arcimboldi*; com o passar do tempo, passou a ser chamado de *La Bicocca* (Barda, 2007).

Conforme descrito por Choay (2001), no século XV, é com o monumento ou com a cidade histórica que a sociedade humanista construiu seu tempo histórico e sua imagem, enriquecida também por dados genealógicos. No século XX, é o patrimônio cultural e urbano que assume esse papel. Com a expansão das práticas patrimoniais, cria-se um conjunto de obrigações relacionadas à identificação, proteção, conservação, valorização e transmissão às gerações futuras do patrimônio cultural, mas, sobretudo, funda-se uma solidariedade com relação aos mais desfavorecidos da sociedade.

De 1908 até 1950, as indústrias *Pirelli* passaram por um período de crescimento e esplendor. Em 1946, com o fim da segunda guerra e as transformações e renovações que ocorreram nesse período, nos processos industriais, os grandes complexos industriais começam a abandonar a região, e um grande vazio urbano resultante da saída das empresas de maior porte tornou-se um grave problema para o governo municipal de Milão.

Segundo Choay (2001), os edifícios da era pré-industrial são relíquias de um mundo perdido que foi devorado pelo tempo e pela técnica, fazendo parte de um passado definitivo e irrevogável, construído pelo trabalho da historiografia e da consciência das mutações impostas pela revolução industrial aos conhecimentos técnicos.

Em 1973, ocorre a transferência das unidades de produção da *Pirelli* para o Sul da Itália, e, em 1980, a *Pirelli* percebe o problema em adaptar suas instalações às novas necessidades devido às transformações industriais. Em 1985, com a colaboração de autoridades públicas, a *Pirelli* realizou um concurso internacional de duas fases (1985 e 1988), com a participação de arquitetos nacionais e internacionais e escritórios convidados pela própria *Pirelli* para desenvolvimento de um projeto coerente de requalificação do vazio urbano deixado em sua propriedade e recuperação da grande área industrial da *Pirelli* no norte de Milão. O projeto, que teve a coordenação do arquiteto italiano Vittorio Gregotti, foi declarado o vencedor em 1988, dando início às novas construções e às requalificações que permearam a região até o começo do ano 2000.

Os grandes complexos de indústrias pesadas milanesas foram instalados na região da Lombardia desde o início do século, devido a sua privilegiada localização no coração da Europa, no cruzamento das principais rotas de comunicação entre o Oriente e o Ocidente (Península Ibérica e Balcãs) e entre as rotas Norte-Sul (Europa Continental e Mediterrâneo). Essa região, cuja capital é a província de Milão, é a mais rica, desenvolvida e populosa da Itália, com 9,7 milhões de habitantes. Um sexto da população italiana ou aproximadamente 10 milhões de pessoas vivem na Lombardia, composta por 12 províncias.

Na década de 1920, houve intensa industrialização da região. Investimentos em rodovias, e ferrovias promoveram maior desenvolvimento da região norte com relação ao sul. A população regional aumentou nas décadas de 1950 e 1960 por causa da imigração do Sul e do Nordeste da Itália. Nas décadas de 1980 e 1990, o crescimento demográfico foi garantido por imigrantes estrangeiros.

A região é um dos “quatro motores” na Europa e uma das mais ricas da União Europeia, com um Produto Interno Bruto (PIB) *per capita* de 25.300 euros em 1999, cerca de 35% superior à média europeia. A economia da Lombardia representa um quinto da economia italiana e é o principal centro financeiro do País. Aproximadamente 40% das multinacionais italianas têm origem e sua sede nessa região (Milano Metropoli, 2011c).

A região de Lombardia tem uma excelente infraestrutura de pesquisa, que inclui muitas universidades e institutos que trabalham na vanguarda das novas tecnologias: o que cria um ambiente fértil para a inovação e a investigação. Milão é o coração desse fenômeno. Seu potencial de inovação baseia-se em 7 universidades, 24 centros de pesquisa nacionais, 4 laboratórios de ensaio e 2 institutos de física nuclear. Quase um quarto do desenvolvimento de pesquisas italianas é realizado na área de Milão, onde se pode encontrar 4 agências de desenvolvimento e 4 incubadoras. Há também 8 centros de transferência de tecnologia e 3 consórcios de universidades e empresas (Milano Metropoli, 2011c).

Desde a Idade Média, é um grande centro comercial, industrial e financeiro europeu. Foi uma das cidades italianas que mais sofreram na Segunda Guerra Mundial, tendo passado, posteriormente, por uma gigantesca reconstrução. Atualmente, é a cidade mais rica da Itália, com cerca de 4,5 milhões de habitantes em sua região metropolitana. Sua posição estratégica, aliada à fertilidade de seu território, influenciou a história da cidade e o papel que teve na evolução da nação italiana e dos outros países.

O projeto vencedor do concurso para requalificação urbana da região de *La Bicocca* foi o de Gregotti Associati e contava com dois princípios estruturadores: a regeneração da área deveria integrá-la à malha urbana da cidade de Milão e a definição de uma mistura de atividades deveria contemplar o desenvolvimento dos núcleos de tecnologia, pesquisa, educação e serviços, o que evitaria, dessa forma, a apropriação desse espaço pelo capital imobiliário.

Segundo Choay (2001), as funções ditas culturais (museus, bibliotecas, instituições universitárias e fundações) entram em concorrência com as funções de prestígio (ministérios, sedes sociais, hotéis) ou correntes (escritórios, alojamentos e comércio), e os utilizadores públicos são substituídos pelo mercado privado.

Conforme Barda (2007), o projeto *Pirelli-Bicocca* objetiva conciliar a reinterpretação da multiplicidade e densidade da cidade histórica com as exigências do presente, ocupando áreas vazias com edifícios e espaços bem definidos.

A trama e o arruamento periférico ao conjunto preocupavam-se em constituir uma continuidade em relação à malha urbana já existente da cidade. Um cuidadoso estudo em termos de organização e morfologia foi dedicado ao detalhamento e aos desenhos das vias para estabelecer alguns critérios de hierarquia. O novo sistema de estradas pode ser classificado em três categorias, que se diferenciam no desenho das áreas verdes e nas diferentes tipologias.

“Como projeto global, o Projeto Urbano se opõe a uma visão setorial do planejamento que introduziu redes de infraestrutura provocando rupturas claras entre cidades e muitas vezes no interior de uma mesma cidade” (Machado, 2004, p.93).

A fim de integrar a região com todo o território de Milão, viabilizou-se a interligação, com poucas paradas, da área da *Pirrelli La Bicocca* com a região central de Milão com a existência da estação de trem *El Greco*, que teve sua área frontal redefinida e transformada em uma praça no eixo da via Emanuelli, principal via de conexão no sentido leste-oeste de *La Bicocca*. A via Emanuelli é atravessada por um *tram* de superfície que parte da estação de trem *El Greco*, conectando a região ao centro de Milão e às principais rodovias que dão acesso ao norte da Europa.

Não só em Milão como também em Londres, na experiência de *Docklands*, a participação da iniciativa privada em larga escala nos empreendimentos imobiliários só se realiza na implantação de linhas de transporte que criaram uma centralidade, ampliando a acessibilidade para o centro. No caso de Milão, uma linha com apenas duas paradas

une a nova centralidade ao norte com o centro da cidade. Em *Docklands*, a linha *Jubilee*, implantada em 2000, reafirma o sucesso imobiliário de um projeto anteriormente considerado fracassado, permitindo sua posterior expansão (Somekh, 2010).

O período de transformação da antiga área da *Pirelli* em um novo polo tecnológico misto e integrado coincide com um momento mundial de transformações socioeconômicas. O pós-guerra viu a ascensão de uma série de indústrias baseada em novas tecnologias: os carros, a construção de navios e de equipamentos de transporte, o aço, os produtos petroquímicos, a borracha, os eletrodomésticos e a construção se tornaram os propulsores do crescimento econômico, concentrando-se numa série de regiões de grande produção da economia mundial (Harvey, 2009).

A expansão dos períodos pós-guerra é caracterizada por transformações nos modos de produção fordista, baseado em leis rígidas e na produção em massa, que teve de assumir novos papéis e funções relativos ao desempenho dos mercados de trabalho e dos processos de produção. “Passamos do fordismo para o que poderia ser chamado de regime de acumulação flexível uma reveladora maneira de caracterizar a história recente” (Harvey, 2009, p.140).

A sociedade urbana industrial após a década de 1970 é substituída pela sociedade do conhecimento pós-industrial, que fará uso do pensamento criativo e do avanço tecnológico, que caracterizam o período pós-moderno.

Entre as diferentes dimensões da crise urbana provocada pelo processo global de reestruturação econômica que tem se intensificado ao longo dos últimos 25 anos, destaca-se o surgimento de grandes áreas ociosas ou subutilizadas, particularmente nas cidades e setores urbanos cujo crescimento havia se amparado na indústria de transformação. Atividades manufatureiras que pautaram, por décadas, a vida dessas aglomerações subitamente se viram compelidas a encerrar suas atividades, ou, na melhor das hipóteses, tiveram que implantar importantes transformações em seus métodos e cadeias produtivas, muitas vezes deslocando unidades de produção para outras regiões, em um processo já conhecido em suas consequências econômicas, sociais e urbanísticas (Somekh & Campos Neto, 2005).

A área de intervenção é de aproximadamente 70 hectares (Figura 2), e o empreendimento atraiu investimentos da maioria das empresas italianas e internacionais, contando com um aporte financeiro de aproximadamente 2,450 bilhões de liras, cifras que demandaram uma enorme organização gerencial (Guerra & Mendes, 2005).

Houve a colaboração entre os âmbitos público (o Município de Milão) e privado (Grupo *Pirelli*), que foram articulados através da *Agenzia Sviluppo Nord Milano* (ASNMI), que articula quatro municípios com vista às transformações industriais. *Sesto San Giovanni*, um dos municípios envolvidos, teve 70% da sua área industrial esvaziada.

Houve, ainda, a inclusão de diversos outros agentes devido à escala do empreendimento, inclusive estruturas financeiras de porte e iniciativas coordenadas, visando a

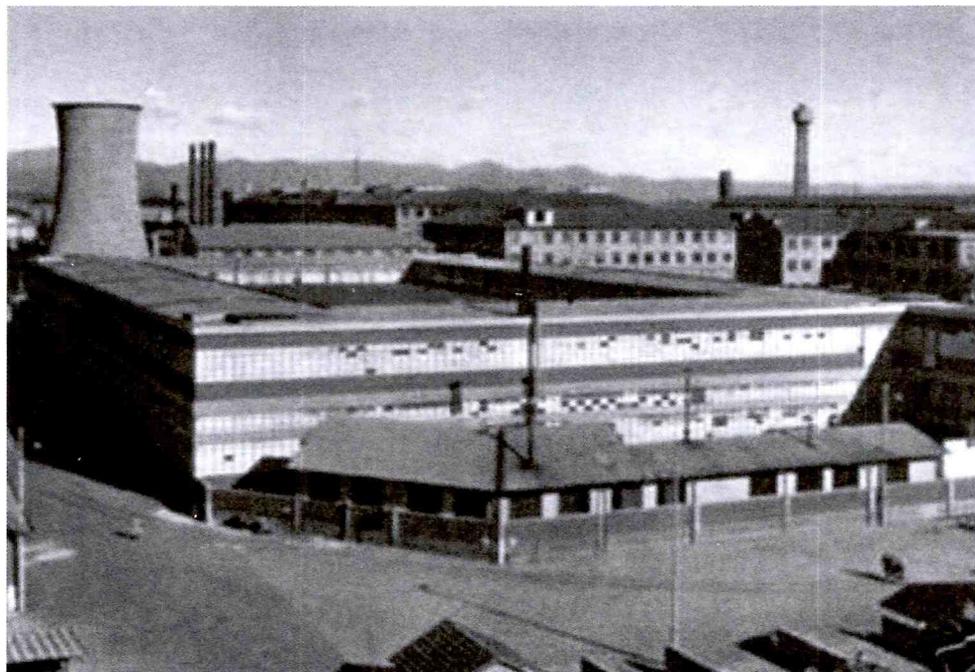


FIGURA 2 – Antiga área industrial *Pirelli Bicocca* — Milão — 1922.

Fonte: Pirelli (2010).

garantir a viabilidade do projeto. O projeto sofreu várias modificações que não se submeteram aos critérios técnicos das normativas de planejamento da cidade. Criou-se a “Zona Especial Z4 *Bicocca*”, que garantiu maior flexibilidade no atendimento às exigências normativas, o que foi fundamental para o sucesso da iniciativa. A dimensão econômica e urbanística da intervenção é a maior da história da Itália, País em grande defasagem nesse setor em relação aos outros países europeus (Guerra & Mendes, 2005).

Desde o começo de 1990, a tarefa de coordenação ficou a cargo de uma divisão específica do *Grupo Pirelli & Co*, a Companhia Central de Milão; a *Pirelli*, como principal investidora e proprietária da área, teve o poder de decisão sobre os programas e atividades a serem incorporados e o próprio destino na área, porém de forma articulada com as prefeituras envolvidas através da agência de desenvolvimento ASNM (Guerra & Mendes, 2005).

Conforme descrito por Vargas e Catilho (2006), a participação e a gestão dos proprietários e dos indivíduos diretamente relacionados às áreas de intervenção são a força motriz de programas de intervenção urbana.

A *Agenzia Sviluppo Nord Milano* foi incorporada pela Agência de Desenvolvimento Milano Metropoli formada no início de 2005, quando a estrutura corporativa da ASNM estava sendo redefinida. Desde 1996, ASNM tinha sido a agência local responsável pela reindustrialização e reconversão econômica e social do norte de Milão após o fechamento das maiores fábricas da região nos anos 1990 (Milano Metropoli, 2011a).

A Agência de Desenvolvimento Milano Metropoli é uma nova forma de articulação regional voltada para ações de desenvolvimento econômico, dentro de uma perspectiva de governança. É uma sociedade formada com capital público (principalmente) e privado,

promovidos pela província de Milão para o desenvolvimento econômico e social de uma das mais dinâmicas áreas metropolitanas da Europa. Tem como objetivo a promoção e o desenvolvimento sustentável da área metropolitana de Milão através de ações de desenvolvimento territorial (ações de *marketing* territorial e de comunicação); suporte a setores econômicos estratégicos (traçar planos para apoiar negócios em diferentes setores importantes para a área e ações de reindustrialização, micro e pequenas empresas); projetos de desenvolvimento urbano para dar suporte às agências locais com seus planos de reconversão de instalações industriais abandonadas a fim de garantir os objetivos e a qualidade das intervenções (Milano Metropoli, 2011a).

O PROJETO URBANO DE GREGOTTI

Formado pela Faculdade de Arquitetura em 1952, pelo Politécnico de Milão, constituiu, em 1974, a *Gregotti Associati*, com Augusto Cagnardi e Pier Luigi Cerri. Atualmente é professor do Instituto Universitário de Arquitetura de Veneza e, desde 1979, é diretor da revista de arquitetura *Rassegna*. Foi responsável pelo plano urbanístico e pelos projetos de arquitetura do complexo de edifícios de *La Bicocca*.

Gregotti objetivou criar um novo polo tecnológico multifuncional e integrado que se transformasse em uma nova centralidade urbana através da implantação de residências, abundância de serviços, como instalações esportivas, lojas, espaços verdes e lotes de estacionamento, que representam elementos substanciais para o melhoramento da qualidade de vida urbana, criando, dessa forma, um segundo centro em Milão, com a presença de um elemento de descontinuidade para uma cidade tradicionalmente monocêntrica. A proposta do escritório de Vittorio Gregotti ainda prevê que o projeto para *Bicocca* possa se tornar uma espécie de modelo para áreas localizadas mais ao norte que ainda esperam a oportunidade de uma revitalização.

O planejamento da área teve como objetivo criar um novo polo tecnológico, integrado à malha viária existente, e que mantivesse a tradição da região — sempre fértil para a inovação e investigação —, e também promovesse e integrasse usos mistos diferenciados, como residências, comércio, cultura, instituições, serviços e pesquisa de âmbito público e privado, que estariam presentes nessa intervenção (Guerra & Mendes, 2005).

A intervenção deveria ter caráter territorial e os novos serviços deveriam atender não só a localidade, mas também os bairros vizinhos do norte de Milão. O plano propôs somar à multiplicidade e densidade da cidade histórica pré-existente as necessidades e as possibilidades atuais, ocupando o vazio remanescente com novos edifícios e espaços livres bem definidos e projetados a fim de criar uma nova imagem urbana para a área.

A qualificação dos espaços livres foi fundamental para a requalificação e para a constituição de uma nova imagem urbana como também para a valorização da cidadania. Projetos urbanos que privilegiem espaços públicos de qualidade se tornam inclusivos na

medida em que são priorizados e privilegiados (Somekh, 2009). A fluidez do espaço, com clareza visual e simplicidade, e a manutenção de grandes quarteirões fazem referência à implantação da antiga área industrial. A grande permeabilidade para pedestres no eixo norte-sul, através de espaços públicos, estruturados por ruas, calçadas, pátios e grandes praças (*Piazza dell'Ateneo Nuovo*, Parque da Cidade, *Piazza della Trivulziana*, *Piazza della Scienza*) é bem definida e priorizada.

O plano buscou ainda preservar a tradição da cultural milanesa e aspectos da cidade operária do início do século, em especial a simplicidade e a solidez dos elementos tradicionais encontráveis na periferia milanesa sem perder de vista as novas demandas.

Os projetos de arquitetura foram caracterizados por pequena diversificação de materiais e constância de detalhes e soluções tanto para os edifícios residenciais e de serviços como para os espaços públicos. Uma grande área de estacionamento e serviços públicos é definida no subsolo da maioria das edificações (Guerra & Mendes, 2005).

Com o objetivo de atrair não apenas a população local mas a de toda a região Milanesa, foram elaborados vários projetos voltados à inovação tecnológica e cultural: *Siemens*, *Deustch Bank*, *Johnson & Johnson*, Sede Grupo *Pirelli*, Teatro *Arcimboldi* (considerado o *Scala II*), *Hangar Bicocca Art Space* e a *Università Degli'Studi di Milano*, voltada para inovação tecnológica (Pirelli, 2007).

Além disso, espaços públicos de alta qualidade fazem parte do projeto, tais como *Piazza dell'Ateneo Nuovo*, Parque da Cidade, *Piazza della Trivulziana*, *Piazza della Scienza*, Parque da Esplanada, Parque *Collina dei Ciliegi*.

São aproximadamente 20 edificações, todas projetadas pelo próprio arquiteto Vittorio Gregotti, o que garante ao empreendimento uma uniformidade plástica, com solidez e simplicidade, sempre tendo como referência a antiga cidade industrial milanesa. A maioria dos projetos é de edificações totalmente novas, porém algumas, como a Universidade e a sede do Conselho Nacional de Pesquisa (CNR), são renovações feitas a partir de antigas instalações de armazéns industriais da *Pirelli* do início do século XX (Figura 3).

UNIVERSIDADE VOLTADA PARA A INOVAÇÃO

Há dois grandes complexos universitários em *Bicocca*: um deles é o Departamento de Ciências, formado por quatro edifícios em forma de "L" envolta da via Emanueli, o primeiro projeto a ser inaugurado na região em 1999; o outro é o Departamento de Humanas, inaugurado dois anos depois e localizado em dois antigos armazéns industriais construídos após a década de 1920 e renovados por Gregotti.

Ambos edifícios, de Humanas e Ciências, são voltados de frente, respectivamente, para as praças *Dell'Ateneo Nuovo* e *Della Scienza*, que atuam como ponto de encontro de estudantes, com uma série de equipamentos de mobília projetados para acentuar sua atmosfera comunitária. Essas praças funcionam também como cobertura para estaciona-

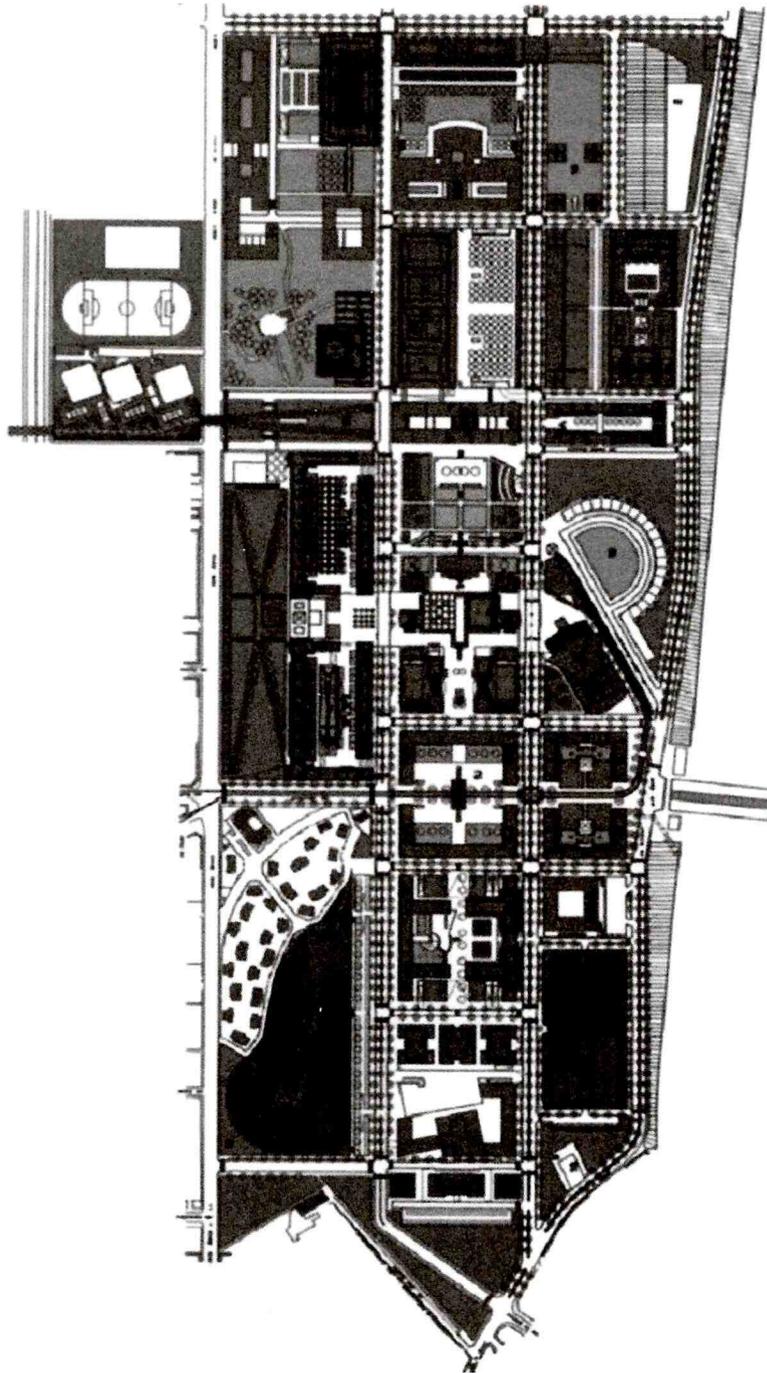


FIGURA 3 – Plano Urbanístico *Pirelli La Bicocca* — Milão 1985 — 2000.
Fonte: Campello & Ferrari (2009).

mentos subterrâneos e serviços públicos, áreas de descanso e salas de leituras localizadas no subsolo e nos andares térreos (Guerra & Mendes, 2005).

A cor vermelha usada tanto para o Departamento de Ciências como para o de Humanas cria uma identidade universitária imediatamente reconhecível em *Bicocca*, assim como as janelas e os brises na cor branca. São utilizados painéis pré-fabricados na coloração de tijolos vermelhos, fazendo referência às antigas instalações industriais da região (Guerra & Mendes, 2005).

A via Emanuelli atravessa a *piazza della Scienza*, circundada pela Universidade de Ciências, sendo um importante eixo de acessibilidade leste-oeste de *Bicocca*, ligando as grandes estradas do norte que entram em Milão e a estação de trem *Greco*. A grande praça de pedestres é atravessada pelo serviço metropolitano de trilhos que conecta a linha subterrânea planejada para o *Viale Fulvio Testi*, a oeste, com a linha de serviço existente no *Viale Monza*, a leste. A entrada dos edifícios na extremidade sul das praças está posicionada no eixo central de pedestres, que organiza a área inteira da intervenção (Figura 4).

RESIDÊNCIAS COM DIVERSIDADE SOCIAL

Gregotti desenhou três unidades habitacionais diferenciadas pelo tipo de ocupante. A primeira é o bloco da habitação da cooperativa na via Emanuelli, que tem sido programado para habitação da cooperativa de baixo custo. O segundo é o edifício na via *Sesto San Giovanni*, em que a habitação foi designada através de uma convenção para classe média. A terceira é a Unidade Habitacional da Esplanada, com proposta para venda para a média e a alta classe pelas agências de Bens Imóveis da *Pirelli*. Essa mistura de usos e de classes sociais objetiva promover e revitalizar a área através da inclusão social (Guerra & Mendes, 2005).

Além desses empreendimentos residenciais, existe também um complexo estudantil — com 7 torres de aproximadamente 13 andares —, localizado bem ao centro de *La Bicocca*, voltado para a *piazza della Trivulziana* e com fundos para o Parque da Cidade (Figura 5). Há serviços nos andares térreos e residência nos andares superiores destinada à moradia estudantil. Um dos edifícios de estudantes é diferenciado e utiliza os mesmos painéis pré-fabricados em coloração de tijolos vermelhos que são usados em outras estruturas da universidade. A posição central desse edifício se torna um marco na área de *La Bicocca* (Guerra & Mendes, 2005).

A Residência da Esplanada apresenta 3 diferentes arranjos volumétricos e conformidade visual. O prédio interno tem 8 andares, e o prédio em frente à área verde inclinada (*Viale Sarca*) tem 6 andares. A fachada norte da Via Padre Beccaro apresenta 13 andares e é interrompido por um grande portal que se abre para uma elevada vista da nova sede do grupo *Pirelli*. Essa abertura sustenta uma passarela de pedestres de metal, ligando um espaço condominial aberto e as escadas do lado oposto (Guerra & Mendes, 2005).



FIGURA 4 – Departamento Humanas Universidade *Bicocca* — Milão 1994 — 1999.
Fonte: Università degli Studi di Milano-Bicocca (2011).



FIGURA 5 – Edifícios Residência Estudantil — *La Bicocca* — Milão.
Fonte: Università degli Studi di Milano-Bicocca (2011).

A característica de misturas de usos e de classes sociais bem como a definição de uma entidade administrativa público-privada central para a gestão e implementação do projeto de longa duração também estão presentes na maioria das experiências internacionais de projetos urbanos bem-sucedidos. A mistura de classes sociais pode ser entendida como elemento de inclusão (Somekh, 2004, p.133).

ATIVIDADES VOLTADAS PARA A INOVAÇÃO

Formada pelos Escritórios do Conselho Nacional de Pesquisa (finalizados em 1993), pela nova sede do grupo *Siemens*, pelo *Deutsche Bank* e pelas torres de escritórios (finalizadas em 1997) e pelo edifício da *Azienda Elettrica Municipale* (AEM) — companhia de energia de Milão —, uma nova centralidade foi proposta e ligada ao centro de Milão por transporte rápido.

Esse polo tecnológico integrado, multifuncional e especializado em pesquisa, produção e comercialização de tecnologia de ponta tem, além de instituições financeiras, muitos centros de pesquisa e locais de grandes corporações, como *Deutsche Bank*, *Siemens* e *Hachette Rusconi, Johnson & Johnson*.

A linguagem adotada no prédio da *Siemens* evoca as grandes arquiteturas do início do século XX, que expressavam o desenvolvimento da civilização industrial através da forma arquitetônica (Guerra & Mendes, 2005).

O edifício de escritórios do CNR é resultado de um trabalho de renovação e regeneração realizado em uma construção industrial pré-existente: uma grande estrutura de armazém composta de 5 grupos de 21 altas fileiras de treliças cobertas por telhados de galpão (Guerra & Mendes, 2005).

A grande conscientização do verde nos últimos tempos elevou o número de estudos na busca de novas tecnologias para produzir energia. A iniciativa AEM em colaboração com Ansaldo e *Agenzia nazionale per le nuove tecnologie, l'energia e lo sviluppo economico sostenibile* (ENEA) levou ao estabelecimento de uma estrutura para experimentação de “células combustíveis” para produção de energia elétrica e térmica, sem nenhum produto derivado poluente: esse foi o primeiro empreendimento desse tipo na Europa.

UMA ÂNCORA CULTURAL

O novo teatro ficou pronto em 2001. Criado para receber a mais alta demanda de concertos musicais e *performances* da área metropolitana Milanese, suportando uma audiência de 2 375 pessoas distribuídas em três níveis, emprega a mais avançada solução tecnológica de qualidade acústica e de desenho de palco. O *Teatro Arcimboldi* foi aberto para receber a temporada do *Teatro alla Scala*, que estava em restauração. Atualmente é o maior teatro da Itália, com uma nova autonomia de vida: é considerado um espaço único em Milão devido ao seu critério construtivo. Sua entrada se abre para uma grande praça, que é o ponto de destinação das pessoas para o estacionamento público, o metrô, o bonde e as estações de trem (Figura 6).

As paredes do grande *hall* são acabadas em madeira pintada de vermelho, enquanto a argamassa do teto é desenhada de acordo com a articulação do complexo para uma ótima qualidade acústica. Os painéis móveis de vidro funcionam como deflectores de som e como tela de iluminação para o *hall* (Guerra & Mendes, 2005).

MANTENDO A ÁREA DE PRODUÇÃO DA PIRELLI

Embora 90% da produção da *Pirelli* tenham sido reestruturadas e transnacionalizadas, 10% ainda permanecem na área original. Em 1999, foi inaugurado o edifício da *Pirelli, R&D Pneus*, destinado para pesquisa e desenvolvimento de pneus. Além desse edifício, a *Pirelli & Co. de Bens Imóveis (Pirelli Corporate Real State)* construiu uma nova sede, proposta para ser a imagem oficial do grupo e que estabeleceu um símbolo visual impressionante de ligação entre a velha e a nova companhia. Uma antiga torre de resfriamento de 50m², importante marco dessa antiga área industrial, foi envolta por um grande volume de vidro e cimento, com uma imensa abertura de vidro de 40m na face oeste, que se abre à frente da histórica residência *Bicocca degli Arcimboldi* (Guerra & Mendes, 2005).

Dentro da torre, um sistema de quatro novos andares foi criado para acomodar salas de reunião e espaços de escritórios das companhias (incluindo um *hall* de conferência de 350 lugares no térreo), e está ligado aos escritórios por quatro passarelas suspensas. A configuração cúbica do complexo é completada por um telhado de tijolos de vidros no átrio central, que contém rotas de acesso à plataforma de aterrissagem de helicópteros acima do edifício (Guerra & Mendes, 2005).

A preservação da antiga torre alta de refrigeração demonstra a preocupação com a restauração do patrimônio local, que simboliza a arquitetura e as atividades industriais que caracterizaram historicamente a área. Segundo Choay (2001), a retirada de um monumento de sua condição museológica e sua reutilização é a forma mais audaciosa e difícil de valorização patrimonial, não devendo se basear apenas em uma semelhança com o destino original, mas, sim, no estado material do edifício e sua adequação em função do fluxo de seus novos utilizadores.

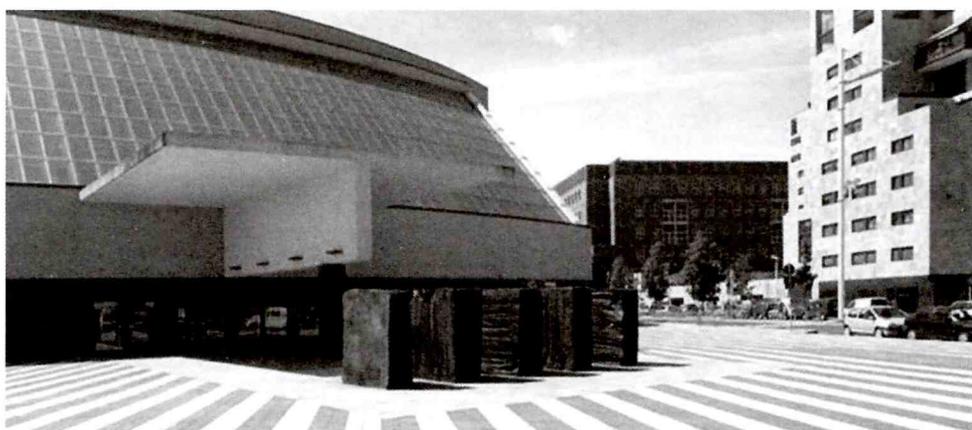


FIGURA 6 – Teatro degli Arcimboldi — Milão 1997 — 2002.

Fonte: Gregotti Associati International. Disponível: <<http://www.gregottiassociati.it>>. Acesso: 14 magg. 2012.

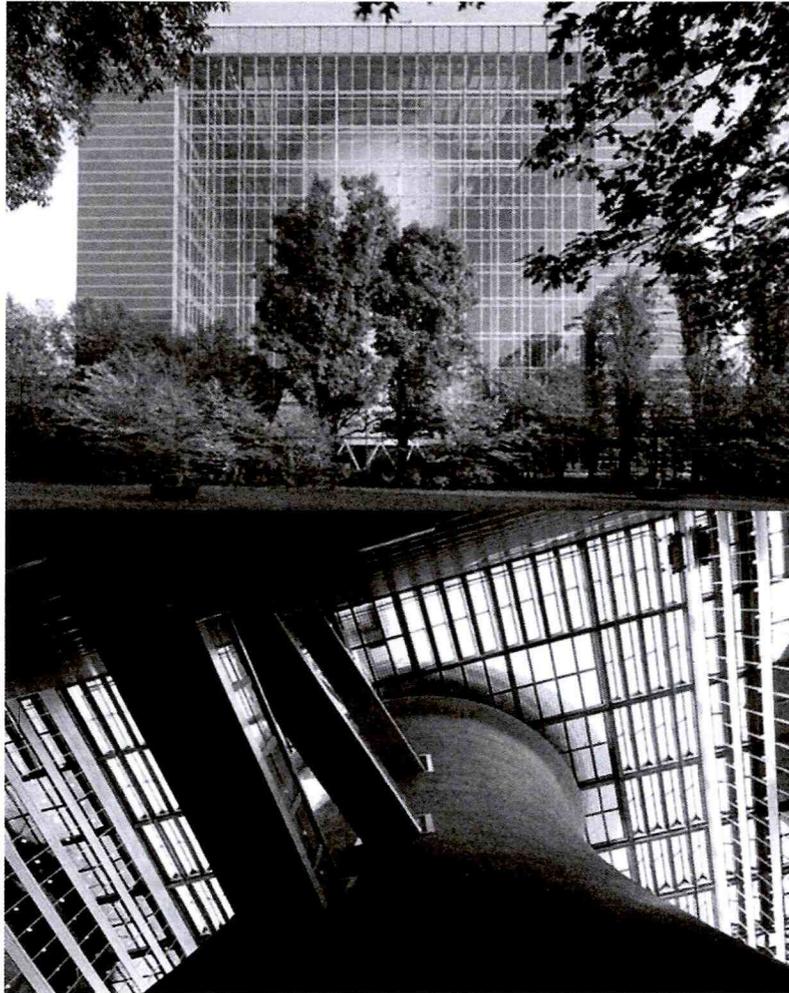


FIGURA 7 – Sede da *Pirelli* em *La Bicocca* — Milão 1999 — 2004.

Fonte: Gregotti Associati International. Disponibile: <<http://www.gregottiassociati.it>>.

Accesso: 14 magg. 2012.

A nova sede da *Pirelli* foi o último projeto a ser finalizado em 2004, porém, a partir de 2005, dois novos projetos de edifícios são propostos dentro da área da *Pirelli* em *La Bicocca* (Figura 7). Além disso, novas áreas no entorno de *La Bicocca* são revitalizadas, expandindo e dando continuidade a esse processo de intervenção e requalificação urbana. Esses novos projetos propostos a partir de 2005 são chamados de *A Grande Bicocca* (Pirelli, 2008).

Em 2006, começaram as obras de renovação do edifício *Sedici*, antiga indústria do grupo Ansaldo, situada no entorno norte de *La Bicocca*, ao longo do *Hangar Bicocca*. O edifício oferece oficinas e *ateliers* dispostos em amplos *lofts* adaptáveis às necessidades específicas. O projeto prevê a realização de cerca de 65 unidades, com 7 tipologias distintas de projetos de tamanhos variáveis (de 160 a 600m²), distribuídos em 2 níveis acima do solo.

A ampliação da sede da *Pirelli RE* (HQ 2) abriga hoje 800 pessoas, e, para garantir a uniformidade do projeto anterior, foi projetado também pelo escritório Gregotti Associados, que propôs a integração do edifício existente com 12 070m² adicionais. Esse novo projeto consiste na construção de um novo edifício de escritórios de alta qualidade arquitetônica a fim de ampliar a atual sede administrativa da *Pirelli*. A intervenção consiste na

construção de dois pisos subterrâneos utilizados como estacionamentos e centros de tecnologia e de cinco pisos acima do solo para os escritórios do Grupo *Pirelli* e algumas áreas especiais, incluindo uma enfermaria, uma central de controle operacional e um salão de eventos. Sua obra foi iniciada em 2007 e finalizada em 2009 (Pirelli, 2008).

O novo edifício tem desempenho de alto nível, com eficiência energética de acordo com o programa *Office Ecobuilding* da *Pirelli RE*. De acordo com as simulações atuais, o consumo de energia para aquecimento de inverno será cerca de 30% inferior atendendo a futura Lei nº 192, de 1 de janeiro de 2010. A fim de explorar a luz solar, foi previsto a instalação um teto de telas de alumínio processado para a difusão da luz natural no interior dos ambientes de trabalho para economia de energia e aumento substancial da qualidade de conforto térmico e luminoso dos ambientes (Pirelli, 2007).

Dentro da área de *La Bicocca*, outro novo edifício da *Pirelli* (Edifício 143 — *Pirelli*) concentrará grande parte do *business*, da gestão e da pesquisa sobre a produção, a fim de renovar a sua presença histórica na área e a centralidade do seu território ao norte da grande Milão. Também projetado pelo *Studio Gregotti Associados*, a obra iniciou-se no quarto semestre de 2007 e se encontra finalizada (Milano Metropoli, 2011b).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise da intervenção urbanística de *La Bicocca* faz-se necessária para o sucesso das intervenções urbanas contemporâneas. Retomar conceitos que considerem a totalidade do espaço, seu contexto histórico, urbano e regional e que trabalhe simultaneamente dentro de uma escala local que considere o lote, o terreno, a área e principalmente as pessoas que habitam determinado espaço são elementos determinantes para um desenvolvimento urbano de qualidade.

Através de políticas públicas e privadas articuladas, o projeto de *La Bicocca*, inseriu-se sem romper com o contexto histórico e social da região, não descaracterizando a antiga área existente bem como seu entorno, conservando elementos da história do lugar e da identidade cultural de sua população.

Ao mesmo tempo, articulou-se e promoveu impactos em toda região de Milão e da Itália, criando uma nova centralidade urbana para a região, porém, com limites de ação ao capital imobiliário.

Um projeto local que aos poucos se inseriu em uma área de aproximadamente 650 mil m², através de um planejamento estratégico que o considerou e o conectou dentro de uma perspectiva mais ampla sem perder de vista seu caráter pontual.

No Brasil ainda não há instrumentos de gestão metropolitana que articulem municípios e definam novas centralidades. Também inexistem instrumentos de gestão urbana que consigam articular interesses privados para construção de espaços públicos de qualidade e ainda instrumentos financeiros que permitam a inclusão social. A grande desigualdade social, apesar dos programas de redistribuição de renda federais permanece como marca

das nossas cidades. Como formular projetos urbanos no Brasil que superem o atendimento estrito dos desígnios do capital imobiliário? O projeto apresentado nos dá uma pista de solução. Resta saber se nossa atual sociedade nos permite sonhar com cidades melhores.

A medida de sucesso das intervenções é entendida em função da capacidade dos impactos urbanos verificados resultarem na melhoria da vida da população como um todo, não recorrendo a práticas voluntárias de derrubada de quadras inteiras de Patrimônio Histórico, substituindo-as por projetos âncoras e acarretando a expulsão de pobres e de moradores de rua.

A preocupação com o desenvolvimento local e a geração de recursos para a população de baixa renda, em processos de gestão compartilhados com agentes públicos e privados, bem como a adoção de elementos efetivos de inclusão social, tendo a moradia subsidiada como foco necessário, são elementos fundamentais para se intervir em cidades com grandes desigualdades sociais.

REFERÊNCIAS

- ARANTES, O.; VAINER, C.; MARICATO, E. *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. 5.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- ASCHER, F. *Os novos princípios do urbanismo*. São Paulo: Romano Guerra, 2010.
- BARDA, M. Revitalização da área Pirelli, Bicocca 1985-2000. *Vitruvius*, 006.01, ano 1, 2007. Disponível em: <www.vitruvius.com.br>. Acesso em: 14 maio 2012.
- CAMPELLO, F.; FERRARI, S. *Campello & Ferrari Architects Portfólio*. 2009. Available from: <http://www.cfar-architects.it/wp-content/uploads/2009/12/CFA-brochure_web_eng.pdf>. Cited: 14 May 2012.
- CHOAY, F. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001
- GUERRA, A.; MENDES, T.M.D. *Intervenções em áreas degradadas: Bicocca*, Milão, Itália. Relatório interno de pesquisa. Campinas: PUC-Campinas, 2005.
- HARVEY, D. *Condição pós-moderna*. 18.ed. São Paulo: Loyola, 2009.
- MACHADO, D.B.P. Cidade contemporânea e projetos urbanos. In: SCHICCHI, M.C.; BENEATTI, D. (Org.). *Urbanismo: dossiê São Paulo — Rio de Janeiro*. Campinas: PUC-Campinas, 2004.
- MILANO METROPOLI. *Agenzia di sviluppo*. 2011a. Disponível: <<http://www.milanomet.it/it/chi-siamo/milano-metropoli-agenzia-di-sviluppo.html>>. Acesso: 14 magg. 2012.
- MILANO METROPOLI. *Citta' di Milano, progetti in corso*. 2011b. Disponível: <<http://www.milanomet.it/it/trasformazioni-urbane/citta-di-milano-progetti-in-corso-2.html>>. Acesso: 14 magg. 2012.
- MILANO METROPOLI. *La regione milanese-un'area urbana globale*. 2011c. Disponível: <<http://www.milano-met.it/territorio/unarea-urbana-globale.html>>. Acesso: 14 magg. 2012.
- PIRELLI. Il nuovo volto di un'ex area industriale: il progetto grande Bicocca. *Assoimmobiliare*, n.2, p.12-13, 2007. Disponível: <<http://www.assoimmobiliare.it/magazine/n-2.pdf>>. Acesso: 14 magg. 2012.
- PIRELLI. *Pirelli & C. Real Estate S.p.A.* 2008. Available from: <<http://www.pirelli.com/investor/2007/eng/pages/44/>>. Cited: 14 May 2012.
- PIRELLI. *Bicocca 1907-1985*. 2010. Disponível: <<http://www.pirelli.com/corporate/it/company/history/architecture/bicocca/default.html>>. Acesso: 14 maio 2012.
- SOMEKH, N. Projetos urbanos utopias realizáveis. In: GASPAR, R. *Espaço urbano inclusão social*. São Paulo: Perceu Abramo, 2004. p.131-140.
- SOMEKH, N. Projetos urbanos e inclusão social: o caso de São Bernardo do Campo. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DA ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS LATINO-AMERICANOS, 28., 2009, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: IETS, 2009. p.356-358.
- SOMEKH, N. *Transformações urbanas contemporâneas*. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ARQUITETOS, 19., 2010, Recife. *Anais...* Recife: IAB, 2010. p.157.
- SOMEKH, N.; CAMPOS NETO, C.M. Desenvolvimento local e projetos urbanos. *Vitruvius*, 05.059, ano 5, 2005. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br>>.
- VARGAS, H.; CASTILHO, A. (Org.). *Intervenções em centros urbanos: objetivos, estratégias e resultados*. Barueri: Manole, 2006.
- UNIVERSITÀ DEGLI STUDI DI MILANO-BICOCCA. *Storia dell'Ateneo*. 2011. Disponível: <<http://www.unimib.it/go/223840311/Home/Italiano/Ateneo/Storia-dell'Ateneo>>. Acesso: 14 magg. 2012.

RESUMO

Este trabalho objetiva analisar um caso de implementação de projetos urbanos em áreas industriais dentro de uma perspectiva de desenvolvimento local. Entende-se por projetos urbanos as iniciativas de renovação urbana concentradas em determinados setores da cidade que combinam agentes públicos e privados, cujos investimentos e intervenções seguem um plano urbanístico, podendo se apoiar no redesenho do espaço urbano e arquitetônico, em normas legais específicas e em novas articulações institucionais e formas de gestão, porém com ações que os diferenciem de meros empreendimentos imobiliários. O Projeto *Pirelli La Bicocca* é um caso exemplar de inclusão: coloca o espaço público de maneira central, preserva o patrimônio histórico e apresenta novas formas de trabalho e renda aliadas a uma participação democrática na sua formulação.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas industriais. Inclusão social. Novas centralidades. Projetos urbanos.

URBAN PROJECT AND SOCIAL INCLUSION: MILÃO PIRELLI LA BICOCCA

ABSTRACT

This aim of this paper is to analyze a case of urban project implementation in industrial areas within a local development perspective. Urban projects are understood as urban renewal initiatives concentrated in certain sectors of the city, combining public and private actors, whose investments and interventions follow a development plan. These may be based on the redesign of urban and architectural space, specific legal norms and institutional articulations and new forms of management, but with actions that differentiate them from mere real estate enterprises. The Pirelli La Bicocca Project is an exemplary case of social inclusion: because it places public space in a central position, preserves historical heritage and presents new forms of work and income allied to democratic participation in its formulation.

KEYWORDS: Industrial area. Inclusion. New centrality. Urban projects.

FAVELAS VIRAM BAIROS DE VERDADE? REFLEXÕES SOBRE A PROPAGANDA DO PROGRAMA
VILA VIVA DO AGLOMERADO DA SERRA | Reginaldo Magalhães de Almeida

Doutorando | Universidade Federal de Minas Gerais | Escola de Arquitetura |
R. Paraíba, 697, Funcionários, 30310-190, Belo Horizonte, MG, Brasil
E-mail: ralmeida04@hotmail.com

| Recebido em 14/8/2012 e aceito para publicação em 14/9/2012

FAVELAS VIRAM BAIROS DE VERDADE? REFLEXÕES SOBRE A PROPAGANDA DO PROGRAMA VILA VIVA DO AGLOMERADO DA SERRA

INTRODUÇÃO

As políticas voltadas ao enfrentamento das favelas criaram um consenso acerca da necessidade de urbanização e de melhoramentos em detrimento das ações de remoção. Em Belo Horizonte, como parte da política de intervenção nas favelas, vem sendo desenvolvido pela Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte (URBEL) o Programa Vila Viva: um conjunto de intervenções caracterizadas como estruturais, que envolvem a implantação de infraestrutura urbana, consolidação geotécnica, melhorias habitacionais, remoções, reassentamentos em conjuntos verticalizados, regularização fundiária e incentivo à promoção do desenvolvimento socioeconômico da população afetada.

O projeto-piloto de intervenção do Programa Vila Viva foi o do Aglomerado da Serra, que tem uma área aproximada de 151 hectares e uma população de 60 mil habitantes. O início dos trabalhos foi em 2005, e a primeira etapa foi finalizada em 2011. Atualmente, estão sendo realizadas as obras das segunda e terceira etapas (Belo Horizonte, 2011).

O presente trabalho apresenta um estudo e uma crítica a respeito do discurso e das imagens presentes nos folhetos de propaganda da primeira fase do programa de intervenção de favelas Vila Viva, no Aglomerado da Serra.

Este artigo tentará demonstrar que os folhetos apresentam uma ideologia de dominação social estudada por pensadores como Adorno e Horkheimer (1985) e

Debord (1997). Os três criticam a expansão industrial dos objetos da cultura produzidos em série para grandes massas urbanas, bem como a subjetividade de determinadas sociedades. Tais efeitos, de acordo com esses autores, estão ligados diretamente com a produção e a transmissão de ideologias que afetam não apenas os indivíduos isolados, mas toda a sociedade.

O material que será analisado constitui-se de dois folhetos de propaganda do Programa Vila Viva, no Aglomerado da Serra, distribuídos para a população das vilas que compõem o aglomerado e parte da cidade, quando da inauguração das obras no final de 2011. Para contribuir com as análises, em janeiro de 2012, foi realizada uma visita às obras do aglomerado, e, em 13 de fevereiro de 2012, entrevistou-se a equipe de comunicação da URBEL responsável pela elaboração do folheto e o assessor de imprensa — Pedro Veríssimo. As respostas serão inseridas no desenvolvimento do artigo e também servirão de base para desenvolvimento da crítica aos folhetos.

OS FOLHETOS DE PROPAGANDA — FAVELA BAIRRO OU BAIRRO FAVELA?

Como a maioria das favelas de Belo Horizonte, o Aglomerado da Serra apresenta relevo acidentado, elevada densidade demográfica e construtiva, acessibilidade deficiente, áreas de elevado risco geológico-geotécnico, carência de equipamentos públicos e uma população de baixo poder aquisitivo.

Dentre as obras da primeira etapa do Programa Vila Viva realizada no aglomerado, de 2005 até 2011, destacam-se: ampliação da coleta e tratamento de esgoto; interceptação dos esgotos ao longo dos talvegues; limpeza dos talvegues; implantação de bacias de contenção de cheias; ampliação da rede de abastecimento de água; ampliação da coleta de resíduos sólidos; execução de novas vias veiculares e urbanização de becos; implantação de três parques com 250 mil m²; construção de unidades habitacionais; remoção de aproximadamente 200 famílias das áreas de risco; remoção de quase 300 famílias para abertura da av. Cardoso, via que permite o acesso entre o bairro de Santa Efigênia, região leste da capital, e a rua Capivari, no bairro da Serra. No geral, o programa prevê ainda a construção de cerca de 550 unidades habitacionais (Belo Horizonte, 2011).

Em 2011, como política de divulgação das obras, a URBEL distribuiu para a população de Belo Horizonte dois tipos de folhetos de propaganda, com informações sobre a obra realizada no Aglomerado da Serra. A parte interna descreve as obras realizadas: como eram antes os espaços que passaram por intervenções e como ficaram depois das obras.

As capas dos folhetos apresentavam a foto de uma encosta do aglomerado e dos prédios construídos destinados ao reassentamento da população afetada pelas obras ou retiradas das áreas de risco. No alto das imagens, destacam-se as seguintes manchetes: “Vilas, Favelas, Aglomerados viram bairros de verdade” e “Aglomerado ganha cara de bairro” (Figuras 1 e 2).



FIGURA 1 – Capa do folheto do Programa Vila Viva, distribuído em março de 2011.
Fonte: Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2011.

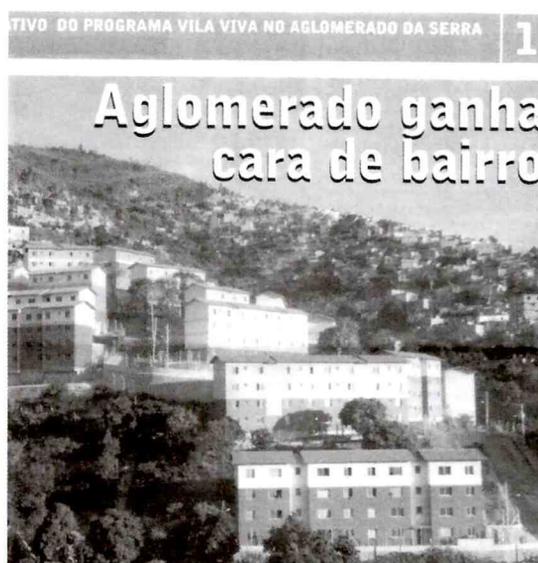


FIGURA 2 – Capa do folheto do Programa Vila Viva, distribuído em junho de 2011.
Fonte: Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2011.

Autores ligados à comunicação e às artes gráficas têm trabalhado sobre a amplitude dos meios impressos de propaganda na sociedade contemporânea, como os folhetos distribuídos pela URBEL, enquanto um mecanismo deliberado e sistemático de marcar as percepções, manipular as cognições e dirigir o comportamento para se obter uma resposta que aumente a intenção desejada do autor da propaganda. Os folhetos, como mecanismos de repasse das informações, são essenciais à propaganda, uma vez que são canais que podem atingir um grande público (McQuail, 2003).

A retórica presente em folhetos, como o do Programa Vila Viva, aparece como uma verdadeira ciência da criação da mensagem publicitária. Seu critério de valor é a convicção que procura prender o leitor, o tempo suficiente para permitir-lhe, eventualmente, ler um texto como “Aglomerado ganha cara de bairro”. A imagem presente nele pode criar uma multidão de evocações ou de conotações confusas, mas atrativas, que são cristalizadas por um texto sucinto de algumas palavras muito legíveis (palavras indutoras), que eliminam do campo das interpretações possíveis a quase totalidade dessas interpretações para reter uma sobre a qual se dá o impacto da mensagem.

Entretanto, há aqueles que consideram a propaganda tanto um processo de informação quanto de controle da vida política e de persuasão: um processo de disseminação de ideias com a finalidade de promover no grupo para o qual se dirige os objetivos do emissor, que podem não ser os mesmos do receptor, o que representa um caminho aberto para as mistificações (Quintero, 1993).

Segundo entrevista realizada com o assessor de imprensa da URBEL — Pedro Veríssimo —, responsável pela equipe que desenvolveu a propaganda do Programa Vila Viva, no Aglomerado da Serra, em 2012, a intenção principal dos folhetos é passar para

a população a mensagem de que o objetivo do programa é possibilitar a inclusão da “[...] *população das vilas à cidade formal ao garantir o acesso a vários serviços urbanos*” (Pedro Veríssimo). Para tanto, são desenvolvidos os serviços de saneamento e de reestruturação viária — que implicam uma melhor acessibilidade dos moradores (ônibus, ambulâncias, caminhão de lixo, viaturas da polícia, táxi) —, erradicação das áreas de risco geológico, recuperação das áreas degradadas e implantação dos espaços e equipamentos de lazer. Junto com esses objetivos está o de “[...] *reassentar as famílias removidas de trechos de obras e de áreas de risco para prédios seguros, culminando com a regularização fundiária, que possibilita a emissão da escritura dos imóveis*” (Pedro Veríssimo).

Para a URBEL, as intervenções possibilitam que a favela se transforme em um “*bairro de verdade*”. De certa forma, também procuram expressar a ideia de que todos têm direito à cidade, inclusive aqueles que, por razões históricas e diversas, foram obrigados a morar em assentamentos informais. “*Isto é um dos motivos da inserção das frases nos folhetos*” (Pedro Veríssimo).

Entretanto, as afirmativas acima induzem a alguns questionamentos, tais como: será que a intervenção urbana e a inserção de elementos estranhos (ruas, prédios, equipamentos urbano[...]) na favela são suficientes para integrá-la à cidade, como afirmam os objetivos desses programas? Ou mesmo transformá-la em bairro?

Confirmando-se as afirmações de Pedro Veríssimo, em visita ao local das obras, percebe-se, por meio de contato com a população afetada, que, no Aglomerado da Serra, é “[...] *patente a elevação da autoestima dos moradores*”, manifesta em frases como “[...] *agora posso pedir uma pizza e receber em casa; motorista de táxi não tem mais medo de subir aqui*”.

Na vistoria realizada em maio de 2011, são visíveis, no aglomerado, em pontos que passaram por intervenções, as transformações nas fachadas das casas, que estão recebendo até revestimentos de cerâmica. Essas modificações são chamadas de melhorias por alguns, mas não significam propriamente que houve uma melhoria das condições de habitabilidade — apenas houve, em muitos casos, uma importação de produtos comuns em vários bairros da cidade. Também várias famílias “[...] *vêm adquirindo carro etc*” (Pedro Veríssimo). Ter um carro ou objetos de desejo de uma sociedade brasileira cada vez mais consumista significa, na visão de boa parte da população, sua inserção na cidade dita formal. Porém, tal fato não muda a situação de exclusão da população das favelas e a possibilidade de sua transformação em bairros.

Para Jacobs (2000, p.125), certos pensamentos dominantes sobre uma vida com mais qualidade na cidade estão ligados a ter, nesses espaços, escolas, parques, moradias mais limpas e organizadas. Porém, não existe nenhuma relação entre uma boa moradia e um bom comportamento, e, mais, “[...] um bom abrigo é um bem útil em si enquanto abrigo; quando tenta se justificar um bom abrigo com o pretensioso argumento de que ele fará milagres sociais e familiares, estamos enganando a nós mesmos”. Um prédio escolar funcional, novo, com salas confortáveis, não garante uma educação exemplar. Da mesma

maneira, não existem garantias de que, se famílias de classe média ou de classe alta podem constituir bons bairros, as famílias pobres das favelas não consigam fazê-lo. Não é por ser favela que não é possível encontrar nela boas edificações. É comum casas construídas pelos próprios proprietários, sem auxílio de profissionais especializados, que funcionam e atendem muito bem às necessidades de seus moradores.

Entre bairros e favelas existem contrastes sociais e urbanísticos visíveis e expressos na imagem de ambos, mas também esses espaços apresentam similaridades. Em muitos bairros da cidade, há contrastes, fragmentação, carência de equipamentos, irregularidades com relação à posse do terreno e com relação à edificação, como também nas favelas. Do mesmo modo, existem violência, tráfico e vínculos de vizinhança, que proporcionam uma riqueza de relacionamentos entre seus moradores, de urbanidade, ainda pouco estudados.

DE PRECONCEITOS A IDEOLOGIAS

O preconceito social é uma forma de discriminação que consiste em acreditar que as classes mais pobres são inferiores às que possuem mais bens — no caso, os moradores das favelas e os moradores dos bairros (Aranha & Martins, 1993). O preconceito social é uma forma de pensamento de determinadas classes sociais que provém da divisão da sociedade em classe dominante (que detém o capital e os bens de capital) e classe dominada (aquela que tem a força de trabalho apenas).

Todo esse processo reproduz os interesses da classe dominante e é onde a indústria cultural¹ procura produzir uma padronização e uma manipulação da cultura, reproduzindo a dinâmica capitalista, a busca do lucro, as ideias que servem para sua própria perpetuação e legitimação e, por extensão, a sociedade capitalista como um todo. Nas capas dos folhetos do Programa Vila Viva, existem relações que ultrapassam a própria propaganda do Estado.

As políticas voltadas para o enfrentamento das favelas mudaram, criando-se hoje certo consenso acerca da necessidade de urbanização e de melhoramentos, em detrimento das ações de remoção que caracterizaram outros períodos e que dominaram o pensamento do urbanismo moderno (Cardoso, 2007). Essa submissão às ideologias utópicas da arquitetura moderna, com favorecimento do capital industrial, foi analisada por diversos autores que apontaram o plano de Le Corbusier para o centro de Paris como sendo um dos exemplos significativos dessa transformação. Tal plano pretendia demolir uma grande área da cidade e remover uma parcela da população, reassentando-a em grandes edifícios, que eram o retrato da contemporaneidade. Le Corbusier buscou patrocínio junto a vários empresários, tendo utilizado, como argumento para convencê-los, a possibilidade de obtenção de grandes lucros no projeto de reconstrução e na grande valorização das áreas centrais das cidades. Percebe-se, na proposta de Le Corbusier, o favorecimento na continuidade do poder dos grandes incorporadores.

A ideologia, perseguida pelos arquitetos modernos e presente até hoje, é um conjunto lógico, um sistema de representações (ideias e valores) e de normas de conduta para o usuário, que direciona os membros da sociedade, indicando o que devem pensar e como devem pensar, o que devem valorizar e como devem valorizar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem fazer e como devem fazer. Essa ideologia modernista é, portanto, um corpo de regras e de preceitos de caráter regulador, cuja intenção é fornecer, a uma sociedade dividida em classes, uma explicação racional para as diferenças sociais, políticas e culturais, sem jamais atribuir tais diferenças à divisão da sociedade em classes, a partir da esfera da produção.

Assim, a ideologia acaba operando com o poder das classes dirigentes através da reprodução de seus interesses, alienando as outras classes e impedindo que elas tomem consciência de tal processo. Essas ideologias alienam, pois “[...] quebram a unidade dialética do pensar e do atuar” (Aranha & Martins, 1993, p.123). Almejar a transformação da favela em um bairro significa desejar diversos objetos que reproduzem todo um processo de alienação.

A indústria cultural, por trás desse processo, está presente na vida cotidiana da população e exerce uma forte influência sobre ela. O seu caráter manipulador (e conservador) já foi denunciado inúmeras vezes. Os folhetos de propaganda do Programa Vila Viva, como produto dessa indústria cultural, não deixam de ser uma fábrica de ilusões e de consumo superficial. Como veículos da indústria cultural, produzem uma estandarização e racionalização da produção cultural e, ao mesmo tempo, conservam também “formas de produção individual” (Adorno & Horkheimer, 1985). Trata-se, no entanto, de um pseudoindividualismo, no qual a propaganda e a manipulação têm papel fundamental.

Essa forma de dominação da burguesia sobre o proletariado, sua lógica e sua história, e sobre todos os membros da sociedade é, na perspectiva de Debord (1997, p.32), caracterizada como “*espetáculo*”, com toda uma história de relacionamento com o poder e a política, que se confunde com a existência dessas modalidades de organização social e do agir humano. O espetáculo consiste, então, não em um conjunto de imagens de prédios ou de casas precárias, mas numa relação social entre pessoas, mediada por imagens. O espetáculo na sociedade corresponde “[...] concretamente a uma fabricação de alienação”.

Na av. Cardoso, lugar próximo ao empreendimento implantado pelo Programa Vila Viva, depois da intervenção, os preços dos aluguéis aumentaram quase 100%. Os antigos moradores que viviam havia vários anos no local dito degradado, em áreas que não despertavam o interesse dos demais, devido à sua precariedade urbana, acabaram sendo expulsos para outros lugares, onde os preços dos aluguéis são mais baixos. As primeiras famílias que foram removidas para os prédios construídos pela URBEL mudaram para outras regiões; as que ficaram reclamam da falta de espaço nos apartamentos e de um quintal (Companhia Urbanizadora de Belo Horizonte, 2011).

Não é somente o discurso de favela/bairro presente no folheto que parece ser uma “fabricação de alienação” (Debord, 1997, p.20), mas também a imagem dos prédios ao fundo, à frente das casas da favela.

A imagem dos prédios tem uma mensagem tão ou mais poderosa que o texto do folheto. Por ser mais sutil que as palavras, a imagem pode fluir mais facilmente através das massas. Dessa forma, torna-se ainda mais convincente e útil (Moles, 2004). A racionalidade técnica expressa nas intervenções é a “[...] racionalidade da própria dominação. Ela é o caráter compulsivo da sociedade alienada de si mesma. A técnica da indústria cultural leva à padronização e à produção em série [...]” (Adorno & Horkheimer, 1985, p.114), sendo então os prédios elementos que se ajustam bem, tanto como imagem como também obra; porém, sacrificando as diferenças sociais e a própria liberdade da população, é o espetáculo se consolidando sobre os membros da sociedade: espetáculo que “[...] não é um conjunto de imagens, mas uma relação social entre pessoas, mediatizada por imagens” (Debord, 1997, p.9). Essa relação de dominação ideológica presente nas imagens é a pura alienação espetacular. Nesse sentido, ainda é uma realidade o que afirma Debord (1997, p.135):

O espetáculo é a ideologia por excelência, porque expõe e manifesta na sua plenitude a essência de qualquer sistema ideológico: o empobrecimento, a submissão e a negação da vida real. O espetáculo é, materialmente, a expressão da separação e do afastamento entre o homem e o homem. O novo poderio do embuste que se concentrou aí tem a sua base na produção onde surge com a massa crescente de objetos [...] um novo domínio de seres estranhos aos quais o homem se submete.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que as intervenções do Programa Vila Viva, no aglomerado da Serra, vêm proporcionando a melhoria das condições de vida de sua população, principalmente pela redução das áreas de risco geológico e geotécnico e pela reestruturação física e ambiental dos assentamentos. Mesmo havendo muitas remoções, estas não se igualam às ideologias que eram desenvolvidas para esses espaços no século XX. Porém, hoje, as intervenções ainda não revelam uma lógica por trás dessa produção estatal dos espaços da favela. Os folhetos de propaganda do Programa Vila Viva, no Aglomerado da Serra, refletem essa lógica. O discurso e a colocação dos prédios refletem um processo de dominação e ressaltam os preconceitos relacionados com a produção do espaço nas cidades.

A diversidade presente nas favelas, fruto de uma produção autônoma tida como irracional, feia e desorganizada, tende a ser excluída do cenário urbano em razão de um raciocínio totalizador e da ordem que, na concepção dos planejadores, seria a melhor maneira de se garantir o progresso.

Existem fortes trincheiras invisíveis que afetam aqueles que vivem nas favelas e que são geradas por visões dualistas e preconceituosas que remetem à necessidade de uma reflexão mais profunda, além da materialidade do espaço. As favelas, envoltas de preconceitos, expressam um modelo de desenvolvimento urbano de uma sociedade que

concentrou parte da população nos bairros das cidades. Com isso, concentrou também as oportunidades de trabalho. Entretanto, é essa sociedade que procura, por meio das intervenções do Estado, reproduzir no espaço de favelas o mesmo processo construtivo, as mesmas formas existentes nos bairros considerados saneados, ou seja, procura transformar as favelas (o espaço da diversidade — o informal) em bairros (o espaço da funcionalidade — o formal). Além disso, como os espaços vazios estão ficando escassos nos bairros, na favela vislumbra-se uma nova frente para o mercado da construção civil.

Os folhetos de propaganda do Programa Vila Viva constituem um modelo presente da vida socialmente dominante. A alienação do espectador em proveito do objeto contemplado (a imagem dos prédios e as frases de efeito) exprime-se assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos ele compreende sua própria existência e seu próprio desejo. A identificação do morador da favela com as imagens que se oferecem a ele como representação das suas necessidades o afasta cada vez mais da possibilidade de sua autonomia, submetendo-o ainda mais ao poder do capital.

As imagens e frases dos folhetos constituem aspecto central na dinâmica do espetáculo. Pretende-se inserir no inconsciente das pessoas produtos que deverão desejar. O que se produz é uma versão da escala industrial, com o conseqüente “apagamento” da autonomia. Transformar as favelas em bairros revela a positivação das representações recalcadas do desejo, projetadas nas mercadorias e, sobretudo, em suas marcas, o que representa o modo de inclusão dos valores de uso na linguagem do espetáculo. É a pura alienação presente em uma “sociedade do espetáculo”.

Os folhetos indicam, ao trazerem o discurso do bairro como algo a alcançar, um movimento de separação, de cisão entre a favela e os bairros da cidade, que se reflete em preconceitos e novas perspectivas para a indústria da construção civil. De acordo com essa ideologia, a favela necessita de ações que visem à sua extinção ou mesmo uma reforma que a encaixe em um padrão de habitação e modos de vida partilhados pelos espaços legitimados dos bairros.

Por fim, podem existir outras opções, outras ideologias, mais viáveis para o desadensamento de aglomerados como o da Serra e a garantia das melhorias urbanas que não seja a construção de prédios. Não é por ser favela que esses espaços são piores, em termos sociais e urbanísticos, que os bairros da cidade. Entre essas opções, por exemplo, está a construção de habitações horizontais nas quais os favelados têm grande experiência e um grande repertório.

NOTA

1. Para Adorno e Horkheimer (1985), indústria cultural significa a exploração comercial e a vulgarização da cultura, como também a ideologia da dominação da natureza pela técnica, que tem como consequência a dominação do próprio homem. Forma um sistema poderoso para gerar lucros, e, por ser mais acessível às massas, exerce controle social e manipulação. Ela não só concretiza a mercantilização da cultura como também é legitimada pela demanda desses produtos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T.W.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.
- ARANHA, M.L.A.; MARTINS, M.H.P. *Filosofando: introdução à filosofia*. São Paulo: Moderna, 1993.
- BELO HORIZONTE. Secretaria Municipal de Meio Ambiente. *Processo de licenciamento ambiental do Programa Vila Viva*. Belo Horizonte: SMMA, 2011.
- CARDOSO, A.L. Urbanização de favelas no Brasil: revendo a experiência e pensando o desafio. In: ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL, 12., 2007, Belém. *Anais...* Rio de Janeiro: ANPUR, 2007. p.9
- COMPANHIA URBANIZADORA DE BELO HORIZONTE. *Programa Vila Viva*. Belo Horizonte: Urbel, 2011.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. São Paulo: Contraponto, 1997.
- JACOBS, J. *Morte e vida de grandes cidades*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- McQUAIL, D. *Téorias da comunicação de massa*. Lisboa: Fundação Gulbenkian, 2003.
- MOLES, A. *O cartaz*. São Paulo: Perspectiva, 2004.
- QUINTERO, A.P. *História da propaganda: notas para um estudo da propaganda política e de guerra*. Lisboa: Planeta, 1993.

RESUMO

No presente artigo, pretende-se desenvolver uma crítica sobre as capas dos folhetos de propaganda do Vila Viva, no Aglomerado da Serra, distribuídos em 2011, quando da inauguração das obras de intervenção da primeira etapa do programa. As capas dos folhetos apresentam frases como “Aglomerado ganha cara de bairro” e “As favelas e aglomerados viram bairros de verdade”. A proposta de análise permeia o discurso e as imagens inseridas nas capas dos folhetos como um processo (ainda que não intencional) de alienação e dominação. O artigo conclui que os folhetos permitem disseminar, de forma persuasiva, para toda a sociedade, as ideologias de um determinado grupo social, inserindo no inconsciente das pessoas produtos que essas deveriam desejar.

PALAVRAS-CHAVE: Folhetos de propaganda. Ideologias. Indústria cultural. Vila Viva.

HAVE FAVELAS BECOME TRUE SUBURBS? REFLECTIONS ON THE PUBLICITY OF THE PROGRAM VILA VIVA DO AGLOMERADO DA SERRA

ABSTRACT

In this article the intention was to develop a critique on the covers of advertising brochures of Vila Viva in the Agglomerado da Serra. These advertising brochures were distributed in 2011, with the inauguration of the works of intervention of the 1st stage of the program. The brochure covers contain phrases such as “Aglomerado begins to look like a suburb” and “Favelas and Agglomerados have become true suburbs”. The proposed analysis permeates the discourse, and the images inserted on the covers of brochures are seen as a process (albeit unintentional) of alienation and domination. The article concludes that the brochures persuasively allow the dissemination of the ideologies of a certain social group to all of society, and insert in the subconscious minds of people, the products that they should desire.

KEYWORDS: Leaflets. Ideologies. Cultural industry. Vila Viva.

CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL EM PARQUES NA BACIA HIDROGRÁFICA
DO SOROCABA-MÉDIO TIETÊ: CIDADES DE CABREÚVA, ITU, SALTO E PORTO FELIZ, SÃO PAULO

Fernando Vicente de Oliveira, André Munhoz de Argollo Ferrão

Doutorando | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de Engenharia
Civil, Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Recursos Hídricos |
Campinas, SP, Brasil

Professor Doutor | Universidade Estadual de Campinas | Faculdade de
Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo | Departamento de Recursos
Hídricos | Av. Albert Einstein, 951, Caixa Postal 6021, 13083-852, Campinas,
SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: A.M. ARGOLLO
FERRÃO | E-mail: argollo@fec.unicamp.br

Recebido em 8/7/2011, reapresentado em 16/2/2012 e aprovado para publicação em 28/5/2012

CARACTERIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO AMBIENTAL EM PARQUES NA BACIA HIDROGRÁFICA DO SOROCABA-MÉDIO TIETÊ: CIDADES DE CABREÚVA, ITU, SALTO E PORTO FELIZ, SÃO PAULO

INTRODUÇÃO

No Brasil, a morfologia do rio, ou seja, sua explicação como acidente geográfico, tem geralmente escapado à investigação da arquitetura e se atrelado mais às questões ambientais. Alguns trabalhos nacionais e internacionais têm surgido como justificativa na forma de preservação e de resgate de memórias, tendo o rio como eixo condutor. A fim de enfatizar alguns períodos marcantes como o da industrialização ou de fenômenos geológicos raros, o curso d'água é usado como narrativa e memória dentro das perspectivas de tempo por meio de uma sequência histórica. Isso possibilita compreender a função do rio no presente momento sob o olhar de seus espaços e do desenvolvimento regional.

Muitos pesquisadores da área de recursos hídricos (Yassuda, 1993; Tucci, 1997) e outros até a década passada se preocupavam em produzir trabalhos mais pontuais, mas atualmente o enfoque holístico é o que amplia o conhecimento sobre o rio como um documento transdisciplinar vinculado ao estudo do urbanismo e sua ligação com a cidade. O rio compõe o patrimônio ambiental de uma região (Gomes Carneiro, [200-?]; Organização das Nações Unidas, [200-?]), e, por isso, pode e deve ser considerado um cenário em que se integram *layers* ou camadas de desenvolvimento a cada período tomado como recorte de tempo com valor de patrimônio propriamente dito, de acordo com a visão de

muitos autores sobre patrimônio e paisagem (Silva, 2003; Santos, 2004; Scifoni, 2004; Argollo Ferrão, 2007) dentre outros. Sua análise com relação a alguns períodos históricos curtos tem evidenciado algumas obras arquitetônicas, deixando às escuras a questão de um entendimento mais amplo sobre o território, pois os rios são corredores em que se geraram e ainda se geram fatos e acontecimentos, naturais ou antrópicos.

O trecho do rio Tietê aqui estudado — entre as cidades de Cabreúva, Itu, Salto e Porto Feliz —, deixa alguns rastros documentais, espaços e volumes que permitem leituras de formas urbanísticas e arquitetônicas: um fio condutor natural e antropizado em determinados períodos históricos, e o resultado que se pode chamar de parque fluvial. Produto de camadas sobrepostas, esconde e evidencia marcas quando sujeito a uma análise sob a óptica do urbanismo na forma de estudo a partir de seus parques.

Este trabalho parte do estudo da bacia hidrográfica, à qual pertence o rio, como território dotado de atributos a serem analisados. As marcas de sua evolução histórica no espaço e no tempo se expressam nos espaços públicos e privados, alguns dentro das cidades, outros em áreas de preservação natural ou em seus encontros e conexões com diversas nascentes e afluentes.

Essas marcas, que não foram ainda destruídas, muitas vezes, encontram-se ocultas dentro da bacia hidrográfica e permitem demonstrar sua leitura como parque fluvial. Este artigo apresenta uma parte da bacia do Médio Tietê como uma porção territorial e histórica de um trecho desse importante rio, reconhecendo seu caráter de parque fluvial, instrumento urbanístico já adotado em outras localidades, como forma de gestão de áreas que necessitam ser requalificadas e reinventadas para sua valorização.

OBJETIVOS

Este artigo visa caracterizar os principais parques existentes na bacia do Sorocaba-Médio Tietê, nos municípios de Itu, Salto, Porto Feliz e Cabreúva, por meio de seus elementos arquitetônicos e arqueológicos, os quais, com maior ou menor impacto, foram moldando as áreas ao longo do seu entorno, conformando-as em unidades de interpretação indispensáveis à leitura da região nesse trecho do rio Tietê. Uma vez compreendidos os valores urbanísticos e arquitetônicos desses parques, remete-se à própria morfologia de um parque fluvial como proposta para a região.

MÉTODO E REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Partindo das indagações trazidas na introdução e nos objetivos do artigo, reitera-se que a referência conceitual deste trabalho se baseia num projeto internacional de recuperação de um importante rio espanhol, considerando a criação de um parque fluvial em alguns de seus trechos mais propícios a esse fim e ressaltando o fato de que se refere a uma experiência de requalificação urbanística e não simplesmente a um exercício de retorno a um determinado período passado. O contexto em que se desenrola o projeto

tem muito de caráter educativo, de memória e de percurso. Trata-se de uma das principais intervenções urbanísticas feitas na última década, ao longo do rio *Llobregat*, na Catalunha (Espanha).

A região catalã tomada como referência neste estudo apresenta cidades com perfil semelhante às que compõem o estudo do caso paulista, por serem de médio porte, sujeitas a pressões que implicam situações conflitantes, desde uma intensa especulação imobiliária até a implantação de atividades não compatíveis com a área. As transformações ocorridas no tecido urbano das cidades que compõem essas regiões (tanto na Catalunha como em São Paulo) permitiram a formulação de propostas para a requalificação de áreas industrializadas abandonadas ao longo do curso do rio — no caso espanhol, rio *Llobregat* —, bem como de áreas destinadas à preservação ambiental, todas bem dotadas de infraestrutura, mas ainda subutilizadas nos seus vales e margens (Sabaté Bel & Schuster, 2001)¹.

O presente estudo de caso demandou pesquisa em revistas especializadas da região da Catalunha, em panfletos, *folders* e folhetos específicos coletados pelo autor Fernando V. Oliveira em visita à região em julho de 2010. Também se utilizou de pesquisa em sítios eletrônicos, elaborando-se assim um perfil da área estudada e destacando-se aspectos pertinentes à discussão do caso analisado. O objetivo foi entender a experiência de projeto e o contexto da região. Além disso, este trabalho apoiou-se em análise cartográfica e pesquisa de campo.

Muita informação foi extraída da leitura da Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê — por meio de cartas geográficas existentes. No entanto, as cartas obtidas como resultado do estudo foram produzidas pelo autor Fernando V. Oliveira (Figuras 1, 2 e 3), a partir da leitura *in loco* e das referências históricas mais evidentes dentro dos parques estudados. Não se pretendeu apresentar uma discussão do passado ou daquilo que foi destruído, mas apenas explicitar o que ainda resta como patrimônio.

UMA ANÁLISE MORFOLÓGICA DO PERCURSO PELAS UNIDADES DE INTERPRETAÇÃO: OS PARQUES

A região do Vale do Médio Tietê — cuja ligação entre as cidades de Cabreúva, Itu, Salto e Porto Feliz tem o rio Tietê como eixo da Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê, no estado de São Paulo, Brasil —, possui, ao longo de seu percurso, um patrimônio diversificado, valorizado como bem cultural. Esse patrimônio, como nos ensina Lemos (1987) e Choay (2001), constitui-se de um legado material e imaterial, com edificações, fazendas, festas, parques e paisagens que, no transcorrer das últimas décadas, têm merecido destaque por parte de órgãos de preservação, assim como de grupos compostos por técnicos e pesquisadores científicos que estudam a região.

Em seu início, a região era cravejada de entrepostos de bandeirantes, passando por uma forte e consistente economia da cana-de-açúcar e depois do café, sendo por fim ocupada pelo setor industrial e de serviços. Todos esses períodos são marcados por uma



FIGURA 1 – Localização dos Parques Geológicos na Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê.
Fonte: Fernando Vicente Oliveira (2011).

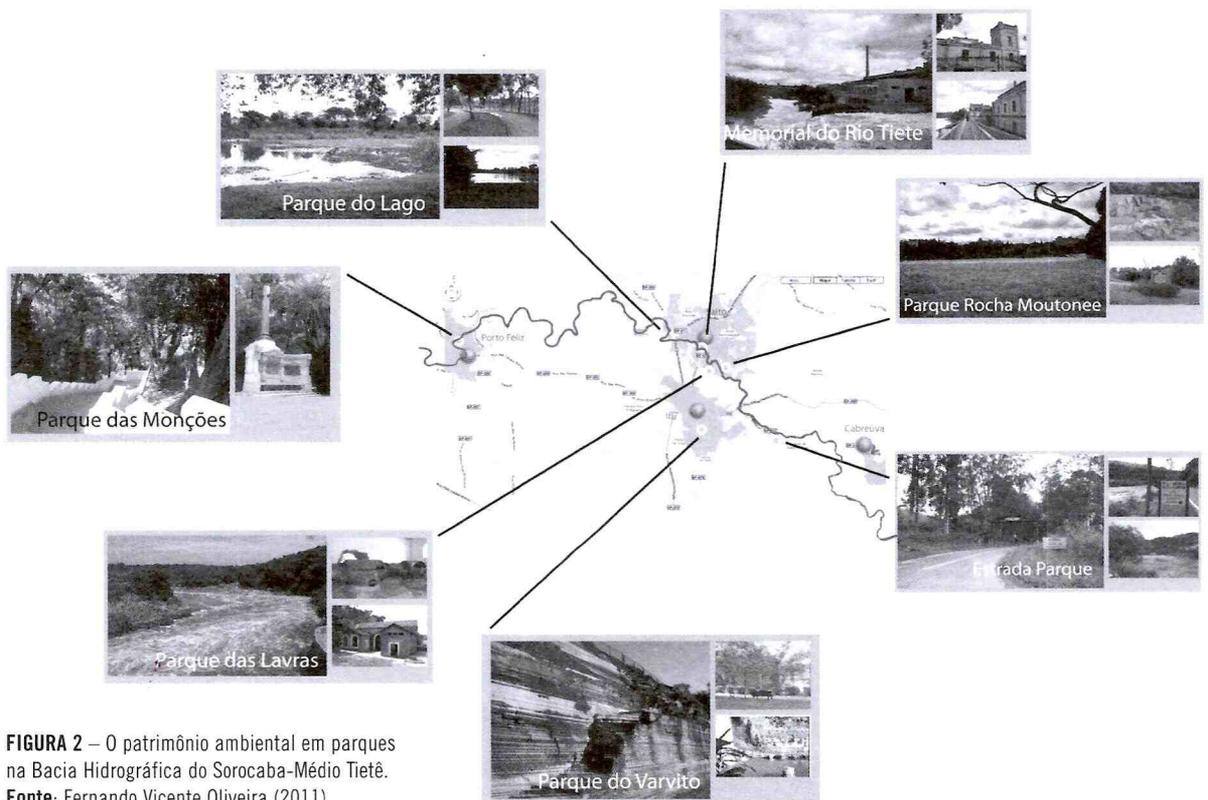


FIGURA 2 – O patrimônio ambiental em parques na Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê.
Fonte: Fernando Vicente Oliveira (2011).

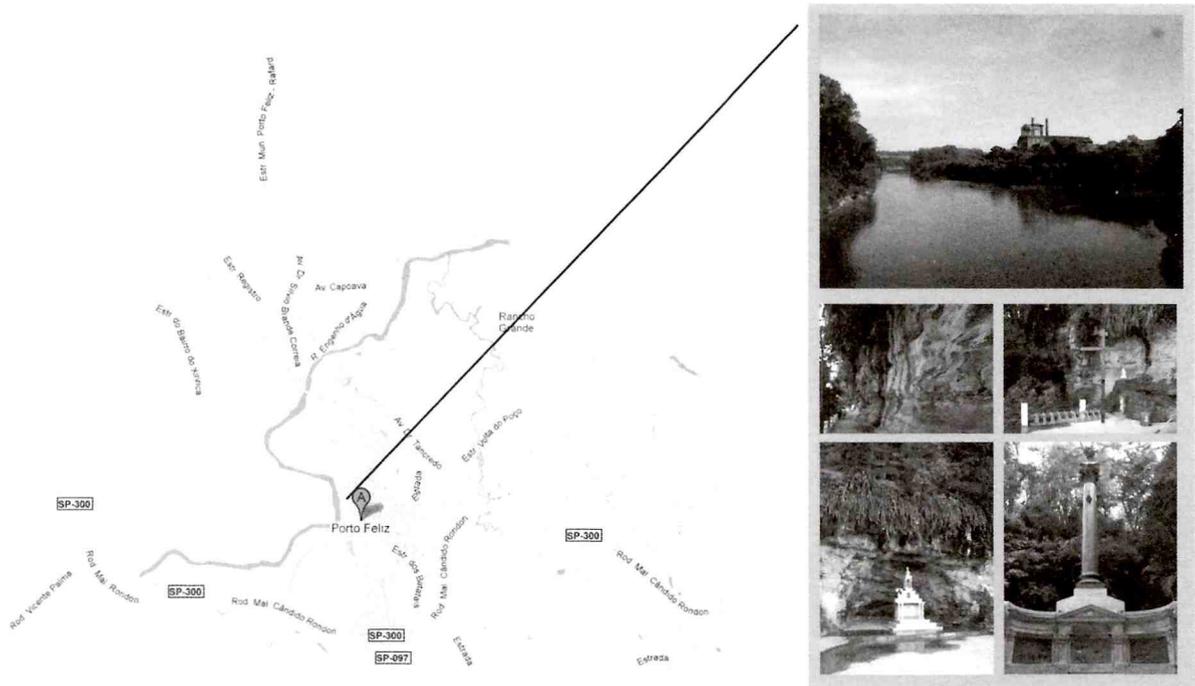


FIGURA 3 – Parque das Monções, em Porto Feliz (SP), na Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê.
Fonte: Fernando Vicente Oliveira (2011).

significativa presença cultural que sinaliza sua paisagem expressivamente. Os municípios de Itu, Salto, Porto Feliz e Cabreúva ocupam a área desse trecho da Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê. Os centros urbanos de Salto e Porto Feliz encontram-se às margens do rio Tietê, o que as configura espacialmente e influencia seu desenho.

Como base para a compreensão da relevância do patrimônio cultural da região, procedeu-se à identificação dos parques existentes que integram características do meio natural e antrópico relacionados ao rio Tietê. Buscou-se, a seguir, a correlação com aspectos históricos e culturais locais, notadamente aqueles relacionados com a influência do meio físico sobre a ocupação humana. Os parques tomados como objeto deste estudo são: Estrada Parque, entre Itu e Cabreúva; parque do Varvito, em Itu; parque das Lavras, memorial do Rio Tietê, parque do Lago e parque Rocha *Moutonée*, em Salto; e, finalmente, o parque das Monções, em Porto Feliz.

OS PARQUES GEOLÓGICOS E A FORMAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA

Os parques existentes na região da Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê tomados como objeto deste estudo caracterizam-se pelo seu valioso Patrimônio Natural Geológico, e por isso mesmo constituem um componente fundamental da paisagem na bacia hidrográfica estudada. Juntos, esses parques abrigam um patrimônio de grande relevância, tanto no contexto nacional como internacional, entendido como algo a ser preservado pelo seu valor intrínseco natural. Seus espaços físicos são reconhecidos como fragmentos da história da formação do planeta.

O reconhecimento e preservação do patrimônio geológico da região contribuem para a conservação dos recursos naturais e biodiversidade, portanto, há que se conhecer a geomorfologia da região (Modenesi, 2008). Entretanto, a preservação desse importante patrimônio pode retirar algumas áreas do ostracismo ao submetê-las a uma apreciação científica e turística mais apurada através de seus parques. O modelo de um parque fluvial proposto neste artigo pode ser adotado como base para a leitura desse valioso patrimônio natural, geológico e cultural (ao se considerar o aspecto científico como inerente à cultura), integrado pelo seu conjunto, tendo o rio como eixo condutor, de ordenação do território.

A Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê em todo o seu território é composta de paisagens ricas tanto em recursos naturais como culturais. A área analisada nesse trecho da bacia conta com quatro parques já constituídos: estrada Parque, área de proteção ambiental entre Cabreúva e Itu; parque do Varvito, Itu; parque Rocha *Moutonée*, Salto; e parque das Monções, Porto Feliz.

Além desses parques, existe a possibilidade de criação de um parque dos Matacões, entre os municípios de Salto e Itu. Esse local tem recebido pesquisadores de inúmeras instituições, pois nele se localiza a maior caverna de granito da América do Sul (sexta maior caverna de granito do mundo), além de outras áreas de interesse geológico ainda em investigação.

Ab'Sáber (2003) já distinguiu o *canyon* do Tietê à jusante de Cabreúva e à montante de Itu como um importante desfiladeiro, internamente revestido por uma densa floresta tropical biodiversificada. Ele chama o local de *paisagem de exceção*. A novidade reside no fato de que, nas poucas vertentes onde afloram matacões ou lajes de granito, existem remanescentes minirrelictos de *mandacarus*, indicando que cactáceas precederam as florestas tropicais da região, ou seja, estão aí presentes questões climáticas do passado.

No campo do patrimônio natural, há que se mencionar a definição e identificação desses elementos por Carpi Júnior (2010) como formas de percepção do território que destacam a valorização do geopatrimônio regional, através dos seguintes elementos naturais da Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê :

- a zona de contato entre o planalto Atlântico e a depressão Periférica;
- os *canyons* dos rios Tietê e do rio Pirai, formas geográficas de percurso desse trecho, área de grande beleza cênica;
- os matacões de granito com a maior gruta de granito do Hemisfério Sul;
- as áreas de mata nativa;
- diversidade de fauna e flora de Mata Atlântica e Caatinga;
- potencial turístico evidenciado pelas fazendas, *campings*, parques, patrimônio industrial construído como a usina hidrelétrica São Pedro e manifestações culturais como romarias e cavalgadas.

Implantada em uma região que reúne um dos últimos remanescentes de Mata Atlântica na Bacia do Sorocaba-Médio Tietê, interior de São Paulo, entre os Municípios de Itu e Cabreúva, estende-se por 48,9 quilômetros na rodovia dos Romeiros (SP-301), beirando o rio Tietê.

Sob a coordenação da SOS Mata Atlântica desde sua criação, em 1996, a estrada Parque de Itu é considerada um projeto ambiental pioneiro por adotar um plano de gestão em unidade de conservação baseado no desenvolvimento de parcerias e no envolvimento das comunidades locais. A integração entre lazer, turismo e desenvolvimento socioeconômico e preservação de recursos naturais também rendeu ao projeto, em seu primeiro ano de existência, o segundo lugar do Prêmio Senac de Turismo Ambiental (disponível em: www.senac.sp.gov.br).

PARQUE DO VARVITO

A Pedreira de Varvito de Itu é uma ocorrência geológica com reconhecimento nacional e internacional, e a prova disso são os inúmeros estudos e pesquisas científicas em todo o mundo feitos por diversos cientistas que a apontam como a mais importante ocorrência dessa rocha em toda a América do Sul. Juntamente com outras rochas, como a pedra *moutonée*, os tilitos (conglomerados glaciais) etc., são importantes evidências da ocorrência de clima frio ou glacial, formadas pela ação das geleiras, durante várias idades que afetaram a Terra nas Eras Pré-Cambriana e Paleozóica.

O parque do Varvito foi criado devido à grande importância dessa pedreira como documento-monumento da história geológica do Brasil. O reconhecimento da *laje de Itu* como varvito deve-se a Othon H. Leonardos, geólogo do Serviço de Fomento da Produção Mineral do Brasil, quem, em 1938 considerou essa pedreira como a mais linda exposição de varvitos encontrada no País, embora já fossem conhecidas no Sul do Brasil diferentes ocorrências de rochas similares (Leinz, 1937). A partir daquele ano, esse local tornou-se geologicamente famoso e vem sendo frequentemente visitado por geólogos, cientistas, professores e estudantes do Brasil e do exterior: todos interessados em examinar essa excepcional e rara exposição de rocha peculiar (Rondino, 2005).

A transformação da pedreira de varvito em parque municipal teve o objetivo de preservar esse importante patrimônio, assim como oferecer atividades de lazer e cultura. O monumento geológico foi tombado em 1974, pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), e tem área de 44.346m², segundo dados da Prefeitura da Estância Turística de Itu.

PARQUE DOS MATAÇÕES

A região que abrange Itu e Salto apresenta um dos mais importantes sítios fitogeográficos e geocológicos do Brasil: é o que aponta Ab' Saber (2003). Esse espaço se constitui de cobertura vegetal de cerrado, cactáceas e matas de fundo de vale e encostas baixas. Esses

componentes fitogeográficos e litológicos constituem vínculos de vegetação e rochas, formando paisagens locais bem diversas.

Todas essas áreas já sofreram a intervenção antrópica, pois são ocupadas por indústrias, olarias e pelas lavras de granito, em diferentes épocas, e hoje mais afetadas ainda pela duplicação da rodovia Dom Gabriel Bueno Couto. Não existe a configuração de um parque, mas sua propositura já foi apontada em estudos anteriores na região, como o Diagnóstico Geral da Cidade de Itu, de Toscano (1977).

PARQUE ROCHA *MOUTTONÉE*

A rocha *Moutonée* é um granito róseo de idade estimada, cientificamente, em 250 milhões de anos. O nome *Moutonée* é atribuído ao tipo de rocha de formato arredondado, que lembra um carneiro deitado (*mouton* no francês significa carneiro; *moutonée*: acarneirada). Cientistas e pesquisadores comprovaram o fenômeno da glaciação na era paleozóica, ocorrido há 270 milhões de anos, responsável pelas rachaduras e estrias na superfície da rocha, que foi descoberta, em 1946, pelo geólogo Marger Gutmans, do Instituto Agrônomo de Campinas, e tombada pelo Condephaat do Estado de São Paulo. O parque Rocha *Moutonée*, com 43 338 m² de área, é considerado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística de Salto como o primeiro parque ecológico e geo-histórico do continente, segundo informações de seu folder turístico e seu portal oficial (Salto, [200-?b]). Às margens do rio Tietê, conta com completa estrutura para estudos e lazer, como os demais parques estudados.

O PAREDÃO ROCHOSO (PARQUE DAS MONÇÕES)

Inicialmente, a esse paredão foi dado o nome de Ararituaba, de origem indígena (arara + ita + guaba = arara + pedra + comer). O nome foi dado à localidade porque havia, na margem esquerda do então denominado rio Anhembi (hoje, o conhecido rio Tietê), árvores frondosas e floridas que descansavam à sombra de um alto paredão, onde as araras bicavam suas areias salitrosas em busca de alimento.

Formado por calcário, arenito e rocha sedimentar esburacada, o paredão salitroso de rocha sedimentar intriga ainda hoje os geólogos. Acredita-se que o paredão prove que, no período glacial, há milhões de anos, o local teria sido o fundo do mar ou as margens de um grande lago. Tem aproximadamente 30m de altura, ladeia o passeio do parque, conduzindo a uma gruta erigida em louvor a Nossa Senhora de Lourdes, réplica da existente no sul da França, construída por dois padres franceses: Alexandre Hordeau e Vitor Marai Cavron. Hoje esse paredão faz parte do parque das Monções e chama a atenção pelas suas formas e cores.

MEMÓRIA E MONUMENTO BANDEIRANTE:

O PARQUE DAS MONÇÕES E O CAMINHO DAS ESCULTURAS

Um dos primeiros parques construídos às margens do rio Tietê para a memória bandeirista é o parque das Monções, situado em Porto Feliz, no estado de São Paulo. Foi inaugurado

em 26 de abril de 1920 pelo então presidente do estado de São Paulo, Altino Arantes, e teve como premissa resgatar, em sua edificação, a memória do bandeirante e seus feitos em busca de riquezas no interior do País, embrenhando-se nos caminhos para as Bandeiras e Entradas nos séculos XVI e XVII e conquistando o interior do continente. O local era um porto que se situa na margem esquerda do rio Tietê, utilizado não apenas por bandeirantes, mas também por inúmeras expedições científicas que desbravaram e conheceram o território brasileiro.

Hoje o parque é importante ponto turístico, não só da cidade de Porto Feliz, mas também do percurso do rio e da rota dos bandeirantes. Em seu interior, há o paredão salitroso, uma capela, uma área de preservação ambiental com vista privilegiada para o rio e uma imponente escadaria que leva ao seu interior. Com sua constituição, o tema bandeirista se tornou um parque que compõe a paisagem fluvial, marcando a memória de um período histórico. A memória bandeirista continua no presente sendo reverenciada por outras cidades do estado de São Paulo, às margens do rio Tietê, de acordo com uma lógica de construção com diferentes objetivos da época da edificação do parque das Monções.

Esse é o caso da cidade de Salto, que conta também com um conjunto de estátuas do escultor Murilo de Sá Toledo, representando a fundação da cidade. O Caminho das Esculturas, como é chamado, é um conjunto de obras que representa os personagens que, ao longo da história da cidade, viveram ou contemplaram a grande cachoeira do Tietê: bandeirantes, índios, jesuítas, viajantes, estrangeiros e imigrantes. A memória de seus fundadores ou visitantes é assim representada com essas obras. Esse caminho de esculturas constitui-se um equipamento novo, localizado ao final da ponte pênsil, que recria personagens que se encantaram com as belezas naturais do rio Tietê.

MONUMENTO A NOSSA SENHORA DO *MONTSERRAT*: PARQUE DAS LAVRAS

No parque fluvial de referência deste artigo (rio *Llobregat*), há o primeiro santuário com o nome de *Montserrat*, que foi construído na Catalunha, Espanha, perto de Barcelona, no ano de 546 d.C., tendo seu nome derivado da montanha onde está situado, cuja forma se assemelha a uma serra de dentes agudos. A fama desse santuário correu toda a Espanha e se estendeu à Europa. Nomeado governador geral do Estado do Brasil e capitão-general da Bahia, em 1590, Dom Francisco de Souza introduziu o culto à Virgem de *Montserrat* no Brasil, na época do domínio espanhol.

Algumas cidades brasileiras têm um templo dedicado à Virgem de *Montserrat*. Em Salto, essa devoção veio por intermédio do Capitão Antonio Vieira Tavares, que morava na região já na última década do século XVII e era devoto de Nossa Senhora do *Montserrat*. Diante das dificuldades que enfrentava para chegar até Itu para assistir à missa, o capitão pediu permissão à Igreja para construir uma capela em seu sítio em devoção a Nossa Senhora do *Montserrat*. A inauguração dessa capela marca a data de fundação da cidade

de Salto, em 16 de junho de 1698. Desde então, é considerada padroeira da cidade e, em sua homenagem, ocorre uma festa no dia 8 de setembro.

O monumento em Salto foi inaugurado em 1980; com 30m de altura, é a maior imagem do culto mariano no mundo e a segunda maior imagem sacra do País, sendo menor apenas que o Cristo Redentor. Contém os restos mortais do fundador da cidade em sua capela, assim como uma réplica da primeira imagem de Nossa Senhora do *Montserrat* trazida para Salto.

PARQUE DAS LAVRAS

A usina de Lavras e sua correspondente barragem no rio Tietê ficaram prontas em 19 de janeiro de 1906 e, nesse mesmo dia, inaugurou-se a iluminação pública da cidade de Itu, pela Companhia Ytuana de Força e Luz. Depois de Itu, em 7 de setembro de 1907, foi a vez de Salto inaugurar a iluminação pública por eletricidade. Durante muitos anos, falou-se no aproveitamento da antiga Usina das Lavras como atração turística, já que foi a segunda usina hidroelétrica construída ao longo do rio Tietê, na primeira década do século XX, tendo sido desativada na década de 1950, quando foi abandonada. Ainda conserva algumas das peças de seu antigo maquinário, mas passava até então por um preocupante processo de deterioração. A área foi adquirida pela prefeitura na década de 1970. A inauguração do parque ocorreu em 22 de março de 1992, sendo ele mantido pela administração municipal (Salto, [200-?a])

Com uma área de aproximadamente 140 mil m², o parque das Lavras, localizado a dois quilômetros do centro de Salto, propicia uma leitura da memória histórica e da paisagem da cidade. Lavras, que foi a segunda usina construída no leito do rio Tietê, é considerada um núcleo externo do Museu da Cidade de Salto e procura proporcionar um resgate cultural e paisagístico.

Duas fábricas construídas no final do século XIX e que, no início do século XX, foram encampadas pela fábrica de tecidos Brasital (Sociedade Anônima para o Desenvolvimento Industrial e Comercial no Brasil), resultaram no mais importante conjunto arquitetônico da cidade de Salto. Em 1923, a Brasital deu início à construção da Hidrelétrica de Porto Góes, com o aproveitamento da queda d'água no rio Tietê, na área central de Salto. Em 1928, a São Paulo *Light & Power*, que comprara da Brasital a Companhia Ytuana de Força e Luz, concluiu as obras da barragem e da usina. Às margens do rio Tietê, o prédio da antiga tecelagem com feições inglesas de construção e granito róseo comum da região domina a paisagem pela sua imponência.

MEMORIAL DO RIO TIETÊ

Além da cachoeira de Salto, que deu nome para a cidade de Itu (que em tupi guarani quer dizer queda d'água Y=água, TU=queda), há um conjunto de equipamentos

arquitetônicos e urbanísticos que constitui o núcleo do Memorial do Rio Tietê, como a ponte pênsil, o mirante, a antiga Fábrica Brasital (hoje desativada), o caminho das esculturas, jardins, ilhas e a concha acústica. O memorial é composto basicamente de painéis, monitores de computadores e vídeos que ilustram virtualmente toda a extensão do rio Tietê, desde a nascente em Salesópolis (SP), até seu desaguar no rio Paraná. Há uma ampla área protegida por panos de vidro, cuja paisagem principal é a cachoeira de Salto e da mata ciliar que compõe o seu entorno.

A ponte pênsil, situada ao lado do memorial, teve sua inauguração em 1913, para ser utilizada por pescadores. É localizada na margem direita do rio Tietê, com 75m de comprimento; foi construída pela antiga fábrica de tecidos Brasital, hoje desativada e ocupada por um centro universitário. Essa ponte foi construída sem que houvesse a pretensão de ser transformada em atração turística. Foi feita através de um acordo para que os proprietários das indústrias Júpiter e Fortuna permitissem aos pescadores e lavadeiras acesso ao rio Tietê, que tinha sido impedido em virtude do fechamento da via de acesso, que passava entre as duas indústrias.

Compondo também o Memorial do rio Tietê, há o jardim e a Ilha dos Amores, atrações localizadas acima da cachoeira. A ilha dos Amores desperta um certo sentido parnasiano, por ser um local romântico, segundo seus idealizadores, para resgatar um espaço que era ocupado por namorados e casais de antigamente, um espaço de namorar perto de um coreto que havia ali. A ilha tem árvores da vegetação nativa, flores e intervenções paisagísticas, com o intuito de caracterizar um espaço bucólico.

PARQUE DO LAGO

Esse parque é constituído por um lago existente numa área próxima a diversos bairros da região noroeste de Salto, a quatro quilômetros do centro, às margens do rio Tietê. A administração municipal decidiu implantar um parque no local com o objetivo de criar uma área de lazer para a população, com equipamentos que vão desde pista de caminhada e ciclovias, até quadras poliesportivas, áreas de aeromodelismo, *playground* etc. Esse parque também tem o intuito de contribuir para a educação ambiental, pois, com a manutenção permanente, diversos conceitos ligados à ideia de sustentabilidade ajudam na sua preservação. Sua inauguração foi em 27 de setembro de 1992.

O parque do Lago tem cerca de 214 mil m² de área, dos quais 75 mil m² são ocupados pelo lago natural. Esse parque está localizado também às margens do rio Tietê, com entrada próxima ao entroncamento da rodovia do Açúcar com a rodovia Santos Dumont. Suas características principais são a prática de esportes ao ar livre, lazer e preservação da fauna e flora locais. Dispõe de equipamentos esportivos e de lazer, estrutura para a recepção de visitantes, portaria, sanitários, estacionamento e lanchonetes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se caracterizar o patrimônio natural e cultural como um componente fundamental da paisagem da Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê, através de seus parques constituídos, torna-se possível evidenciá-los, integrados, na forma de um conjunto único, como um parque fluvial que tem o rio Tietê como elemento ordenador. Esse patrimônio se apresenta com grande relevância para os contextos local, nacional e internacional. Portanto, deve ser entendido como algo a ser mantido pelo valor que lhe é inerente, pois suas paisagens são reconhecidas como cenários da história e, portanto, prenes de imenso valor cultural.

A preservação e a conservação do patrimônio natural, além de valorizar os recursos naturais e a biodiversidade, também permitem que se concretize uma intenção autêntica de tirar algumas áreas de um certo ostracismo econômico que, muitas vezes, pode acarretar prejuízo ao desenvolvimento sociocultural das comunidades locais. Deve-se tirá-las desse ostracismo, mas com respeito aos valores culturais e ambientais existentes na região, de maneira a submetê-la a um produto de consumo com o invólucro de parque que, se bem planejado, pode contribuir com sua sustentabilidade: essa é a essência da proposta de um parque fluvial na região.

O projeto de um parque fluvial deve manter o caráter de preservação científica, que seria ambientalmente correta. Assim, com uma leitura através do percurso pelo rio, ou seja, compondo o que chamamos de um parque fluvial, adquire-se uma lógica de conjunto.

Diante do que foi visto, não houve a preocupação de descrever os parques constituídos na região sob uma perspectiva histórica, porque apenas a análise de seu conjunto era de relevância para este estudo. Seu impacto sobre o desenvolvimento urbano das cidades pesquisadas e seu desenho ao longo do rio são de importância suprema para o mais adequado planejamento regional integrado. Seus parques dentro da bacia são os elementos mais emblemáticos, pois remetem à memória do rio Tietê (talvez o principal rio paulista), salientando seu valor dentro da formação do próprio Estado-Nação. São eles que articulam os espaços e trazem-lhe a idéia da estrutura formadora de um parque fluvial.

Assim, este trabalho não se constitui um estudo de história tradicional ou de apenas pontos turísticos, mas enfatiza as camadas sobrepostas da evolução da paisagem através das fases que foram mais marcantes em seus espaços, ou seja, suas características morfológicas por etapas de desenvolvimento, sejam eles componentes do imenso e valioso patrimônio natural da região, ou da memória bandeirante, ou ainda, do perfil industrial, dos aspectos de lazer e educação: elementos que se articulam na distribuição de todo parque proposto como espaço público. Procurou-se, pela explicação da propositura dos diferentes parques existentes, articular um conjunto na forma presente que se constitui, na verdade, o grande parque fluvial do Médio Tietê.

NOTA

1. A referência ao caso internacional parte da pesquisa de um grupo de pesquisadores do *Departament d'Urbanism i Ordenació del Territori* da *Escola Tècnica Superior d'Arquitectura de Barcelona*, da *Universitat Politècnica de Catalunya* (Espanha), liderados por Joaquín Sabaté Bel; e pesquisadores do *City Design and Development Group*, do *Department of Urban Studies and Planning*, do *Massachusetts Institute of Technology* (Estados Unidos), liderados por Eran Ben-Joseph, Dennis Freschman e J. Mark Schuster; que desenvolveram o projeto do eixo do rio *Llobregat*, com sua discussão sobre paisagem cultural e desenvolvimento regional registrada no documento intitulado: "*Projectant l'eix del Llobregat: paisage cultural i desenvolupament regional*" (Sabaté Bel & Schuster, 2001).

REFERÊNCIAS

- AB'SÁBER, A.N. *Os domínios da natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- ARGOLLO FERRÃO, A.M. Arquitetura rural e o espaço não-urbano. *Labor & Engenho*, v.1, n.1, p.89-112, 2007. Disponível em: <www.labore.fec.unicamp.br>. Acesso em: dez. 2011.
- CARPIJÚNIOR, S. Unidades geoambientais patrimônio natural no Vale do Médio Tietê, SP, Brasil. In: SEMINÁRIO LATINOAMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 6., e SEMINÁRIO IBERO-AMERICANO DE GEOGRAFIA FÍSICA, 2., 2010, Coimbra, Portugal. *Anais...* Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010. p.1-12.
- CHOAY, F. *Alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- GOMES CARNEIRO, C.F.A. *Patrimônio natural e valores*. Curitiba: SEEC/PR, [200-?]. Disponível em: <<http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/>>. Acesso em: 16 abr. 2007.
- LEINZ, V. *Estudos sobre a glaciação permo-carbonífera do Sul do Brasil*. Rio de Janeiro: DNPMP, 1937.
- LEMOS, C.A.C. *O que é patrimônio histórico?* São Paulo: Brasiliense, 1987.
- MODENESI, M.C. *Contribuição a geomorfologia da região de Itu – Salto*. 2008. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Geociências, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Patrimônio natural*. [200-?]. Disponível em: <http://www.unesco.org.br/areas/ciencias/areastematicas/patrimoniocultural/index_html/mostra_documento>. Acesso em: 10 abr. 2007.
- RONDINO, E. *Áreas verdes como reddestinação de áreas degradadas pela mineração: estudo de casos nos municípios de Ribeirão Preto, Itu e Campinas, estado de São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Agronomia) – Escola Superior de Agronomia Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, 2005.
- SABATÉ BEL, J.; SCHUSTER, J.M. (Ed.). *Projectant l'eix del Llobregat: paisage cultural i desenvolupament regional*. Barcelona: Universitat Politècnica de Catalunya, 2001.
- SALTO. Prefeitura da Estância Turística. *Parque das Lavras*. [200-?a]. Disponível em: <www.salto.sp.gov.br>. Acesso em: dez. 2011.
- SALTO. Prefeitura da Estância Turística. *Parque Rocha Moutonée*. [200-?b]. Disponível em: <www.salto.sp.gov.br>. Acesso em: dez. 2011.
- SANTOS, J.L. *O que é cultura?* 16.ed. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- SCIFONI, S. Patrimônio mundial: do ideal humanista à utopia de uma nova civilização. *Geosp*, v.14, p.77-88, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.ffeich.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp14/Geosp_14_Scifoni.htm>. Acesso em: 20 abr. 2007.
- SILVA, F.F. *As cidades brasileiras e o patrimônio cultural da humanidade*. São Paulo: Petrópolis, 2003.
- TOSCANO, J.W. *Diagnóstico geral da cidade de Itu para a implementação de um programa de ação cultural*. São Paulo: Condephaat, 1977.
- TUCCI, C.E.M. *Hidrologia: ciência e aplicação*. 2.ed. Porto Alegre: UFRGS, 1997.
- YASSUDA, E.R. Gestão de recursos hídricos: fundamentos e aspectos institucionais. *Revista de Administração Pública*, v.27, n.2, p.5-18, 1993.

RESUMO

Este artigo caracteriza o patrimônio existente na forma de parques como um componente fundamental da paisagem na Bacia Hidrográfica do Sorocaba-Médio Tietê, entre as cidades de Cabreúva, Itu, Salto e Porto Feliz, no estado de São Paulo, Brasil, através de um único — e integrador —, parque fluvial, procurando evidenciá-lo através da composição de seu mosaico à beira do rio. Esse patrimônio se comprova com relevância, tanto no contexto nacional como internacional, entendido como algo a ser preservado pelo seu valor intrínseco cultural e de suas políticas de preservação. Seus espaços físicos são reconhecidos como história da formação do estado de São Paulo. O parque fluvial a ser apresentado é entendido como uma potencialidade e ferramenta para o uso do planejamento e da ordenação territorial das bacias hidrográficas, pois engloba várias municipalidades. Os parques que compõem esse cenário, além do caráter natural, também levam em conta as representações sociais e culturais, pois seu processo de execução contempla a paisagem e o patrimônio. Assim, enquanto se promove o desenvolvimento do território, pode-se explorar suas atividades turísticas e culturais.

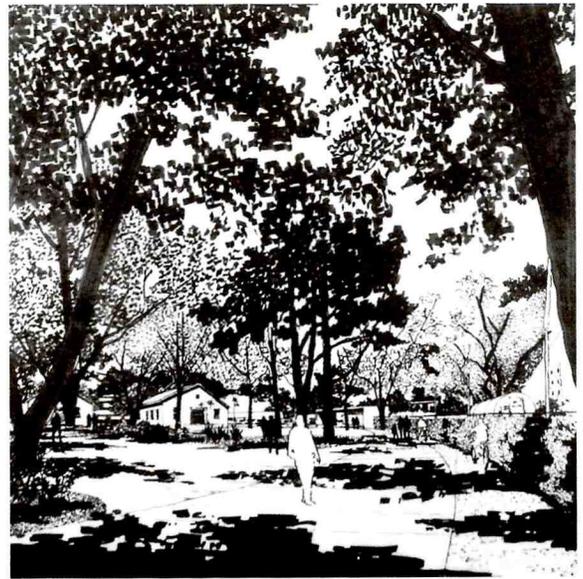
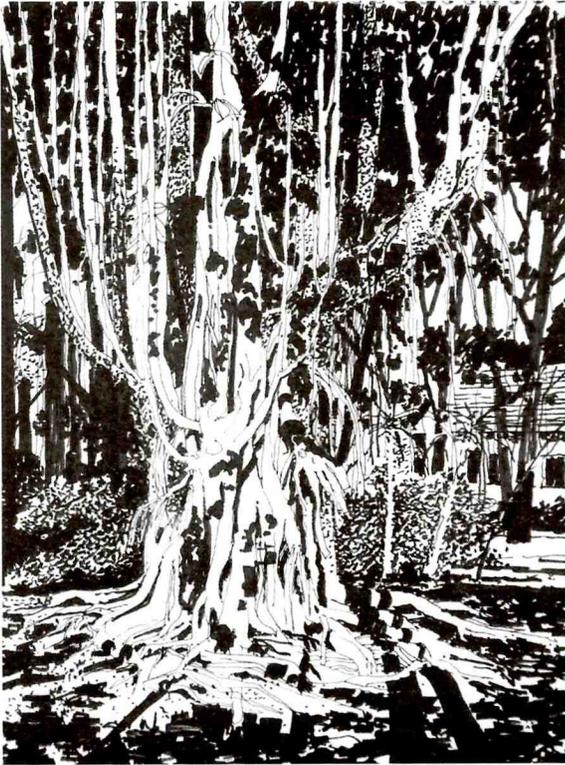
PALAVRAS-CHAVE: Bacia hidrográfica. Paisagem. Parque fluvial. Patrimônio cultural.

CHARACTERIZATION OF THE ENVIRONMENTAL ASSETS COMPRISING PARKS IN THE MIDDLE-SOROCABA TIETÊ RIVER BASIN: CITIES OF CABREÚVA, ITU, SALTO AND PORTO FELIZ, SÃO PAULO, BRAZIL

ABSTRACT

The aim of this paper was to characterize existing assets in the form of parks, as key components of the landscape in the Middle-Sorocaba Tietê River Basin, between the towns of Cabreúva, Itu, Salto and Porto Feliz, in the state of São Paulo, Brazil. This will be presented as a single river reserve shown on a geographic map, in addition to making it evident by its mosaic composition on the banks of the river. This heritage has proved to be relevant in both the national and international context, understood as something to be preserved for its intrinsic value and its cultural preservation policies. Its physical spaces are recognized as the history of the formation of the state of São Paulo. The river park to be presented is understood as a potential tool for use in planning and territorial organization of river basins, as it comprises several municipalities. In addition to the natural character of the parks that make up this scenario, their social and cultural representations are also taken into account, because the process of their implementation includes the landscape and heritage. Thus, while promoting the development of the territory, one is able to explore its tourist and cultural activities.

KEYWORDS: *Watershed. Landscape. River park. Heritage.*



Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) para o Projeto EMURB do Parque Conceição em São Paulo, 2012.

Desenho de Ricardo Guerra Flores (A3) para o Parque Tamarineiras em Recife de Jonathas Magalhães, Magno T. Inoue e Vera Tângari, 2010.

REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA CIDADES
MAIS SUSTENTÁVEIS? | Valéria Nagy de Oliveira Campos

Professora Doutora | Universidade Nove de Julho | Diretoria de Ciências Exatas |
Curso de Arquitetura e Urbanismo | Av. Dr. Adolpho Pinto, 109, 01156-050,
Barra Funda, São Paulo, SP, Brasil | *E-mail: valnagyc@gmail.com*

| Recebido em 17/4/2012, reapresentado em 18/6/2012 e aceito para publicação em 28/8/2012

REABILITAÇÃO DE ÁREAS URBANAS CENTRAIS: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA CIDADES MAIS SUSTENTÁVEIS?

INTRODUÇÃO

Nas últimas décadas, a discussão sobre alternativas para se alcançar um desenvolvimento mais sustentável de nossas cidades tem estado bastante presente nos debates nacionais e internacionais. Na cidade de São Paulo, por exemplo, vêm sendo realizados encontros e parcerias, inclusive com cidades de outros países, para se discutir um modelo mais adequado de cidade, podendo-se destacar o Seminário Internacional “São Paulo Cidade Compacta”, realizado em 2010, e o C40 São Paulo *Summit*, ocorrido em 2011, no qual a “cidade compacta” também foi objeto de debate.

O resultado dessas reflexões muitas vezes tem sido incorporado por alguns governos locais preocupados com a questão. Entretanto, observa-se que mesmo esses governos acabam tratando a gestão e o planejamento das cidades de modo fragmentado, sem incorporar estratégias que contemplem as várias dimensões requeridas para se alcançar um desenvolvimento mais sustentável — dimensão social, dimensão econômica, dimensão ecológica, dimensão espacial e dimensão cultural (Sachs, 1993).

Verifica-se, principalmente, uma preocupação com os impactos que a expansão da mancha urbana — em especial, em direção às áreas delimitadas como de proteção aos mananciais de água e às encostas — ocasiona, sem se adotarem medidas para reverter o processo de desenvolvimento urbano vigente — a urbanização dispersa (Reis Filho, 2006) —, o qual apresenta custos sociais e ambientais. Os custos sociais são representados,

por exemplo, pela subutilização da infraestrutura instalada nas áreas centrais, esvaziadas, e pela carência de infraestrutura e equipamentos públicos nas áreas periféricas; os socioambientais, por sua vez, são representados pelo consumo crescente de parcelas do território, normalmente encostas ou áreas de proteção aos mananciais, o que pode causar, dentre outros impactos, poluição das águas, escorregamentos ou desmoronamentos em épocas de chuvas e destruição de vegetação nativa ou de áreas agrícolas.

Nesse contexto, pouca atenção é dada ao deslocamento do centro de negócios principal, que ocorre *pari passu* com o deslocamento das camadas de mais alta renda, e com os complexos processos verificados nas áreas urbanas centrais — esvaziamento populacional e de atividades econômicas, degradação do patrimônio construído, subutilização da infraestrutura e do solo —, incompatíveis com a busca da sustentabilidade.

Apesar disso, porém, nas últimas décadas, alguns governos locais, como o de Barcelona e o de São Paulo — objeto deste artigo —, contando com apoio da iniciativa privada, têm elaborado e implantado “planos de reabilitação” para os “velhos centros”, áreas urbanas degradadas, abandonadas ou subutilizadas. Tais planos têm considerado que essas áreas apresentam imensos desafios em virtude dos problemas socioeconômicos, legais e urbanos existentes: elevada concentração de população de baixa renda, morando em assentamentos subnormais; alta concentração de “moradores de rua” e drogadição; áreas públicas abandonadas e deterioradas; insuficientes ações de limpeza e manutenção dos espaços públicos; existência de grande número de imóveis tombados, em péssimo estado de conservação, muitas vezes, desocupados ou ocupados ilegalmente; inúmeros problemas com relação à pulverização da propriedade dos imóveis entre herdeiros; grande número de imóveis vazios em processo de deterioração. Além disso, experiências de reabilitação de áreas centrais em vários países mostram que o grande desafio dessas propostas é evitar o processo de gentrificação¹ (Blanco, 2005; Bidou-Zachariassen, 2006; Claver, 2006; D’Arc, 2006).

Entretanto, embora seja necessário lidar com esses problemas e com a complexidade da operação — proposição, implantação, acompanhamento e avaliação das políticas de reabilitação de áreas centrais —, o acompanhamento de alguns desses planos tem permitido verificar que sua implementação, mesmo que parcial, tem possibilitado alcançar alguns bons resultados no sentido de reverter o quadro de abandono e degradação da área, podendo melhorar os índices de sustentabilidade ambiental urbana — um dos objetivos de desenvolvimento do milênio (Organizações das Nações Unidas, 2005).

No caso da cidade de São Paulo, cuja prefeitura vem implantando, desde 2003, o “Programa de reabilitação da área central”, o acompanhamento da implementação das ações por ele propostas, bem como a análise de seus efeitos, vinha mostrando até recentemente que, a cada ação executada, ocorria uma melhora sensível nas condições socioeconômicas e ambientais, favorecendo a volta de pessoas, atividades e investimentos para a área, mesmo que em níveis abaixo do esperado, e sem gentrificação, revelando-se uma boa estratégia para

alcançar um desenvolvimento urbano mais sustentável. Entretanto, em 2006, houve uma revisão das ações e do orçamento em função de uma mudança do perfil do Programa, que passou a focar a região da chamada “Nova Luz” e a trabalhar com o instrumento da concessão urbanística. Um novo quadro, então, se formou: apesar das audiências públicas realizadas, das reuniões com diversos segmentos e da existência de um grupo de acompanhamento, acabou-se adotando algumas medidas isoladas e desconectadas do programa inicial — e sem conhecimento de todas as entidades que acompanham a implementação da proposta —, as quais podem minar os resultados favoráveis obtidos até então.

Nesse contexto, entende-se que se, por um lado, a área central de São Paulo possui grandes atrativos para novos investidores, tais como infraestrutura já instalada, oferta de transporte público, existência de imóveis subutilizados ou degradados, por outro, é essencial equacionar adequadamente os complexos problemas existentes, inclusive os sociais, para que essas potencialidades se consolidem.

DESENVOLVIMENTO (MAIS) SUSTENTÁVEL DAS CIDADES

A discussão sobre o desenvolvimento sustentável, que ganhou força a partir dos anos 1970, apontou a necessidade de se adotarem limites à exploração dos recursos naturais e de se refletir sobre os modos de produção e consumo das sociedades, devendo estar implícita, nessa discussão, a preocupação com a igualdade social entre as gerações e dentro de cada geração. Contudo, as mudanças nos padrões de produção e consumo estão relacionadas ao grau de desenvolvimento alcançado por cada sociedade e ao que cada uma delas busca para si; por isso, há um campo de disputas em torno da construção do conceito de desenvolvimento sustentável e um impasse no estabelecimento de um pacto efetivo entre os países na busca da sustentabilidade global (Campos, 2008).

No que concerne às cidades, não há um “consenso sobre o que venha a ser realmente uma cidade ou um planejamento urbano sustentáveis, ainda menos de como avaliar o grau de sustentabilidade do crescimento de uma cidade ou sua contribuição para a promoção do desenvolvimento sustentável” (Braga, 2008, p.3). Porém, pode-se entender esse conceito como a busca por uma melhor qualidade de vida e bem-estar para toda a população e por uma minimização dos impactos ambientais causados pelas ações humanas, lembrando que as questões sociais e ambientais estão intrinsecamente relacionadas e que as soluções propostas para elas se reforçam (Rogers, 2008).

No Brasil, um divisor de águas no modo de tratar as questões urbanas é o Estatuto da Cidade — Lei Federal nº 10.257/2001 —, que estabelece normas e instrumentos, objetivando regular “o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo, da segurança e do bem-estar dos cidadãos, bem como do equilíbrio ambiental” (Brasil, 2001, p.1). De acordo com ele, uma cidade sustentável propiciaria às presentes e futuras gerações o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer. Entretanto, quando se analisa a

dinâmica urbana em algumas metrópoles brasileiras — periferação e esvaziamento das áreas centrais —, questiona-se a sustentabilidade do modelo de desenvolvimento brasileiro e, em especial, paulista.

Para alcançar cidades mais sustentáveis, ou mais saudáveis (Westphal & Mendes, 2000), pressupõe-se que sejam alcançadas algumas condições básicas, tais como universalização de acesso aos serviços básicos fundamentais e habitação; mobilidade; luta contra a formação de guetos e a dispersão da cidade; valorização da identidade cultural e do patrimônio. É útil, nesse sentido, adotar o conceito de sustentabilidade “para se estabelecerem metas de longo prazo e parâmetros para a definição de prioridades, bem como de critérios de avaliação de política urbana” (Braga, 2008, p.5), fazendo-se uso de indicadores de sustentabilidade ambiental urbana que servem para avaliar respostas dadas pelos governos e pelos cidadãos a determinadas questões. No âmbito urbano, esses indicadores podem se relacionar à expansão da mancha urbana, à densidade, ao uso do solo, ao uso da água, às interferências em corpos d’água, à redução da cobertura vegetal, à produção de efluentes e resíduos sólidos etc.

A densidade urbana, por exemplo, se relaciona à sustentabilidade no que diz respeito à forma de ocupar a cidade — de modo compacto ou disperso — e aos requisitos que possibilitam tal ocupação —, expansão do transporte rodoviário individual e novas estratégias do mercado imobiliário, para citar alguns.

De modo geral, existe uma posição contrária à cidade dispersa porque ela implica “maior necessidade de deslocamentos, de utilização de automóvel e de consumo de energia” (Braga, 2008, p.6), além do próprio consumo intenso de parcelas do território e seus impactos ambientais — desmatamento, assoreamento, mudanças no sistema hídrico etc. Tal modelo de urbanização é reconhecido, quase que unanimemente, como insustentável, mas considera-se que ainda é necessário maior aprofundamento sobre os impactos do incentivo ao aumento das densidades nas metrópoles, como o Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente vem fazendo (Organizações das Nações Unidas, 2011). Um desses impactos, que merece ser mais bem aprofundado, é aquele que pode ser causado pela verticalização e pelo adensamento em áreas objeto de operação urbana na cidade de São Paulo.

Quanto à cidade compacta — ou densa —, pode-se verificar que “além da oportunidade social, o modelo [...] pode trazer benefícios ecológicos maiores. As cidades densas, através de um planejamento integrado, podem ser pensadas tendo em vista um aumento de sua eficiência energética, menor consumo de recursos, menor nível de poluição e, além disso, evitando sua expansão sobre a área rural. Por essas razões, Rogers (2008, p.33) considera que “devemos investir na ideia de ‘cidade compacta’ — uma cidade densa e socialmente diversificada onde as atividades econômicas e sociais se sobreponham e onde as comunidades sejam concentradas em torno das unidades de vizinhança”.

Nesse sentido, a reabilitação de áreas centrais, segundo novos padrões e regras de uso e ocupação do solo, pode contribuir para que se alcance um desenvolvimento urbano mais sustentável — um modelo urbano baseado em trajetos a pé, servido por transporte coletivo integrado, acompanhado de centralidades distribuídas pelo território, bem como de uma conexão adequada entre o homem e os serviços ambientais —, luz do sol, água, alimentos etc. (Farr, 2008).

O reaproveitamento da infraestrutura instalada em uma área subutilizada por si só já pode levar a uma diminuição dos gastos públicos; a reabilitação de edifícios ou a ocupação de edifícios vazios em áreas centrais apresenta vantagens em relação à reurbanização de determinadas áreas e principalmente à construção de loteamentos, porque estas últimas demandam mais recursos financeiros para a realização de obras viárias — pavimentação e drenagem —, as quais consomem quase metade dos custos de urbanização. Além disso, as propostas para áreas centrais são mais vantajosas do que as propostas de loteamentos porque as últimas implicam uma expansão da mancha urbana: a gleba a ser loteada deve ser dividida entre a área comercializável e a área a ser doada para o poder público, sendo que 20 a 25% da área da gleba a ser doada são para o sistema viário. A legislação urbanística de uma cidade e o padrão do loteamento proposto também podem requerer maior quantidade, ou extensão, de vias — cidades mais compactas, a princípio, necessitam menor extensão das redes.

Nessa linha de raciocínio, os sistemas de abastecimento de água, de esgotamento sanitário e de comunicação (telefonia, rede de TV e *Internet* a cabo) e as redes de energia elétrica e de gás também demandam maiores investimentos para sua expansão, ao passo que em áreas mais centrais elas já estão instaladas. Cabe ressaltar, porém, que não se deve negligenciar, nos cálculos comparativos de custos, a necessidade de se realizar investimentos para modernizar tais sistemas e readequá-los às necessidades atuais.

No caso de São Paulo, tais análises acabam se tornando ainda mais complexas. Como será mostrado, houve um processo de “desdobramento da centralidade” (Frúgoli Júnior, 2006, p.58) na cidade, que resultou na coexistência, em bases desiguais, de diferentes centros de negócios, o chamado *central business district* (Ferrari, 2004). Sendo assim, também se deve considerar no cálculo dos custos e na elaboração de uma proposta de reabilitação para a área central, o papel de cada um dos centros de negócio no desenvolvimento da cidade e a relação da área central mais antiga com as demais centralidades.

CENTRO DE NEGÓCIOS DE SÃO PAULO: DESDOBRAMENTO DA CENTRALIDADE

A cidade de São Paulo, a partir da década de 1940, passou por um processo de “desdobramento da centralidade” e convive, hoje, com diferentes centros de negócios — os velhos, que perderam sua importância para as classes dominantes, e um mais novo, recém-estabelecido —, os quais correspondem às diferentes fases da cidade e de sua economia: a cidade do café, a cidade da indústria e a cidade do terciário.

A análise desse processo nos mostra que, cada vez que o “coração econômico” da cidade se deslocou, a área que inicialmente cumpria o papel de principal centro de negócios da cidade acabou se degradando, e a população que vivia no local recém-ocupado, com o deslocamento do centro de negócios, acabou sendo expulsa para áreas mais distantes em virtude da valorização da área em transformação. Pode-se detectar também que esses centros apresentam importância e configuração urbana diferentes: tanto o centro concentrado e contínuo, onde predominam os espaços públicos coletivos e peatonais — centro antigo —, quanto os centros lineares, formados ao longo de uma avenida, nos quais predominam os espaços privados e os destinados ao automóvel (demais centros). Também diferem no que diz respeito à diversidade social e à importância dos espaços públicos — verifica-se que, no centro antigo, e, em certa medida, no centro expandido, esses itens são mais valorizados. Apesar de suas diferenças, todos continuam demandando a ação e os investimentos do poder público.

Atualmente, coexistem os seguintes centros de negócios em São Paulo: o centro antigo, o centro expandido, o terceiro centro e o quarto centro (Figura 1).

O centro antigo é composto pelo centro histórico — núcleo original — e pelo centro novo —, área além do Vale do Anhangabaú em direção à Praça da República: as transformações ocorridas nessa área resultaram diretamente da ampliação da função da cidade como entreposto comercial. O deslocamento do centro histórico para o centro novo iniciou-se no final do século XIX e se consolidou na década de 1950, momento em que ele abrigou lojas, profissionais liberais e serviços, voltados para as camadas de alta renda, enquanto o outro passou a atender as camadas populares (Villaça, 2001). Nesse processo, foram realizadas várias obras de melhoramento, como a implantação de bondes, de saneamento básico e drenagem, e a introdução de energia elétrica e iluminação pública, que contaram com participação das companhias privadas de capital estrangeiro — *The São Paulo Gas Company Ltd*; *The São Paulo Tramway Light & Power Company Ltd* etc. O poder público, por sua vez, concentrou suas ações nos projetos de remodelação do Vale do Anhangabaú, do Jardim Público da Luz e do Parque Dom Pedro II, e, posteriormente, no Plano de Avenidas.

Nos anos 1960, porém, apesar de vários investimentos realizados, o centro antigo começou a apresentar problemas e, seguindo o deslocamento em direção ao sudoeste das camadas de mais alta renda, detentoras do controle do mercado imobiliário, o centro de negócios principal passou a se localizar na região da avenida Paulista — o chamado centro expandido. Cabe ressaltar que essa avenida, inaugurada em 1891, é fruto de um empreendimento imobiliário, “um espaço basicamente criado por um investimento privado, acompanhado de várias melhorias providas pelo poder público, destinado a moradores de altíssimo poder aquisitivo, com uma etapa inicial de predomínio de fazendeiros do café, seguida por outra com milionários ligados ao comércio e à indústria, muitos dos quais imigrantes [...]” (Frúgoli Júnior, 2006, p.116).

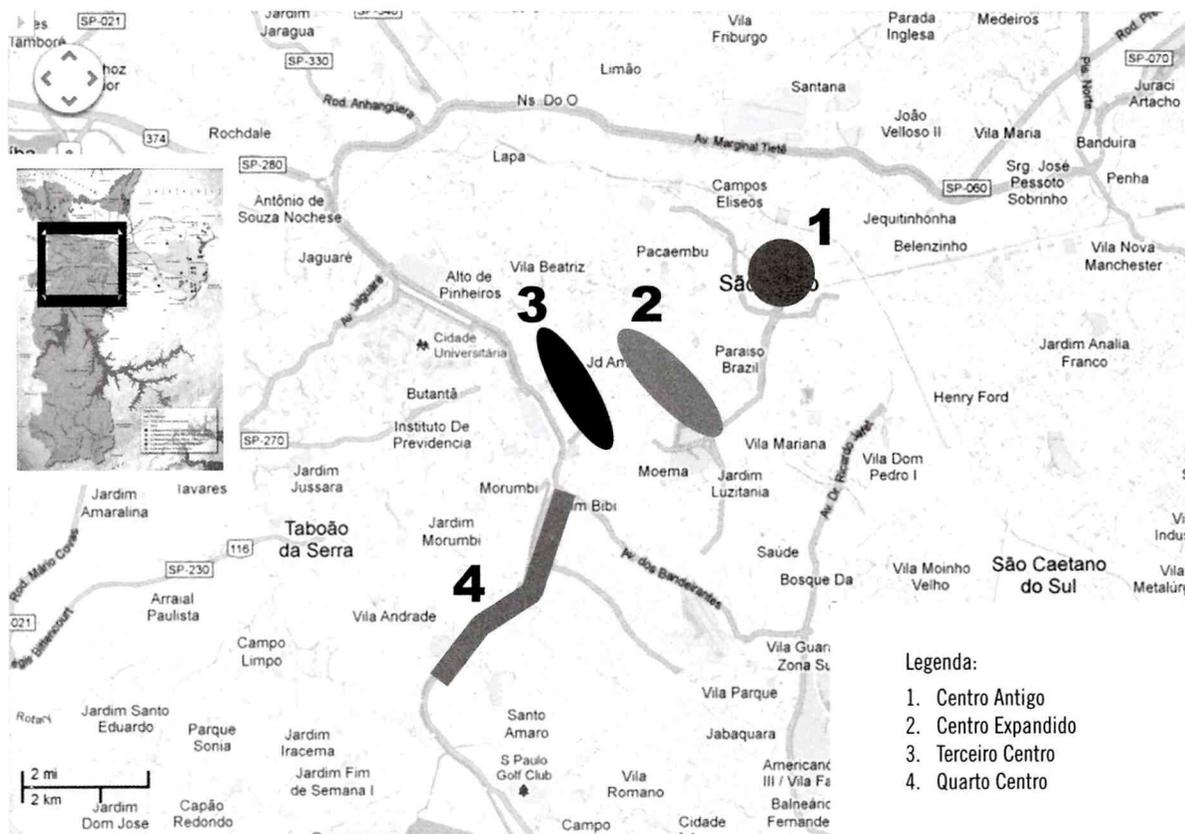


FIGURA 1 – Localização dos centros de negócios na cidade de São Paulo.

Fonte: Elaborado pela autora com base Google Maps.

No processo de desdobramento do centro de negócios para a avenida Paulista, o Estado diminuiu sua ação sobre a produção do espaço público, concentrando-a apenas na regulação da iniciativa privada por meio da legislação urbanística — definição de padrões de vias, de lotes etc.; os edifícios do centro antigo, por sua vez, foram abandonados, perderam seu valor imobiliário e se deterioraram.

Nos anos 1980, o centro expandido, e, em especial, a avenida Paulista, começou a enfrentar o abandono, em virtude da pequena quantidade de lotes disponíveis, alto preço dos condomínios, baixo nível de conservação dos edifícios etc.; nos anos 1990, já se podia perceber a alta concentração de vendedores informais e pessoas vivendo nas ruas (Frúgoli Júnior, 2006). Entretanto, ao contrário do centro antigo, o processo de depreciação dessa avenida não foi tão intenso porque ela mantém grande concentração de áreas de lazer, bem como alguns edifícios residenciais ou de uso misto, o que proporciona atividades durante as 24 horas do dia.

A formação do terceiro centro, ao longo da avenida Brigadeiro Faria Lima, iniciou-se anteriormente à depreciação da avenida Paulista; no início dos anos 1970, quando a avenida Faria Lima foi inaugurada, já se notava uma evasão de recursos e investimentos da Paulista para a nova área, que se formou como um centro linear, constituído por um corredor de edifícios de gabarito elevado que corta uma área estritamente residencial de alta renda, um bairro-jardim às margens do rio Pinheiros.

Inicialmente, concebida a partir do alargamento da maior parte da rua Iguatemi, a avenida Brigadeiro Faria Lima estendia-se da rua Amauri, na divisa do Jardim Paulistano com o Itaim, até a rua Teodoro Sampaio — depois prolongada até o largo da Batata —, em Pinheiros. Contudo, foi somente no final dos anos 1990, com a finalização de sua implantação — prolongada em suas extremidades a oeste e a sudeste —, que ela começou a desenvolver seu potencial como centro de negócios, chegando a ser comparada à 5ª Avenida, em New York, e ganhando um edifício batizado como *L'Arche* — alusão ao planejado centro de negócios *La Défense*, em Paris. Naquele momento, o terceiro centro conectou-se à área que viria abrigar o quarto centro — avenida Luis Carlos Berrini e avenida Nações Unidas —, em formação desde meados dos anos 1970.

Os empreendimentos realizados ao longo da avenida Berrini foram fruto de um grande projeto imobiliário, no qual 30 terrenos, em uma área alagadiça junto ao rio Pinheiros, foram adquiridos simultaneamente para a construção de edifícios de escritórios. Eram terrenos baratos, localizados em área com bom sistema de circulação e fácil acesso pela marginal Pinheiros, próximos a bairros residenciais. Contribuiu para esse investimento o conhecimento prévio de futuros investimentos do poder público na região, como o prolongamento da avenida Faria Lima até a avenida Berrini e a construção da avenida Águas Espraiadas. Porém, foi nos anos 1980, período no qual se intensificou a desconcentração de indústrias e houve um aumento das atividades de comércio e de serviços, que a região da Berrini fortaleceu-se como o quarto centro.

Com o passar do tempo, porém, algumas questões surgiram e nova dinâmica se estabeleceu: os edifícios da Berrini, em sua grande maioria, adequavam-se a pequenas empresas e escritórios; e a infraestrutura, assim como o oferecimento de serviços gerais — estacionamentos, restaurantes baratos, comércio, bancos e transporte público —, eram deficientes. Nesse contexto, verificou-se uma expansão dos investimentos em direção à região da avenida Nações Unidas, caracterizados por megaprojetos, tais como o *World Trade Center*, o Centro Empresarial Nações Unidas, dentre outros.

Na ocasião, as vantagens apontadas para essa região, com relação ao centro expandido, foram: maior potencial construtivo disponível e capacidade para atender aos novos requisitos de um edifício inteligente, por se tratar de construções novas. O centro antigo, por sua vez, era apontado como menos vantajoso porque a pulverização da propriedade entre vários herdeiros dificultava a realização de reformas nos edifícios.

Ocorre, porém, que a continuidade do desenvolvimento do quarto centro estava condicionada a novos investimentos do poder público em infraestrutura, no sistema viário e em transportes, como o projeto de Modernização do Sistema de Ferrovias (CPTM) e a construção de novas estações de trem ao longo da marginal Pinheiros, demandando vultosa quantia de recursos financeiros.

Diante disso, no final do século XX, ocorreram algumas mudanças de orientação na política de desenvolvimento urbano do município, verificando-se uma volta dos inves-

timentos ao centro antigo. Mas qual seria o papel do centro antigo nesse novo contexto? Quais seriam as estratégias a serem adotadas para que os problemas dessa área fossem mais bem enfrentados e as potencialidades mais bem aproveitadas? Qual seria o perímetro de abrangência de uma nova proposta de investimentos? Como tais propostas poderiam contribuir para um desenvolvimento mais sustentável da cidade?

As respostas a tais questões dependem do entendimento da situação existente na área central de São Paulo, a qual é apresentada de forma sucinta a seguir.

CENTRO ANTIGO E ADJACÊNCIAS: REGRESSO DOS INVESTIMENTOS

Atualmente, quando se faz referência à área central de São Paulo, trabalha-se, na maior parte das vezes, com o recorte territorial da Subprefeitura da Sé (antiga Administração Regional), que inclui os distritos da Sé, República, Liberdade, Consolação, Bom Retiro. Algumas propostas, porém, concentram-se mais nos distritos Sé e República, enquanto outras, como no caso do Programa Morar no Centro (Silva & Campos, 2004), ampliam um pouco mais esse recorte, considerando, além dos distritos da Subprefeitura da Sé, distritos da Subprefeitura da Mooca (Belém, Brás, Mooca e Pari) e da Subprefeitura da Lapa (distrito da Barra Funda) (Figura 2).

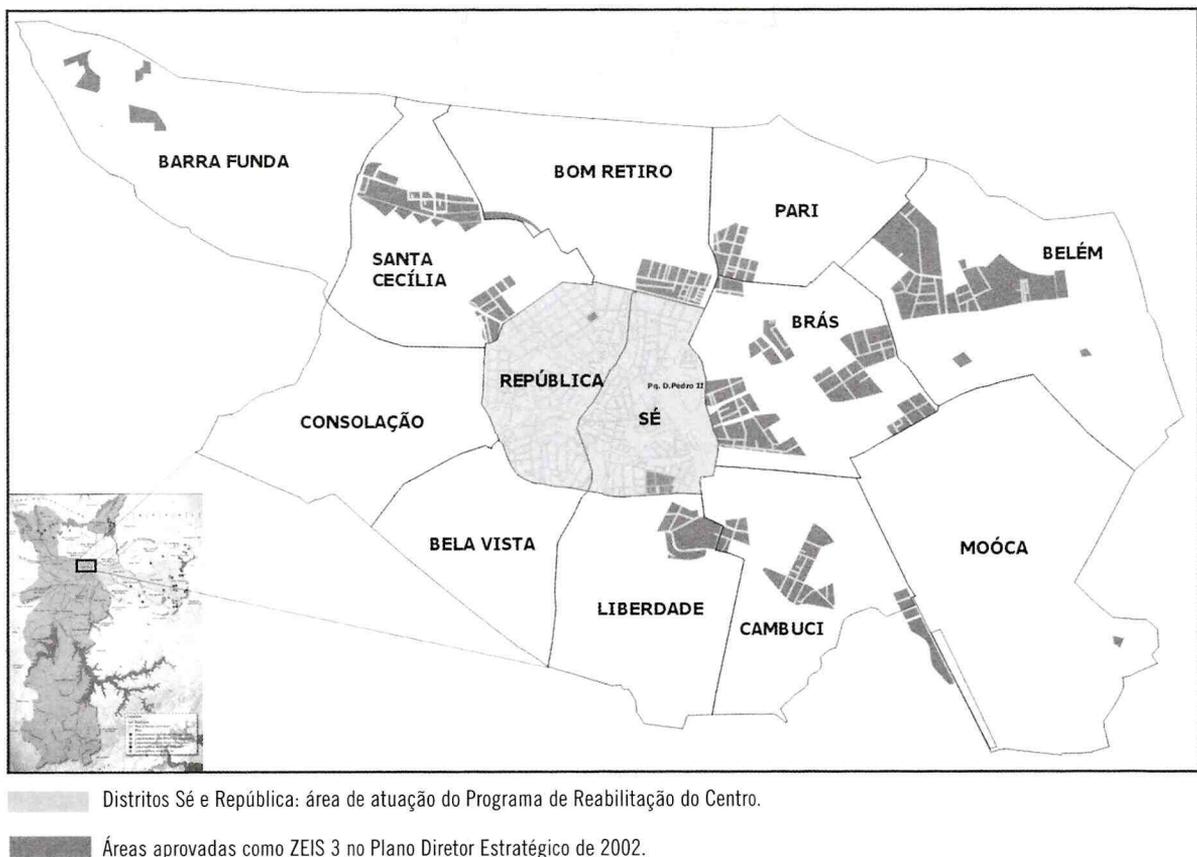


FIGURA 2 – Área de abrangência do Programa Morar no Centro.
Fonte: São Paulo (2003).

No final do século XX, a situação verificada na área central de São Paulo era de deterioração e de abandono de edifícios e dos espaços públicos, com grande concentração de comércio informal e moradores de rua, apesar do patrimônio construído e da infraestrutura instalada, para citar alguns de seus elementos potenciais.

Na área abrangida pela Subprefeitura da Sé, podiam-se verificar, como agora, grandes contrastes. Por um lado, trata-se da região da cidade com maior acessibilidade por transporte público — trem, metrô e ônibus —; que apresenta diversidade funcional — atividades econômicas, administrativas, culturais e sociais; e que possui grande oferta de empregos — mais de 25% do total de empregos formais do município —, bem como espaços públicos emblemáticos. Por outro lado, a área vem perdendo empresas e profissionais liberais — no final dos anos 1990, foi levantada a existência de mais de 300 mil m² de escritórios vazios (Silva & Campos, 2004), bem como moradores —, entre 1980 e 2000, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), sofreu uma perda de 200 mil habitantes, ficando com cerca de 40 mil domicílios desocupados; entretanto, de acordo com pesquisa da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas/Secretaria de Assistência Social (FIPE/SAS), nesse mesmo período, dos 8 mil moradores de rua existentes em São Paulo, cerca de 5 mil estavam no centro.

Diante desse quadro, o governo municipal iniciou estudos visando a um diagnóstico da área e a definir quais seriam as melhores estratégias para enfrentar os problemas, aproveitando suas potencialidades. Entendia-se que a região podia abrigar um maior número de residências, em especial para classes média e baixa em função das tipologias existentes, bem como continuar abrigando comércio e serviços, administração pública e equipamentos culturais.

Desde 1997, já vinham ocorrendo algumas iniciativas para reverter esse cenário, tal como a promulgação da Lei da Operação Urbana Centro; mas foi somente no início do século XXI, graças a uma nova visão do poder público e a uma política delineada pela Prefeitura do Município de São Paulo, com apoio dos governos estadual e federal, que se pôde verificar um regresso mais incisivo dos investimentos públicos.

O poder público passou a realizar intervenções para recuperar e requalificar o espaço público urbano e para recuperar ou restaurar importantes edifícios; no primeiro caso, destacam-se a praça da Sé, o parque da Luz e a praça Roosevelt, e, no segundo caso, a Pinacoteca do Estado, a Estação da Luz (Museu da Língua Portuguesa), a Sala São Paulo, o Teatro Municipal de São Paulo, a Biblioteca Mário de Andrade, o Solar da Marquesa, a Vila Economizadora e a Agência Central dos Correios. Além disso, diversos órgãos públicos foram reconduzidos para o centro antigo, tais como a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) e algumas Secretarias Estaduais, além da própria sede da Prefeitura de São Paulo, revertendo-se o processo de sua transferência da área central para áreas do quadrante sudoeste (Villaça, 2001).

Tais iniciativas também contaram com apoio de empresas do setor privado que, por seu turno, investiram na recuperação de diversos edifícios, tais como o *Shopping Light*, o Centro Cultural Banco do Brasil, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), o Hotel Novotel São Paulo Jaraguá *Convention*, o *Cine Marabá*, para citar alguns deles.

Esse conjunto de propostas e ações implantadas acabou por alterar a dinâmica do centro antigo, especialmente, ao longo do dia e em dias úteis, pelo grande fluxo de pessoas que passaram a trabalhar na área, as quais, por sua vez, contribuem para movimentar os negócios da região — restaurantes, bancos, lojas de roupas e calçados, pequenos serviços etc. Entretanto, a ocupação da área em outros períodos do dia e nos finais de semana, que pode ser ampliada com o fortalecimento de sua função residencial, ainda carece de propostas e ações.

Em 2001, esses esforços ganharam novo sentido com a elaboração do Plano “Reconstruir o Centro: reconstruir a cidade e a cidadania²”, posteriormente transformado no “Programa de reabilitação da área central”, que vem sendo implantado desde o ano de 2003, com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (100,4 milhões de dólares — contrato assinado em 2004) e contrapartida da Prefeitura do Município (67 milhões de dólares).

Dentre os objetivos desse programa, destacam-se a promoção do desenvolvimento social e econômico da região, dinamizando e criando condições de atração e suporte de atividades compatíveis com o centro metropolitano e promovendo a reabilitação urbanística e ambiental da área, com inclusão social; para isso, procurou-se unificar a ação governamental e abrir canais para a participação da sociedade, itens fundamentais para se obterem propostas mais coesas e para se implementar, de forma mais eficiente, uma política pública urbana.

Nesse sentido, ele é composto por cinco linhas de ação (reversão da desvalorização imobiliária e recuperação da função residencial; transformação do perfil econômico e social da área central; recuperação do ambiente urbano; transporte e circulação; e fortalecimento institucional do Município) e sua execução conta com a participação de dez Secretarias Municipais e da Subprefeitura da Sé.

A proposta inicial desse programa previa a promoção da diversidade de classes na área, entretanto os poucos projetos implantados na área de abrangência do Programa Morar no Centro, como o Parque do Gato, o Olarias e o Pari I — no âmbito do Programa de Locação Social —, o Hotel São Paulo, o Maria Paula, o Brigadeiro Tobias — no âmbito do Programa de Arrendamento Residencial (PAR-CEF) —, bem como as ações desenvolvidas no Perímetro de Reabilitação Integrada do *Habitat* na área da Luz (PRIH — Luz), voltaram-se, principalmente, para a baixa renda (Silva & Campos, 2004). As propostas que visavam a incentivar a fixação de pessoas de classe média, tal como o financiamento de reformas em áreas condominiais, não se efetivaram. No que diz respeito aos segmentos de baixa renda, é importante lembrar que embora o programa, objetivando evitar a gentrificação, contemple a construção de habitação de interesse social em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), sua produção ainda é insuficiente diante da demanda.

Contudo, embora não se tenha alcançado os resultados esperados pelo Programa, no que diz respeito a seu componente habitacional, os vários estudos realizados para elaboração ou aprimoramento do Programa Morar no Centro — em especial aqueles desenvolvidos no âmbito da Cooperação Técnica de Apoio à Implementação do Projeto Piloto do Programa de Locação Social (2004-2005) —, trouxeram importantes informações sobre a região e sobre políticas habitacionais, as quais poderão contribuir para a elaboração de outras propostas no futuro. Um exemplo é o estudo desenvolvido sobre o mercado de locação residencial na área central, que identificou e analisou terrenos e imóveis subutilizados ou degradados, com potencial imobiliário, os quais podem representar grande atrativo para investidores privados, desde que acompanhados de ações do poder público para a região.

Mas o fato é que a implantação desse programa ocorreu de modo lento, ultrapassando períodos de governo; assim, em 2006, no âmbito de uma nova administração municipal, a lista de ações e o orçamento passaram por revisão em função de uma mudança do perfil do Programa, e a Prefeitura de São Paulo passou a trabalhar com três projetos âncora para requalificar o centro: Anhangabaú, Parque Dom Pedro II e Nova Luz. Atualmente, ela centra suas atenções e ações no Projeto Nova Luz.

PROJETO NOVA LUZ

No caso específico do Projeto Nova Luz, cujo perímetro insere-se no distrito República (Figura 3), visando a efetivar as propostas realizadas, foi aprovado o uso de alguns instrumentos fiscais e urbanísticos, como a Lei de Incentivos Seletivos — Lei nº 14.096/2005 e a Concessão Urbanística —, Lei nº 14.918/2009.

A aplicação do primeiro instrumento autoriza o poder executivo a conceder incentivos fiscais — como redução de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), de Imposto sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis (ITBI), ou de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) —, àqueles contribuintes que realizarem investimentos na Nova Luz. Com isso, espera-se promover e fomentar o desenvolvimento adequado da área com a implantação, expansão ou modernização de empresas — comerciais ou prestadoras de serviços —, e de empreendimentos residenciais.

A adoção da concessão urbanística, por sua vez, visa a facilitar a realização de uma intervenção urbana de caráter estrutural na área. Mediante um contrato administrativo, o poder público, por meio de licitação, “delega à pessoa jurídica ou ao consórcio de empresas a execução de obras urbanísticas de interesse público, por conta e risco da empresa concessionária, de modo que o investimento desta seja remunerado e amortizado mediante a exploração dos imóveis resultantes destinados a usos privados nos termos do contrato de concessão, com base em prévio projeto urbanístico específico e em cumprimento de objetivos, diretrizes e prioridades da lei do plano diretor estratégico” (São Paulo, 2009, p.22).

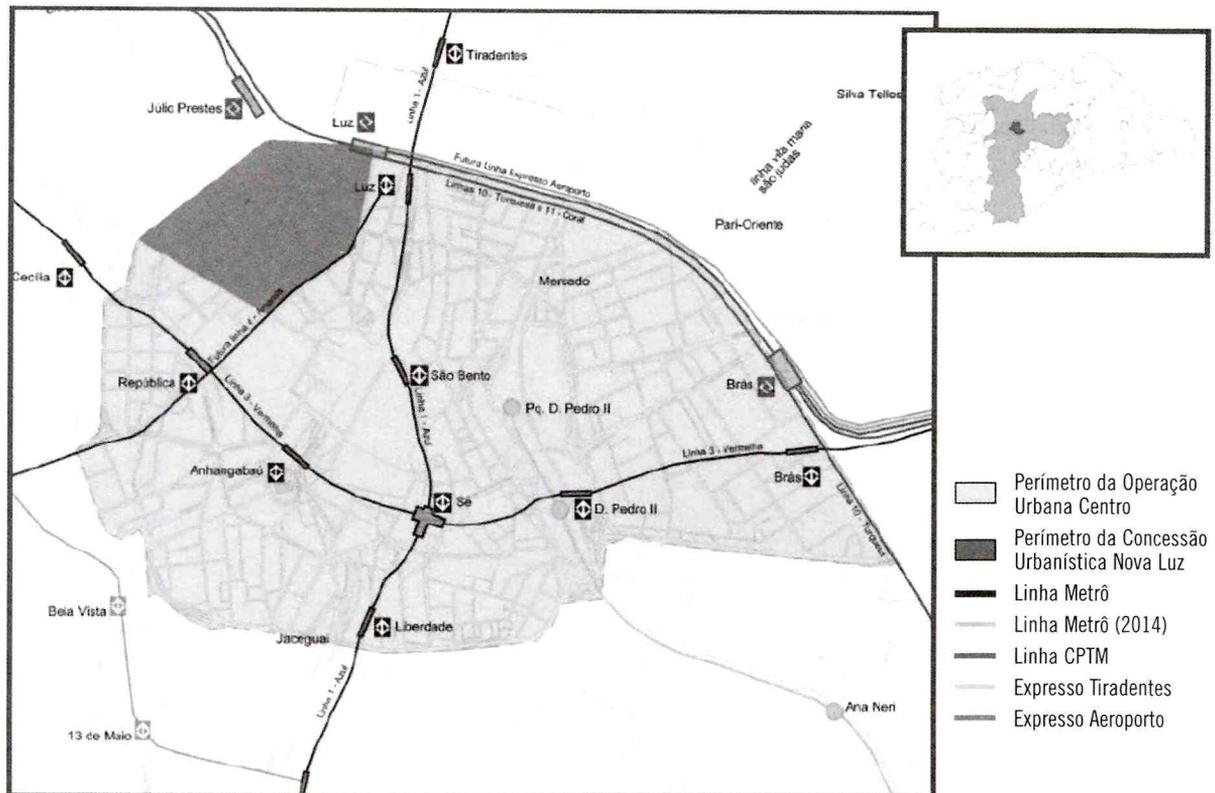


FIGURA 3 – Localização do Projeto Nova Luz, São Paulo.
 Fonte: São Paulo (2010, p.17).

Na proposta para a Nova Luz, constam como diretrizes específicas: a preservação e a recuperação do patrimônio histórico, cultural e artístico existente no local; o equilíbrio entre habitação e atividade econômica, de forma a propiciar a sustentabilidade da intervenção; a implantação de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda, de acordo com as normas urbanísticas aplicáveis às Zonas Especiais de Interesse Social; o incentivo à manutenção e à expansão da atividade econômica instalada, especialmente nos setores ligados à tecnologia; a execução planejada e progressiva do projeto urbanístico específico, de forma a evitar, durante o período das intervenções, o agravamento de problemas sociais e a minimizar os impactos transitórios negativos delas decorrentes.

De acordo com o “Projeto Urbanístico Consolidado”, aprovado em agosto de 2011, a visão que se tem para a Nova Luz é a de um “bairro sustentável, dinâmico e diversificado, para morar, trabalhar e se divertir” (São Paulo, 2011, *online*). Verifica-se que, pelo menos nas intenções, figura uma preocupação com a promoção da diversidade de usos e com a necessidade de evitar a gentrificação da área.

Mas a realidade da Nova Luz é bastante complexa, o que torna difícil tanto a elaboração de propostas como sua implantação. Existem os graves problemas sociais e de saúde da região chamada de Cracolândia, que, até poucos meses atrás, estava ocupada por traficantes e usuários de *crack*: aproximadamente 400 usuários que o consumiam 24 horas por dia. Também há o problema das inúmeras pessoas que já foram expulsas do local por

conta do fechamento e da demolição de antigos hotéis — um processo de gentrificação às avessas, dado que os investimentos ainda não foram realizados.

Além disto, não há consenso sobre os conceitos que embasam o referido projeto nem sobre o modo como o processo vem sendo conduzido pelo poder público — nem sempre foram realizadas audiências públicas, como no caso da decisão sobre a aplicação da concessão urbanística, ou a divulgação não teve grande alcance. O nível do tombamento de alguns imóveis históricos passou por revisão em um processo pouco transparente; e o próprio processo de contratação do Consórcio³ para desenvolvimento do Projeto Urbanístico Específico (PUE) e de estudos complementares, por meio de licitação realizada pela Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, gerou muita discussão e críticas. Por tudo isso, têm sido recorrentes os pedidos judiciais para a suspensão do Projeto Nova Luz.

Um fato recente que exemplifica esse tipo de situação é a ação deflagrada pela Polícia Militar, no dia 3 de janeiro de 2012, para coibir o uso e o tráfico de drogas na área da Cracolândia; iniciou-se um policiamento ostensivo para dispersar grupos de moradores de rua e desarticular o tráfico, deixando para o momento seguinte o atendimento de saúde e social aos viciados. Tal ação, que acabou por dispersá-los para outros pontos da cidade, sofreu duras críticas porque foi decidida sem a participação efetiva dos órgãos da rede de atendimento aos usuários de drogas — albergues, centros de convivência e leitos para internação —, cujos profissionais vinham participando das discussões sobre a área com o governo estadual e a prefeitura; ou seja, apesar das intenções, os canais participativos não estão, de fato, abertos.

Diante disso, para que o Projeto Nova Luz possa prosseguir, é fundamental superar as questões judiciais e obter aprovação em todos os órgãos competentes, tal como o Conselho Municipal de Meio Ambiente (Cades); sem isso, a Prefeitura não poderá iniciar a licitação para escolher a empresa que será responsável pelo projeto, estimado em 4 bilhões de reais, entre desapropriações, demolições e novas construções no bairro.

Uma vez iniciada sua implantação, será necessário aguardar um prazo estimado de 15 anos para verificar e avaliar se os resultados pretendidos pelo Projeto Nova Luz foram alcançados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cidade, em virtude dos processos que se justapõem, da ação e dos interesses de diferentes atores, entre outros fatores, é uma obra aberta. Entretanto, visando minimizar o impacto do seu desenvolvimento, é necessário fazer frente a algumas dinâmicas urbanas, como a urbanização dispersa e o esvaziamento de áreas centrais, adotando medidas para reabilitar tais áreas subutilizadas, a fim de aproveitar a infraestrutura, os sistemas de transporte e o parque construído. Dessa forma, podem ser diminuídos os gastos com a execução de novas obras públicas e com deslocamentos humanos, bem como refreado o processo de expansão das fronteiras urbanas — que consome território, ocasiona desmatamentos,

impermeabiliza o solo, afeta o sistema hídrico, causa grande impacto no sistema viário e de transportes por conta do movimento pendular etc. —, contribuindo para diminuir o impacto ambiental e humano do desenvolvimento das cidades.

O retorno dos investimentos para áreas urbanas degradadas, abandonadas ou subutilizadas já vem ocorrendo em algumas cidades, tais como Barcelona, já citada; Roterdã (*Kop Von Zuid*); Paris (*ZAC Seine Rive Gauche*); dentre outras. Entretanto, a análise desses casos permite verificar que nem sempre se conseguiu evitar a gentrificação.

No caso de São Paulo, um dos méritos que se via na proposta do Programa de Reabilitação da Área Central de São Paulo, além do reaproveitamento da infraestrutura e dos investimentos já realizados, era justamente a incorporação de medidas que visavam a evitar a gentrificação. Contudo, ao se analisarem certas ações adotadas recentemente, no âmbito do Projeto Nova Luz, como a referida operação militar, surgem algumas preocupações: tais medidas não têm contribuído para alcançar a dimensão social da sustentabilidade e com isso o sucesso da empreitada pode ser colocado em risco.

A reabilitação de áreas centrais só pode contribuir para que se tenha um desenvolvimento mais sustentável de nossas cidades se todas as dimensões da sustentabilidade forem alcançadas. Nesse sentido, embora se entenda que a área central somente será resgatada se a municipalidade conseguir captar os investimentos do setor privado e que a existência dos referidos problemas sociais dificulta o alcance desse objetivo, a adoção de medidas desconectadas do plano proposto sem o respaldo de todos os atores envolvidos, como ocorreu recentemente na Nova Luz, além de não contribuir para a solução efetiva dos problemas e a remoção de possíveis obstáculos, pode contribuir para que o processo de implantação do plano seja abortado ou não tenha o êxito esperado.

Ainda não é possível determinar quais serão os impactos urbanos, econômicos, sociais e ambientais do Projeto Nova Luz; somente o acompanhamento do processo e a continuidade de sua implantação irão dizer. Entretanto, o que se pode dizer no presente momento é que medidas tomadas à distância dos atores envolvidos — não apenas os futuros investidores, mas também os atuais proprietários, moradores e demais usuários do local —, fatalmente não contribuem para que se tenham cidades mais sustentáveis.

NOTAS

1. “Gentrificação” ou enobrecimento urbano é o nome que se dá ao processo de transformação do espaço urbano no qual, a partir de uma intervenção pública ou privada, ocorre a valorização imobiliária deste local e o consequente deslocamento dos moradores tradicionais, frequentemente, de classes sociais menos favorecidas (Bidou-Zachariassen, 2006).
2. Este Plano, que envolveu as então denominadas Secretarias de Planejamento, de Habitação e Desenvolvimento Urbano, de Implementação das Subprefeituras, além da Empresa Municipal de Urbanização (EMURB), foi coordenado pela Administração Regional da Sé (atual Subprefeitura) e pela equipe do Procentro, em 2001 (São Paulo, 2001).
3. O vencedor dessa licitação foi o consórcio formado pelas empresas AECOM (responsável pelo PUE), Concremat (responsável pelo Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e pelo Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), Companhia City (Responsável pelo Plano de Urbanização de ZEIS e pelo Plano de Comunicação) e Fundação Getúlio Vargas (FGV) (responsável pelo Estudo de Viabilidade Econômica).

REFERÊNCIAS

- BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006.
- BLANCO, I. Políticas urbanas de inclusión socio-espacial: la experiencia de Barcelona. In: CONGRESO INTERNACIONAL DEL CLAD SOBRE LA REFORMA DEL ESTADO Y DE LA ADMINISTRACIÓN PÚBLICA, 10., 2005, Santiago de Chile. *Anais...* Chile: Clad, 2005. Disponível em: <www.top.org.ar>. Acesso: 9 jun. 2012.
- BRAGA, R. Estrutura urbana e sustentabilidade ambiental em cidades de porte médio: uma análise da cidade de Rio Claro-SP. In: CONGRESSO LUSO BRASILEIRO PARA O PLANEJAMENTO URBANO REGIONAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL, 3., 2008, Santos. *Anais...* São Paulo: USP, 2008. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/67992562/rbraga-pluris-2008>. Acesso em: 8 jan. 2011
- BRASIL. Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 11 jul. 2001. Seção 1, p.1.
- CAMPOS, V.N.O. *O comitê de bacia hidrográfica do Alto Tietê e o consejo de cuenca del Valle de México: potencialidades e limites da gestão participativa da água (1980-2005)*. 2008. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- CLAVER, N. A ciutat vella de Barcelona: renovação ou gentrificação?. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord.). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p.145-165.
- D'ARC, H.R. Requalificar o século XX: projeto para o centro de São Paulo. In: BIDOU-ZACHARIASEN, C. (Coord). *De volta à cidade: dos processos de gentrificação às políticas de revitalização dos centros urbanos*. São Paulo: Annablume, 2006. p.265-293.
- FARR, D. *Sustainable urbanism: urban design with nature*. Hoboken: John Wiley, 2008.
- FERRARI, C. *Dicionário de urbanismo*. São Paulo: Disal, 2004.
- FRÚGOLI JÚNIOR, H. *Centralidade em São Paulo: trajetórias, conflitos e negociações na Metrópole*. São Paulo: Cortez: USP, 2006.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Objetivos de desarrollo del milenio: una mirada desde América Latina y el Caribe. Santiago: Nações Unidas, 2005. Disponível em: <http://www.eclac.org/cgi-bin/getProd.asp?xml=/publicaciones/xml/1/21541/P21541.xml&xsl=/tpl/p9f.xsl&base=/tpl/top-bottom.xsl>. Acesso em: 6 dez. 2007.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA): caminhos para o desenvolvimento sustentável e a erradicação da pobreza*. 2011. Disponível em: <www.unep.org/greeneconomy>. Acesso em: 20 jan. 2012.
- REIS FILHO, N.G. *Notas sobre a urbanização dispersa e novas formas de tecido urbano*. São Paulo: Via das Artes, 2006.
- ROGERS, R. *Cidades para um pequeno planeta*. Barcelona: Gustavo Gili, 2008.
- SACHS, I. *Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Plano reconstruir o centro: reconstruir a cidade e a cidadania*. São Paulo: Procentro, 2001.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Programa morar no centro*. São Paulo: SMH, 2003.
- SÃO PAULO. Lei nº 14.917, de 7 de maio de 2009. Dispõe sobre a concessão urbanística no município de São Paulo. *Diário Oficial do Estado de São Paulo*, 8 maio 2009. p.22.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Projeto nova Luz: visão e diretrizes urbanísticas*. São Paulo: SMDU, 2010. Disponível em: <http://www.novaluzsp.com.br/files/20101117_NovaLuz_PMSP_SMDU.pdf>. Acesso em: 8 fev. 2011.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal de São Paulo. *Nova Luz: projeto urbanístico consolidado*. São Paulo: SMDU, 2011. Disponível em: <http://www.novaluzsp.com.br/files/NL_Consolidado_11_08_2011.pdf>. Acesso em: 23 ago. 2011.
- SILVA, H.M.B.; CAMPOS, V.N.O. (Org.). *Programa morar no centro*. São Paulo: PMSP, 2004.
- WESTPHAL, M.F.; MENDES, R. Cidade saudável: uma experiência de interdisciplinaridade e intersetorialidade. *Revista de Administração Pública*, v.34, n.6, p.47-61, 2000.
- VILLAÇA, F. *Espaço intra-urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel, 2001.

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir a reabilitação de áreas urbanas centrais e sua possível contribuição para um desenvolvimento mais sustentável das cidades. Para isso, analisa-se o caso da área central da cidade de São Paulo, a qual, após um processo de desdobramento do centro de negócios, passou a sofrer esvaziamento populacional, abandono e subutilização de seus edifícios e terrenos. Nesse contexto, visando trazer argumentos que reforcem a tese central, discute-se a elaboração e a adoção do plano de reabilitação para a área central (Procentro e Nova Luz), relacionando os problemas e as potencialidades da área em períodos mais recentes. Conclui-se, porém, que a existência de tais planos *per se* não é suficiente para reverter o quadro; a adoção de medidas desconectadas do plano proposto e sem o respaldo de todos os atores envolvidos pode minar os resultados. Além disso, para se alcançar um desenvolvimento urbano mais sustentável, é fundamental adotar estratégias que contemplem todas as dimensões, inclusive a social.

PALAVRAS-CHAVE: Áreas urbanas centrais. Reabilitação. São Paulo. Sustentabilidade.

REHABILITATION OF CENTRAL URBAN AREAS: A CONTRIBUTION TO MORE SUSTAINABLE CITIES?

ABSTRACT

The aim of this article is to discuss the rehabilitation of central urban areas and its possible contribution to achieving more sustainable cities. It addresses the issue of urban sustainability and analyzes the central area of São Paulo which, after a process of central business district replacement, has been dealing with a decrease in population, and the abandonment and underutilization of its buildings and blocks. In this context, with the goal of bringing arguments to strengthen the central thesis, it discusses the development and adoption of the Rehabilitation Plan for São Paulo (Procentro and Nova Luz), establishing links between the two problems and potentials of central area. It concludes, however, that the existence of such plans per se is not sufficient to change the situation; the adoption of some measures not linked to the Plan and without the support of all stakeholders, can undermine the results. In addition, to achieve more sustainable urban development, it is essential to adopt strategies that address all dimensions, including the social one.

KEYWORDS: *Central business district areas. Rehabilitation. São Paulo. Sustainability.*

ESTUDO DO PERCENTUAL DE ÁREA DE JANELA EM EDIFICAÇÕES BRASILEIRAS

DURANTE O SÉCULO XIX E XX | Verônica Stefanichen Monteiro, Cláudia Cotrim Pezzuto,

Alexandre de Assis Mota, Lia Toledo Moreira Mota

Graduanda | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologia | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo | Campinas, SP, Brasil

Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologia | Faculdade de Engenharia Civil | Rod. D. Pedro I, km 136, 13086-900, Campinas, SP, Brasil | Correspondência para/Correspondence to: C.C. PEZZUTO | E-mail: claudiapezzuto@puc-campinas.edu.br

Professor Doutor | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologia | Faculdade de Engenharia Elétrica | Campinas, SP, Brasil

Professora Doutora | Pontifícia Universidade Católica de Campinas | Centro de Ciências Exatas Ambientais e de Tecnologia | Faculdade de Engenharia Elétrica | Campinas, SP, Brasil

| Recebido em 5/12/2011, reapresentado em 8/5/2012 e aceito para publicação em 18/5/2012

ESTUDO DO PERCENTUAL DE ÁREA DE JANELA EM EDIFICAÇÕES BRASILEIRAS DURANTE O SÉCULO XIX E XX

INTRODUÇÃO

Estudos relacionados à origem da janela relatam que ela se vincula à variação posterior ocorrida com o elemento porta: uma redução ou simples diminuição desta última. Essa mudança não é descrita somente pelos seus aspectos físicos, mas principalmente qualitativo, na medida em que a função correspondente ao elemento porta (passagem, deslocamento físico) altera-se para a passagem de luz natural e vista para o exterior (Sardeiro, 2002).

Ao longo da história, surgiram as mais diversas formas de fechamento dessas janelas, que também foram se desenvolvendo através do tempo, desde grades de jacarandá até a utilização de caixilhos de vidro (Rodrigues, 1975). As grandes janelas são incomuns antes do século XIX, pois o vidro não estava disponível em massa nesse período. Desse modo, na maioria das residências tradicionais, as portas mantinham a função de iluminação e ventilação natural. No entanto, pequenas janelas foram encontradas em habitações em climas áridos e janelas maiores foram observadas no clima temperado (Zhai & Prevital, 2010).

Durante séculos, o vidro na janela era um produto de custo elevado, material escasso e, portanto, grandes áreas envidraçadas eram vistas como um indicador visível da riqueza (Sardeiro, 2002). Durante a Revolução Industrial, a disponibilidade de vidro como um produto de massa a um preço acessível e as novas possibilidades de

construção em aço e concreto permitiram a utilização de maiores áreas envidraçadas. No entanto, os edifícios altamente envidraçados, construídos na Europa e na América no Moderno Movimento da Arquitetura no início do século XX, logo revelaram efeitos negativos em termos de conforto térmico (Bahaj *et al.*, 2008).

O presente artigo tem como objetivo investigar o percentual de área de janela envidraçada em edificações brasileiras durante o século XIX e XX. Assim, foi apresentado um histórico das janelas na arquitetura brasileira bem como um panorama geral da relação do consumo de energia e a utilização de janelas nas edificações. Para as análises foi apresentado um estudo comparativo em edificações do século XIX e XX, a partir do parâmetro percentual de área de abertura na fachada total. Para estudo de caso, foram avaliadas duas edificações do século XIX localizadas na cidade de Campinas, e três edificações do século XX localizadas nas cidades do Rio de Janeiro, Campinas e São Paulo.

BREVE HISTÓRICO DAS JANELAS NA ARQUITETURA BRASILEIRA

Na origem da colonização do Brasil, havia, como primeiros sistemas construtivos, a taipa de pilão e a taipa de mão, advindas da grande influência europeia. Foram nessas construções que as aberturas começaram a ganhar expressão e espaço na arquitetura: a dimensão dessas aberturas se dava pela própria estrutura incidente nas paredes (Labaki & Kowaltowski, 1998).

Os fechamentos referentes a essas aberturas foram evoluindo e se desenvolvendo a partir da própria necessidade de proteção das intempéries e da própria disponibilidade de matéria-prima. Assim, esses fechamentos se iniciaram por grades de jacarandá — passando pelo escuro, cuja característica principal é vedar completamente o ambiente quando fechado —, e se estruturaram a partir da união de tábuas. Os elementos vazados, caixilhos e treliças, presentes na própria estrutura da janela, partem desse primeiro tipo de fechamento, em que se utiliza a madeira como matéria-prima. É a partir desses elementos vazados que surgem as janelas de rótula e de gelosia, que se diferenciam apenas pelo eixo de rotação de suas folhas (Rodrigues, 1975). As janelas de veneziana também são variações desses elementos vazados na estrutura das janelas, porém aparecem em maior quantidade por volta do século XIX (Vasconcellos, 1973).

Já no final do século XVII, houve a generalização do uso de vidraças em residências. Essas vidraças eram compostas por pequenas áreas envidraçadas alternadas na folha de fechamento da janela (Vasconcellos, 1973).

As dimensões das aberturas, tanto de janelas quanto de portas, nas edificações coloniais eram estabelecidas pelos Códigos de Postura Municipais, que estabeleciam dimensões exatas de largura, altura e peitoril, no caso de janelas. Essas dimensões preconizavam um percentual mínimo referente à área destinada às aberturas nas fachadas: esse percentual era de aproximadamente 20% da área da fachada (Lapa, 1996).

Após esse período, os Códigos de Obras Municipais são aqueles que estabelecem as dimensões das aberturas. Nesse caso, as dimensões são mínimas e variam de acordo com o compartimento em que as aberturas estarão inseridas, sendo proporcionais à metragem e de acordo com sua função: insolação ou arejamento. De qualquer modo, as aberturas teriam sua dimensão mínima de 0,60m² (Brasil, 1992).

Pressupõe-se que, não havendo mais tantas restrições quanto ao dimensionamento das aberturas, inicia-se a construção de edificações com aberturas bem maiores do que as usuais. É a partir do modernismo que as janelas ganham real expressão nas edificações.

O início dessa modernidade, principalmente nas edificações, deu-se com a propagação de novos materiais construtivos no século XIX, dentre eles o vidro e o ferro, que possibilitaram alterar de forma inusitada as edificações das cidades. Assim, houve importações de diversas tipologias europeias, gerando, em alguns casos, a reinvenção ou reformulação do projeto original para se adaptar às exigências do clima (Francisco, 2009). Para Santos (2008), houve um abasileiramento do estilo internacional devido à preocupação com o elemento nacional, com uma arquitetura moderna tipicamente brasileira. Após esse período, as edificações com fachadas envidraçadas tornaram-se cada vez mais usuais nas cidades.

A EDIFICAÇÃO E O CONSUMO DE ENERGIA

Os edifícios que apresentam suas fachadas envidraçadas, que têm suas raízes na arquitetura da luz do dia, tornaram-se padrões mundiais para construções de escritórios e hotéis (Bahaj *et al.*, 2008). Entretanto, com a finalidade de compensar os efeitos negativos causados por grandes áreas envidraçadas, houve a utilização extensa de instalações de sistemas de aquecimento e de resfriamento, levando ao aumento do consumo de energia.

Com relação aos fechamentos transparentes, Caram (1998) relata que eles incorporam uma preocupação com relação ao controle do consumo energético; nesse sentido, tanto os estudos quanto os avanços tecnológicos buscam o controle da perda de calor em períodos do frio, como também o bloqueio do calor devido à radiação solar no verão. Em estudos anteriores, Olgyay e Olgyay (1957) consideram o vidro como o elemento mais vulnerável à ação da radiação solar.

Com o intuito de verificar a caracterização e a análise de transmissão da radiação solar através de materiais transparentes, empregados em fachadas de edificações, Caram (1998) estudou vidros metalizados, os policarbonatos, e as películas de controle solar utilizadas sobre o vidro comum. O estudo utilizou-se da técnica de espectrofotometria para análise da composição espectral dos materiais. O trabalho fornece subsídios e indicativos para o emprego adequado de superfícies transparentes quanto a sua especificação, além de preencher dados técnicos não disponíveis no mercado.

Gómez e Lamberts (1995) fizeram simulação de várias alternativas de projeto para um edifício de utilização comercial visando ao consumo de energia. Os resultados mostraram que as cargas térmicas e, conseqüentemente, o consumo elétrico são maiores no caso de maior área de janela, para janelas de vidro comum e sem brises. Para uma redução da relação janela/parede de 70% para 30%, o consumo elétrico diminuiu de 15 a 25%, sendo a redução maior nos prédios retangulares.

Santana e Ghisi (2007), através de simulações computacionais no programa *Energy Plus*, avaliam a influência de dois parâmetros construtivos no consumo de energia em edifícios de escritório: percentual de área de janela na fachada e a absorvância de paredes externas. O estudo verificou que o aumento no consumo de energia é mais significativo ao se aumentar o percentual de área de janelas na fachada, com variação aproximada de 41,6%. No quesito absorvância de paredes externas, mantendo o percentual de área de janelas na fachada fixa, a variação no consumo de energia alcançou até 21,6%.

Jaber e Ajib (2011) relatam que o projeto da janela, especialmente as compostas por vidros, é um fator crítico para determinar a eficácia do projeto solar passivo. Em estudos realizados em três diferentes zonas climáticas, os autores estudaram quatro tipos de janelas: janela envidraçada com vidro único, vidros duplos com diferentes alturas e larguras e vidros triplos. Os resultados demonstraram que o aquecimento é altamente sensível ao tamanho e ao tipo de janelas. Além disso, o estudo demonstrou que uma janela envidraçada bem dimensionada pode representar uma economia de energia em torno de 21 a 24% em diferentes zonas climáticas.

Estudos indicam que a economia anual de energia propiciada por uma janela simples com vidros de 6mm depende de vários fatores da própria janela e não apenas das características térmicas dos materiais constituintes da janela, mas também da sua orientação, das condições climáticas do local, dimensões dos edifícios e transmitância térmica das paredes e coberturas (Singh & Garg, 2009).

Nos últimos anos, foram significativos os avanços em tecnologias dos vidros, os quais incluem vidros de controle solar, unidades de vidros isolantes, vidros com baixa emissividade, vidros duplos, com câmara de vácuo interna ou camada de sílica gel, entre outros (Bahaj *et al.*, 2008; Sadineni *et al.*, 2011). Outros autores brasileiros também realizaram estudos com materiais transparentes; dentre esses, destacam-se Caram (1998), Santos (2002), Castro (2006) e Sardeiro (2007).

No Brasil, com o objetivo de promover a eficiência energética em edificações, foi sancionada a Lei nº 10.295/2001, que dispõe sobre a Política Nacional de Conservação e Uso Racional de Energia e dá outras providências (Brasil, 2001a). O Decreto nº 4.059/2001 (Brasil, 2001b) regulamenta a Lei nº 10.295/2001 e institui que os níveis máximos de consumo de energia ou mínimos de eficiência energética deverão ser estabelecidos com base em indicadores técnicos e regulamentação específica de

edificações construídas e terão a coordenação do Ministério de Minas e Energias. A promulgação da lei gerou uma série de iniciativas, visando a implementar parâmetros de eficiência energética em edificações. Um importante passo foi a aprovação, no ano de 2009, do Regulamento Técnico da Qualidade do Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C). Em 2010, foi aprovada sua revisão para Requisitos Técnicos da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (RTQ-C) (Brasil, 2010). Com o intuito de aumentar a gama de edifícios participantes do processo de etiquetagem e também a eficiência energética nas edificações como um todo, foi também lançado, em 2010, o Regulamento Técnico da Qualidade para o Nível de Eficiência Energética de Edificações Residenciais (RTQ-R) (Brasil, 2012).

MÉTODOS

Com a finalidade de atingir o objetivo desta pesquisa, foi feita uma análise em duas edificações do século XIX, localizadas na cidade de Campinas e três edificações do século XX, localizadas nas cidades de Rio de Janeiro, Campinas e São Paulo. A pesquisa apresenta esse recorte pela dificuldade de encontrar projetos arquitetônicos completos e dados técnicos disponíveis de edificações brasileiras.

No período do século XIX, foram realizadas análises em edificações de um período no qual a utilização de elementos transparentes no fechamento de aberturas estava em seu início. As duas edificações de estudo encontram-se na cidade de Campinas (SP): a Sede da Fazenda Mato Dentro — Complexo Arquitetônico Tombado (Figura 1), localizada no Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim de 1806, e o Palácio dos Azulejos — Museu de Imagem e Som (MIS) de Campinas (Figura 2), localizado no Centro de Campinas de 1878. Essas edificações foram escolhidas para representar o início do século XIX (Sede da Fazenda Mato Dentro) e outra no final do século XIX (Palácio dos

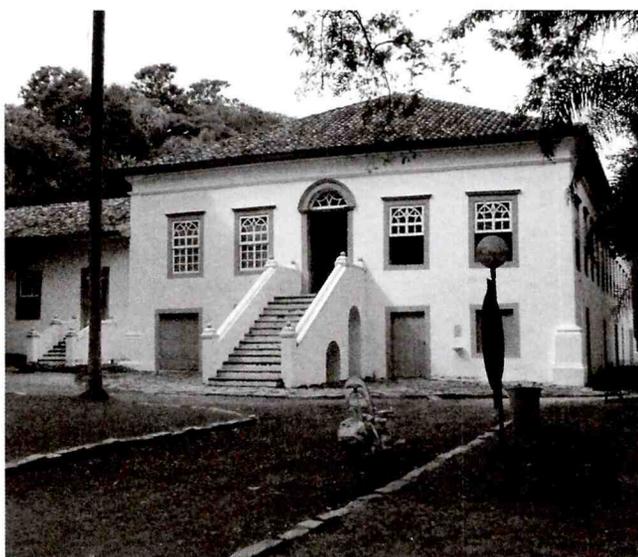


FIGURA 1 – Sede da Fazenda Mato Dentro, Campinas/1806.
Foto: Verônica Stefanichen Monteiro (Julho de 2011).

FIGURA 2 – Palácio dos Azulejos, Campinas/1878.
Foto: Verônica Stefanichen Monteiro (Julho de 2011).

Azulejos). Foram utilizadas para análise as plantas dos edifícios originais (sem ampliações ou reformulações do projeto) adquiridas no Processo de Tombamento referente a cada uma das edificações (Campinas, 1988, 1995).

A partir de visitas na área, pode-se listar características próprias de cada edificação para efeito das análises dos projetos. A Sede da Fazenda Mato Dentro apresenta a predominância de janelas do tipo guilhotina articulada em duas folhas horizontais, janelas com dimensões menores vedadas por vidro e grade de ferro e portas com fechamento em escuro, assim como algumas janelas. Já no Palácio dos Azulejos, a vedação das janelas se dá através de duas folhas articuladas no eixo vertical, portas com fechamento em escuro e fechamento em vidro com duas folhas articuladas no eixo vertical.

Nas edificações do século XX, período no qual o modernismo começara a se instalar definitivamente nas cidades brasileiras, foram realizadas análises de três edificações: a do Ministério da Educação e Saúde Pública, de 1936 (Figura 3), localizada no Rio de Janeiro; a do edifício Itatiaia, de 1952 (Figura 4), edifício residencial, localizado em Campinas; e a torre Faria Lima de 2004 (Figura 5), parte do complexo Ohtake Cultural, edifício de serviços, localizado em São Paulo. Também as edificações foram escolhidas com o objetivo de representar o final e o início do século. Para buscar uma representatividade das edificações em diferentes regiões metropolitanas, foram escolhidas as edificações na cidade de Campinas, São Paulo e Rio de Janeiro. Para as



FIGURA 3 – Ministério da Saúde e Educação Pública, Rio de Janeiro (1936).
Fonte: Wisnik (2001).



FIGURA 4 – Edifício Itatiaia, Campinas (1952).
Foto: Verônica Stefanichen Monteiro (Agosto de 2011).

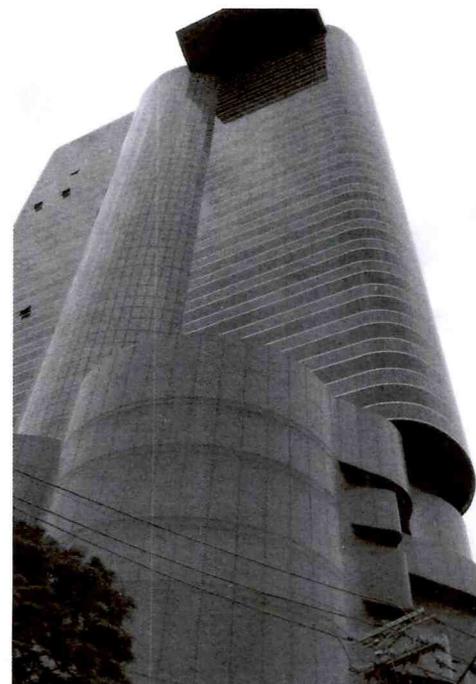


FIGURA 5 – Complexo Ohtake Cultural, Torre Faria Lima, São Paulo (2004).
Fonte: Disponível em: <<http://www.wikiarq.com/projetos/21/instituto-cultural-tomie-ohtake>>. Acesso em: 15 nov. 2011.

análises, foram consultadas pesquisas publicadas, legislação e projetos arquitetônicos dos escritórios responsáveis (Wisnik, 2001; Leme & Salgado, 2009; Campinas, 2010).

No edifício do Ministério da Educação e Saúde Pública, a fachada de vidro é orientada para a face sul, a fachada norte apresenta *brise-soleil* e as fachadas leste e oeste apresentam empenas cegas. O edifício Itatiaia possui as fachadas norte e sul revestidas quase que totalmente com vidro, sendo interrompidas apenas por lajes e as fachadas leste e oeste possuem pequenas aberturas, destinadas à área de serviço, dormitório de empregada e banheiro. No caso da Torre Faria Lima do Complexo Ohtake Cultural, toda a envoltória é recoberta de vidro com três tonalidades diferentes, compostas de maneira regular. Essa edificação possui uma volumetria retangular com suas extremidades arredondadas.

RESULTADOS

O método para avaliar o percentual de área de janela baseou-se nos parâmetros publicados nos Requisitos Técnicos da Qualidade (RTQ-C) para o Nível de Eficiência Energética de Edifícios Comerciais, de Serviços e Públicos (Brasil, 2010). Esse requisito cria condições para a etiquetagem do nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos. Assim, foram selecionadas as variáveis representativas da envoltória da edificação. Para tanto, as seguintes variáveis foram avaliadas: área total de piso (A_{tot}), área da envoltória (A_{env}), volume total da edificação (V_{tot}), percentual de área de abertura na fachada total (PA_{Ft}) e em suas orientações ($PA_{F-norte}$, PA_{F-sul} , $PA_{F-leste}$, $PA_{F-oeste}$). Nessas análises, a área de janela corresponde à área envidraçada. Assim, para efeito de cálculo foi adotada a definição de abertura de acordo com o RTQ:

Todas as áreas da envoltória do edifício, com fechamento translúcido ou transparente (que permite a entrada da luz), incluindo janelas, painéis plásticos, claraboias, portas de vidro (com mais da metade da área de vidro) e paredes de blocos de vidro. Excluem-se vãos sem fechamentos, elementos vazados como cobogós e caixilhos (Brasil, 2010, p.4).

No quesito das orientações das fachadas foram adotados os padrões do RTQ-C (Brasil, 2010), o qual especifica a orientação oeste às fachadas cuja normal à superfície está voltada para a direção de 270° em sentido horário a partir do norte geográfico ou às orientações que variarem entre $+45^\circ$ ou -45° em relação a essa orientação.

A Tabela 1 mostra as análises das cinco edificações analisadas e suas respectivas áreas de janelas nas fachadas correspondentes.

Percebe-se que, nas edificações do século XIX, a taxa de 1/5 da área da fachada destinada às aberturas, posta em vigor pelos Códigos de Posturas Municipais, man-

TABELA 1 – Análise de edificações dos séculos XIX e XX.

PARÂMETROS	SÉCULO XIX		SÉCULO XX		
	SEDE DA FAZENDA MATO DENTRO CAMPINAS/1886	PALÁCIO DOS AZULEJOS CAMPINAS/1878	MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E SAÚDE PÚBLICA RI/1936	EDIFÍCIO ITATIAIA CAMPINAS/1952	TORRE FARIA LIMA SÃO PAULO/2000-2004
Atot	1.987,81m ²	1.173,80m ²	19.180m ²	8.493,75m ²	14.260m ²
Aenv	2.129,72m ²	1.615,90m ²	12.432,50m ²	5.635,55m ²	12.320m ²
Vtot	6.957,33m ³	4.108,20m ³	85.625m ³	25.481,25m ³	72.600m ³
PAFt	13,30%	21,30%	66,00%	48,00%	99,56%
PAFn	10,80%	26,70%	76,00%	64,80%	100,00%
PAFs	18,70%	9,80%	94,20%	63,90%	98,36%
PAFI	13,40%	32,20%	0%	18,00%	100,00%
PAFo	11,70%	18,80%	0%	22,10%	100,00%

Atot: área total do piso; Aenv: área da envoltória; Vtot: volume total da edificação; PAFt: percentual de área de abertura na fachada total; PAFn: percentual de área de abertura na fachada norte; PAFs: percentual de área de abertura na fachada sul; PAFI: percentual de área de abertura na fachada leste; PAFo: percentual de área de abertura na fachada oeste.

tém-se de maneira geral nas duas edificações. No Palácio dos Azulejos, esse percentual já é alcançado pelo PAFt, devido ao fato de a edificação não apresentar significativa quantidade de aberturas com fechamento em escuro. Já na sede da fazenda Mato Dentro, o percentual apresentado pelo PAFt não são os exatos 20%, pois a edificação apresenta significativa quantidade de aberturas com fechamento em escuro que não foram computadas como áreas de abertura, por não apresentarem vidro em sua estrutura.

Já nas edificações do século XX, percebe-se nitidamente a evolução desse percentual na envoltória e o aumento do uso de elementos transparentes como fechamento. A partir da análise dos dois primeiros casos, percebe-se que o maior e mais significativo percentual de abertura encontra-se nas fachadas norte e sul, sendo as fachadas leste e oeste destinadas apenas a aberturas secundárias (edifício Itatiaia) ou empenas cegas (Ministério da Educação e Saúde Pública). Já no último caso analisado, a Torre Faria Lima do Complexo Ohtake Cultural, esse significativo percentual de abertura está presente na envoltória em sua totalidade, aproximando o valor do PAFt dos 100%. Isso retrata os padrões comumente encontrados dos edifícios de escritórios nas grandes cidades.

A Figura 6 demonstra graficamente o aumento desse percentual de área de janela ao longo do período analisado, século XIX e XX. Verifica-se que as edificações do século XX apresentaram um expressivo percentual de área de abertura (área envidraçada) na fachada total com percentual de 99,56%, 48,00% e 66,00% — edificações de estudo

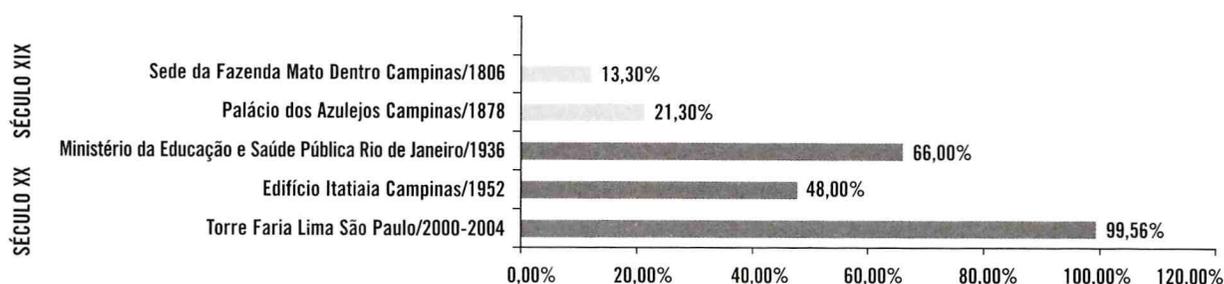


FIGURA 6 – Percentual de área de abertura na fachada total (PAFt). Edificações de estudo.

Fonte: Campinas, 1988, 1995; Wisnik, 2001; adaptada de Leme, 2009.

de São Paulo, Campinas e Rio de Janeiro, respectivamente. Em contrapartida, as edificações do século XIX apresentaram percentual de 13,30% e 21,30% nas edificações de estudo na cidade de Campinas.

Sobre o enfoque das aberturas, Ghisi *et al.* (2005) relatam que as janelas podem ser responsáveis por grande parte dos ganhos ou perdas de calor em edificações. Ou seja, quando as dimensões das aberturas não são criteriosamente estudadas, as janelas contribuem para o aumento significativo no consumo de energia da edificação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do início da colonização até fins do século XIX, encontra-se uma proporção das janelas bem definidas nas edificações. Durante o período em que os Códigos de Posturas Municipais estavam em vigor (até meados do século XIX), percebe-se certa constância de um valor de 20% nos percentuais de aberturas em relação às fachadas, principalmente quando analisados no total da edificação. Isso se dava pelas exigências que os códigos impunham de dimensões exatas destas janelas e percentuais mínimos das áreas destas aberturas em relação à fachada total. Assim, com o fim dos Códigos de Posturas Municipais e o início dos Códigos de Obras, que impõem apenas uma área mínima de abertura, as janelas ganham real expressão nestas novas edificações. Com a evolução dos materiais e técnicas construtivas, as janelas também foram se aperfeiçoando e ganharam significativa importância nas fachadas das edificações.

Esse aumento expressivo no percentual de área de janela (área envidraçada) foi evidenciado nas análises das duas edificações do século XIX e três do século XX. Conclui-se que, com o aumento das dimensões das aberturas durante o período estudado, foi se tornando cada vez mais comum a utilização do vidro como elemento de fechamento. Verificou-se que as edificações do século XX apresentaram um expressivo percentual de área de abertura (área envidraçada) na fachada total com percentual entre 48,00% a 99,56%. Em contrapartida, as edificações do século XIX apresentaram percentual de 13,30% a 21,30%. Vale ressaltar que a edificação de estudo do final do século XX (Torre Faria Lima) apresentou um percentual de área de abertura nas fachadas norte, sul, leste e oeste com variações entre 98,36%

a 100,00%. Já a edificação de estudo do final do século XIX (Palácio dos Azulejos) apresentou uma percentual significativamente reduzido nas fachadas norte, sul, leste e oeste, de 9,80% a 32,20%.

Assim, verificou-se uma expressiva mudança nas características das edificações. Estudos relatam que, junto com essa mudança, surgiram as dificuldades relacionadas ao aumento no consumo energético das edificações. Assim, é importante minimizar os aspectos negativos das janelas, como o ofuscamento e ganho solar passivo, através de um projeto eficiente e dimensionamento correto.

AGRADECIMENTOS

À Pontifícia Universidade Católica de Campinas pela bolsa de Iniciação Científica concedida pelo Fundo de Apoio à Iniciação Científica/Reitoria.

REFERÊNCIAS

- BAHAJ, A.S.; JAMES, P.A.B.; JENTSCH, M.F. Potential of emerging glazing technologies for highly glazed buildings in hot arid climates. *Energy and Buildings*, v.40, n.5, p.720-731, 2008.
- BRASIL. Lei nº 7.413, de 30 de dezembro de 1992. Dispõe sobre o código de projeto e execução de obras e edificações do município de Campinas. *Diário Oficial do Município*, 30 dez. 1992. Disponível em: <<http://sapl.camaracampinas.sp.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2011.
- BRASIL. Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a política nacional de conservação e uso racional de energia e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 18 out. 2001a. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2011.
- BRASIL. Decreto nº 4.059, de 19 de dezembro de 2001. Regulamenta a Lei nº 10.295, de 17 de outubro de 2001. Dispõe sobre a obra política nacional de conservação e uso racional de energia, e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, 20 dez. 2001b. Disponível em: <<http://www.mme.gov.br>>. Acesso em: 23 jul. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Portaria nº 372, de 17 de setembro de 2010. Requisitos técnicos da qualidade para o nível de eficiência energética de edifícios comerciais, de serviços e públicos. *Diário Oficial da União*, 22 set. 2010. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial. Portaria nº 18, de 16 de janeiro de 2012. Regulamento técnico da qualidade do nível de eficiência energética de edificações residenciais. *Diário Oficial da União*, 19 jan. 2012. Disponível em: <<http://www.inmetro.gov.br>>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- CAMPINAS. Secretaria da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Bens Tombados. *Processo 004/88: Solar do Barão de Itatiba — Palácio dos Azulejos*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1988. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/bens_tombados/>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- CAMPINAS. Secretaria da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Bens Tombado. *Processo nº 006/95: Parque Ecológico Monsenhor Emílio José Salim*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 1995. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/bens_tombados/>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- CAMPINAS. Secretaria da Cultura. Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Campinas. Bens Tombados. *Processo 003/10: Edifício Itatiaia*. Campinas: Prefeitura Municipal de Campinas, 2010. Disponível em: <http://2009.campinas.sp.gov.br/cultura/patrimonio/bens_tombados/>. Acesso em: 2 jul. 2011.
- CARAM, R.M. *Caracterização ótica de materiais transparentes e sua relação com o conforto ambiental em edificações*. 1998. Tese (Doutorado) — Faculdade de Engenharia Civil, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1998.
- CASTRO, A.P.A.S. *Desempenho térmico de vidros utilizados na construção civil: estudo em células-teste*. 2006. Tese (Doutorado) — Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2006.

- FRANCISCO, R.C. Construtores anônimos em Campinas (1892-1929): reflexões sobre o estudo da história da arquitetura. *Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v.9-10, p.42-50, 2009.
- GHISI, E.; TINKER, J.A.; IBRAHIM, S.H. Área de janela e dimensões de ambientes para iluminação natural e eficiência energética: literatura versus simulação computacional. *Ambiente Construído*, v.5, n.4, p.81-93, 2005.
- GÓMEZ, L.A.; LAMBERTS, R. Simulação da influência de algumas variáveis arquitetônicas no consumo de energia em edifícios. In: ENCONTRO NACIONAL, 3., e ENCONTRO LATINO AMERICANO SOBRE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 1995, Gramado. *Anais...* Gramado: Antac, 1995. p.415-420.
- JABER, S.; AJIB, S. Thermal and economic windows design for different climate zones. *Energy and Buildings*. v.43, p.3208-3215, 2011.
- LABAKI, L.C.; KOWALTOWSKI, D.C.C.K. Bioclimatic and vernacular design in urban settlements of Brazil. *Building and Environment*, v.33, n.1, p.63-77, 1998.
- LAPA, J.R.A. *Cidade: os cantos e os antros* — Campinas 1850-1900. São Paulo: Edusp, 1996.
- LEME, R.S.; SALGADO, I. Arquitetura Moderna em Campinas: o edifício Itatiaia. *Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo*, v.9, n.1, p.22-34, 2009.
- OLGYAY, V.; OLGAY, A. *Solar control and shading devices*. Princeton: Princeton University, 1957.
- RODRIGUES, J.W. *Arquitetura civil I: a casa de moradia no Brasil antigo*. São Paulo: USP, 1975.
- SADINENI, S.B.; MADALA, S.; BOEHM R.F. Passive building energy savings: a review of building envelope components. *Renewable and Sustainable Energy Reviews*, v.15, n.8, p.3617-3631, 2011.
- SANTANA, M.V.; GHISI, E. Influência do percentual de área de janela na fachada e da absorvância de paredes externas no consumo de energia em edifícios de escritório da cidade de Florianópolis-SC. In: ENCONTRO NACIONAL, 9., e LATINO AMERICANO DE CONFORTO NO AMBIENTE CONSTRUÍDO, 5., 2007, Ouro Preto. *Anais...* Ouro Preto: Antac, 2007. p.1668-1676.
- SANTOS, J.C.P. *Avaliação do desempenho térmico e visual de elementos transparentes frente à radiação solar*. 2002. Tese (Doutorado) — Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.
- SANTOS, M.A. A arena cultural paulista: um olhar sobre as condições de implementação do Modernismo na São Paulo do início do século XX. *Oculum Ensaios: Revista de Arquitetura e Urbanismo*, v.7-8, p.14-23, 2008.
- SARDEIRO, P.S. *Estudo das janelas laterais e a iluminação natural: estudo de caso*. 2002. Dissertação (Mestrado) — Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo, São Carlos, 2002.
- SARDEIRO, P.S. *Parâmetros para a escolha de superfícies translúcidas, visando o conforto térmico e visual na edificação*. 2007. Tese (Doutorado) — Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.
- SINGH, M.C.; GARG, S.N. Energy rating of different glazings for Indian climates. *Energy*, v.34, p.1986-1992, 2009.
- VASCONCELLOS, S. *Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos*. 5.ed. São Paulo: UFMG, 1973.
- WISNIK, G. *Lucio Costa*. São Paulo: Cosac & Naify, 2001.
- ZHAI Z.J.; PREVITAL J.M. Ancient vernacular architecture: characteristics categorization and energy performance evaluation. *Energy and Buildings*. v.42, n.3, p.357-365, 2010.

RESUMO

O consumo de energia para refrigeração residencial, comercial e de serviço tem demonstrado um crescimento em todo o mundo. Nesse sentido, a envoltória do edifício tem um papel importante na medida em que separa o ambiente interno do ambiente externo de uma edificação. Estudos relatam que as janelas contribuem significativamente para os ganhos e as perdas de calor pela envoltória. Portanto, as janelas têm um grande impacto não só sobre o consumo energético no ambiente construído, mas também na qualidade do conforto térmico. Desse modo, este trabalho tem como objetivo principal investigar o percentual de área de janela (área envidraçada) em edificações brasileiras durante o século XIX e XX. A primeira parte deste artigo aborda um breve histórico das janelas na arquitetura brasileira e um panorama geral da relação do consumo de energia e a utilização de janelas nas edificações. A segunda parte apresenta uma análise comparativa em

edificações do século XIX e XX, a partir do parâmetro percentual de área de abertura na fachada total. As análises foram realizadas em duas edificações do século XIX, localizadas na cidade de Campinas, e em três edificações do século XX, localizadas nas cidades do Rio de Janeiro, Campinas e São Paulo. Para tanto, foram consultadas pesquisas publicadas, legislação e projetos arquitetônicos dos escritórios responsáveis. Concluiu-se que, com o aumento das dimensões das aberturas durante o período estudado, foi-se tornando cada vez mais comum a utilização do vidro como elemento de fechamento. Observou-se que as edificações do século XX apresentaram um expressivo percentual de área de abertura (área envidraçada) na fachada total: índice de 99,56% (edificação São Paulo — 2000), 48,00% (edificação Campinas — 1956) e 66,00% (edificação Rio de Janeiro — 1936), em relação às edificações do século XIX, com 13,30% (edificação Campinas — 1806) e 21,30% (edificação Campinas — 1878). Assim, verificou-se uma expressiva mudança nas tipologias das edificações e um aumento considerável no percentual de área de janela nas fachadas no que diz respeito ao período analisado.

PALAVRAS-CHAVE: Área de janela. Fachadas envidraçadas. Janela.

ASSESSMENT OF PERCENTAGE OF WINDOWS AREA FROM TOTAL FACADE AREA IN BRAZILIAN BUILDINGS ON THE CENTURIES XIX AND XX

ABSTRACT

The energy consumption associated with residential and commercial cooling devices is increasing all around the world. In this context, the building envelope plays a critical role since it separates the internal and external parts of a building. Studies have reported that windows contribute significantly to heat losses and gains through the envelope. Therefore, windows have great impact on not only energy consumption in the constructed environment, but also on the quality of thermal comfort. With a view to this context, the main objective of this study was to investigate the percentage of window area from total facade area (glazed areas) in Brazilian buildings during the XIXth and XXth Centuries. The first part of this article is a brief historical approach to windows in Brazilian architecture and a general panorama of the relationship between energy consumption and the use of windows in buildings. The second part presents a comparative analysis of XIXth and XXth century buildings, considering the parameter of percentage of window area from total facade area (glazed areas). Analyses were made of two XIXth century buildings, located in the city of Campinas, and in three XXth century buildings located in the cities of Rio de Janeiro, Campinas and São Paulo. For this purpose, published researches, legislation and architectural projects of the offices in charge were consulted. It was concluded that with the increase in size of openings during the studied period, the use of glass as a closing element became increasingly common. It was observed that XXth century buildings presented a significant

percentage of window area from total facade area (glazed areas): rate of 99.56% (building in São Paulo — 2000), 48.00% (building in Campinas — 1956) and 66.00% (building in Rio de Janeiro — 1936), as opposed to XIXth century buildings with 13.30% (building in Campinas — 1806) and 21.30% (building in Campinas — 1878). Therefore, a significant change was verified in the typology of buildings and a considerable increase in the window glass in facades during the analyzed period

KEYWORDS: *Window area. Glazed facades. Window.*

HÁBITOS NO HABITAR: UM ESTUDO SOBRE OS HÁBITOS DE MORAR EM DIFERENTES
PERFIS HABITACIONAIS | Alice de Almeida Barros

Mestranda | Universidade Federal de Alagoas | Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo | Programa de Pós-Graduação em Dinâmicas do Espaço Habitado |
Campus A.C. Simões, Cidade Universitária, 57072-970, Maceió, AL, Brasil |
E-mail: alicedib Barros@yahoo.com.br

| Recebido em 13/2/2012, rerepresentado em 22/4/2012 e aceito para publicação em 6/5/2012

HÁBITOS NO HABITAR: UM ESTUDO SOBRE OS HÁBITOS DE MORAR EM DIFERENTES PERFIS HABITACIONAIS

INTRODUÇÃO

Os indivíduos relacionam-se com suas habitações, construindo diferentes hábitos de morar, reflexos de como vivem. Como palco das diferentes manifestações da vida humana com toda sua diversidade social, cultural e econômica, a arquitetura passa a produzir sensações e significados, assumindo também uma dimensão simbólica, como resultado de um sentimento de pertencimento do indivíduo com seu lugar de moradia. Nesse sentido, o espaço arquitetônico se faz presente como abrigo de experiências e dos hábitos inerentes às diversas formas de morar.

A arquitetura é o espaço físico, concreto e palpável que cria um elo entre o homem e o mundo. Dentro desse espaço, a vida de cada indivíduo se desenrola no percurso do tempo em meio a atividades do cotidiano. Para o arquiteto Pallasmaa (2011, p.17), “a arquitetura é nosso principal instrumento de relação com o espaço e o tempo [...], ela domestica o espaço ilimitado e o tempo infinito, tornando-o tolerável, habitável e compreensível para a humanidade”.

Recorta-se um território e nele são erguidos elementos que o limitam; em seguida, esse espaço é preenchido com objetos e pessoas: a casa passa então a existir. Um abrigo, um lar, a segunda pele do homem é a propriedade do indivíduo que nela acolhe seus bens e suas histórias. Ao entrar em contato com esse lugar, o corpo passa a captar impressões e a vivenciar diferentes experiências. “A ideia de lugar diferencia-se da de espaço pela presença da experiência por parte do corpo humano” (Montaner, 2001, p.37).

A casa vai além da estrutura física que combina piso, paredes e teto: ela é a extensão da vida de quem nela habita. Cada indivíduo vivencia histórias no interior do espaço construído, o que torna a arquitetura um lugar repleto de significado. “Pertencemos muito mais às nossas casas do que elas nos pertencem” (Brandão, 2002, p.32). A casa é onde o indivíduo passa a existir, onde pode abrigar-se e realizar diferentes ações: “A casa abriga o devaneio, a casa protege o sonhador, a casa nos permite sonhar em paz” (Bachelard, 2005, p.201).

A casa é um rizoma, uma multiplicidade de espaços, funções, hábitos, que ultrapassa os limites das paredes devido às diferentes “linhas de fuga” (Deleuze & Guattari, 1980). No mundo contemporâneo, atividades antes reservadas ao espaço privado da moradia extrapolam os limites físicos e chegam à rua. “É nesse sentido que a sociedade desterritorializa [...], inventa o trabalho, a residência secundária, os deslocamentos, os lazeres” (Roux, 2004, p.53). Assim, a casa faz rizoma com o mundo.

No momento em que a casa se conecta ao mundo, os indivíduos vão além do espaço interior da moradia e a relação amplia-se para o exterior. Dessa forma, as atividades vividas dentro da habitação e os hábitos construídos no dia a dia passam a dialogar com o exterior, extrapolando os limites físicos da casa. Surge, assim, o interesse de compreender o que são os hábitos de morar, como eles surgem, onde acontecem e como se modificam. Essas questões serão estudadas de maneira empírica na cidade de Maceió (AL) e em seus diferentes perfis de habitações (condomínios horizontais fechados, conjunto habitacional de interesse social, favelas etc.).

O QUE SÃO OS HÁBITOS DE MORAR?

Hábito é “uso, costume, maneira de viver, modo constante de comportar-se, de agir” (Ferreira, 2010, p.362). É praticado por indivíduos ao longo de suas vidas nos mais diversos lugares: em casa, no trabalho, no local de lazer. A vida do homem é repleta de hábitos que ele realiza em diferentes momentos: individualmente, em comunidade ou em sociedade. São necessários para a sobrevivência biológica (comer, dormir, por exemplo), de sua espécie (relação sexual, reprodução, por exemplo) e social (relacionamento com os outros indivíduos).

Esses hábitos são basicamente vivenciados dentro de casa, e, devido a isso, serão denominados, no presente trabalho, como “hábitos de morar”, que são vividos no cotidiano de cada indivíduo e constituem uma rotina ao longo do dia. Nessa rotina, o cotidiano ganha movimentos que seguem uma lógica e se tornam repetitivos a fim de organizar o funcionamento de determinadas tarefas diárias. Segundo Carlos (1996, p.93), “o cotidiano se apresenta como o lugar dos gestos repetitivos e da uniformidade e homogeneidade de hábitos, formas de uso, comportamento, valores etc.”

OS HÁBITOS NO ESPAÇO PRIVADO DA CASA

A esfera pública e a privada já se manifestam na casa, pois há os espaços de maior publicidade (sala de estar, por exemplo) e aqueles de intimidade (banheiro, por exemplo). No

espaço privado da casa, o indivíduo se enxerga como “um” e como parte de uma comunidade que é a sua família. Ao atravessar seus limites, chega-se à rua, aos espaços públicos, e o indivíduo passa então a se reconhecer como parte de uma sociedade, em que há as relações de produção, de consumo e de lazer.

A casa é um espaço particular onde os indivíduos realizam seus hábitos. Quanto mais a sociedade cresce e se expande, mais se busca um território próprio para proteger de possíveis ameaças a vida individual, da própria família, bem como os bens materiais. Cada membro da família, por sua vez, ganha maior intimidade nos ambientes da casa: “Foi dentro da família que os indivíduos conquistaram o direito de ter uma vida privada autônoma. De certa forma, a vida privada se desdobra: no interior da vida privada da família surge agora uma vida privada individual” (Prost & Vincent, 1992, p.61).

No interior da privacidade da moradia, os indivíduos vivem individualmente ou em família com hábitos próprios de cada ambiente que compõe a casa, como dormir nos quartos, tomar banho nos banheiros, fazer as refeições na cozinha, e fazer reunião familiar e receber visitas na sala. Porém, com as alterações vividas na contemporaneidade no que se refere às formas de viver (ocupação do tempo com muitas atividades) e de morar (apartamento, condomínio fechado), os hábitos e os espaços que lhe eram próprios sofreram mudanças.

Há mudanças nos hábitos antes reclusos à privacidade do lar, como, por exemplo, as refeições, que são intensamente feitas em restaurantes ou em *shopping centers*; atividades profissionais realizadas dentro da própria casa; a academia como lugar para o banho. Apesar das alterações percebidas no que se referem aos hábitos, alguns devem permanecer experienciados no interior das habitações e não no seu exterior: “Não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito. Sabemos e aprendemos muito cedo que certas coisas só podem ser feitas em casa, e, mesmo quando em casa, dentro de alguns dos seus espaços” (Damatta, 1985, p.43).

PRIMEIROS RESULTADOS

A cidade de Maceió apresenta uma diversidade de configurações espaciais para a moradia de sua população. Há os edifícios de apartamento, os condomínios fechados de casas, os conjuntos habitacionais de interesse social vertical e horizontal. Em todos esses exemplos, os hábitos de morar da família interferem no espaço de suas casas, nas formas de se utilizarem os ambientes.

Foram realizadas visitas e entrevistas em dois perfis habitacionais: um condomínio fechado de casas e um conjunto habitacional de interesse social também formado por casas. No primeiro caso, devido às condições econômicas privilegiadas das famílias, os hábitos dos moradores estão refletidos nas casas projetadas por arquitetos; assim, cada cômodo foi idealizado para responder às necessidades da família e para que ela pudesse viver seus hábitos diários.

O segundo caso, o conjunto habitacional de interesse social para famílias carentes, mostra que as casas padronizadas — um modelo único de projeto para todas as famílias —, não levam em consideração os hábitos particulares de cada uma delas. Diante disso, cada família tenta modificar a casa que habita para responder a suas necessidades, como, por exemplo, através de uma ampliação da área de serviço para lavar o grande volume de roupas da família.

No condomínio fechado, o quarto de hóspede é um cômodo presente nas casas devido ao hábito de receber visitas, amigos e parentes. No conjunto habitacional, as famílias que possuem o mesmo hábito veem suas visitas dispersas pelo chão da casa. Em casas produzidas a partir de investimento do governo para abrigar a população carente, é impossível levar em conta a necessidade de cada família por diversos motivos: grande número de abrigados, baixo orçamento, quanto maior o número de habitações menor a área construída.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa está em desenvolvimento com aprofundamento teórico e constante acréscimo de títulos bibliográficos para ampliar o conhecimento sobre o tema, enquanto a pesquisa de campo está em andamento. O que se pretende com este breve artigo é expor a necessidade de se compreender o que são os hábitos de morar vividos no espaço da casa. Pretende-se mostrar que os hábitos de morar têm papel fundamental na idealização do espaço arquitetônico e na forma como as pessoas se utilizam e modificam esse espaço.

REFERÊNCIAS

- BACHELARD, G. *A poética do espaço*. 7.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.
- BRANDÃO, L.L. *A casa subjetiva: matérias, afectos e espaços domésticos*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- DAMATTA, R. A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. In: DAMATTA, R. *Espaço: casa, rua e outro mundo: o caso do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p.25-54.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1980.
- FERREIRA, A.B.H. *Dicionário da Língua Portuguesa*. 8.ed. Rio de Janeiro: Positivo, 2010.
- MONTANER, J.M. *A modernidade superada: arquitetura, arte e pensamento do século XX*. Barcelona: Gustavo Gili, 2001.
- PALLASMAA, J. *Os olhos da pele: a arquitetura dos sentidos*. Porto alegre: Bookman, 2011.
- PROST, A.; VINCENT, G. (Org.). *História da vida privada: da primeira guerra a nossos dias*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- ROUX, M. O re-encantamento do território. In: SILVA, A.A.D.; GALENO, A. (Org.). *Geografia: ciência do complexo — ensaios transdisciplinares*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p.42-64.

RESUMO

Este breve artigo trata sobre os primeiros resultados da atual pesquisa acadêmica que está sendo desenvolvida na dissertação de mestrado cuja temática envolve a identificação de hábitos de morar na cidade de Maceió estado de Alagoas. O trabalho pretende compreender como tais hábitos de morar se estabelecem no espaço privado da casa.

PALAVRAS-CHAVE: Casa. Espaço privado. Hábitos de morar.

LIVING HABITS: A STUDY ABOUT HABITS OF LIVING IN DIFFERENT HOUSING PROFILES

ABSTRACT

This study presents the first results of the current academic research being developed for the purpose of preparing a master's degree dissertation. The theme is the identification of habits of living in different housing profiles in the city of Maceió, in the Alagoas state. The aim of the study is to understand how the habits are established in the private space of the home.

KEYWORDS: House. Private space. Living habits.

A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E OS NOVOS PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS

Andréia Saugo, Marcele Salles Martins

Professora | Universidade Federal da Fronteira Sul | Curso de Arquitetura e Urbanismo | Av. Dom João Hoffmann, 313, Fátima, 99700-000, Erechim, RS, Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: A. SAUGO
E-mail: arqsaugo@gmail.com

Professora | Complexo de Ensino Superior Meridional | Curso de Arquitetura e Urbanismo | Passo Fundo, RS, Brasil

Recebido em 27/3/2012, rerepresentado em 3/7/2012 e aceito para publicação em 28/8/2012

A SUSTENTABILIDADE SOCIAL E OS NOVOS PROJETOS DE EMPREENDIMENTOS HABITACIONAIS

INTRODUÇÃO

Seguindo o pensamento do processo de projeto em função do ciclo de vida, não se pode pensar em uma forma linear, se não cíclica, em que todas as fases — pré-projeto, projeto, construção, uso e pós-uso —, estejam interligadas e alimentem novos projetos. Todas essas fases possuem influência direta ou indireta na vida dos usuários e na vida das pessoas que habitam no entorno da nova edificação.

Um empreendimento habitacional pode trazer muitos benefícios para uma comunidade, como a melhoria das vias e calçadas, melhoria e ampliação dos sistemas de infraestrutura e prestação de serviços. Porém, tais empreendimentos também podem gerar desconforto para a população residente no entorno, como poluição ambiental e sonora, aumento do tráfego de veículos nas ruas, prejuízos para a paisagem e aumento da insegurança devido à construção de muros. Diante disso, a construção civil como agente que determinará o desenvolvimento social e ambiental pode desempenhar um papel muito importante ao antever esses fatores, que geralmente são esquecidos durante a fase de projeto.

Esta pesquisa, parte integrante de dissertação de mestrado submetida ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, teve o objetivo de averiguar os atributos essenciais que a habitação deve possuir para mediar o fenômeno “habitar”, abrangendo a dimensão da unidade habita-

cional e a dimensão do condomínio, chegando até aos impactos gerados na dimensão do entorno e seus habitantes.

Caracterizada por uma análise qualitativa com abordagem interpretativa, a pesquisa consiste em análise documental, observações e entrevistas informais, seguidas de descrições etnográficas visando a identificar conflitos arquitetônicos nos ambientes de estudo (Yin, 2001). A identificação dos conflitos é importante para investigar a qualidade dos ambientes, tendo-se em vista sua habitabilidade.

Esta pesquisa trata dos aspectos diretamente ligados à interação usuário-ambiente, tanto de ambientes internos quanto externos, abrangendo a dimensão do entorno da edificação, a dimensão da edificação em si, e a dimensão de cada unidade habitacional, e busca constatar, dentro da dimensão da unidade habitacional, como ocorrem as relações do usuário com o ambiente físico-espacial, com os aspectos simbólicos e culturais da unidade habitacional, e também a relação do usuário com as questões funcionais/utilitárias do ambiente e seus componentes. Na dimensão do condomínio, levantam-se questões e elementos que promovam a interação entre os moradores, além de equipamentos e infraestrutura que possibilitem facilidades de relações com o entorno imediato, ao mesmo tempo em que se garante segurança ao morador.

Na dimensão do entorno, é avaliada a satisfação do morador da edificação em estudo com a disponibilidade e a proximidade de serviços públicos, bem como a situação da infraestrutura básica. Também é avaliada a opinião dos moradores do bairro quanto à edificação: se, por exemplo, a construção trouxe melhorias para a comunidade em relação a aspectos como vias públicas e de transporte e prestação de serviços básicos.

Por ser a pesquisa social de natureza empírica, é necessário delimitar o critério espacial da pesquisa: o estudo de caso está localizado na Praia do Santinho, no município de Florianópolis (SC). Como serão tratados também dados relativos ao entorno do empreendimento, o bairro se torna o limite espacial. O segundo critério delimitado é a população a ser estudada: os moradores (usuários) do condomínio em estudo e os moradores do bairro.

A DIMENSÃO SOCIAL DA SUSTENTABILIDADE

A sustentabilidade social é o maior agente de sustentabilidade (Oliveira, 2008). Dessa forma, a dimensão social do conceito de sustentabilidade é o setor mais importante para a geração de mudanças nos panoramas da sociedade. O homem é o agente principal de todo o processo de desenvolvimento, seja esse desenvolvimento social, ambiental, cultural ou econômico. Se as necessidades fundamentais do ser humano não estiverem sendo atendidas, não haverá sustentabilidade: se não houver sustentabilidade social, não haverá sustentabilidade ambiental ou mesmo sustentabilidade em qualquer dimensão, pois a condição de sustentabilidade, em qualquer esfera, é intrínseca à condição de bem-estar e de qualidade de vida do ser humano.

Sachs (2002) define o conceito de sustentabilidade social como a garantia de equidade na distribuição de renda e de diminuição das diferenças sociais, com participação e organização popular, e melhoria da qualidade de vida da população: esse último aspecto está intimamente relacionado com a necessidade de abrigo e proteção para o indivíduo. O referencial de qualidade de vida depende fundamentalmente das condições do local onde se vive, das condições do lar, da casa, da moradia, da habitação.

Habitar é situar-se em determinado espaço onde o indivíduo se sinta seguro, e onde seja propiciado seu repouso, a restauração da saúde, o convívio familiar e o crescimento social (Palermo, 2009). Para satisfazer às exigências do bem-estar do usuário e garantir a qualidade de vida, a habitação deve considerar as qualidades necessárias que dizem respeito aos ambientes criados por ela.

Sabe-se que as necessidades não são estáticas, mas estão em constante estado de fluxo: mudam com os hábitos de vida, com as mudanças de valores humanos e com as novas tecnologias. Também variam com o tipo de pessoa, o ambiente e suas atividades. A partir disso, pode-se compreender que o conhecimento das necessidades do usuário é um requisito fundamental para a elaboração do projeto da habitação.

Palermo (2009) aborda outro fator muito importante, as relações de vizinhança, afirmando que a questão habitacional não se resume a acesso e a abrigo, e está ligada às condições de fixação do homem ao local de moradia, tanto no sentido da apropriação dos espaços quanto no da subsistência familiar e das relações de vizinhança, fatores estreitamente ligados à condição de sustentabilidade social.

Já a qualidade da habitação como espaço construído está relacionada ao projeto arquitetônico e suas especificações. Tais qualidades são características dos serviços, sistemas e componentes de construção e são baseadas em requisitos ambientais, como temperatura, luz, ruídos, e condições espaciais: requisitos expressos em normas que apontam as fundamentais considerações de saúde, de bem-estar social, humano e eficácia geral.

As conexões básicas entre os equipamentos, ambientes e pessoas afetam a edificação, seus usuários e as atividades que realizam nos ambientes que constituem as edificações. No sistema de habitação familiar, é o desempenho de seus membros que gera o padrão de comportamento e interação com o ambiente. Características de diferentes modos de vida familiar determinam o desempenho de todo o sistema operacional.

Outro fator muito importante é a longevidade de utilização da construção, pois as demandas do usuário são mutantes e crescentes em complexidade. Essas mudanças ocorrem nas estruturas internas da edificação residencial de acordo com as necessidades da família, e fazem surgir um novo conceito em arquitetura, relacionado ao desempenho técnico da edificação, que é a flexibilidade, também um fator de sustentabilidade social.

Palermo (2009) trata essa questão também como um critério de sustentabilidade do habitar: a flexibilidade da habitação como uma garantia de fixação do morador à moradia, passando a atender a um leque maior de necessidades dos usuários, inclu-

sive as colocadas pelo tempo. Dentro da discussão das funções da habitação, Palermo (2009) caracteriza três dimensões:

a) Dimensão físico-espacial: está relacionada ao edifício com sua estrutura urbana de inserção, e deve permitir autonomia para o morador decidir pelo contato social ou pelo isolamento, e deve ser concebida para reduzir conflitos arquitetônicos ou humanos, beneficiando a harmonia. É a dimensão *física* como abrigo e proteção contra condições adversas, devendo prover segurança física e induzir a permanência. Portanto, engloba os fatores de resolução construtiva, parcela urbana, serviços públicos e resposta ambiental.

b) Dimensão antropológica: é a simbiose entre o morador e o plano físico do edifício; é sua dimensão *simbólica* e, acrescenta-se aqui, *cultural*, como cenário da vida familiar, devendo prover sensação de pertencimento e segurança emocional. Lugar de realização pessoal, atendendo às necessidades e aspirações familiares, necessidades presentes e futuras bem como suas aspirações sociais. Como destaca Pereira e Pereira (2000), é responsável por garantir que o local seja agradável, seguro e confortável.

c) Dimensão funcional: referência de propriedade e espaço privado, onde a família expressa cultura, crenças, aspirações e define seu papel na sociedade. Sua dimensão *utilitária* a define como local de repouso, devendo favorecer a reposição das energias e facilitar as atividades domésticas. Nesse sentido, é um conjunto de cômodos destinados a atender as funções da vida doméstica e a viabilizar o uso dos espaços.

Habitar pode ser entendido como o fenômeno que revela a experiência existencial incorporada pelo objeto arquitetônico¹ casa. Como um objeto utilitário, a equipamentalidade é um dos fatores que importam na habitabilidade (Pereira & Pereira, 2000).

A habitabilidade deve ser o objeto maior de todos os edifícios, e, tal como a equipamentalidade, deve ser verificada em uso. Vinculadas às qualidades da habitabilidade estão as dimensões fenomenológicas do habitar, que focalizam como o objeto arquitetônico é vivenciado pelos usuários. Essas dimensões expressam fenômenos existenciais² que ocorrem no processo de habitar e estão relacionados aos elementos arquitetônicos do ambiente construído. A relação entre as dimensões, os fenômenos e os elementos arquitetônicos expressa a conexão entre o nível subjetivo e o objeto arquitetural (Pereira & Pereira, 2000).

ROTEIRO DE ANÁLISE

Neste item, interessa o levantamento de todas as informações sobre o ambiente construído que revelem o desvio entre as necessidades dos usuários e os elementos arquitetônicos ausentes ou mal providos e o local em que se inserem. Assim, com a finalidade de identificar conflitos arquitetônicos³ por meio de observações das interações entre os usuários e suas moradias, e, da mesma forma, as relações com o entorno imediato, formulou-se um roteiro exploratório, desenvolvido a partir da bibliografia estudada (Handler, 1970;

Pereira & Pereira, 2000; Palermo, 2009; Laboratório de Eficiência Energética em Edifícios, 2010) e dos sistemas de avaliação e certificação internacionais de eficiência da edificação (Centre Scientific et Technique Du Bâtiment, 2005; US Green Building Council, 2006; Japan Sustainable Building Consortium, 2007; US Green Building Council, 2009; Building Research Establishment, 2010).

Constituído por três dimensões, parte do ambiente externo para o interno:

■ A dimensão do *entorno*: trata das características do meio físico, as relações entre o entorno imediato e o condomínio em estudo, abordando as relações de vizinhança, a percepção dos moradores do bairro com relação ao elemento físico (condomínio), a infraestrutura de transporte e prestação de serviços existentes no bairro para atender aos moradores, áreas de lazer, vias públicas, perfil socioeconômico dos moradores do bairro, uso das edificações, ruído e poluição luminosa, acessibilidade universal, equipamentos disponíveis, coleta de lixo e varrição de ruas.

■ A dimensão do *condomínio*: são abordadas questões como a qualidade arquitetônica da edificação, os equipamentos disponíveis, transporte utilizado pelos moradores, proporções entre largura do passeio e largura da rua, elementos físicos limítrofes entre o condomínio e o espaço público da rua, recuos de ajardinamento, tratamento dos espaços abertos, quantidade de habitantes por metro quadrado, distância do condomínio à prestação de serviço e áreas de lazer, acessibilidade universal, unidade habitacional adaptada a portador de necessidades especiais, relações de vizinhança entre os moradores do condomínio, uso e manutenção das estratégias de sustentabilidade incorporadas à construção.

■ A dimensão da *unidade habitacional*: subdivide-se em três dimensões:

1) Dimensão físico-espacial (prática): relações entre exterior e interior da habitação; conforto acústico, térmico, lumínico e visual (revestimentos internos); qualificação e diferenciação dos espaços.

2) Dimensão antropológica (simbólica e cultural): demarcação de acesso à unidade habitacional; fatores comportamentais do ambiente em uso; disposição dos espaços e equipamentos; privacidade no uso dos equipamentos; perfil sociocultural da família; expressão da identidade do morador; configuração formal do ambiente; privacidade; relações de vizinhança.

3) Dimensão funcional (utilitária): condições de acessibilidade à unidade; relação entre dimensões do ambiente e conforto e privacidade na utilização; relação entre a utilização do ambiente e aproveitamento racional dos espaços; ventilação eficiente e controlabilidade dos sistemas; apropriação do espaço pelo usuário; durabilidade dos materiais, adaptabilidade e flexibilidade; relação entre dimensionamento, localização e quantidade de equipamentos; utilização e circulação; relação entre articulação espacial e privacidade na zona íntima; relação entre articulação espacial e caracterização das zonas da habitação; necessidades de modificação do ambiente.

ESTUDO DE CASO

Como estudo de caso desta pesquisa tem-se um condomínio residencial localizado em Florianópolis (SC). Implantado em local declarado especial de interesse turístico, conforme Plano Diretor Municipal, o terreno tem 26 881m², e uma área construída de 32 392,84m², sendo de uso residencial (Figuras 1 e 2).

Apresenta seis blocos (chamados de Vila 1, Vila 2, Vila 3, Vila 4, Vila 5 e Vila 6), com quatro pavimentos cada um (subsolo, pilotis, 2 pavimentos tipos e ático), totalizando 149 apartamentos. A maior unidade habitacional tem 293m² e a menor, 51,35m². As tipologias configuram-se em apartamentos de cobertura com 3 suítes e piscina privativa, apartamentos de dois ou três dormitórios com até três suítes, e apartamentos de um dormitório.

Nas Figuras 3, 4 e 5 são apresentadas as plantas em cujos apartamentos foi possível realizar as entrevistas e as observações. Cabe salientar que o mobiliário é somente ilustrativo.



FIGURA 1 –

Perspectiva área do empreendimento.

Fonte: Disponível em: <www.hantei.com.br>. Acesso em: dez. 2010.



FIGURA 2 – Vista da rua de acesso à praia.

Fonte: Elaborado pela autora.



FIGURA 3 – Vila 1 – Apto 002 — 173,33m².
Fonte: Disponível em: <www.hantei.com.br>.
 Acesso em: dez. 2010.



FIGURA 4 – Vila 3 — Apto 301 — 293m².
Fonte: Disponível em: <www.hantei.com.br>. Acesso em: dez. 2010.

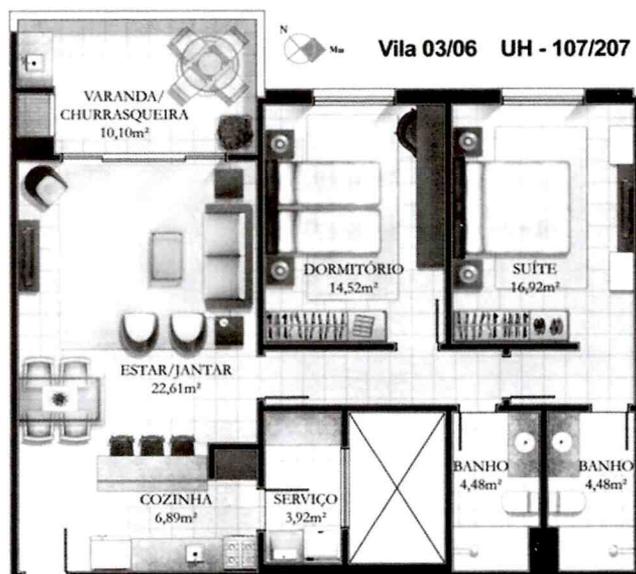


FIGURA 5 – Vila 3 — Apto 107 — 92,31m².
Fonte: Disponível em: <www.hantei.com.br>.
 Acesso em: dez. 2010.

A área de lazer tem quadras de tênis e basquete; piscina aberta e térmica; sala de jogos; bar; sauna; rede *wireless*; *home cinema*; espaço *gourmet*; *fitness* e *playground*.

Segundo a empresa responsável pelo projeto e pela execução, para a construção do condomínio foram adotadas, ainda na fase de projeto, as seguintes estratégias: estação de tratamento de esgoto; sistema de drenagem pluvial; captação e uso das águas pluviais nas bacias sanitárias e irrigação de jardins; torneiras com acionamento automático nas áreas comuns; iluminação natural e sensores de presença. Todos esses itens foram confirmados durante as visitas ao local.

Por se tratar de um empreendimento novo, que não estava totalmente concluído até o fim desta pesquisa, a amostra de usuários da edificação foi de 15 pessoas.

MÉTODOS

Os procedimentos metodológicos utilizados foram observação, visitas exploratórias e entrevistas semiestruturadas.

As observações foram planejadas para que o pesquisador, inserido no meio, não interferisse nas atividades ou nas respostas dos indivíduos avaliados, tanto no ambiente externo ao avaliar o entorno quanto no ambiente interno da unidade.

As questões de observação foram definidas a partir de duas visitas exploratórias realizadas ao condomínio e ao entorno. As observações foram realizadas em dias diferentes da semana (segunda-feira, terça-feira, quinta-feira e sábado) e também em horários variados (início da manhã, meio dia, início e fim de tarde).

As entrevistas foram formuladas com base nas questões que necessitavam da resposta efetiva do usuário principalmente com relação à sua satisfação com o ambiente ou com o elemento físico da construção. As entrevistas com questões sobre o entorno foram realizadas com oito moradores do bairro, a maioria formada de nativos que nasceram e sempre viveram no local; somente um dos entrevistados reside no local há menos de seis anos. O período dedicado às observações e às entrevistas foi de dois meses: entre abril e maio de 2010.

RESULTADOS E CONCLUSÃO

Na *dimensão do entorno*, identificou-se a não existência de áreas de lazer no bairro, fator que desagrada a todos os moradores do entorno que foram entrevistados e também aos moradores do condomínio. Não há espaço para as crianças brincarem; a rua em alguns momentos se torna ambiente perigoso pela quantidade de veículos que circulam, e mesmo para as pessoas adultas não há outro espaço de lazer que não seja a praia, que nem sempre é local adequado para lazer, pois apresenta inúmeras características naturais que, em vários momentos, tornam impossível a permanência no local, principalmente devido às correntes de vento e maré alta. Dessa forma, torna-se muito clara a importância de um local onde as crianças possam brincar e as pessoas possam se encontrar, conversar, praticar esportes e fortalecer as relações sociais, independentemente de fatores adversos ocasionados pela natureza.

As ruas do entorno não estimulam atividades físicas, como a caminhada, por apresentarem pavimentação das calçadas em péssimo estado, podendo causar até mesmo acidentes aos pedestres. Não apresentam vegetação para sombreamento e embelezamento, e a largura das calçadas também é muito estreita: a maioria com 1 a 1,2m. Em geral, são ambientes que demonstram abandono.

Pode-se observar grande quantidade de pessoas circulando com bicicletas, porém não há via ciclável. Trata-se de uma deficiência, pois essas vias, além de garantirem maior segurança para as pessoas que circulam com bicicletas, incentivam a atividade física e facilitam o deslocamento ao diminuir o número de veículos nas vias e também a poluição.

Quanto à acessibilidade universal, as condições necessárias são inexistentes. Em alguns pontos onde as calçadas são novas, foi colocado o piso podotátil para deficientes visuais, porém, na maioria desses locais, a execução foi realizada de maneira equivocada, não sendo utilizados os pisos e a paginação conforme a norma brasileira recomenda, e as rampas para acesso de cadeirantes são inexistentes: isso tudo reflete o total descaso do órgão público, que deveria ao menos fiscalizar e orientar a execução dos passeios públicos.

Há grande contraste de condições econômicas entre os moradores do bairro, principalmente entre as residências dos moradores mais antigos e os novos condomínios em fase de construção. Pode-se observar claramente uma diferenciação entre os dois lados da rua principal. Do lado do mar, maior quantidade de terrenos baldios de propriedade de grandes empresas e obras de condomínios. Do outro lado, predomínio de residências de moradores mais antigos, residências que na maioria são irregulares, e várias ruas de servidão de passagem. Pode-se dizer que a rua é um divisor: de um lado, a parte mais abastada, com visão privilegiada e mais próxima da praia; de outro, aqueles com menores condições financeiras que acabaram rendendo-se à especulação imobiliária e venderam seus terrenos para viver em situação irregular.

Quanto aos serviços públicos, o estabelecimento assistencial de saúde no bairro deixa muito a desejar, mas alguns moradores entrevistados não se importam em ter que ir até o bairro vizinho para conseguir atendimento.

Conforme relatos, o atendimento à educação desagrada os moradores com filhos em idade escolar. Existe uma escola de ensino básico, porém os moradores do bairro não possuem preferência no momento da matrícula, sendo as vagas abertas para os moradores de qualquer ponto do município. Conforme relatos, isso faz com que exista a possibilidade de moradores residentes ao lado da escola ficarem sem vaga.

Na entrevista com os moradores do bairro sobre a opinião a respeito da construção do condomínio, obtiveram-se basicamente as mesmas respostas com todos os entrevistados, sendo dada maior ênfase à questão da paisagem. Antes da construção do condomínio, era possível se ter uma vista panorâmica do mar a partir do alto da rua de acesso à praia, e, agora, após a construção, metade dessa visão é bloqueada pelos blocos da edificação, o que gerou grande indignação entre os moradores e até mesmo por parte das pessoas que moram em outros locais e frequentam a praia a lazer. Questões como essa deixam claro que a construção civil é responsável por decisões que podem atingir indiretamente de forma negativa inúmeras pessoas e, quando se trata de questões de paisagem natural, as decisões são irremediáveis.

Perguntados se a construção do condomínio trouxe melhorias para o bairro, os moradores, em sua maioria, responderam que não. Muitos relataram ter dúvidas quanto à eficiência do funcionamento dos sistemas de esgoto.

Quando perguntados se se sentem seguros circulando no entorno do empreendimento, dia e noite, todos responderam que sim, pois não há muros, somente cercas e painéis de vidro transparente, além de guaritas com vigias em tempo integral. Alguns

relataram que antes da construção do condomínio, havia muita bagunça no local, principalmente na rua lateral que dá acesso à praia, com carros com música em alto volume e usuários de drogas.

Na *dimensão do condomínio*, foi observado que o empreendimento contempla equipamentos economizadores de água e torneiras com acionamento automático, porém com uso restrito apenas às áreas comuns. São captadas as águas pluviais das coberturas para abastecimento de bacias sanitárias, irrigação de jardins e lavagem de calçadas.

Uma questão a ser salientada é que os moradores sabem da existência das estratégias de sustentabilidade, sabem como devem ser suas atitudes para conservação dos equipamentos, porém a maioria deles não tem noção sobre como os sistemas funcionam ou mesmo sobre sua manutenção. O que o morador deseja é pagar pela prestação do serviço sem precisar se preocupar com a manutenção dos equipamentos, e ter a garantia de que tudo irá funcionar perfeitamente sem inconvenientes. Também existe uma estação de tratamento de esgoto para tratamento dos efluentes gerados. Os corretores dos imóveis que ainda estão à venda relataram que os compradores no ato da negociação de compra valorizam muito as estratégias de sustentabilidade que compõem o projeto.

Para o cálculo da densidade, utilizou-se os valores correspondentes a um usuário por dormitório de solteiro e mais dois usuários para os dormitórios de casal. O valor encontrado é de 229 habitantes por hectare. O plano diretor do município não diz a quantidade de habitantes por hectare permissível nos balneários da ilha. Assim, estando desprovida de normatização, a questão fica nas mãos de construtores.

O fator tamanho e altura da edificação não é semelhante ao encontrado nas proximidades. As edificações do entorno são, na maioria, térreas, enquanto os blocos do condomínio apresentam quatro pavimentos.

Um aspecto importante observado é o emprego de moradores do bairro em cargos de trabalho dentro do condomínio, auxiliando na geração de renda e na melhoria da qualidade de vida dessas pessoas.

No *contexto da unidade habitacional*, foi possível identificar que o setor íntimo não apresentou problemas com relação à privacidade, à dimensão, a equipamentos e ao conforto do usuário. As maiores queixas foram quanto à falta de ventilação natural nos banheiros, ou mesmo a falta de aberturas para o exterior, uma vez que a circulação pelo duto não satisfaz. No setor de serviços, foram encontrados alguns conflitos entre equipamentos e circulação, e algumas situações que podem se tornar perigosas, como fogões com forno localizados em circulações estreitas e próximos a portas que ligam a outros ambientes.

A falta de iluminação natural no ambiente da cozinha, permitida pelo Código de Obras do município, é também um caso que não agrada aos moradores, visto que para a permanência no ambiente é sempre necessária a iluminação artificial. Nos outros

ambientes, o nível de iluminação natural é satisfatório, possibilitado pelas amplas aberturas, assim como é satisfatório o nível de ventilação natural. Porém, essas mesmas amplas aberturas, por não possuírem sombreamento externo, beneficiam a passagem de calor pela radiação externa, mais intensa durante o período do verão, obrigando alguns moradores a instalar sistemas de condicionamento de ar para resfriamento dos ambientes nos apartamentos com orientação nordeste/noroeste.

De modo geral, todos os apartamentos analisados apresentaram aproveitamento racional dos espaços. Os setores são bem delimitados e garantem a privacidade necessária, porém, para garantir o controle de exposição ao ambiente externo, observou-se a existência de cortinas em todos os ambientes do setor íntimo.

Foi relatada insatisfação com o fato de a cozinha ser integrada com o ambiente social da sala de estar, e, principalmente, por estar localizada muito próxima da porta de entrada. Realmente, foi observada, nesse caso, a falta de barreira limítrofe entre o setor de serviços e o setor social, estando a cozinha muito exposta aos olhos de quem entra pela porta principal.

Ao serem perguntados sobre o que mudariam no ambiente, os usuários identificaram, em alguns casos, o tamanho reduzido do ambiente da cozinha e da área de serviço, impossibilitando em parte a utilização de equipamentos, ou impedindo a circulação de mais de uma pessoa no ambiente. Identificou-se também a necessidade de iluminação e de ventilação natural em ambientes como cozinha e banheiro. Por esses motivos, alguns moradores já pensam na ampliação ou na adaptação dos ambientes.

Com base nos resultados alcançados, puderam ser identificados vários fatores ligados ao projeto, à construção e ao uso da edificação, que, se observados e planejados antecipadamente, podem auxiliar no desenvolvimento social da comunidade onde a edificação está inserida, além de identificar elementos arquitetônicos adequados ao contexto cultural. A partir de todos os itens avaliados e explanados, conclui-se que o empreendimento estudado é socialmente sustentável somente de forma parcial. A partir dos resultados obtidos, pode-se constatar que as ações que abrangem o escopo da dimensão social possuem grande relevância na verificação da sustentabilidade do empreendimento. Porém, essa dimensão é pouco ou nada mencionada nos sistemas internacionais de avaliação de edifícios. É claro que é importante que a edificação apresente um bom desempenho quanto aos aspectos ambientais, pois isso também contribui para o bom desempenho social da habitação, mas também é fundamental a compreensão dos aspectos verdadeiramente importantes para o bem-estar do usuário durante o desempenho de suas atividades fundamentais, afinal é a avaliação do usuário que define as condições de habitabilidade. Esses requisitos para o projeto de arquitetura servem como aporte para se pensar ambientes internos e externos como locais que promovam a saúde, a vivência familiar e as relações de vizinhança, itens fundamentais para garantir a sustentabilidade social de forma plena.

NOTAS

1. Um objeto pode ser entendido como material ou utilitário. Um objeto material é descrito em termos de suas propriedades físicas e químicas. Um objeto utilitário não é definido por propriedades, mas por atributos e qualidades que expressam para que serve esse objeto.
2. São as necessidades humanas que devem ser consideradas quando se concebe um ambiente construído.
3. Conflito arquitetônico é definido como qualquer fato que decorra de um elemento arquitetônico, quando da interação do usuário com o ambiente. A ocorrência de um conflito está relacionada com a inadequação ou ausência daquele elemento no ambiente de estudo (Pereira & Pereira, 2000).

REFERÊNCIAS

- BUILDING RESEARCH ESTABLISHMENT. *Cambridge architectural research: eclipse research consultants*. London: MaSC, 2010.
- CENTRE SCIENTIFIQUE ET TECHNIQUE DU BÂTIMENT. *Referentiel technique de certification batiments tertiares: demarche HQE bureau et enseignement*. France: CSTB, 2005.
- HANDLER, A.B. *Systems approach to architecture*. New York: American Elsevier, 1970.
- JAPAN SUSTAINABLE BUILDING CONSORTIUM. *Comprehensive assessment system for building environmental efficiency*. 2007. Available from: <<http://www.ibec.or.jp/CASBEE/english/method.htm>>. Cited: Mar. 2010.
- LABORATÓRIO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA EM EDIFICAÇÕES. *Regulamento técnico para eficiência energética de edificações residenciais*. Florianópolis: LabEEE, 2010.
- OLIVEIRA, R. Gestão do processo de projeto para construção sustentável. In: WORKSHOP BRASILEIRO DE GESTÃO DO PROCESSO DE PROJETOS NA CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS, 8., 2008, São Paulo. *Anais...* São Paulo: USP, 2008.
- PALERMO, C. *Sustentabilidade social do habitar*. Florianópolis: [UFSC], 2009.
- PEREIRA, A.T.C.; PEREIRA, F.O.R. (Org.). *Avaliação pós-ocupação: consideração do usuário no projeto de habitação social através de sistema hipermídia*. Florianópolis: UFSC, 2000.
- SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável: ideias sustentáveis*. 3.ed. São Paulo: Garamond, 2002.
- US GREEN BUILDING COUNCIL. *Leadership in energy and environmental design*. Version 2.1. 2006. Available from: <<http://usgbc.org/programs/index/htm>>. Cited: Mar. 2009.
- US GREEN BUILDING COUNCIL. *LEED 2009 for neighborhood development rating system*. Version 2.1. 2009. Available from: <<http://usgbc.org/programs/index/htm>>. Cited: Mar. 2010.
- YIN, R.K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

RESUMO

A sustentabilidade social em habitações trata da satisfação das exigências do bem-estar do usuário, considerando fatores que abrangem a saúde, o atendimento das necessidades e aspirações, e as características sociais e culturais dos indivíduos, tanto dos usuários da habitação quanto das pessoas envolvidas indiretamente, como os moradores do entorno. Essas necessidades não são estáticas, mudam com os hábitos de vida, com as novas tecnologias, variam com o tipo de pessoa, com suas atividades, e com a dinâmica familiar. Este trabalho teve como objetivo inicialmente identificar aspectos da dimensão social da sustentabilidade nos sistemas indicadores e de certificação, e que posteriormente serviram de suporte para a elaboração de um roteiro de investigação. O estudo de caso buscou validar a aplicação desse roteiro para análise da sustentabilidade social em projetos de arquitetura de empreendimentos habitacionais semelhantes. A partir disso, a análise das informações coletadas revelou que

na dimensão do entorno é de fundamental importância um estudo de impacto de vizinhança, sendo imprescindível ouvir as considerações dos moradores do bairro a respeito do impacto do novo empreendimento na vida cotidiana dessas pessoas. Na dimensão do condomínio, constatou-se que a edificação deve considerar os fatores culturais do bairro, facilitar a integração entre moradores, garantir a privacidade dos indivíduos dentro de suas moradias, adotar densidade apropriada, entre outros. Na dimensão da unidade habitacional, constatou-se a importância do projeto ser flexível e adaptável às necessidades do morador, garantir ventilação e iluminação natural em todos os ambientes e possuir espaço adequado para o convívio familiar.

PALAVRAS-CHAVE: Arquitetura. Fatores culturais. Projeto arquitetônico. Sustentabilidade social.

SOCIAL SUSTAINABILITY AND NEW HOUSING PROJECTS

ABSTRACT

Social sustainability in housing is meeting the user demand for well-being, considering factors that include people's health, needs and aspirations, and the social and cultural characteristics of both users of housing as well as those involved indirectly, such as the surrounding residents. These needs refer to accommodation and environments created by them. These needs are not static but in constant state of flux; they change with habits of life, changes in human values, with new technologies and the conditions created by them, vary with the type of person, the environment where they are, and their activities. In addition to family dynamics, which is not voluntary but concerns the natural law of life to be born, grow up, multiply (or not) and die. All these demands must be considered when establishing requirements useful for the development of more socially sustainable housing projects. In search of these requirements the initial objective of this work was to identify aspects of the social dimension of sustainability in the indicators and certification systems, and subsequently use them to support the elaboration of an investigation plan. This case study sought to validate the application of this plan for the analysis of social sustainability in architectural design of similar housing enterprises. From this, analysis of information collected revealed, among other factors that in the dimension of the surroundings, a neighborhood impact study is of fundamental importance, and it is imperative to listen to the considerations of neighborhood residents, about the impact of the new enterprise on the everyday life of these people; in the dimension of the condominium it was found that the building should consider the cultural factors in the neighborhood, facilitate integration among residents, ensure the privacy of individuals within their homes, adopt appropriate density, among other factors; and in the dimension of housing unit it was found to be important for the project to be flexible and adaptable to the needs of the resident, ensure natural ventilation and lighting in all rooms and have adequate space for family life.

KEYWORDS: Architecture. Cultural factors. Architectural design. Social sustainability.

O DESENHO DE ARQUITETURA COMO OBRA AUTÔNOMA | Airton Cattani

Professor Doutor | Universidade Federal do Rio Grande do Sul | Faculdade
de Arquitetura | R. Sarmiento Leite, 320, 90050-170, Porto Alegre, RS, Brasil
E-mail: aacc@ufrgs.br

| Recebido em 5/6/2012 e aceito para publicação em 28/8/2012

O DESENHO DE ARQUITETURA COMO OBRA AUTÔNOMA

Desde suas origens, o desenho carrega a dualidade de ser uma obra independente, com valor em si, ao mesmo tempo em que é suporte para outras manifestações, como a pintura, a escultura e o projeto, aqui entendido, em seu sentido mais amplo, como um instrumento utilitário de representação e apoio técnico.

Esse caráter utilitário pode ser observado já na lenda da origem do desenho. Segundo Plínio, o Velho, a filha do oleiro Dibutades tinha um noivo que iria empreender uma longa viagem; como ela quisesse guardar uma lembrança dele, com o auxílio de uma lamparina, desenhou o contorno da sombra que o jovem projetava sobre uma parede (Figura 1).

Embora comumente associada à origem da pintura, essa lenda evidencia tanto a função do desenho como substituto de uma presença, quanto seu caráter seminal, como suporte inicial de várias manifestações, desde a pintura até a arquitetura. Prova disso é o fato de que, ainda segundo Plínio, o próprio Dibutades teria elaborado um alto-relevo em cerâmica a partir do esboço realizado pela filha. Assim, a rigor, o



FIGURA 1 – Esboço preparatório para a pintura “A origem da pintura”. Jean-Baptiste Regnault. Coleção do *Musée National du Château de Versailles*, França. Foto: Gérard Blot.

desenho seria uma manifestação intermediária e que apenas anteciparia e ofereceria condições para existência de outra manifestação, como pintura, arquitetura, escultura etc.

No campo da objetividade científica, em que pese a existência de diversos exemplares de desenhos que podem ser considerados desenhos de arquitetura produzidos em civilizações da antiguidade (Mesopotâmia, Egito, Grécia, Império Romano e mesmo em civilizações orientais), não há consenso entre os pesquisadores e historiadores sobre quando o desenho passou a ser utilizado como prefiguração de um projeto ou obra arquitetônica. Enquanto Savignat (1980, 1984) afirma que os primeiros desenhos de arquitetura como entendemos hoje são datados do século XIII, insistindo no fato de que as representações de edifícios até esse período ocorriam sempre como parte de outras cenas e nunca como elementos autônomos, Deforge (1981), Sakarovitch (1998) e Oliveira (2002) apresentam uma longa argumentação que evidencia que o uso de desenhos ligados ao projeto de arquitetura era relativamente regular em épocas anteriores à Renascença, embora poucos exemplares tenham sido conservados até nossos dias. De autoria desconhecida, esses desenhos são considerados documentos históricos de incalculável valor.

Antes da Renascença, o desenho como categoria artística era considerado uma disciplina auxiliar da pintura, considerado indigno de ser realizado por pintores de renome, sendo sistematicamente destruído após o fim de sua utilidade (Jungmann, 1996). Já o desenho de arquitetura não tinha uma codificação e utilização sistemáticas. Aprimo-

rado, sobretudo a partir de meados do século XVIII, quando adquire uma certa autonomia e passa a ser um agente privilegiado da pedagogia da imagem posta a serviço da criação e do público (Rabreau, 2001), o desenho de arquitetura se estabelece a partir dessa época com bases científicas originadas tanto da prática dos mestres construtores quanto das pesquisas levadas a cabo por estudiosos como Gérard Desargues (1591-1662), Gaspard Monge (1746-1818), Willian Farish (1759-1837) e Auguste Choisy (1841-1909). Essas pesquisas procuraram dar conta da crescente complexidade da arquitetura quando a articulação entre as diferentes formas da edificação e a multiplicação de detalhes passaram a exigir uma representação mais precisa e virtuosa, indo do conjunto ao detalhe. Esse caráter virtuoso e realista passou a ser o padrão de representação da *École de Beaux-Arts* francesa, estendendo sua influência para muito além de seus domínios geográficos e perdurando até princípios do século XX (Figura 2).

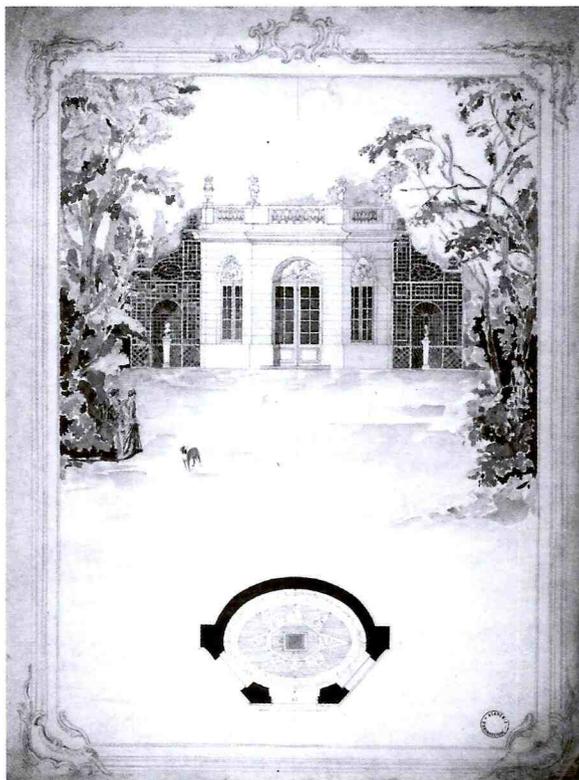


FIGURA 2 – Pavilhão de jardim. Projeto para as provas de admissão a Escola Nacional de Belas Artes, 1901-1911. Albert Laprade, arquiteto. Fonte: Coleção do *Centre d'Archives d'Architecture du XXe siècle*, Paris, França.

Esse contexto fez com que Quatremère de Quincy ([1820], p.209, tradução minha), em seu verbete *Dessiner* da “*Encyclopédie méthodique*”, criticasse: “Os modernos arquitetos parecem ter feito do desenho de arquitetura uma arte particular. Creio que esta arte se desenvolveu ou aperfeiçoou na razão inversa do número de trabalhos e edifícios construídos por eles”. O caráter artístico que esse tipo de desenho adquiriu passou a conferir-lhe *status* de obra autônoma, valorizado inclusive comercialmente. Mas não são apenas esses desenhos virtuosos que são elevados à categoria de obra de arte: desenhos que não apresentam essas qualidades, mas que são produzidos por arquitetos de renome, também são colocados em outros patamares, de certo modo por permitirem observar o pensamento materializado desses arquitetos em uma prefiguração da obra arquitetônica. Assim como a maquete pode adquirir autonomia em relação ao que representa, colocando-se em um patamar de obra de arte autônoma, o mesmo pode acontecer com o desenho de arquitetura, sobretudo os *croquis* de estudo e outros em que é possível observar: o caráter marcadamente autoral. Com isso, criam-se condições para uma espécie de “desvirtuamento” da função primordial do desenho de arquitetura: servir de intermediário entre as ideias do autor e seus interlocutores, passando a desempenhar também uma função intelectual ligada à fruição e ao prazer estético (Figura 3).

A colocação de desenhos de arquitetura em um patamar de obra de arte não é recente. No século XVII, Vincenzo Scamozzi foi proprietário de uma das primeiras coleções de desenhos de temática estritamente arquitetônica (Harris, 1984). A partir desse período, coleções de desenhos exclusivamente de arquitetos passaram a ser comuns, mas a constituição de museus e centros de arquivos como se conhece hoje são relativamente recentes — os primeiros museus de arquitetura foram fundados em 1934 (*Schusev State Museum of Architecture* — Moscou) e 1956 (*Museum of Finnish Architecture*

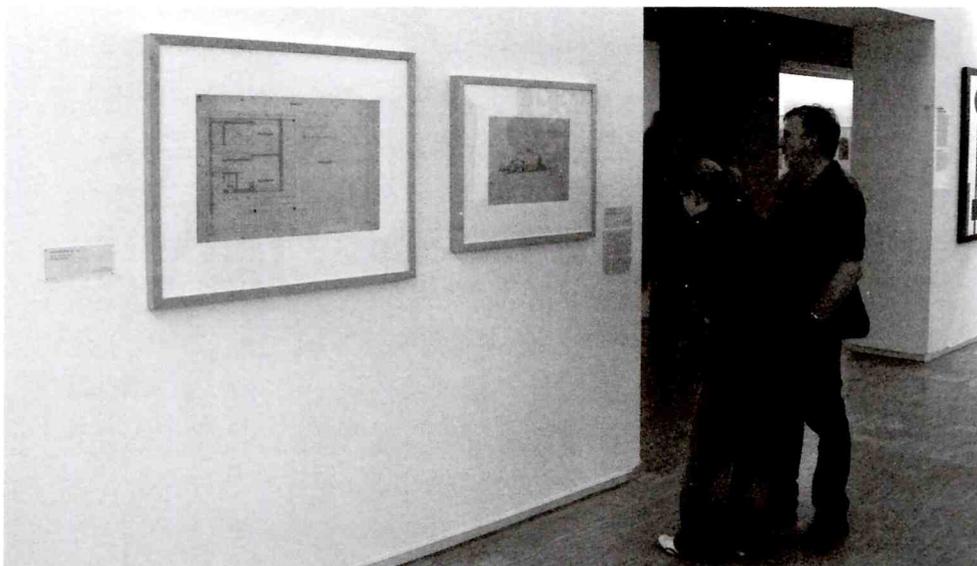


FIGURA 3 – Desenhos técnicos de Le Corbusier apresentados em ambiente de museu. Casa Citrohan (não realizada). Planta baixa do terraço, 1922. Le Corbusier, arquiteto. Coleção do *Musée National d'Art Moderne*, Paris, França.
Foto: Airton Cattani.

— Helsinque), embora já existissem coleções de desenhos de arquitetura importantes anteriormente a essas datas, como as do *Royal Institute of British Architects* (RIBA), de 1834, ou a coleção da *Columbia University*, em Nova Iorque, de 1890 (Domenichini & Tonicello, 2004). Hoje existem diversos centros de arquivos e museus de arquitetura, sobretudo na Europa, Estados Unidos e Canadá. No Brasil, iniciativas como essas ainda são pouco expressivas, ainda não existindo um museu de arquitetura ou mesmo um centro de arquivos de arquitetura nacional. A produção de arquitetos brasileiros é preservada de maneira dispersa em museus de arte, fundações, escolas de arquitetura e em acervos particulares.

Mas não são apenas os museus específicos e centros de documentação em arquitetura que expõem desenhos de arquitetura como obras de arte: o *Musée National d'Art Moderne*, em Paris, entre as mais de 60 mil obras de sua coleção, apresenta diversos desenhos de arquitetura, entre os quais vários desenhos técnicos (Figuras 4 e 5).

Praticamente inexistentes no Brasil, têm sido relativamente comuns as vendas de desenhos de arquitetos nos mercados de leilões americanos e europeus — principalmente a partir da década de 1980 —, não só de exemplares históricos mas também de desenhos da elite dos arquitetos contemporâneos. Em 1991, dezenas de desenhos de Yona Friedman foram vendidos em um leilão realizado no Hotel *Drouot*, em Paris. A galeria *Max Protetch* de Nova Iorque (www.maxprotetch.com) tem em seu catálogo de vendas desenhos de diversos arquitetos contemporâneos, como Michel Graves, Zaha Hadid, Steven Holl, Álvaro Siza e outros, indo de desenhos conceituais até pranchas técnicas de detalhamento. A casa de leilões *Artcurial*, em Paris (www.artcurial.com), vende regularmente desenhos de arquitetos, que variam de desenhos originais até simples cópias heliográficas de época (Figuras 6 e 7).

Ainda para Harris (1984), essa nova condição dos desenhos de arquitetura elevados à condição de obra de arte coloca uma questão ética importante, uma vez que arquitetos poderiam aproveitar seu renome para fazer desenhos de arquitetura destinados apenas à comercialização, situação relativamente nova e que não tem nenhum precedente histórico, o que fez Vagnetti (1965) afirmar que quaisquer desvios do desenho de arquitetura de suas funções instrumentais devam ser vistos com reservas. De qualquer modo, nos últimos decênios, pôde-se observar uma valorização da produção gráfica de arquitetos, que passou a ser depositada em diversos centros de estudos e de arquivos destinados à guarda e à conservação de acervos, possibilitando a pesquisa em fontes originais organizadas sistematicamente. Esse fato evidencia a dupla natureza do desenho de arquitetura: de um lado, instrumento objetivo de controle de definição de espaços construídos e processos construtivos; de outro, instrumento de investigação, divagação, pesquisa, invenção, criação e — por que não? —, arte. Nesse sentido, assim como se deve fazer uma distinção entre *arte* e *mercado de arte*, talvez em arquitetura se deva pensar em distinguir *desenhos de arquitetura* de *mercado de desenhos de arquitetura*, ou seja, entre desenhos de arquitetura

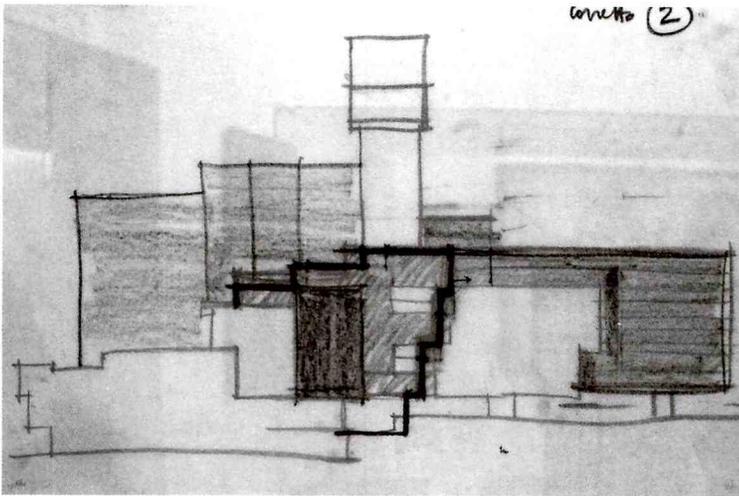


FIGURA 4 – Casa Baldi (não realizada). *Croquis* perspectivo, 1959-61. Paolo Portoghesi, arquiteto.
Fonte: Coleção do *Musée National d'Art Moderne*, Paris, França.

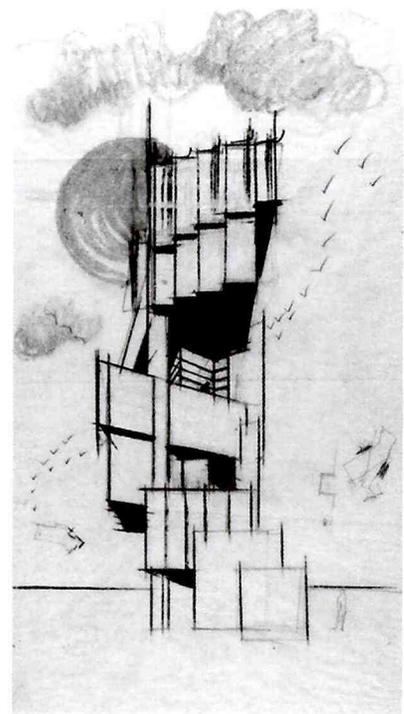


FIGURA 5 – Biblioteca Nacional, Roma (projeto não realizado). Estudos preliminares, 1959. Carlo Aymonino, arquiteto.
Fonte: Coleção do *Musée National d'Art Moderne*, Paris, França.

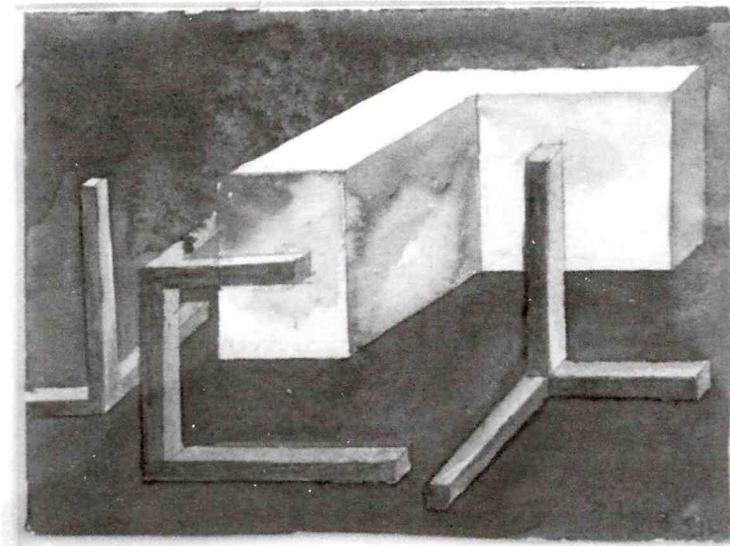


FIGURA 6 – *Bellevue Art Museum*. *Croqui* conceitual, 1998. Steven Holl, arquiteto. Desenho à venda no site da galeria Max Protetch.
Fonte: <www.maxprotetch.com>. Acesso em: jun. 2010.

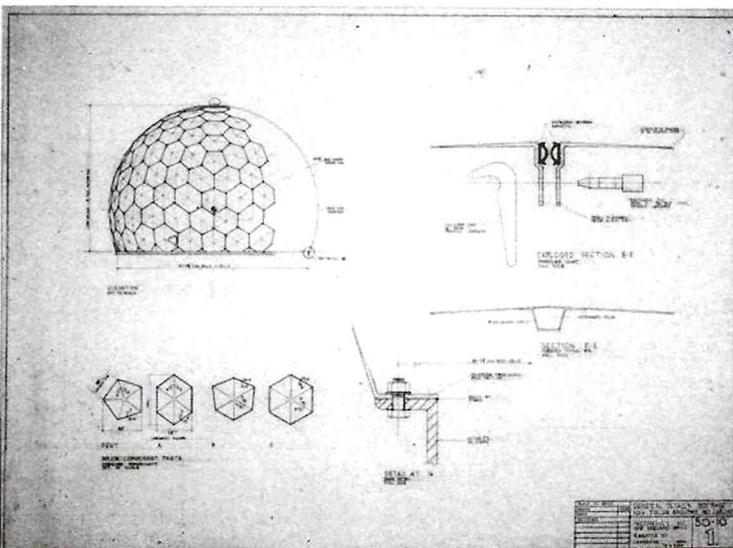


FIGURA 7 – Cúpula de 50 pés. Prancha de detalhes gerais, 1954. R. Buckminster Fuller, arquiteto. Desenho à venda no site da galeria Max Protetch.
Fonte: <www.maxprotetch.com>. Acesso em: jun. 2010.

destinados aos processos construtivos e de projeto (desenhos da arquitetura) e desenhos de arquitetura destinados ao mercado dos leilões e colecionadores (desenhos de temática arquitetônica elaborados por arquitetos).

Domenichini e Tonicello (2004) apontam também a questão do turismo cultural como elemento que elevou os desenhos a uma condição de obra autônoma: não apenas a obra realizada, mas seu registro prévio e os desenhos de autoria de arquitetos são colocados em mesmo nível de igualdade, constantemente sendo objeto de exposições e publicações. À semelhança das próprias obras edificadas, os desenhos passam a ser elementos culturalmente valorizados. Esses autores levantam ainda outra importante questão, ligada à questão da originalidade: diante dos processos de reprodutibilidade utilizados a partir do século XX, o que é um desenho original? Se para o leigo essa questão é de pouca importância, no âmbito de museus e centros de arquivos, ela adquire extrema relevância. Enquanto para desenhos de caráter autoral — sobretudo *croquis* e estudos iniciais onde é possível perceber o chamado “traço do arquiteto” expresso, via de regra, de modo manual —, isso parece estar bem claro, a partir daí os limites entre o que é original e o que não é são muito difusos. Um desenho executado por um desenhista a partir de esboços do arquiteto pode ser considerado obra do arquiteto? No cenário contemporâneo, em que arquitetos muitas vezes são verdadeiros gerentes de grandes grupos de trabalho, afirmações sobre originalidade são difíceis de serem estabelecidas. Para fins de classificação, Domenichini e Tonicello (2004) propõem que sejam consideradas originais quaisquer peças em que é possível constatar a intervenção do arquiteto, por meio de assinaturas e outros indícios. Também propõem que, na ausência de um original, uma cópia possa ser considerada como original, assumindo seus valores intrínsecos.

Mesmo que esses requisitos atendam a situação de registros gráficos já existentes, daqui para frente a situação se vislumbra ainda mais nebulosa. Diante dos novos meios digitais de produção de imagens e o papel marcadamente gerencial que arquitetos estão desempenhando no processo de projeto, sobretudo em grandes escritórios, a questão da originalidade dos registros gráficos é um problema que ainda não conhece respostas definitivas. Entretanto, no momento em que se começa a reconhecer no Brasil a importância dos desenhos de arquitetura como fonte de pesquisa e o surgimento de ainda tímidas iniciativas de centros de documentação de arquitetura, a reflexão sobre o caráter do desenho como elemento autônomo é mais do que oportuna.

REFERÊNCIAS

- DEFORGE, Y. *Le graphisme technique, son histoire et son enseignement*. Seyssel: Champ Vallon, 1981.
- DOMENICHINI, R.; TONICELLO, A. *Il disegno di architettura: guida alla descrizione*. Padova: Il Polígrafo, 2004.
- HARRIS, J. Le dessin d'architecture: une nouvelle marchandise culturelle. In: IMAGES et imaginaries d'architecture. Paris: Centre National d'Art et Culture Georges Pompidou, 1984. p.74-78.
- JUNGMANN, J.P. *L'image en architecture: de la représentation et de son empreinte utopique*. Paris: La Villette, 1996.
- OLIVEIRA, M.M. *Desenho de arquitetura pré-renascentista*. Salvador: UFBA, 2002.
- QUETREMÈRE DE QUINCY, A.C. *Encyclopédie méthodique: architecture*. Paris: s.n., [1820].
- RABREAU, D. *Les dessins d'architecture au XVIIIe siècle*. Paris: Bibliothèque de l'image, 2001.
- SAKAROVITCH, J. *Épures d'architecture: de la coupe des pierres à la géométrie descriptive XVIe-XIXe siècles*. Birkhäuser: Basel, 1998.
- SAVIGNAT, J.M. *Dessin et architecture: du Moyen age au XVIIIe siècle*. Paris: École Nationale Supérieure des Beaux-arts, 1980.
- SAVIGNAT, J.M. Architecture, art du dessin. In: IMAGES et imaginaries d'architecture. Paris: Centre National d'Art et Culture Georges Pompidou, 1984. p.21-26.
- VAGNETTI, L. *Il linguaggio grafico dell'architetto, oggi*. Genova: Vitali e Ghianda, 1965.

RESUMO

As peculiaridades da arquitetura, situada entre a arte e a técnica, exigem etapas intermediárias de antecipação de suas características espaciais, levadas a cabo por recursos como o desenho. Principal instrumento de comunicação entre o arquiteto e seus interlocutores, o desenho aparentemente esgotaria suas funções ao término da obra ou do processo de projeto. No entanto, alguns desenhos acabam por tornarem-se obras autônomas, com aura de obra de arte, independentemente da própria arquitetura. Este artigo discute as características desse tipo de desenho e as condições de sua existência.

PALAVRAS-CHAVE: Desenho de arquitetura. Expressão e representação. Obra de arte.

ARCHITECTURAL DRAWING AS AUTONOMOUS ARTWORK

ABSTRACT

The peculiarities of architecture, which lie between art and technique, cause their existence to demand intermediate steps in anticipation of their spatial characteristics, brought into being by resources such as drawing. As the main communication tool between architects and their interlocutors, drawing would apparently exhaust its functions on conclusion of the construction or design process. However, some drawings eventually become independent works with the aura of works of art, irrespective of architecture itself. This article discusses the characteristics of this type of drawing and the conditions of its existence.

KEYWORDS: Architectural drawing. Expression and representation. Artwork.

A REGULARIDADE DOS PADRÕES URBANOS: A SINTAXE ESPACIAL COMO ESTRATÉGIA PARA
LEITURA DE OLINDA E BRASÍLIA | Manuela Souza Ribeiro, Valério Augusto Soares de Medeiros

Mestranda | Universidade de Brasília | Faculdade de Arquitetura e Urbanismo |
Programa de Pesquisa e Pós-Graduação | Instituto Central de Ciências Norte,
Gléba A, *Campus* Universitário Darcy Ribeiro, 70904-970, Brasília, DF,
Brasil | Correspondência para/*Correspondence to*: M.S. RIBEIRO |
E-mail: manuela.sr17@gmail.com

Pesquisador Doutor | Universidade de Brasília | Faculdade de Arquitetura e
Urbanismo | Programa de Pesquisa e Pós-Graduação | Brasília, DF, Brasil

| Recebido em 17/4/2012, reapresentado em 11/5/2012 e aceito para publicação 18/5/2012

A REGULARIDADE DOS PADRÕES URBANOS: A SINTAXE ESPACIAL COMO ESTRATÉGIA PARA LEITURA DE OLINDA E BRASÍLIA

INTRODUÇÃO

O gesto de produção da cidade é uma função milenar. A produção de assentamentos — seja intencional ou não intencional, orgânica ou planejada, regular ou irregular —, caracteriza os processos de divisão do trabalho e a complexidade das relações sociais, uma vez que o espaço é uma instância social basilar para as interações interpessoais nas mais diversas manifestações humanas. Acredita-se, conforme o aparato conceitual e empírico desenvolvido na perspectiva morfológica a partir do século XIX, que decodificar o espaço construído é o primeiro passo para transformação e melhoria do seu desempenho, seja funcional, sociológico, bioclimático, econômico, topoceptivo, afetivo, simbólico ou estético (Holanda, 2002; Medeiros, 2006; Holanda, 2010).

Conforme Medeiros (2006), as ênfases para a interpretação da cidade, ao longo do século XX, tradicionalmente são narrativas ou descritivas, cujas abordagens detêm-se nas relações econômicas, políticas, culturais, históricas, entre outras. Não parece haver avanço nos estudos sobre a maneira pela qual a *forma-espaço*, em outras palavras, o conjunto de cheios e vazios que compõe a cidade, afeta as relações sociais, embora eles sejam relevantes para a compreensão dos fenômenos urbanos. Uma corrente prolífica é aquela que propõe a análise da configuração espacial com o objetivo de compreender as relações existentes entre as partes do todo urbano e suas implicações para a dinâmica das cidades. Hillier e Hanson (1984), Hillier (1996) e

Holanda (2002, 2003), por exemplo, consideram o espaço como um sistema de barreiras e permeabilidades que condicionam o movimento das pessoas. Nessa vertente, a arquitetura é simultaneamente interpretada como variável dependente, porque resulta de intenções humanas, e independente, pois é capaz de interferir nas relações sociais à revelia dos desígnios geradores.

Tendo por base tais pressupostos, o artigo, de natureza exploratória, pretende avaliar espaços públicos em áreas residenciais por meio da análise da *forma-espaço* em contextos distintos. Para desenvolvimento do estudo, foram selecionados dois exemplares de cidades brasileiras — Olinda, como exemplar da urbanística colonial portuguesa, e Brasília, na condição de expoente da arquitetura moderna no País —, que, simultaneamente: 1) fossem emblemáticos dos polos geométricos de regularidade do desenho urbano; 2) contemplassem áreas tombadas; 3) incluíssem expressiva proporção de uso residencial em seu perímetro e 4) fossem de conhecimento dos autores. Pretende-se responder a duas questões de pesquisa: 1) como se dá a apropriação do espaço, do ponto de vista configuracional, nos dois contextos? e 2) que relações existem entre as atividades e os espaços que as abrigam?

A discussão está fracionada em duas partes: a primeira corresponde a uma exposição da metodologia, e a segunda compreende os resultados da interpretação da forma-espaço dos assentamentos, conforme as seguintes variáveis de pesquisa — compactidade, integração, conectividade, inteligibilidade, sinergia e isovistas/visibilidade —, exploradas segundo os recortes de investigação (toda a cidade, área tombada e fração urbana).

MÉTODOS

Em termos conceituais, a pesquisa se baseia nas premissas da teoria da lógica social do espaço ou sintaxe espacial, conforme estabelecido originalmente por Hillier e Hanson (1984), no livro *“The Social Logic of Space”* e por Hillier (1996), no livro *“Space is the Machine”*. A sintaxe espacial tem por foco o estudo das relações entre espaço e sociedade. Espaço é entendido como um sistema de barreiras e permeabilidades de diversos tipos ao movimento das pessoas, e sociedade compreende um sistema de encontros e esquivanças (Holanda, 2010). Dessa forma, a teoria busca interpretar o espaço por meio das possibilidades de deslocamento que ele oferece ao nosso corpo. Para medir o número de possibilidades, a sintaxe espacial se vale, entre outras ferramentas, da construção dos chamados mapas axiais e de isovistas/visibilidade.

Para a compreensão das relações espaciais, a sintaxe espacial utiliza diversas variáveis, dentre elas conectividade e integração. Segundo Medeiros (2006), a conectividade corresponde à quantidade de conexões existentes em um eixo e a medida de integração refere-se ao grau de acessibilidade dessa linha em relação a qualquer outra do sistema cidade, de acordo com o número mínimo de inflexões de percurso entre um ponto e outro

(Holanda, 2010). Além dessas, é possível verificar a compacidade dos tecidos, dividindo o número de linhas encontradas pela área correspondente.

Nos mapas axiais (Figuras 1, 2, 3 e 4), essas medidas (conectividade e integração) são representadas por uma gradação de cores em que as tendentes ao cinza-escuro representam maior integração, e as próximas ao cinza-claro, menor integração. No mapa de isovistas/visibilidade (Figuras 5 e 6), utiliza-se a variável *integração visual*, e a interpretação assemelha-se àquela do mapa axial: os espaços que compreendem campos de visão mais abrangentes são aqueles de cores mais escuras (que se aproximam do cinza-escuro).

ANÁLISES

Este tópico do trabalho tem por objetivo confrontar diferentes aspectos da forma-espaco nos dois contextos: Olinda e Brasília. As áreas selecionadas dentro de cada sítio correspondem: em Olinda, a um trecho da área de tombamento — rua Prudente de Moraes, ladeira da Misericórdia, rua do Bonfim, ladeira da Sé e praça João Alfredo; e, em Brasília, algumas superquadras no Plano Piloto (PP) na Asa Sul (107/108/307/308). As análises realizadas transitam em diferentes escalas: ora consideram a cidade inteira, ora apenas o centro antigo urbano, ora a área selecionada.

COMPACIDADE

Os dois tecidos urbanos escolhidos para análise são distintos não apenas no que diz respeito ao padrão da malha, mas também ao número de eixos. A variação na escala resultou do propósito em investigar unidades espaciais que apresentassem unidade morfológica, o que, no caso de Brasília, implicava incorporar toda a superquadra.

A delimitação municipal de Olinda tem aproximadamente 40km²; já o PP de Brasília alcança cerca de 120km². Se considerado o perímetro de tombamento, a área de Olinda equivale a menos de 2% do PP de Brasília. Ao mesmo tempo, o número de linhas do PP (18 677) é quase 5 vezes maior do que aquele para o município de Olinda (3 944), e 67 vezes se comparado à área tombada da cidade pernambucana (281).

Contudo, a diferença entre os índices de compacidade de cada tecido é menor (Tabela 1). A compacidade do PP é 1,6 vez a do município de Olinda e 1,05 vez a da área tombada. Vale salientar que para o índice considera-se o número de eixos dividido pela área, desprezando sua extensão. Para refinar essa medida, tendo em vista as diferenças de escala, foi multiplicado o valor de compacidade pelo comprimento médio dos eixos de cada cidade. Dessa forma, verifica-se que a compacidade refinada é maior em Olinda (município e área tombada), uma vez que a questão de escala requer ponderação.

Os valores obtidos na compacidade refinada aproximam-se da percepção visual dos mapas das áreas de estudo, o que significa que a correspondência de Olinda apresenta maior densidade de eixos do que Brasília.

TABELA 1 – Análise de Compacidade, Integração, Conectividade Média, Sinergia e Inteligibilidade de Brasília e Olinda.

	BRASÍLIA (PLANO-PILOTO)	OLINDA (MUNICÍPIO)	OLINDA (ÁREA TOMBADA)	BRASÍLIA (SUPERQUADRA)	OLINDA (TRECHO DA ÁREA TOMBADA)
Comprimento médio das linhas	78,73	183,85	137,61	-	-
Compacidade (un/km ²)	156,69	98,26	148,68	-	-
Compacidade refinada (km/km ²)	12,36	17,98	20,46	-	-
Integração Rn Médio	0,51	0,61	0,86	0,43	1,27
Integração Rn Médio base 100	61,45	67,03	63,70	64,18	56,44
Integração R ₃ Médio	1,46	1,79	1,58	1,38	1,60
Integração Rn Médio*	0,67	0,74	1,30	0,67	2,25
Integração Rn Médio base 100*	80,72	81,32	96,30	100,00	100,00
Conectividade Média	2,56	3,50	3,13	2,44	3,16
Sinergia	0,38	0,21	0,58	0,44	0,90
Inteligibilidade	0,03	0,04	0,24	0,03	0,60

* Apenas das ruas com predomínio de comércio e serviços. Rn: Integração global; R₃: Integração local.

Fonte: Elaborado pelos autores.

INTEGRAÇÃO

A composição da malha do município de Olinda é variada (Figura 1). As regiões mais planas apresentam arruamentos tendentes a ortogonais e regulares, enquanto as áreas localizadas sobre terrenos mais íngremes apresentam tendência à irregularidade. A cidade é composta, ainda, por grandes vazios urbanos associados ao relevo acentuado, e por muitas vias com conexão em “T” (ainda que predominem conexões em “X”, fatores que em geral implicam baixa integração da malha viária).

Contudo, o valor médio de integração global (Rn) de Olinda (município e área tombada) é maior que o de Brasília (PP), (Tabela 1), o que demanda observar as características modernas do assentamento oriundas do traço de Lúcio Costa.

Brasília, embora planejada, apresenta uma proporção de vazios significativamente maior do que aquela encontrada em Olinda, por isso os valores mais baixos. Se, no contexto pernambucano, esses vazios resultam de características geomórficas, em Brasília, associam-se à amplidão de espaço do desenho urbano moderno, inspirado nos conceitos de cidade parque e cidade jardim, além do princípio de cinturões verdes a garantirem a qualidade de vida das estruturas urbanas. Medeiros (2006) afirma que as cidades de origem colonial parecem guardar uma melhor relação entre as estruturas globais e locais, especialmente se comparadas às soluções contemporâneas e às grandes cidades brasileiras.

Quando se investigam os valores de integração global em base 100, há maior equilíbrio na distribuição, ainda que o valor mais elevado esteja em Olinda (município). A medida para o trecho da área tombada é menor que a da superquadra, produto de uma maior diferenciação entre as medidas de integração dos eixos, de modo que a média distancia-se mais do polo máximo em Olinda do que em Brasília (Figuras 1 e 2).

No mapa axial de Brasília (Figura 2), é possível constatar os reflexos do sistema viário, que se assemelha a uma árvore, com trechos totalmente dependentes de uma única via de acesso, como acontece no caso das superquadras do PP. Além disso, a via mais integrada do sistema — a Estrada Parque Indústria e Abastecimento (EPIA) —, passa fora do PP, o que, em parte, explica a baixa permeabilidade do sistema como um todo. Há grandes áreas pouco articuladas.

Numa análise de integração local (Tabela 1) Hillier e Hanson (1984), os valores médios obtidos são maiores em Olinda (nas três escalas). Isso significa que a malha da cidade potencializa os percursos curtos, isto é, aqueles da escala local, o que tende a ser característica basilar para a vitalidade urbana no âmbito do bairro.

Analisando a integração nos trechos selecionados em cada cidade (Figuras 3 e 4), verifica-se que o eixo com maior integração, tanto em Brasília quanto em Olinda, é a via onde estão concentrados comércios e serviços. A Tabela 1 ilustra os valores de integração R_n obtidos para aquelas vias: comércio entre as superquadras 107/108/307/308, em Brasília; e a rua Prudente de Moraes, em Olinda.

Nas superquadras, a integração das vias diminui à medida que se ingressa em seu interior (Figura 4). As vias de maior integração nas áreas residenciais são aquelas entre as superquadras, onde estão dispostas as atividades de comércio e serviços locais.

Os macroelementos estruturadores (Eixo Monumental, Eixo Rodoviário) e as longas vias (W-3, L-2 etc.) vazam a cidade de norte a sul e de leste a oeste. No conjunto, a mobilidade e a apreensão global do plano são facilitadas. Entretanto, ambas são prejudicadas na escala menor, dado o intrincado desenho do sistema viário no interior dos setores — superquadras residenciais ou outros (Holanda, 2010, p.51).

Se, por um lado, a baixa permeabilidade viária no interior das superquadras é benéfica para os moradores no sentido de ter pouco fluxo de veículos e conferir amenidades, por outro lado, o sistema global da cidade é prejudicado, pois cria verdadeiros gargalos e alto fluxo de veículos em determinados trechos da cidade.

CONECTIVIDADE, INTELIGIBILIDADE E SINERGIA

O resultado da conectividade nas duas cidades é semelhante ao da integração, embora os valores em si sejam diferentes. A conectividade média é maior em Olinda, tanto na escala do município quanto na área tombada e no trecho selecionado dentro desta (Tabela 1).



FIGURA 1 – Mapa axial de Olinda (município) — Integração Rn.
Fonte: Elaborado pelos autores.

5000m



FIGURA 2 – Mapa axial de Brasília (Plano-Piloto) — Integração Rn.
Fonte: Valério Medeiros.

5000m

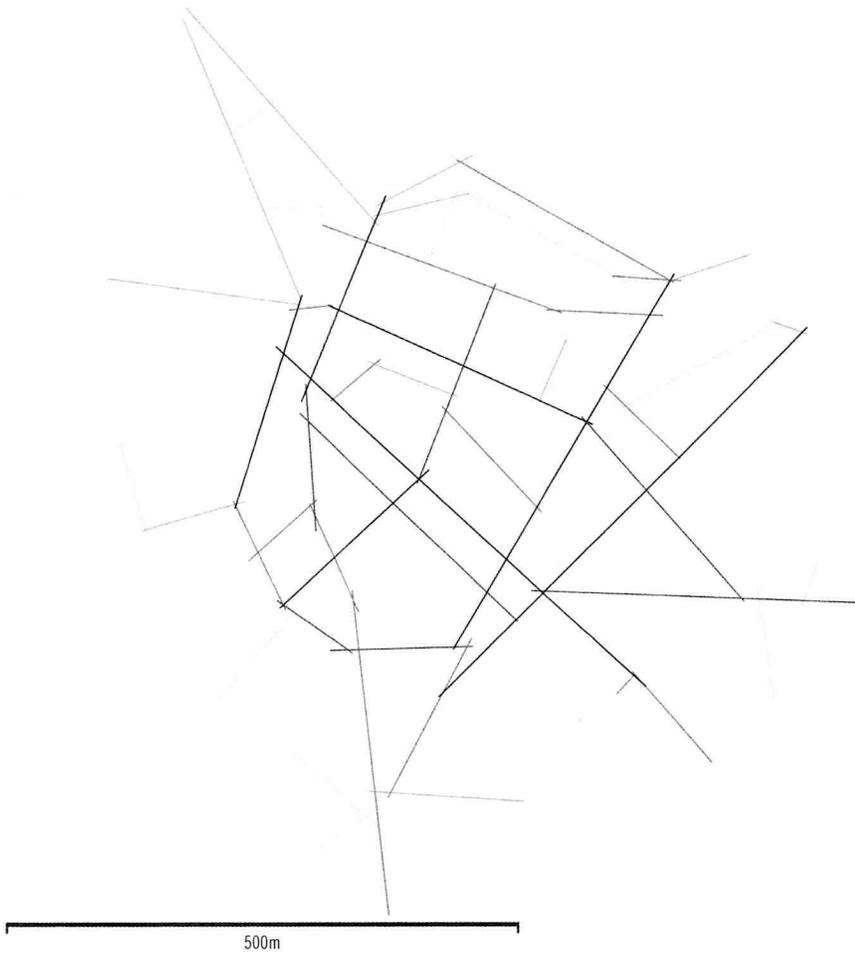


FIGURA 3 – Mapa axial trecho da área tombada de Olinda com entorno de 200m — Integração Rn.
Fonte: Elaborado pelos autores.

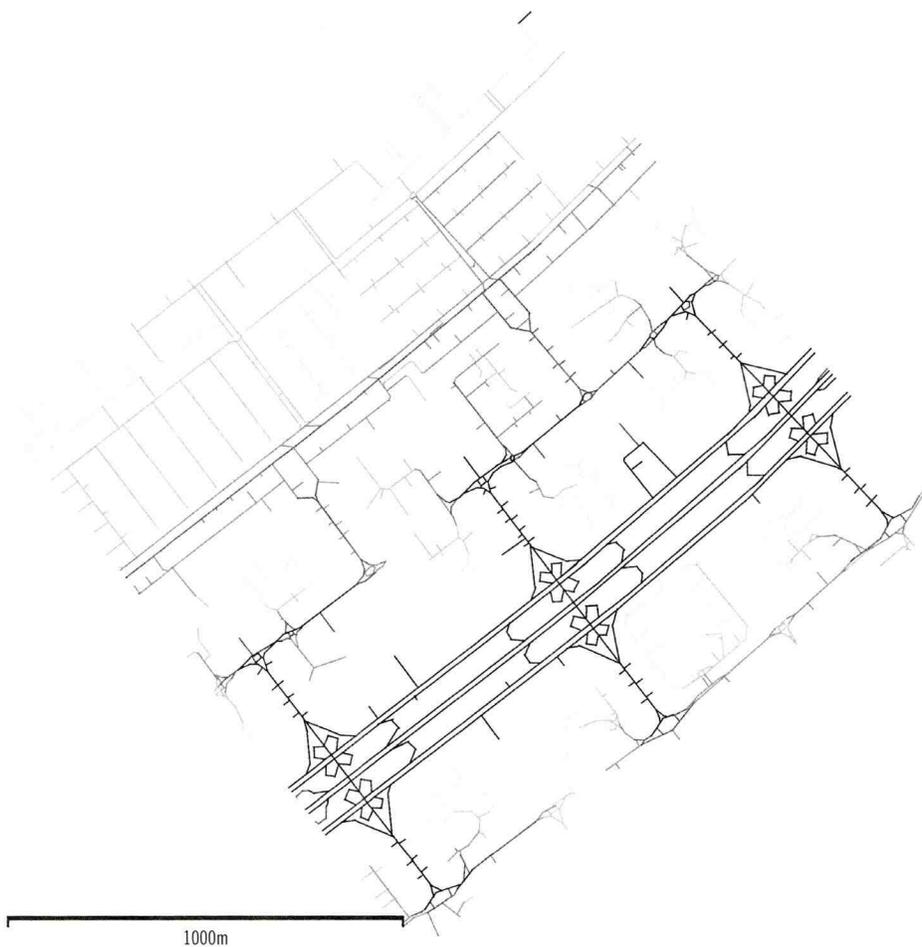


FIGURA 4 – Mapa axial das SQS (107/108/307/308) com entorno de 500m — Integração Rn.
Fonte: Elaborado pelos autores.

Esse resultado pode ser associado ao tipo da malha dos dois sítios: em Olinda, predomina a malha xadrez; em Brasília, o sistema em árvore.

Analisando a conectividade das ruas comerciais identificadas nos trechos selecionados das duas cidades, verificam-se alguns aspectos notáveis. A rua comercial das SQS (107/108/307/308) tem 37 conexões e está entre as 10 linhas mais conectadas do PP de Brasília (7º lugar). No recorte das superquadras, a rua comercial passa a ser a linha com maior número de conexões (1º lugar). Em Olinda, a rua Prudente de Moraes tem dez conexões e está entre as 150 mais conectadas do município. No perímetro da área tombada, a rua ocupa a quarta posição entre as linhas mais conectadas, e, no recorte dentro da área tombada, é a segunda via mais conectada.

Quando a conectividade é confrontada com os valores de integração, verifica-se o chamado grau de inteligibilidade do sistema. Conforme o aparato teórico e correspondentes experimentações, quando as vias mais integradas coincidem com aquelas mais conectadas, obtêm-se medidas mais elevadas, o que se interpreta como um fator de bom desempenho do espaço, pois a leitura de sua estrutura e hierarquia — legibilidade —, seria mais clara.

A investigação dos recortes demonstra claramente o quanto a cidade contemporânea (tanto Brasília, em seus recortes, quanto Olinda, interpretada no município como um todo) apresenta valores baixos. Entretanto, a área tombada para Olinda e o trecho afim apresentam um nítido melhor desempenho, o que se relaciona ao fato de as cidades tradicionais engendrarem uma melhor sincronia para a leitura dos espaços. O mesmo acontece com as chamadas medidas de sinergia, em que as médias mais elevadas estão exatamente nos mesmos dois contextos que apresentam inteligibilidade mais alta.

ISOVISTAS/VISIBILIDADE

Os mapas de isovistas/visibilidade dos trechos selecionados em Brasília e Olinda são significativamente diferentes (Figuras 5 e 6). A primeira cidade — Brasília —, possui medida de integração visual maior do que a segunda — Olinda —, o que se justifica pela predominância de vias estreitas e poucas áreas livres na área tombada de Olinda: o oposto do que ocorre na superquadra, com extensas áreas abertas e vias largas, o que maximiza os campos de visão e igualmente as áreas das isovistas.

Em Brasília, quando se considera o entorno da superquadra (500m), as áreas mais conectadas visualmente estão fora da quadra, ao longo do eixo rodoviário (Figura 5). Isso implica pouca visibilidade do interior das quadras para quem está transitando ao longo daquela via. O mesmo ocorre ao entrar na superquadra: a visibilidade é maior nas vias marginais, e pouco é vislumbrado do interior. O aspecto está adequado àquilo que está expresso na concepção urbanística da cidade, de modo que as quadras conformam-se à ambiência cotidiana do âmbito residencial, de alguma maneira protegida das vias de circulação expressas que as contornam.



FIGURA 5 – Mapa de isovistas/visibilidade das SQS (107/108/307/308) com entorno de 500 metros.
Fonte: Elaborado pelos autores.

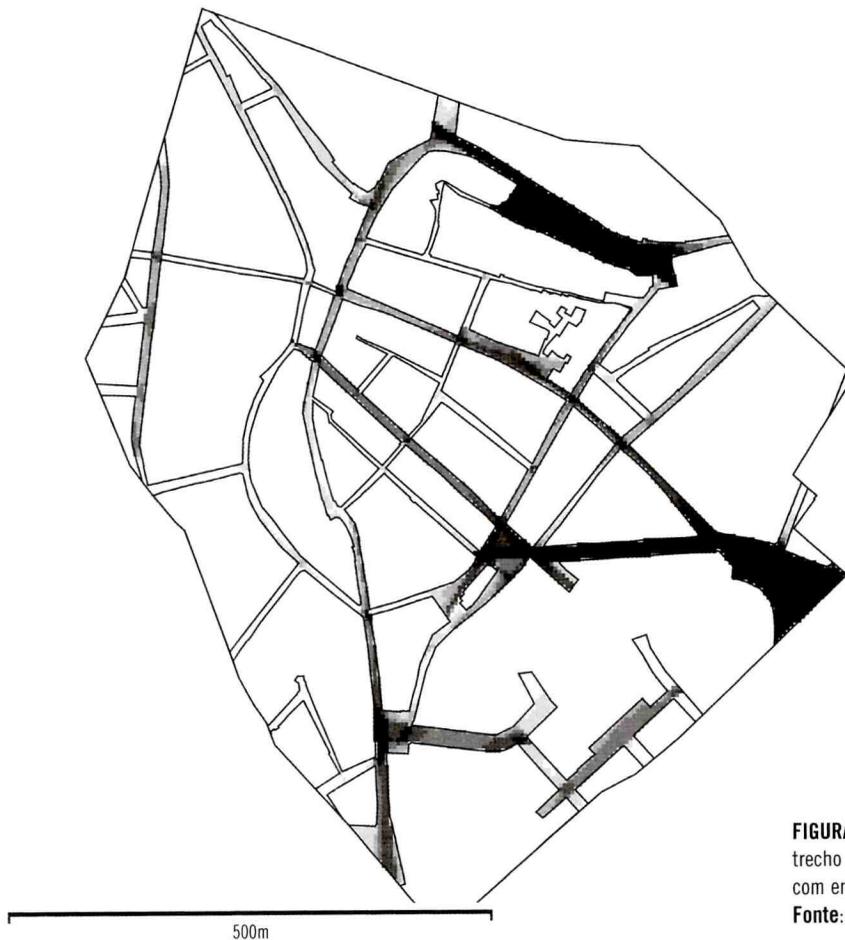


FIGURA 6 – Mapa de isovistas/visibilidade do trecho selecionado na área tombada de Olinda com entorno de 200 metros.
Fonte: Elaborado pelos autores.

No trecho selecionado em Olinda (200m), as áreas visualmente mais integradas são os largos e praças, enquanto as vias são as áreas menos integradas visualmente (Figura 6). Isso ocorre em função da sua largura e das suas formas curvas ou angulosas. Além disso, reforçam o desempenho topoceptivo (Kohlsdorf, 1996), uma vez que as áreas de maior integração visual coincidem com os largos e as praças que antecedem os edifícios proeminentes da cidade, como igrejas, palácios e instituições. Observando o trecho selecionado sem considerar o entorno, nota-se que as áreas mais integradas estão situadas ao longo da rua Prudente de Moraes, principalmente junto à praça João Alfredo, e na rua do Bonfim, onde também se concentram atividades como comércio e serviço.

Percebe-se, nos dois contextos, que as edificações religiosas estão dispostas nas áreas de maior visibilidade do perímetro selecionado. No caso de Brasília, o edifício religioso ganhou destaque através da localização, no principal eixo de acesso à superquadra. Já em Olinda, as igrejas ganham destaque pelos espaços abertos que são associados às edificações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação dos desenhos de malha viária ao longo da história urbana do Brasil revela traçados urbanos de diferentes composições, variando conforme os polos geométricos de regularidade e irregularidade. Embora globalmente perceba-se um padrão espacial semelhante, localmente, as cidades brasileiras guardam características peculiares, associadas às matrizes urbanas às quais se filiam. É simultaneamente o caso de Olinda e de Brasília: tombadas pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ambas possuem não apenas edifícios artística e historicamente relevantes, mas apresentam configurações espaciais que são ícones de uma época e de um modo de fazer cidade.

Longe de adotar ideias pré-concebidas sobre essas duas cidades, o presente ensaio pretendeu analisar a forma-espaço de cada uma delas, tentando compreender as mensagens intrínsecas a cada configuração, o que revela a articulação entre a forma construída e os modos de vida a ela associados. A arquitetura aqui foi interpretada como variável dependente e independente, ou seja, como artefato que interfere no meio ambiente e na sociedade a partir do momento em que produz efeitos algumas vezes não previstos. Essa perspectiva, com estudos crescentes na academia, tem comprovado a relação espaço e sociedade, e, mais do que isso, suscitado questionamentos sobre as diversas maneiras de fazer e transformar as cidades: que configurações favorecem determinados comportamentos? Que bons ou maus exemplos de arquitetura foram perdurados?

No Brasil, à medida que a ocupação do território foi interiorizada, os padrões de ocupação também foram se transformando e seguindo tradicionalmente as tendências “modernas” europeias ou norte-americanas. Os primeiros assentamentos, moldados à maneira portuguesa, possuíam características oriundas de um saber urbano referido como mediterrâneo. Progressivamente, essa forma de fazer cidade foi substituída, uma vez que

não mais era compatível com as transformações pelas quais a sociedade estava passando, incluindo cenários de estabilidade política e crescimento populacional. Por outro lado, a falta de sincronia entre as políticas de planejamento urbano e a materialização dos espaços legou às cidades contemporâneas alguns conflitos severos entre a forma-espço e os modos de vida, afetando a apropriação dos espaços públicos pelas pessoas.

Para desenvolvimento da análise, foram selecionados dois padrões urbanos distintos: um menos e outro mais regular, representados por Olinda e Brasília respectivamente. O primeiro, de origem colonial, contempla uma ilustração das cidades forjadas à maneira portuguesa, adaptadas às linhas do terreno; e o segundo, atual capital federal, ícone do desenho moderno funcionalista. Como se dá a apropriação do espaço, do ponto de vista configuracional, nos dois contextos? Que relações existem entre as atividades e os espaços que as abrigam?

Para responder às perguntas, a análise foi estruturada a partir da investigação das de variáveis vinculadas à sintaxe espacial (compacidade, integração, conectividade, inteligibilidade, sinergia e isovistas/visibilidade). A investigação auxiliou na compreensão de algumas potencialidades exploradas ou perdidas. As vias mais integradas nos dois sistemas (trechos residenciais em Olinda e Brasília) foram corretamente apropriadas por usos que dependem do movimento de pessoas — comércio e serviços. Em compensação, há uma robusta diferença na definição dos fluxos de pedestres e veículos. Enquanto, em Olinda o fluxo de pedestres coincide com o de veículos, uma vez que só há um caminho para ambos, em Brasília, há uma separação clara e intencional desses fluxos.

A apreensão visual propiciada nos dois espaços é bem diferente. Em Olinda, a visibilidade nos espaços públicos é mais restrita em função das ruas estreitas. Entretanto, outros aspectos favorecem a apreensão: a predominância de gabaritos baixos e o destaque apenas dos edifícios emblemáticos; a topografia acidentada que permite a visão panorâmica a partir dos pontos sobranceiros; e a implantação de edifícios proeminente em áreas altas.

Na superquadra, em Brasília, existe um contraste muito expressivo entre áreas de grande visibilidade e outras menos visíveis. As áreas concebidas para a convivência no interior da SQ (parques, quadras poliesportivas etc.) estão situadas em regiões de menor visibilidade, o que tende a causar esvaziamento. Além disso, muitos desses espaços estão voltados para fachadas cegas, o que favorece, ainda mais, a pouca utilização. Em Olinda, embora existam áreas menos visíveis, há um grande número de janelas e portas abrindo-se para o mesmo espaço — vias, praças, o que propicia maior sensação de segurança para os passantes.

Finalmente, não cabe aqui eleger uma ou outra configuração como modelo de urbanização: ambas guardam lições importantes a depender do desempenho que se pretende alcançar. O intuito deste ensaio, antes de tudo, foi elucidar como as organizações espaciais guardam relação com a apropriação feita pelas pessoas. O estudo fortalece pesquisas recorrentes da forma-espço, mas também contribui com o exercício de novas questões.

Percebe-se, do conjunto de dados investigados a despeito de seu foco exploratório, como aspectos referentes à forma e ao espaço das cidades interferem diretamente nas estratégias de apropriação dos espaços públicos por parte dos indivíduos. Acredita-se que um melhor aproveitamento das propriedades configuracionais, tanto para a concentração quanto para a dispersão de indivíduos, poderia gerar uma melhor sincronia entre os usos e os movimentos nos assentamentos urbanos brasileiros.

REFERÊNCIAS

- HILLIER, B.; HANSON, J. *The social logic of space*. Cambridge: CUP, 1984.
- HILLIER, B. *Space is the machine*. Cambridge: CUP, 1996.
- HOLANDA, F. *O espaço de exceção*. Brasília: UnB, 2002.
- HOLANDA, F. (Org.). *Arquitetura & urbanidade*. São Paulo: ProEditores, 2003.
- HOLANDA, F. *Brasília: cidade moderna cidade eterna*. Brasília: UnB, 2010.
- KOHLSDORF, M. *A apreensão da forma da cidade*. Brasília: UnB, 1996.
- MEDEIROS, V. *Urbis Brasiliae, ou sobre cidades do Brasil*. 2006. Dissertação (Mestrado) — Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

RESUMO

A pesquisa explora a abordagem configuracional, baseando-se nas estratégias de leitura e de representação do espaço associadas à teoria da lógica social do espaço (sintaxe espacial). A investigação confronta padrões espaciais de duas cidades que demarcam etapas diferentes da concepção urbana impressa no Brasil: Olinda e Brasília. A primeira, de origem colonial, representa as cidades forjadas à maneira portuguesa, adaptadas às características geomórficas do sítio de implantação; e a segunda, capital federal, ícone do desenho moderno funcionalista. Por meio da interpretação de algumas variáveis — compacidade, integração, conectividade, inteligibilidade, sinergia e isovistas/visibilidade, pretende-se responder a duas questões de pesquisa: como se dá a apropriação do espaço, do ponto de vista configuracional, nos dois contextos e que relações existem entre as atividades e os espaços que as abrigam?

PALAVRAS-CHAVE: Brasília. Configuração espacial. Forma-espaço. Olinda. Padrões espaciais.

THE REGULARITY OF URBAN PATTERNS: SPATIAL SYNTAX AS A STRATEGY FOR READING OF OLINDA AND BRASÍLIA, BRAZIL

ABSTRACT

This research investigates the configurational approach based on the theory of social logic of Space (Space Syntax), exploring the performance of public spaces in two Brazilian scenarios — Olinda and Brasília —, which highlights the urban knowledge developed in the country. The former, of from colonial origin, represents the settlements associated with Portuguese savoir faire (urban grid adapted to the natural features); and the latter, the Federal Capital, is an icon of the functionalist modern design. By means of the selected variables — compactness, integration, connectivity, intelligibility, synergy and isovists —, the aim is to answer two research questions: how does space appropriation occur in the two contexts and which relationships are identified between the activities and the spaces that shelter them?

KEYWORDS: Brasília. Spatial configuration. Form-space. Olinda. Spatial patterns.

A RUA E A SOCIEDADE CAPSULAR | Gabriel Schvarsberg

Pesquisador | Universidade Federal da Bahia | Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo | Laboratório Urbano | R. Caetano Moura, 121,
Federação, Salvador, BA, Brasil | *E-mail: gabrielsberg@gmail.com*

| Recebido em 17/4/2012, reapresentado em 18/5/2012 e aceito para publicação em 29/5/2012

A RUA E A SOCIEDADE CAPSULAR

A EXPERIÊNCIA DA RUA NA ATUALIDADE

Que papel ocupa a rua em meio ao campo de forças que configuram a cidade contemporânea? Se pensada como experiência de heterogeneidade, não apenas das formas que a constituem, mas sobretudo dos usos que a povoam, a experiência da rua é ainda possível e desejada nos dias de hoje ou estaria em vias de se perder? Assistimos atualmente a um conjunto de processos que parecem ir de encontro a essa experiência, com a proliferação de uma cidade de muros, de loteamentos e conjuntos habitacionais segundo o modelo do condomínio fechado, ou, ainda, com o predomínio de uma estética do invólucro (de vidro reflexivo, concreto, aço ou granito) ensimesmado e protegido do exterior, recorrente na produção arquitetônica comercial e residencial. O fluxo midiático de informações e imagens bem como as narrativas jornalísticas mais consumidas parecem também não contribuir para uma resposta positiva a essa questão. Para completar o quadro, o crescimento exponencial da frota automotiva, cuja consequência visível é a ocupação avassaladora de todo e qualquer espaço livre entre elementos fixos do espaço, induz e é induzido por um modelo de mobilidade e urbanização rodoviária, na contramão dos novos paradigmas urbanos e ecológicos que visam à qualidade da vida coletiva.

Ainda assim, se nos desconectamos das telas, se escapamos aos muros e barreiras de vidro ou saímos das cápsulas de transporte e caminhamos nos centros e ruas comerciais tradicionais, nos bairros centrais ou periféricos consolidados, ou em vielas e becos de fave-

las e outras formas de assentamentos autoconstruídos, possivelmente a experiência da rua ainda poderá ser sentida em toda sua vivacidade. Existe, nessas circunstâncias, o que poderíamos chamar de um “estado de rua”: uma espécie de âmbito público mais próximo do cotidiano e do informal do que a ideia de “esfera pública”, que carrega um significado mais cívico e formal. Esse estado de rua possui uma dimensão política na qual as relações humanas nos espaços das ruas e com eles estariam mediadas não tanto por dispositivos de controle¹ provenientes de instâncias “superiores” (*top-bottom*) — operados pelo Estado ou pelo capital privado —, mas por uma política própria da rua, capaz de se auto-organizar em seus conflitos e disputas por espaço e por significados comuns. O estado de rua seria tanto a atmosfera gerada no próprio ato dessas negociações quanto o resultado provisório — mas capaz de perdurar —, dessa política da rua, que ancora nesses espaços uma teia invisível de acordos tácitos e laços de solidariedade.

Esse tipo de situação, no entanto, parece perder espaço seja nas novas expansões urbanas — “a cidade dos muros” —, seja nos projetos de renovação urbana — a cidade “museificada” ou “pacificada”. Pode-se constatar, dessa forma, que estados de rua não apenas são negados e evitados pelo planejamento das novas zonas de expansão do tecido urbano como têm sido reduzidos pelas remodelações de áreas consolidadas. São produzidas cada vez menos *ruas* e mais *vias*, que, ao contrário do espaço humano e político defendido aqui, servem aos fluxos homogêneos da aceleração contemporânea, levando direta ou indiretamente à redução da urbanidade nos espaços públicos, especialmente naqueles onde predomina o movimento.

Este artigo coloca em tensão essas duas dimensões da experiência urbana contemporânea — a experiência da rua e a experiência que chamaremos de “capsular” —, que mais do que polaridades antagônicas, apresentam-se superpostas, embaralhadas em variações de intensidades a depender de como cada sujeito urbano elabora seu modo de vida em suas trajetórias cotidianas, sobretudo nos modos como se sujeita aos padrões ditados pelos paradigmas financeiros ou escapa de suas determinações. Como pano de fundo, há a intenção de que o mergulho nesses paradoxos possa contribuir também para a construção de ferramentas críticas e políticas alternativas aos processos hegemônicos de produção do espaço urbano.

ARQUITETURA CAPSULAR E CIDADE GENÉRICA: ORIGENS UTÓPICAS?

O filósofo belga Caeter (2004) chama de *civilização capsular* esse modo de vida que ganha força nas sociedades urbanas e metropolitanas contemporâneas. A civilização capsular seria o resultado de uma nova geopolítica dos territórios e relações de poder no atual estágio do processo de globalização. O primeiro mundo deixa de ser entendido como um território relativamente homogêneo, ao norte, para caracterizar-se sob a forma de enclaves de riqueza que, em seu conjunto, formam um arquipélago de fortalezas e zonas controladas, conectadas por um conjunto de linhas de comunicação e de transporte. Essa configuração pode ser visualizada na escala global, onde se vê cidades-nodais

do circuito financeiro internacional espalhadas por todo o globo, ou setores urbanos que parecem estar mais conectados a esse circuito global do que à própria cidade onde estão inseridos. Entretanto, pode também ser visualizada na escala local, onde um conjunto de objetos arquitetônicos implantados no tecido urbano, sem qualquer preocupação contextual e protegidos hermeticamente de seu exterior, forma o arquipélago que abriga um conjunto de dinâmicas “urbanas” de acesso restrito, cujo passe de entrada é o poder de consumo de seus usuários².

Cauter (2004) encontra, curiosamente, indícios desse fenômeno nas ideias arquitetônicas de grupos utópicos dos anos 1960 e 1970, entre eles os metabolistas japoneses e os arquitetos ingleses do Archigram³. Apesar de a cápsula estar presente em várias das propostas dos dois grupos, Cauter encontra num texto chamado “*Capsule declaration*” publicado em 1969 pelo arquiteto Kurokawa, um dos metabolistas, uma intrigante defesa conceitual da “cápsula” com um sentido que encontra forte reverberação nas questões do presente. O arquiteto defendia a cápsula como modelo da arquitetura do futuro, quando ‘o homem, a máquina e o espaço constroem um novo corpo orgânico que *transcende a confrontação* [...] que cria *um ambiente voltado para si mesmo* [...] um artefato que se tornou um espaço vivo em si mesmo’ (Cauter, 2004, p.65, tradução e grifo meu). Vale notar que transcender a confrontação e criar ambientes voltados para si mesmos estão entre as principais ideias subjacentes às imagens e aos discursos largamente utilizados nas estratégias de venda dos novos espaços de habitação e consumo, bem como de automóveis repletos de acessórios, cuja finalidade parece ser, direta ou indiretamente, o isolamento do indivíduo da cidade e do contato com o “outro”, com a diferença.

Não se pode perder de vista o contexto em que se inscrevem essas ideias⁴, no entanto, Cauter tenta demonstrar o caráter profético dessa declaração mais no âmbito do desdobramento de seus significados do que em suas formalizações futuristas. Entre os sentidos mais fortes estava a ideia de uma arquitetura capsular como extensão do corpo. Não se trata portanto do corpo-ciborgue, da tecnologia no corpo, mas da tecnologia envolvendo o corpo: a casa tornada dispositivo móvel (o *trailer* foi a materialização mais emblemática dessa ideia) e o dispositivo móvel que se torna casa (o automóvel como um cômodo repleto de conforto). Com isso, esses arquitetos imaginavam a transição de uma sociedade sedentária para uma sociedade de mobilidade sem limites: “a cápsula liberta o edifício de seus laços com o chão e abre espaço para uma arquitetura em movimento [...]. A capsula seria a habitação do *homo movens*” (Cauter, 2004, p.65, tradução minha).

Não há dúvida de que tais proposições radicais eram movidas por um forte conteúdo crítico, direcionado especialmente à rigidez do urbanismo funcionalista dos Congressos Internacionais de Arquitetura Moderna (CIAM), que ocorreram de 1928 a 1956, contra o qual a resposta parecia apoiar-se nas possibilidades que os avanços tecnológicos poderiam proporcionar à sociedade em termos de liberdade individual, no sentido de uma ampliação da mobilidade e das formas de comunicação. No entanto, essas propos-

tas já vinham também carregadas de um aumento do individualismo e do esvaziamento da esfera pública, mesmo que isso acontecesse pela ausência completa de uma posição crítica⁵. Com ou sem intenção, os arquitetos do Archigram e os metabolistas esboçavam as características de uma arquitetura que se coloca hoje como aliada dos processos de acumulação e da circulação acelerada do capital financeiro sobre as cidades.

Cauter (2004, p.79, tradução minha) aponta a conexão que pode ser feita dessas ideias com a apologia (não se sabe até que ponto crítica) que Rem Koolhaas faz à cidade genérica — a cidade que se apresenta como consequência passiva e sem resistência aos processos capitalistas sobre o espaço e os modos de vida urbanos —, na qual ‘a condição de estar constantemente em trânsito torna-se universal’. Com efeito, na cidade genérica, passa-se a maior parte do tempo em cápsulas de transporte: trens, ônibus, metrô, e, acima de tudo, carros e aviões. Tal sintoma parece indicar que “quanto maior a velocidade buscada para a circulação física e informacional, maior a necessidade humana de cápsulas” (Cauter, 2004, p.79, tradução minha). Nessa direção, em que a mobilidade está associada a uma dependência cada vez maior das tecnologias de transporte para vencer as distâncias impostas pelas determinações de mercado sobre a superfície da cidade, surge a contraditória condição de um falso nomadismo. Acabamos nos tornando “nômades sedentários”, pois, como indica o autor, quanto maior a mobilidade nesses termos, mais capsular torna-se nosso comportamento.

A vida numa sociedade cada vez mais capsular, cujo reflexo urbano seria uma cidade cada vez mais genérica, passa então a ser mediada por variados tipos de cápsulas: cápsulas de transporte, das edificações enclausuradas, chegando ao *shopping center*, aos parques temáticos e aos condomínios murados, e também pelas cápsulas virtuais, ou microcápsulas, como as telas da televisão, do computador, do aparelho celular e toda uma variedade de *gadgets* eletrônicos.

A FACE INVISÍVEL: TEMPO REAL, ESPETÁCULO E INDIVIDUALIZAÇÃO

Virilio (1993, p.19) atribui a essa mediação, cada vez maior, de dispositivos técnicos sobre a experiência urbana a responsabilidade pela formação de um novo regime de temporalidade, uma temporalidade “trans-histórica”, em que o “tempo real” se sobrepõe ao tempo histórico. Trata-se, segundo ele, de uma crise generalizada das referências — éticas e estéticas —, revertida na “incapacidade de avaliar os acontecimentos em um meio em que as aparências estão contra nós”. A interface das telas converte-se, assim, no local, na encruzilhada por onde todos os fluxos de comunicação de massa conferem hegemonia à ideologia do real.

A consequência desse processo é explicada por Virilio (1993, p.18, grifo do autor):

O desequilíbrio crescente entre a informação direta e a informação indireta, fruto do desenvolvimento de diversos meios de comunicação, tende a privilegiar indiscriminadamente toda informação mediatizada em detrimento da informação dos sentidos, fazendo com que *o efeito do real pareça suplantar a realidade imediata*.

Nesse contexto cada vez mais mediatizado por um “tempo real” imposto mais do que vivido, as cápsulas passam a funcionar como mecanismos de simulação: elas tentam emular uma esfera pública (Cauter, 2004). O átrio pós-moderno, sob a forma de uma praça selada no interior de um edifício e das “praças” de alimentação dos *shoppings*, seria seu principal exemplo.

A proliferação desses processos urbanos vem acompanhada de dois grandes processos de subjetivação coletiva (Guattari, 1992), que são também complementares: a “ecologia do medo” e a “ecologia da fantasia”, ambas, envolvidas numa “hiper-realidade” espetacularizada, e que conjuntamente, promovem a constituição de “psicoesferas” artificiais, nas quais a vida cotidiana passa a ser cada vez mais reprimida⁶. A cápsula passa a agir então como um “aspirador” sobre a vida urbana, sugando dela toda a vida cotidiana, onde ficam do lado de fora a pobreza, o crime e toda a espontaneidade não planejada (Cauter, 2004, p. 46, tradução minha). Com isso, ao mesmo tempo em que se elimina a esfera pública, também se promove um “encasulamento” do próprio indivíduo, que se reflete numa atomização generalizada da sociedade.

É possível associar esses processos coletivos de subjetivação ao que Sennett (1998, p.17) definiu como “o declínio do homem público”, um processo social enraizado historicamente, em que pouco a pouco as preocupações com questões públicas e com o outro deixam de ter importância, e, com isso, laços que não sejam familiares ou de amizade deixam de existir. Isso acontece ao mesmo tempo em que se opera uma interiorização das preocupações humanas, cuja origem estaria na crescente importância da psicologia na vida burguesa. “Multidões de pessoas estão agora preocupadas, mais do que nunca, apenas com as histórias de suas próprias vidas e com suas emoções particulares”. Com isso, as relações coletivas passam a realizar-se preponderantemente em termos de expressão psicológica, de sentimentos e necessidades interiores, ou seja, o universo privado torna-se a própria linguagem de comunicação pública.

Nas diferentes graduações e escalas de capsularização, em que as variadas facetas descritas até aqui parecem se retroalimentar, o que está em jogo parece ser o próprio encontro com a alteridade, com o desconhecido: aquilo que, paradoxalmente, poderia ser considerado uma das principais características da condição urbana. A importância desses encontros, não apenas para a cidade, mas para o próprio desenvolvimento do ser humano, é muito bem defendida por Sennett (1998, p.360):

Aquilo que se perde [...] é a ideia de que as pessoas só podem crescer através de processos de encontro com o desconhecido. Coisas e pessoas estranhas podem perturbar ideias familiares e verdades estabelecidas; o terreno não familiar tem uma função positiva na vida de um ser humano. Essa função é a de acostumar o ser humano a correr riscos. O amor pelo gueto, especialmente o gueto de classe média, tira da pessoa a chance de enriquecer as suas percepções, a sua experiência, e de aprender a mais valiosa de todas as lições humanas: a habilidade para colocar em questão as condições já estabelecidas de sua vida.

O REVIDE DA CIDADE: USOS OPACOS EM ESPAÇOS LUMINOSOS E FLEXIBILIDADE TROPICAL

Se é possível falar de espaços urbanos no Brasil visivelmente favoráveis ao encapsulamento, pensaríamos, sobretudo, nos vetores de expansão das cidades, com paisagens dominadas por grandes empreendimentos imobiliários, centros empresariais e de consumo onde, segundo Cauter (2004), ocorre um processo de “desdramatização”, uma perda de dramaticidade operada pelo espraiamento urbano e pela proliferação de vias expressas intraurbanas. São zonas que a geógrafa Ana Fani Carlos chama de “espaços amnésicos” — “reflexos na morfologia urbana do processo de aceleração do tempo, um tempo efêmero, produto da nova racionalidade imposta por profundas mudanças nos processos de acumulação” (Carlos, 2007, p.13). Essas zonas poderiam ser associadas ainda ao que Santos (2008, p.73) chama de “espaços luminosos”, produzidos pela aliança entre capital e Estado⁷ para dar vazão à aceleração contemporânea: um espaço minoritário em extensão, mas que subordina à sua lógica rígida todo o restante da cidade, “mudando a seu talante a distribuição das atividades e dos homens, assim como seus ritmos”.

Santos (2008, p.74), entretanto, também nos ajuda a pensar a própria cidade existente como aliada da ação social na resistência às pressões dos processos de acumulação, justamente através de seu meio ambiente construído, herança de períodos variados, “retrato da diversidade de classes sociais, das diferenças de renda e dos modelos culturais”. O geógrafo chama essas configurações de “rugosidades” dos espaços urbanos, elementos capazes de resistir à ação da aceleração contemporânea, que pede passagem pelos espaços-tempos da cidade. A cidade abrigaria então, além dos espaços luminosos, esses espaços cheios de rugosidades, os *espaços opacos*, onde a racionalidade técnico-científica encontra dificuldade de penetrar, onde os tempos são mais lentos e, por isso mesmo, capazes de abrigar atividades alternativas às forças dominantes. “É nesses espaços constituídos por formas não atualizadas que a economia não hegemônica e as classes sociais hegemônicas encontram as condições de sobrevivência”.

Nesses espaços de maior plasticidade, que diferem da rigidez dos espaços da aceleração, opera-se o que Santos (2008) chama de uma “flexibilidade tropical”: característica comum às ações que escapam ao modelo técnico-científico, geralmente associadas a questões de sobrevivência e responsáveis, em grande medida, por atenuar o tamanho da crise das grandes cidades.

No âmbito dos processos urbanos problematizados até aqui, mais importante do que aprofundar diferenciações seria pensar as porosidades existentes entre espaços opacos e luminosos, certas passagens de um a outro — que envolveriam também a coexistência entre a experiência da rua e a experiência capsular —, e como a flexibilidade tropical se infiltra aí, povoando essas porosidades, especialmente através do movimento no espaço cotidiano das ruas.

Sob esse enfoque, o atual contexto desenvolvimentista do País converte-se em uma via de mão-dupla. Por um lado, a luminosidade, a “iluminação” estatal ou o desejo de

luminosidade parecem penetrar no que se via há 20 anos (época em que Santos desenvolve esses conceitos) como uma densa opacidade — pensemos nas favelas, bairros populares periféricos ou ainda algumas zonas dos centros tradicionais. Por outro lado, áreas de concentração de renda — centros e subcentros comerciais, financeiros, bairros de classe-média e alta —, atraem cada vez mais trajetórias de variadas proveniências em busca desse capital. Com isso, os espaços luminosos passam a ser “embaçados” por práticas indesejadas. A velocidade de seus fluxos de capital, de mobilidade e de comunicação começa a ser desacelerada pela interferência de tempos mais lentos. Mesmo nos espaços onde uma remodelação promovida por processos de capsularização é mais evidente, encontram-se práticas flexíveis e opacas, que ali infiltradas possuem a capacidade de instaurar estados de rua, mesmo que efêmeros. São momentos em que a homogeneidade de práticas sociais que dominam tais espaços é interrompida pela presença de “outros”, como moradores de rua, vendedores ambulantes ou catadores de material reciclável. Tais práticas evitam a funcionalização completa da rua para a circulação motorizada, e, por vezes, seu completo esvaziamento humano, suscitando conflitos pela ocupação do espaço, bem como a formação de relações de informalidade e solidariedade.

Resulta desse processo a dificuldade de categorizar nas cidades brasileiras espaços segundo uma única lógica. Há uma impureza flutuante que impede a homogeneização completa dos territórios, preenchendo os espaços luminosos com opacidades, mas também os opacos com feixes de iluminação, através de justaposições complexas de fluxos objetivos e subjetivos que convertem determinados espaços urbanos em verdadeiras “zonas de indistinção” (Deleuze & Guattari, 1992). Entretanto, é importante que se ressalte que essa impureza não é de modo algum um elemento novo: ao contrário, seria antes um elemento historicamente presente nos processos de produção de espaços e de cidades tão mestiços quanto a sociedade que os constrói.

A chamada viração — uma arte de se virar —, de comércios informais, reciclagem, moradia, jogos, biscates, enfim, uma multiplicidade de práticas ambulantes nas ruas tem sido alvo de processos de marginalização ou mesmo de criminalização. Moradores de rua e camelôs, por exemplo, vêm sendo sistematicamente retirados de zonas centrais que passam por processos de renovação para atração do capital privado. No entanto, a despeito de projetos e ações que visam criar ruas assépticas e voltadas para a circulação do dinheiro e dos grupos que o possuem, estas práticas flexíveis continuam a inventar modos de existir, sendo responsáveis em grande parte por manter estados de rua repletos de cotidianidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A noção de sociedade capsular e seu desenvolvimento conceitual pelo filósofo Lieven de Cauter fornecem elementos críticos que contribuem para a análise e explicitação de processos e tendências que se fazem cada vez mais presentes no modo hegemônico de desenvolvimento e expansão atual das cidades brasileiras. Essas tendências pare-

cem incluir um processo de negação da rua, seja no campo do imaginário, por meio da produção midiática de uma cultura do medo, seja no âmbito cívico-social, como consequência de um declínio histórico das preocupações coletivas e públicas, ou ainda na própria produção do espaço urbano, pela proliferação de espaços amnésicos e genéricos que promovem a valorização da aceleração e a fragmentação da escala humana, desfavorecendo a experiência da rua na mesma proporção em que estimulam processos de capsularização sob variadas formas de expressão.

Identificar em que medida podem ser encontrados nas cidades brasileiras reflexos desse que, seria um fenômeno global — fortemente implicado nas redes mundializadas financeiras e culturais e na sua influência nos processos urbanos —, pode contribuir para enriquecer o discurso crítico e as proposições propriamente urbanísticas que não se coadunam com os modelos de gestão e planejamento que vêm sendo implementados (ou impostos) nesse período de afluência em que o crescimento das cidades adquire protagonismo na política econômica nacional.

Outra dimensão desta análise aponta para o problema de que as tensões entre capsularização e encontro com a alteridade na cidade, e, mais particularmente, na rua, extrapolam a materialidade do espaço urbano, acontecendo, talvez de modo ainda mais intenso, no campo da economia dos desejos, ou dos chamados processos de subjetivação. Uma tendência simples seria associar essas polaridades a uma questão de classes, segundo o modo como pobres e ricos elaboram suas relações com o espaço urbano, mas talvez essa seja uma armadilha reducionista e pouco produtora. As cidades seriam, como diria Guattari, grandes máquinas produtoras de subjetividades, onde sujeitos dos mais variados estratos sociais são atravessados pelos mesmos grandes fluxos culturais, semióticos e econômicos, importando como se articulam a esses processos, realizando suas demarcações cognitivas, posicionando-se em relação a seus afetos, angústias e necessidades, na construção de sua própria cartografia existencial.

Um dos grandes desafios políticos que se apresentam ao campo da arquitetura e do urbanismo hoje reside, portanto, na capacidade de formulação de estratégias ou táticas de ação que produzam transformações nos territórios tanto em seus aspectos espaciais quanto no campo dos desejos e imaginários de seus habitantes, através da produção crítica, das renovadas formas de ativismo urbano, ou das experimentações em processos alternativos de planejamento e projeto que mobilizem de modo horizontal e efetivo a multiplicidade dissensual do campo social.

A ideia de flexibilidade tropical contribui para a percepção de que existe um elemento presente na cultura urbana brasileira que muitas vezes faz fracassar, ou ao menos retardar os efeitos de grandes projetos e empreendimentos reestruturadores do território promovidos por forças hegemônicas que, entre outras consequências nocivas, constituem-se como indutores de capsularização da vida. Seria essa flexibilidade, característica da cultura das ruas brasileiras, dotada de uma potência de criação e de

desvio dos dispositivos dominantes, o elemento que dá forças para que a experiência da rua mantenha-se ainda na disputa dos territórios, espaços e processos de subjetivação nas cidades? Ou ainda: residiria na flexibilidade tropical uma possível linha de fuga ao devir capsular de nossa sociedade?

No contexto da complexidade dos processos urbanos contemporâneos, em que as polaridades se desfazem, e as zonas de indistinção se proliferam, investigar essas questões pode converter-se também em um convite à incorporação dessa mesma flexibilidade tropical aos procedimentos da ação crítica e política voltada para a construção de caminhos alternativos de pensamento, prática e de resistência na cidade.

NOTAS

1. Agamben (2009, p.40) propõe uma definição simples da ideia de dispositivo: "dispositivo é tudo que tem a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes".
2. Nesse sentido, o festejado crescimento da chamada classe C no Brasil deve ser acompanhado de perto para se verificar se a inserção econômica de setores sociais antes excluídos do crédito e do poder de consumo virá acompanhada de uma capsularização de seus modos de vida.
3. Mesmo com a distância geográfica (Londres e Tóquio), esses dois grupos formados por jovens arquitetos surgiram quase na mesma época e tinham preocupações e visões muito similares, sendo considerados expoentes da chamada corrente das "megaestruturas". Suas propostas caracterizavam-se por projetos utópicos, baseados em alta tecnologia e na produção industrial, visando responder à escala e à complexidade da cidade. Para um panorama sobre a produção dos Metabolistas, confira Mauro, [2011?]; para um panorama sobre a produção do grupo Archigram, confira Vilaça, [2011?].
4. Contexto em que os avanços tecnológicos da cibernética e da corrida espacial impregnaram os imaginários da época de visões futuristas. A própria cápsula espacial foi uma influência decisiva nas ideias desses grupos.
5. Quase na mesma época, mas com alguns anos de antecedência, outro grupo considerado de vanguarda, os situacionistas, colocavam-se justamente críticos à culturalização da mercadoria e do urbanismo enquanto ideologia capitalista, que situavam os habitantes das cidades como meros espectadores da vida convertida em espetáculo. Os situacionistas propunham, ao contrário, uma retomada dos espaços públicos pela criação de situações como forma de desalienação coletiva ante a espetacularização da vida (Jacques, 2003). Um dos situacionistas, o holandês Constant, também desenvolveu o projeto utópico de uma cidade, chamada de *New Babylon*, que não seria um salto natural das relações culturais de sua época proporcionado pela tecnologia, mas da instrumentalização da tecnologia para um rompimento revolucionário da vida com a cultura consumista, passiva, individualista e espetacular.
6. Os termos "ecology of fear", "ecology of fantasy" e "hyperreality" (traduzidos aqui como ecologia do medo, ecologia da fantasia e hiper-realidade) foram cunhados, respectivamente, por Mike Davis, Margareth Crawford e Jean Baudrillard (Cauter, 2004). O termo "psicoesfera" foi proposto por Santos (2006).
7. "O Estado é chamado a adequar o meio ambiente construído para possibilitar a ação global das forças mundializadoras do mercado. Nessas condições, o neoliberalismo não se aplica aos objetos, mas apenas às ações que os objetos inovadores tornam mais fluidas e certeiras" (Santos, 2008, p.74).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. *O que é o contemporâneo?: e outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- CARLOS, A.F.A. *O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade*. São Paulo: Labur, 2007.
- CAUTER, L. *The capsular civilization: on the city in the age of fear*. Rotterdam: NAI, 2004.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. *O que é a filosofia?* São Paulo: Editora 34, 1992.
- GUATTARI, F. *Caosmose: um novo paradigma estético*. São Paulo: Editora 34, 1992.
- JACQUES, P.B. (Org.). *Apologia da deriva: escritos situacionistas sobre a cidade*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.
- MAURO, D. 1960. Japão. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, [2011?]. Disponível em: <www.cronologiadourbanismo.ufba.br>. Acesso em: 18 maio 2012.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4.ed. São Paulo: USP, 2006.
- SANTOS, M. *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional*. 5.ed. São Paulo: USP, 2008.
- SENNETT, R. *O declínio do homem público: as tiranias da intimidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VILAÇA, Í. 1964, Reino Unido. *Cronologia do Pensamento Urbanístico*, [2011?]. Disponível em: <www.cronologiadourbanismo.ufba.br>. Acesso em: 18 maio 2012.
- VIRILIO, P. *O espaço crítico, e as perspectivas do tempo real*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993.

RESUMO

O presente artigo aborda duas experiências urbanas que atualmente disputam espaço no território físico e existencial das cidades brasileiras: a experiência da rua e a experiência capsular, pensada a partir do conceito de “civilização capsular”, proposto pelo filósofo belga Lieven de Cauter. Essas experiências, entretanto, apresentam-se menos como polaridades antagônicas do que superpostas, embaralhadas em variações de intensidades a depender de como cada sujeito urbano elabora seu modo de vida em suas trajetórias cotidianas, sobretudo nos modos como se sujeita aos padrões ditados pelos paradigmas financeiros ou escapa de suas determinações. Como pano de fundo, há a intenção de que o mergulho nesses paradoxos possa contribuir também para a construção de ferramentas críticas e políticas alternativas aos processos hegemônicos de produção do espaço urbano.

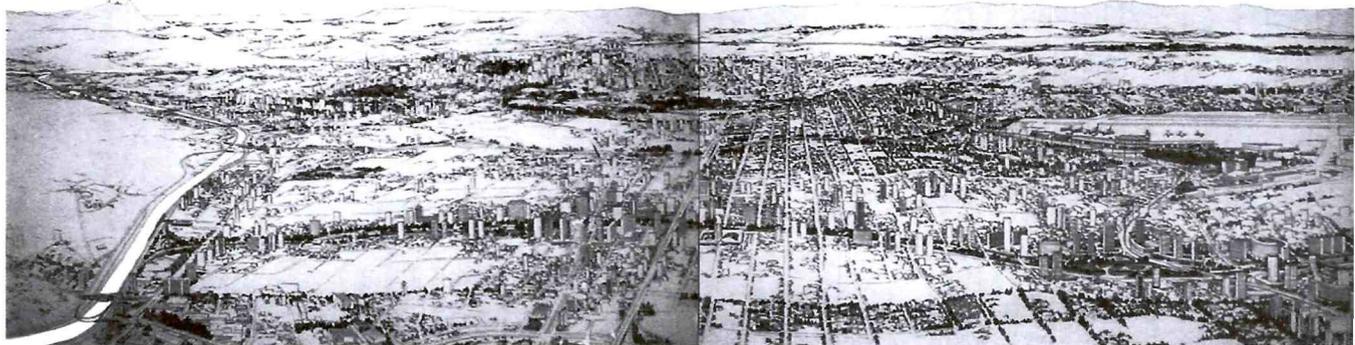
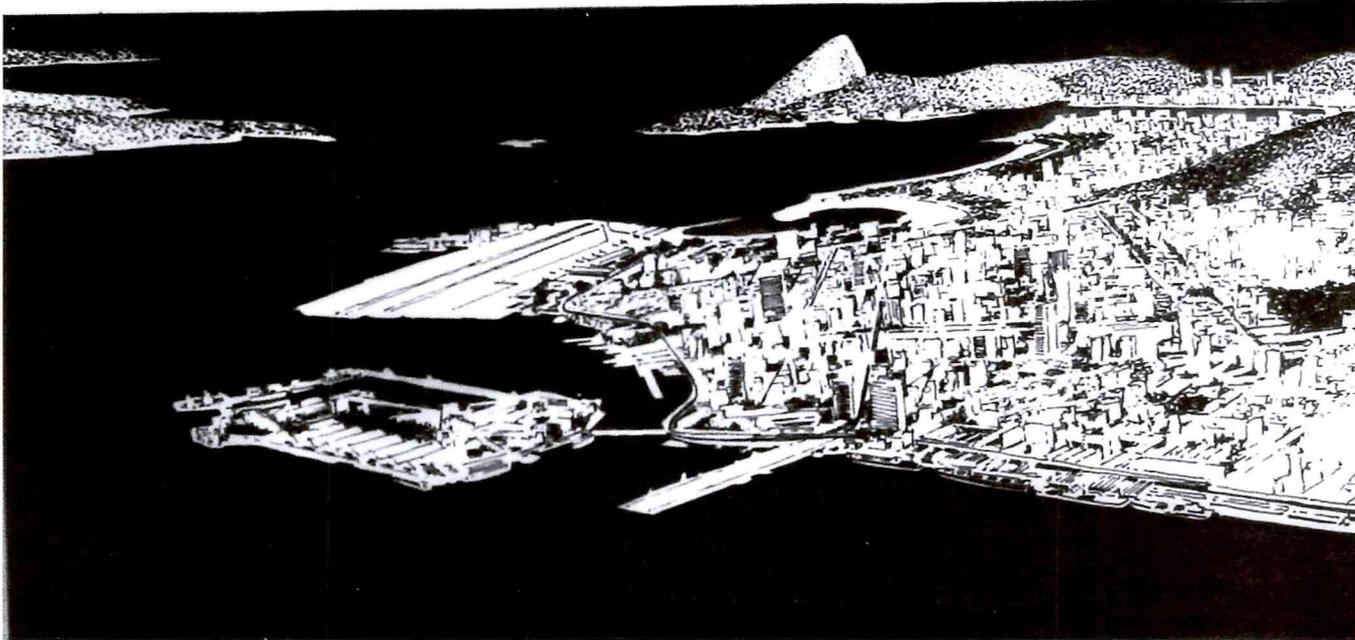
PALAVRAS-CHAVE: Cotidiano. Cultura urbana. Rua. Sociedade capsular.

*THE STREET AND THE CAPSULAR SOCIETY***ABSTRACT**

The article discusses two urban experiences that currently dispute space in the physical and existential territory of Brazilian cities: the experience of the street and the capsular experience, from the “capsular civilization” concept proposed by the Belgian philosopher Lieven de Cauter. These experiences, however, appear less as antagonistic polarities than overlapped,

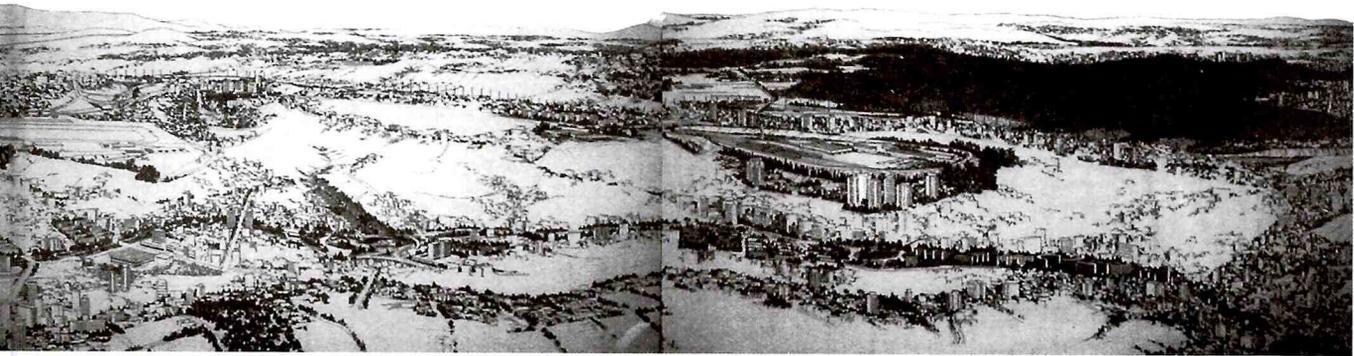
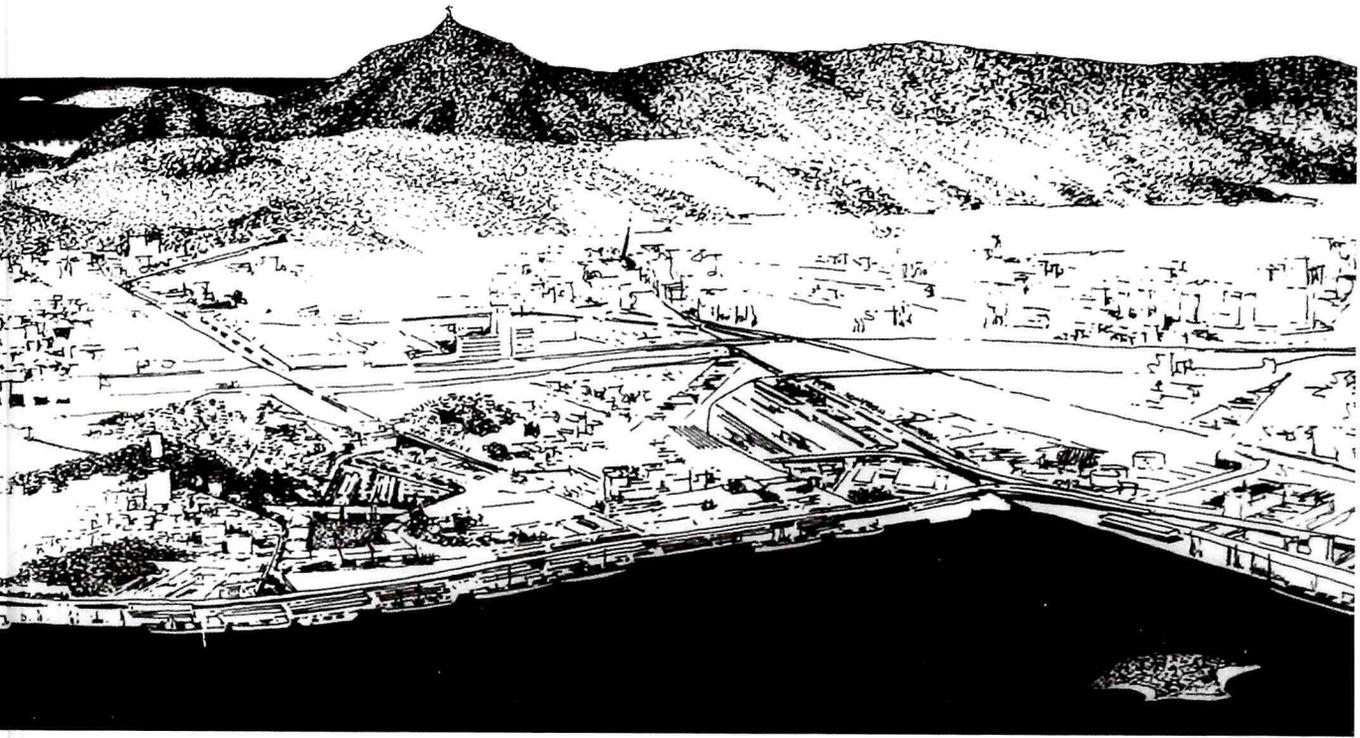
shuffled into an intensity of variations depending on how each subject builds its urban lifestyle in their everyday trajectories, especially on how the subject accepts the standards dictated by the paradigms of financial capital or escapes from its determinations. As a background there is the intention that an immersion in these paradoxes may also contribute to the construction of critical tools and alternative politics to the hegemonic processes of production of urban space.

KEYWORDS: *Everyday life. Urban culture. Street. Capsular society.*



Desenho de Ricardo Guerra Flores (2xA3) para o projeto de Requalificação urbana para o Porto do Rio de Janeiro de Jonathas Magalhães, Magno T. Inoue e Vera Tângari, 2008.

Desenho de Ricardo Guerra Flores (4xA2) para o Projeto EMURB de Requalificação urbana de Águas Espreiadas em São Paulo, 1989.



ÍNDICE DE AUTORES

OCULUM ENSAIOS 15 | Janeiro_Junho 2012

B	
BEZERRA, Maria do Carmo de Lima	100
C	
CARVALHO, Aline Werneck Barbosa de	88
CARVALHO, Nathália Moreira	18
D	
DUARTE, Cristiane Rose	18
G	
GASPAR, Ricardo Carlos	108
K	
KAPP, Silke	30
L	
LEONELLI, Gisela Cunha Viana	42
M	
MOREIRA, Tomás Antonio	42
N	
NETO, Paulo Nascimento	42
O	
OSPINA, Adriana Marcela Sánchez	58
R	
REIS, Luiz Fernando	88
RESCHILIAN, Paulo Romano	76
RIBAS, Otto	100
RODRIGUES, Angela Rosch	66
S	
SOMEKH, Nadia	108
STEPHAN, Italo Itamar Caixeiro	88
U	
UEHARA, Agnes Yuri	76

OCULUM ENSAIOS 16 | Julho_Dezembro 2012

A	
ALMEIDA, Reginaldo Magalhães de	38
B	
BARROS, Alice de Almeida	96
C	
CAMPOS, Valéria Nagy de Oliveira	64
CATTANI, Airton	116
E	
EIGENHEER, Daniela Maria	18
F	
FERRÃO, André Munhoz de Argollo	48
M	
MARTINS, Marcele Salles	102
MEDEIROS, Valério Augusto Soares de	124
MONTEIRO, Verônica Stefanichen	82
MOTA, Alexandre de Assis	82
MOTA, Lia Toledo Moreira	82
O	
OLIVEIRA, Fernando Vicente de	48
P	
PEZZUTO, Cláudia Cotrim	82
R	
RIBEIRO, Manuela Souza	124
S	
SAUGO, Andréia	102
SCHVARBERG, Gabriel	138
SOMEKH, Nadia	18

ÍNDICE DE ASSUNTOS

OCULUM ENSAIOS 15 | Janeiro_Junho 2012

A	
Alienação	30
Ambiente urbano	66
B	
Brasil	100
C	
<i>Campus</i> universitário	88
Colômbia	58
Comunicação	18
Contemporaneidade	18
D	
Desenvolvimento humano	58
Dinâmica habitacional	42
Distribuição populacional	42
E	
Espaço abstrato	30
I	
Internacional situacionista	30
L	
Lebret	58
M	
Mobilidade	30
P	
Patrimônio	100
Patrimônio industrial	66
Planejamento territorial	58
Planejamento urbano	100
Planejamento urbano e regional	76
Plano diretor	76, 88
Plano de desenvolvimento físico	88
Política habitacional	42
Preservação	100
Preservação patrimonial	66
R	
Região Metropolitana de Curitiba	42
Região Metropolitana de Maringá	76
Robert Venturi	18
S	
Simbolismo	18
Sustentabilidade	100
U	
Urbanismo moderno	88
Urbanização	76
Uso do solo	66

OCULUM ENSAIOS 16 | Julho_Dezembro 2012

A	
Área de janela	82
Áreas industriais	18
Áreas urbanas centrais	64
Arquitetura	102
B	
Bacia hidrográfica	48
Brasília	124
C	
Casa	96
Configuração espacial	124
Cotidiano	138
Cultura urbana	138
D	
Desenho de arquitetura	116
E	
Espaço privado	96
Expressão e representação	116
F	
Fachadas envidraçadas	82
Fatores culturais	102
Folhetos de propaganda	38
Forma-espaço	124
H	
Hábitos de morar	96
I	
Ideologias	38
Inclusão social	18
Indústria cultural	38
J	
Janela	82
N	
Novas centralidades	18
O	
Obra de arte	116
Olinda	124
P	
Padrões espaciais	124
Paisagem	48
Parque fluvial	48
Patrimônio cultural	48
Projeto arquitetônico	102
Projetos urbanos	18
R	
Reabilitação	64
Rua	138
S	
São Paulo	64
Sociedade capsular	138
Sustentabilidade	64
Sustentabilidade social	102
V	
Vila Viva	38

AGRADECIMENTOS | ACKNOWLEDGEMENTS

A revista *Oculum Ensaio* contou com a colaboração de especialistas *ad hoc* para a avaliação dos trabalhos a ela submetidos em 2012.

A

Abimael Cereda Junior_PUC-Campinas
 Airton Cattani_UFRGS
 Ana Carolina de Souza Bierrenbach_UFBA
 Ana Claudia Castilho Barone_USP
 Ana Elisabete de Almeida Medeiros_UnB
 Ana Goes Monteiro_Unicamp
 Ana Lúcia Goelzer Meira_IPHAN
 Ana Maria Goes Monteiro_Unicamp
 Ana Paula Farah_USP
 André Luiz Tavares_Unifesp
 Ângela Ferreira_UFRN
 Angelo Perret Serpa_UFBA
 Antonio Carlos Cabral Carpintero_UnB
 Antonio Claudio Moreira Lima e Moreira_USP
 Antonio Soukef Junior_FAAM
 Arlete Moyses Rodrigues_Unicamp

B

Beatriz Helena Bueno Brandão_PUC-Campinas
 Beatriz Picolotto Siqueira Bueno_USP

C

Carlos de Mello Garcia_PUC-PR
 Carlos Leite de Souza_Mackenzie
 Célia Ferraz de Souza_UFRGS
 Celina Borges Lemos_UFPMG
 Claudia Cotrim Pezzuto_PUC-Campinas
 Claudia Miranda Araujo de Andrade_UEG
 Claudia Naves David Amorim_UnB
 Cristina Engel de Alvarez_UFES

D

Denise Amrques Bahia_PUC-Minas
 Denise Barcelos Pinheiro Machado_UFRJ
 Denise Morado Nascimento_UFPMG

E

Edesio Fernandes_Univ. Warnick
 Edson da Cunha Mahfuz_UFRGS
 Eduardo Grala da Cunha_UFPel
 Eduardo Pierrotti Rossetti_UniCEUB
 Eduardo Sampaio Nardelli_Mackenzie
 Eloisa Petti Pinheiro_UFBA
 Eneida Maria Souza Mendonça_UFES
 Ester Judite Bendjouya Gutierrez_UFPel
 Eulália Portela Negrelos_USP

F

Fania Fidman_UFRJ
 Fernando Atique_Unifesp
 Flora Morcate Labrada_Univ. Oriente
 Francisco de Assis da Costa_UFBA

G

Geraldo Majela Gaudencio Faria_UFAL
 Gilberto Corso Pereira_UFBA

Gisela Cunha Viana Leonelli_UNIMEP
 Guilherme Carlos Lassance dos Santos Abreu_UFRJ

H

Hugo Massaki Segawa_USP
 Humberto Tetsuya Yamaki_UEL

J

Joana Carla Soares Gonçalves_USP
 Jonathas Magalhães Pereira da Silva_PUC-Campinas
 José Augusto Martins Pessoa_UFPMG
 José Geraldo Simões Junior_Mackenzie
 José Roberto Merlin_PUC-Campinas
 Josiane Francia Cerasoli_Unicamp

L

Laila Nazem Mourad_UFBA
 Laura Machado de Mello Bueno PUC-Campinas
 Leandro Silva Medrano_Unicamp
 Leonardo Barci Castriota_UFPMG
 Letícia Peret Antunes Hardt_PUC-PR
 Lisiane Ilha Librelotto_UFSC
 Luciana Sabóia Fonseca Cruz_UnB
 Luis Renato Bezerra Pequeno_UFC
 Luiz Antonio Recamán_USP
 Luiz Augusto Maia Costa_PUC-Campinas
 Luiz Cláudio Bittencourt_Unesp

M

Marcio Albuquerque Buson_UnB
 Marcos Thadeu Queiroz Magalhães_UnB
 Maria Ângela Dias_UFRJ
 Maria Angélica da Silva_UFAL
 Maria Augusta Justi Pisani_Mackenzie
 Maria Cristina da Silva Schicchi_PUC-Campinas
 Maria Dalmira de Camargo Andrade_Comissão Euroóia
 Maria de Lourdes Pinto Machado Costa_UFF
 Maria Isabel Villac_Mackenzie
 Maria José Gomes Feitosa_Univali
 Maria Lúcia Bressan Pinheiro_USP
 Maria Ruth Amaral de Sampaio_USP
 Marisa Varanda Teixeira Carpintéro_Unicamp
 Marlice Nazareth Soares de Azevedo_UFF
 Marta Adriana Bustos Romero_UnB
 Maura Pardini Bicudo Veras_PUC-SP
 Michelle Brodeschi_Universidad de Vigo
 Miguel Antonio Buzzar_USP
 Monica Pereira Marcondes_USP

N

Nadia Somekh_Mackenzie
 Nilton Ricoy Torres_USP

P

Paulo Afonso Rheingantz_UFRJ
 Paulo Sérgio Scarazzato_PUC-Campinas
 Paulo Sérgio Teixeira_UNIMEP

R

Renata Baessa Pereira_PUC-Campinas
Renata Cardoso Magagnin_Unesp
Renato Cymbalista_USP
Ricardo de Sousa Moretti_UFABC
Rodrigo Santos de Faria_UnB
Rosa Maria Sposto_UnB

S

Sonia Maria Marques_UFPB
Suely Maria Ribeiro Leal_UFPE
Suzana Pastenak_USP
Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva_UCSAL

T

Tales Bohrer Lobosco Gonzaga de Oliveira_UFMG
Telma de Barros Correia_USP
Tomás Antonio Moreira_PUC-Campinas

V

Valério Augusto Soares de Medeiros_Câmara dos Deputados
Vanessa Borges Brasileiro_PUC-Minas
Vera Santana Luz_PUC-Campinas
Verônica Salles Pereira_Unicamp
Virgínia Pontual_UFPE
Vladimir Benincasa_Unesp

W

Werther Holzer_PUC-PR

INSTRUÇÕES AOS AUTORES

1. Todos os manuscritos só iniciarão o processo de tramitação se estiverem de acordo com as Instruções aos Autores. Caso contrário, serão devolvidos para adequação às normas, inclusão de carta ou de outros documentos eventualmente necessários.

Recomenda-se fortemente que o(s) autor(es) busque(m) assessoria linguística profissional (revisores e/ou tradutores certificados em língua portuguesa e inglesa) antes de submeter(em) originais que possam conter incorreções e/ou inadequações morfológicas, sintáticas, idiomáticas ou de estilo. Devem ainda evitar o uso da primeira pessoa “meu estudo...”, ou da primeira pessoa do plural “percebemos...”, pois em texto científico o discurso deve ser impessoal, sem juízo de valor e na terceira pessoa do singular.

Originais identificados com incorreções e/ou inadequações morfológicas ou sintáticas **serão devolvidos antes mesmo de serem submetidos à avaliação** quanto ao mérito do trabalho e à conveniência de sua publicação. **Pré-análise:** a avaliação é feita pelos Editores e Conselho Editorial com base na originalidade, pertinência, qualidade acadêmica e relevância do manuscrito para a área.

Aprovados nesta fase, os manuscritos serão encaminhados aos revisores *ad hoc* selecionados pelos editores. Cada manuscrito será enviado para dois revisores de reconhecida competência na temática abordada. Em caso de desacordo, o original será enviado para uma terceira avaliação.

2. Processo de julgamento dos manuscritos

O processo de avaliação por pares é o sistema de *blind review*, procedimento sigiloso quanto à identidade tanto dos autores quanto dos revisores. Por isso os autores deverão empregar todos os meios possíveis para evitar a identificação de autoria do manuscrito.

Os pareceres dos revisores comportam três possibilidades:

a) aprovação; b) recomendação de nova análise; c) recusa. Em quaisquer desses casos, o autor será comunicado.

Manuscritos recusados, mas com a possibilidade de reformulação, poderão retornar como novo trabalho, iniciando outro processo de julgamento.

Conflito de interesse

No caso da identificação de conflito de interesse da parte dos revisores, o Comitê Editorial encaminhará o manuscrito a outro revisor *ad hoc*.

Manuscritos aceitos: manuscritos aceitos poderão retornar aos autores para aprovação de eventuais alterações, no processo de editoração e normalização, de acordo com o estilo da Revista.

Provas: serão enviadas provas tipográficas aos autores para a correção de erros de impressão. As provas devem retornar ao Núcleo de Editoração na data estipulada. Outras mudanças no manuscrito original não serão aceitas nesta fase.

3. Serão publicados apenas artigos científicos originais e inéditos, exceção feita à republicação de textos clássicos, conforme projeto editorial. Em casos excepcionais, serão aceitos artigos já publicados em língua estrangeira. Ao submeter um trabalho para análise do Conselho Editorial, o(s) autor(es) deverá(ão) assinar declaração de que são inéditos em português.

4. Apresentação do manuscrito

Originais (trabalhos científicos originais e inéditos) – Deverão conter entre 9 e 12 páginas de 30 linhas e 70 toques (até 25 mil caracteres), incluindo-se bibliografia, resumo e *abstract* (até 1.500 caracteres) e de quatro a seis palavras-chave e *keywords*. Para fotos e ilustrações o limite é de até 7 por artigo, com alguma tolerância dependendo das características do artigo (decisão a cargo do editor).

Resenhas – poderão ter de 1 a 3 páginas (máximo 6 mil caracteres). O autor da resenha deve enviar a capa da obra resenhada digitalizada em alta resolução (400dpi).

Artigos curtos (sobre temas e discussões da atualidade, posição acadêmica ou ponto de vista) – Poderão ter de 3 a 5 páginas (máximo 10 mil caracteres).

5. Forma de apresentação

Corpo do texto, ao longo do qual não deve haver identificação autoral nem institucional.

Arquivo digital, utilizando processador de texto WORD 6.0 ou superior, **não serão** aceitos artigos em PDF. Deverão ser redigidos na nova ortografia, em fonte Arial 11, espaço entrelinhas 1,5, em folha formato A4. As folhas deverão ser numeradas a partir da página de rosto, que deverá apresentar o número 1.

Enviar os manuscritos via *e-mail* <sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br>.

Folha de rosto com identificação dos autores, contendo:

■ Título completo em português: deverá ser conciso e evitar palavras desnecessárias e/ou redundantes;

- Sugestão de título abreviado para cabeçalho, não excedendo cinco palavras;
- Título completo em inglês, compatível com o título em português;
- Nome de cada autor, por extenso, seguido por afiliação institucional. Não abreviar os prenomes;
- Todos os dados da titulação e afiliação deverão ser apresentados por extenso, sem nenhuma sigla;
- Indicação dos endereços completos de todas as universidades às quais estão vinculados todos os autores;
- Indicação de endereço para correspondência com o editor para a tramitação do original, incluindo fax, telefone e endereço eletrônico.

As **ilustrações** deverão ser entregues em arquivos separados, vetorizadas, com as devidas indicações de créditos e legendas, devidamente referenciadas no texto.

As **imagens** deverão ser entregues em arquivos eletrônicos e estar em boas condições de reprodução, com mínimo de 400 DPI, formato TIFF ou JPEG e um tamanho mínimo 10cm de largura e máximo de 16cm.

As **tabelas** e os **gráficos** deverão ser apresentados em Excel ou Adobe Illustrator.

O artigo será publicado em branco e preto. A necessidade real de inclusão de alguma ilustração colorida estará sujeita à decisão do editor, com eventuais custos para o autor. Mapas serão publicados somente coloridos (custo por conta do autor) e que tenham as legendas nítidas.

6. Versão reformulada por indicação de parecerista

O texto do artigo deverá empregar fonte sublinhada, para todas as alterações, juntamente com uma carta ao editor, reiterando o interesse em publicar nesta Revista e informando quais alterações foram processadas no manuscrito. Se houver discordância quanto às recomendações dos revisores, o(s) autor(es) deverão apresentar os argumentos que justificam sua posição. O título e o código do manuscrito deverão ser especificados.

7. Citações no texto: baseadas na ABNT (NBR 10520/2002)

O método adotado é autor e data.

- Citações diretas ou literais no texto: devem subordinar-se à forma (Autor, data e página). Quando estiver dentro ou fora dos parênteses, o autor fica com apenas a letra inicial maiúscula (Autor, data, página). Com até três linhas, as citações devem ficar entre

aspas e sem itálico. Com mais de três linhas, as citações devem seguir o seguinte padrão: recuo de 4cm na margem, fonte 10, espaço simples, sem aspas e sem itálico.

Exemplo

Citações diretas com até 3 linhas

As mudanças permanentes no espaço ocorrem em função da constante busca por novos significados, “na medida em que o movimento social lhe atribui, a cada momento, frações deferentes de transformação de todo social” (Veras, 2010, p.2).

■ Citações indiretas: quando o autor estiver citado na frase, colocar somente autor e ano. Se o sobrenome do autor estiver fora da frase e entre parênteses ficará também em letra inicial maiúscula.

Exemplos

Para Medrano (2005), a postura do arquiteto em defesa de uma arquitetura portuguesa suscita a questão de como teria sido a sua relação com a questão da densificação das grandes cidades *versus* o ideal utópico das residências isoladas.

A postura do arquiteto em defesa de uma arquitetura portuguesa suscita a questão de como teria sido a sua relação com a questão da densificação das grandes cidades *versus* o ideal utópico das residências isoladas (Medrano, 2005).

■ Citações de diversos documentos de um mesmo autor publicados no mesmo ano são distinguidas pelo acréscimo de letras minúsculas, em ordem alfabética, após a data e sem espaçamento.

Medrano (2005a)

Medrano (2005b)

Os autores citados devem constar das referências listadas no final do texto, em ordem alfabética, segundo as normas.

Referências: baseadas na ABNT (NBR 6023/2002)

As Referências serão ordenadas alfabeticamente pelo sobrenome do primeiro autor. Nas referências de até três autores, todos serão citados, separados por ponto e vírgula. Nas referências com mais de três autores, citar somente o primeiro autor, seguido da expressão *et al.* Caso haja obras referenciadas do mesmo autor, a entrada será repetida, isto é, não será utilizado o recurso do traço sublinear. A exatidão das referências constantes na

listagem e a correta citação de seus dados no texto são de responsabilidade do(s) autor(es) dos trabalhos.

A formatação da lista de referências, ao final, deverá facilitar a tarefa de revisão e de editoração; para tal, devem ser apresentadas em ordem alfabética, em espaço simples e com espaço entre as referências, tamanho de fonte 11, parágrafo justificado, sem recuo e sem deslocamento das margens.

A exatidão e a adequação das referências a trabalhos que tenham sido consultados e mencionados no texto do artigo são de responsabilidade do autor, do mesmo modo que o conteúdo dos trabalhos é de sua exclusiva responsabilidade.

Exemplos de casos mais comuns de referências, para orientação:

Livro

ABREU, M.A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Capítulo de Livro

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-244.

Artigo

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

Material Eletrônico

BRAGA, P.M.; SCHICCHI, M.C.S. Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade. *Revista CPC*, v.3, p.1-16, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=7&tipo=5&id_conteudo=20>. Acesso em: 23 abr. 2012.

Tese

BERNARDINI, S.P. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Trabalho apresentado em Evento

FELDMAN, S. O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 1997. p. 667-684.

Documentos jurídicos

BRASIL. Lei nº 1.674, de 23 de setembro de 1997. Dispõe sobre o prazo para conclusão do estudo de zoneamento da área de proteção ambiental da bacia do Descoberto. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 24 set. 1997. p.7619.

■ Notas, de caráter explicativo, deverão ser evitadas e utilizadas apenas quando estritamente necessárias para a compreensão do texto. Deve-se usar numeração consecutiva dentro do texto. Além disso, devem estar em fonte 10, alinhadas à esquerda e sempre na página em que foram mencionadas no texto.

A revista não devolve os originais a ela submetidos e informa que o conteúdo dos trabalhos publicados é de inteira responsabilidade de seus autores.

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE E TRANSFERÊNCIA DE DIREITOS AUTORAIS

Cada autor deve ler e assinar os documentos:

1) Declaração de Responsabilidade e 2) Transferência de Direitos Autorais.

- Título do manuscrito:
- Nome por extenso dos autores (na mesma ordem em que aparecem no manuscrito).
- Autor responsável pelas negociações:

1. Declaração de responsabilidade

Certifico que:

- Participei da concepção do trabalho e torno pública minha responsabilidade pelo seu conteúdo;
- Não omiti quaisquer ligações ou acordos de financiamento entre os autores e companhias que possam ter interesse na publicação deste artigo;
- Trata-se de artigo original e o trabalho, em parte ou na íntegra, ou qualquer outro trabalho com conteúdo substancialmente similar, de minha autoria, não foi enviado a outra revista, e não o será enquanto sua publicação estiver sendo considerada pela Revista Oculum Ensaios, quer seja no formato impresso ou no eletrônico.

Assinatura do(s) autores(s) Data / /

2. Transferência de Direitos Autorais

Declaro que, em caso de aceitação do artigo, a Revista Oculum Ensaios passa a ter os direitos autorais a ele referentes, que se tornarão propriedade exclusiva da revista, sendo vedada qualquer reprodução, total ou parcial, em qualquer outra parte ou meio de divulgação, impressa ou eletrônica, sem que a prévia e necessária autorização seja solicitada e, se obtida, farei constar o competente agradecimento à revista.

Assinatura do(s) autores(s) Data / /

INSTRUCTIONS TO THE AUTHORS

1. All manuscripts will only be considered if they are in agreement with the Instructions to the Authors. If not, they will be returned for correction, for inclusion of letter or other documents needed.

It is strongly recommended that the author(s) seek professional linguistic advisers (reviewers and/or qualified translators in Portuguese and English) before submitting originals which may contain errors and/or morphological, syntactical, idiomatic or stylistic inadequacies. The authors must avoid the use of the first person (e.g. “my study...”) or third person plural (e.g. “we observe...”), for in scientific texts the discussion must be impersonal, without making any value judgment, and in the third person singular.

The originals which do not comply with any of the above-mentioned norms **will be immediately returned even before being submitted to evaluation** regarding its merit and if it is adequate for publication. **Pre-analysis:** the Editors and Editorial Board will evaluate originality, pertinence, academic quality and relevance of the manuscript in the field of study.

After being approved, the manuscripts will be forwarded to ad hoc reviewers previously selected by the Editors. Each manuscript will be sent to two competent reviewers who are acknowledged experts in the field of study. If there is any disagreement, the original will be sent to a third reviewer.

2. Evaluation process of the manuscripts

The evaluation process is a blind peer-review process and the names of the reviewers and authors will remain anonymous. With this in mind, the authors should not identify themselves in the manuscript.

The opinions of the reviewers admit three possibilities:

a) acceptance; b) recommendation for new analysis; c) refusal. In any of these cases, the author(s) will be informed.

Refused manuscripts with recommendation for new analysis may be re-submitted as a new manuscript and another evaluation process will occur.

Conflict of Interest

In case of identification of conflict of interest by the reviewers, the Editorial Board will send the manuscript to another ad hoc reviewer.

Accepted manuscripts: Accepted manuscripts will be returned to the authors for approval of possible changes during editing and normalization process in accordance with the style of the Journal.

Proofs: will be sent to the authors for correction of printing errors. The proofs must be returned to the Editing Office on the stipulated date. Any changes to the original manuscript will not be accepted at this stage.

3. Only original and unpublished scientific articles will be published, except the re-publication of classic texts, according to Editorial project. In some exceptional cases, articles previously published in English may be accepted. When submitting the manuscript for analysis of the Editorial Board, the author(s) must send a statement that it is unpublished in Portuguese.

4. Manuscript format

Originals (original and unpublished scientific manuscripts) - must contain between 9 and 12 pages of 30 lines and 70 tabs (up to 25 thousand characters), including bibliography, an abstract in Portuguese and English (up to 1,500 characters) and four to six keywords in Portuguese and English. Images and illustrations must be limited to 7 per article, but there will be tolerance depending on the characteristics of the article (Editor's decision).

Reviews – must have 1 to 3 pages (maximum of 6 thousand characters). The author of the review must send a high-resolution digital copy (400dpi) of the cover of the book reviewed.

Short articles (on current discussions, academic view or point of view) – must have 3 to 5 pages (maximum of 10 thousand characters).

5. Manuscript format and structure

The author and institution must not be identified in the text of the manuscript.

The manuscript must be digital using Word 6.0 and above. No PDF files will be accepted. The entire manuscript should be prepared on A4 size, 1.5 line spacing, Arial, font size 11. All manuscript pages must be numbered consecutively starting from the title page, which should be numbered 1.

Send manuscript to email <sbi.ne_oculumensaios@puc-campinas.edu.br>.

Title page must contain the following information:

- The full title in Portuguese must be concise and avoid unnecessary and/or redundant words;
- Suggestion of abbreviated title, not exceeding five words;
- Full title in English, compatible with the title in Portuguese;
- Name of each author, followed by institutional affiliation. Do not abbreviate middle names;
- All data of academic degrees and institutional affiliation must be written without abbreviations;
- Full address of universities to which the authors are affiliated;
- Corresponding author address and telephone and fax numbers and email address.

Illustrations must be sent in separate files, using vector images, and have credits and legends listed in order in the manuscript.

High quality **images** must be submitted in electronic files, minimum resolution of 400 DPI, in TIFF or JPEG format and a minimum width of 10cm and a maximum of 16cm.

Tables and **graphs** must be submitted in Excel or Adobe Illustrator format.

The article will be published in black and white. If color illustrations are needed, the editor will decide and there will be a charge to the author(s).

Maps will be published in color (charge to the author) and clear legends are needed.

6. Reviewed version

The article must use colored font (blue) or underline to show all the alterations followed by a letter to the editor reaffirming the interest in publishing in the Journal and informing which alterations were made in the manuscript. If there is any disagreement concerning the reviewers' recommendations, the author(s) must present the arguments which justify their position. The manuscript title and code must be specified.

7. Bibliographic citations in the text: based on ABNT (NBR 10520/2002)

The order must be author and date.

- Direct or literal citations in the text: follow the above-mentioned order (author, date and page. Capitalize the first letter of the author's name in or out of the parentheses (author, date, page). Up to three lines, citations must be in quotation marks and not italicized. More than three lines, citations must be as follows: indentation of 4cm from the margin, font size 10, single space, no quotation marks or italics.

Example

Direct citations up to three lines

The permanent changes occur in space due to the constant search for new meanings, “in that it assigns the social movement, at every moment, respectful fractions of all social transformation” (Veras, 2010, p.2).

■ Direct citations: when the author is quoted in the sentence, write author and year. If the author quoted is not part of the sentence and in parentheses, capitalize the first letter of the author's name.

Examples

For Medrano (2005), the position of the architect in defense of the Portuguese architecture raises the question of how their relationship would have been regarding the densification of cities versus the utopian ideal of isolated residences.

The position of the architect in defense of the Portuguese architecture raises the question of how their relationship would have been regarding the densification of cities versus the utopian ideal of isolated residences (Medrano, 2005).

■ Citations of various documents by the same author published in the same year are distinguished by adding lower case letters in alphabetical order, after the date and without spacing.

Medrano (2005a)

Medrano (2005b)

All the authors mentioned in the manuscript must be listed in the references at the end of the manuscript in alphabetical order, according to the norms.

References: based on ABNT (NBR 6023/2002)

The references must be in alphabetical order using the surname of the first author. References with up to three authors must be all cited, separated by semicolons. References with more than three authors cite only first author followed by *et al.* If a different book/article of the same author is cited, repeat information, do not use the underline resource. Exactness and adequateness of references to studies and correct citation of data in the text of the article are the author's responsibility.

The formatting of the list of references at the end of the manuscript should facilitate the task of reviewing and editing, they should be written in alphabetical order, single space

and with space between references, font size 11, justified paragraph, without indents and without displacing margins.

Exactness and adequateness of references to studies which have been consulted and mentioned in the text of the manuscript and the content of the study are the author's responsibility.

Examples of most common references used:

Book

ABREU, M.A. *A evolução urbana do Rio de Janeiro*. 4.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

Book Chapter

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DEÁK, C.; SCHIFFER, S.R. *O processo de urbanização no Brasil*. São Paulo: Edusp, 1999. p.169-244.

Article

POLLAK, M. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*, v.2, n.3, p.3-15, 1989.

Electronic Material

BRAGA, P.M.; SCHICCHI, M.C.S. Catedral Metropolitana de Campinas: quando um edifício contempla a história da cidade. *Revista CPC*, v.3, p.1-16, 2006. Disponível em: <http://www.usp.br/cpc/v1/php/wf07_revista_interna.php?id_revista=7&tipo=5&id_conteudo=20>. Acesso em: 23 abr. 2012.

Thesis

BERNARDINI, S.P. *Construindo infra-estruturas, planejando territórios: a Secretaria de Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Governo Estadual Paulista (1892-1926)*. 2008. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

Presentation of Paper

FELDMAN, S. O zoneamento ocupa o lugar do plano: São Paulo, 1947-1961. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7., 1997, Recife. *Anais...* Recife: UFPE, 1997. p. 667-684.

Legal Documents

BRASIL. Lei nº 1.674, de 23 de setembro de 1997. Dispõe sobre o prazo para conclusão do estudo de zoneamento da área de proteção ambiental da bacia do Descoberto. *Diário Oficial do Distrito Federal*, 24 set. 1997. p.7619.

■ Footnotes must be avoided and only used if absolutely necessary for the purpose of clarity. They must be numbered consecutively in the manuscript. Use font size 10, aligned to the left, and on the page in which they were mentioned in the text.

The journal does not return the original manuscripts and the content of the studies published is the authors' responsibility.

DECLARATION OF RESPONSIBILITY AND TRANSFER OF COPYRIGHT AGREEMENT

Each author must read and sign the following documents:

1) Declaration of responsibility and 2) transfer of copyright agreement

- Title of the manuscript:
- Full name of authors (in the same order in which they appear in the manuscript)
- Author responsible for negotiations

1. Declaration of Responsibility

I certify that:

- I participated in the study and I publicly acknowledge the content as being of my responsibility.
- I did not omit any connections or financial agreements among the authors and companies that may have interest in the publication of this manuscript.
- I certify that the manuscript is original and that the partial or complete study or any other study with similar content written by me has not been sent to another Journal and it will not be while its publication is being considered by Revista Oculum Ensaaios, whether in print or electronic format.

Signature of author(s) Date ____/____/____

2. Transfer of Copyright Agreement

I declare that, if the article is accepted, Revista Oculum Ensaaios will have all the copyrights referent to the article, which will become exclusive property of the Journal, and total or partial reproduction is forbidden, in any other divulgation mean, printed or electronic, without prior permission and if authorized and obtained the Journal shall be acknowledged.

Signature of author(s) Date ____/____/____

